

CÂMARA DOS DEPUTADOS**TVR****N.º 690, DE 2013****(Do Poder Executivo)****MSC 140/2013****AV 275/2013**

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1281, de 07 de dezembro de 2010, que outorga permissão a Rádio e TV Schappo Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Pilar, Estado de Alagoas.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD). REGIME DE TRAMITAÇÃO : ART. 223 CF. Apreciação: PROPOSIÇÃO SUJEITA À Apreciação CONCLUSIVA(PARECER 09/90 - CCJR))

Mensagem nº 140

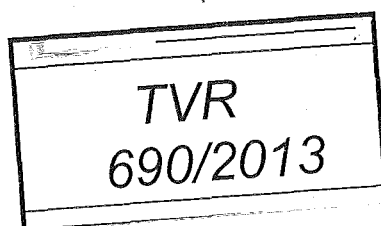
Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 605, de 1º de julho de 2010 – Sinal Brasileiro de Comunicação S/C Ltda., no município de Orlândia - SP;
- 2 - Portaria nº 606, de 1º de julho de 2010 – Sinal Brasileiro de Comunicação S/C Ltda., no município de Pontal do Paraná - PR;
- 3 - Portaria nº 610, de 1º de julho de 2010 – Sinal Brasileiro de Comunicação S/C Ltda., no município de Califórnia - PR;
- 4 - Portaria nº 613, de 1º de julho de 2010 – Sinal Brasileiro de Comunicação S/C Ltda., no município de Cambira - PR;
- 5 - Portaria nº 659, de 21 de julho de 2010 – Amazônia Comunicações Ltda., no município de Holambra - SP;
- 6 - Portaria nº 660, de 21 de julho de 2010 – Empresa de Radiodifusão Alfa Centauro Ltda., no município de Igarapu do Tietê - SP;
- 7 - Portaria nº 661, de 21 de julho de 2010 – Sistema Torre de Comunicação Ltda., no município de Guarani d'Oeste - SP;
- 8 - Portaria nº 719, de 3 de agosto de 2010 – Inhandava Promoções Ltda., no município de São José do Ouro - RS;
- 9 - Portaria nº 722, de 3 de agosto de 2010 – Sistema Integrado de Radiocomunicação Ltda. - SIR, no município de Claraval - MG;
- 10 - Portaria nº 736, de 20 de agosto de 2010 – Rádio FM Conquista Ltda., no município de Santa Maria do Oeste - PR;
- 11 - Portaria nº 737, de 20 de agosto de 2010 – Rádio Reserva FM Ltda., no município de Reserva - PR;
- 12 - Portaria nº 865, de 17 de setembro de 2010 – M.N. Carvalho & CIA Ltda – ME., no município de Salvaterra - PA;



140/13



2

- 13 - Portaria nº 881, de 29 de setembro de 2010 – Sistema de Comunicação do Agreste Ltda., no município de Traipu - AL;
- 14 - Portaria nº 882, de 29 de setembro de 2010 – Empresa de Radiodifusão Ursa Maior Ltda., no município de Bilac - SP;
- 15 - Portaria nº 883, de 29 de setembro de 2010 – Moraes Serviços de Comunicação Ltda-ME., no município de Santa Clara d'Oeste - SP;
- 16 - Portaria nº 897, de 5 de outubro de 2010 – Sistema Millenium de Radiodifusão Ltda., no município de Guapé - MG;
- 17 - Portaria nº 910, de 14 de outubro de 2010 – Deo Volente Ltda., no município de Monte Aprazível - SP;
- 18 - Portaria nº 913, de 14 de outubro de 2010 – Moraes Serviços de Comunicação Ltda-ME., no município de Três Fronteiras - SP;
- 19 - Portaria nº 914, de 14 de outubro de 2010 – Oliveira & Perin Assessoria e Comunicações Ltda., no município de Rio dos Índios - RS;
- 20 - Portaria nº 972, de 26 de outubro de 2010 – Rio Doce Comunicação e Marketing Ltda., no município de Setubinha - MG;
- 21 - Portaria nº 1.150, de 23 de novembro de 2010 – Canari Participações S.A., no município de Iguaba Grande - RJ;
- 22 - Portaria nº 1.151, de 23 de novembro de 2010 – Safira Radiodifusão Ltda., no município de Catanduvas - PR;
- 23 - Portaria nº 1.152, de 23 de novembro de 2010 – Fundação João XXIII, no município de Rio Negro - PR;
- 24 - Portaria nº 1.153, de 23 de novembro de 2010 – V.P.D Empresa de Radiodifusão Ltda-ME., no município de Bom Jardim - RJ;
- 25 - Portaria nº 1.266, de 3 de dezembro de 2010 – Rádio e Televisão Som das Águas Ltda., no município de Lambari - MG;
- 26 - Portaria nº 1.281, de 7 de dezembro de 2010 – Rádio e TV Schappo Ltda., no município de Pilar - AL;
- 27 - Portaria nº 1.299, de 9 de dezembro de 2010 – Magalhães & Cassimiro Ltda., no município de Paula Cândido - MG;
- 28 - Portaria nº 1.300, de 9 de dezembro de 2010 – Carmorela Indústria e Comércio Ltda., no município de Piracema - MG;
- 29 - Portaria nº 1.350, de 17 de dezembro de 2010 – Sociedade Montesionense de Radiodifusão Ltda., no município de Tombos - MG;
- 30 - Portaria nº 1.358, de 17 de dezembro de 2010 – Rádio Vera Ltda., no município de Nossa Senhora do Livramento - MT;
- 31 - Portaria nº 1.359, de 17 de dezembro de 2010 – Rádio Educadora de Peixoto de Azevedo Ltda., no município de Matupá - MT;
- 32 - Portaria nº 1.360, de 17 de dezembro de 2010 – E.F. Comunicações Ltda., no município de Nova Olímpia - MT;

33 - Portaria nº 1.415, de 28 de dezembro de 2010 – Rádio Tigre FM Ltda., no município de Novo Oriente - CE;

34 - Portaria nº 1.416, de 28 de dezembro de 2010 – Star FM Ltda., no município de Senador Pompeu - CE;

35 - Portaria nº 123, de 17 de maio de 2011 – Cataia FM Ltda., no município de Magalhães Barata - PA;

36 - Portaria nº 216, de 6 de junho de 2011 – Terra FM Comunicações Ltda., no município de Cidade Gaúcha - PR;

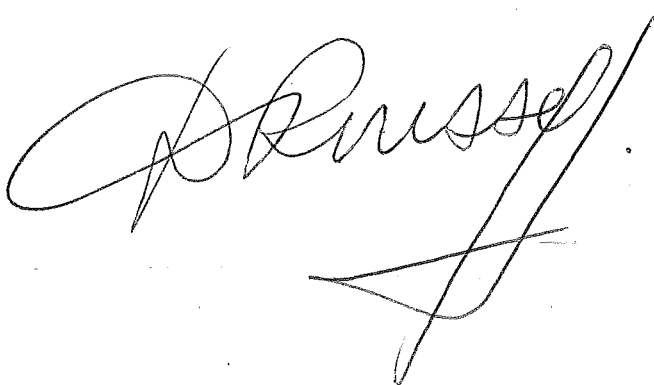
37 - Portaria nº 217, de 6 de junho de 2011 – Rede Brasil de Radiodifusão Limitada, no município de Nova Friburgo - RJ;

38 - Portaria nº 218, de 6 de junho de 2011 – Empresa de Radiodifusão Conquista Ltda., no município de Alto do Rodrigues - RN;

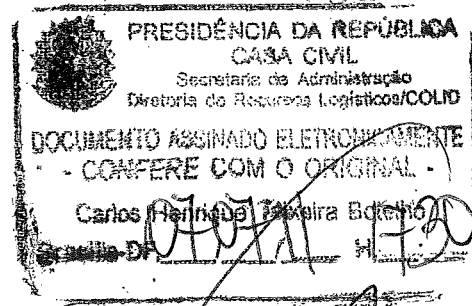
39 - Portaria nº 221, de 6 de junho de 2011 – Rádio Imprensa FM de Vargem Grande do Sul Ltda., no município de Sagres - SP; e

40 - Portaria nº 222, de 6 de junho de 2011 – Sistema Max Digital de Comunicações Ltda., no município de Santana da Ponte Pensa - SP.

Brasília, 9 de abril de 2013.

A handwritten signature in dark ink, appearing to read 'A. B. Russel', with a large, sweeping flourish extending from the bottom right.

FMC



EM nº. 149/2011 - MC

Brasília, 27 de abril de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 013/2001-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Pilar, Estado de Alagoas.
2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Rádio e TV Schappo Ltda. (Processo nº 53103.000252/2001) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, homologado em 30 de março de 2010, motivo pelo qual outorgo a permissão, na forma da Portaria inclusa.
3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva

30/03/10

PUBLICADO NO DIÁRIO	
OFICIAL DE 13/12/10	
Página: 60	Seção: 1
ANOTADO POR: <i>Roe</i>	

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO**

PORTARIA Nº 1281 , DE 7 DE DEZEMBRO DE 2010.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53103.000252/2001; Concorrência nº 013/2001-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à RÁDIO E TV SCHAPPO LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Pilar, Estado de Alagoas.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

E. m. 149/mc

-3JUL53103.000252

OR - RLCFE

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Inserido no

CPROD

24105105 Rubrica: 83

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
DELEGACIA REGIONAL DE PERNAMBUCO

Nº DO PROCESSO

53103.000252/2001

VOLUME

DATA DE ENTRADA

03/07/2001

FM

ENTIDADE

RÁDIO E TV SCHAPPO LTDA

"VENCEDORA"

ASSUNTO / SERVIÇO

EDITAL 013/2001- SSR/MC

CIDADES: MAJOR ISIDORO, PILAR

UNIÃO DOS PALMARES e ATALAIA/AL

COD / FISTEL

-3 JUL 53103.000252 2001

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
DELEGACIA DO MC NO ESTADO DE PERNAMBUCO

ARQUIVO PÚBLICO FLOR
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

08 10 10
4/

TERMO DE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO

Aos 03 (três) dias do mês de julho do ano de 2001, na Delegacia do Ministério das Comunicações, instaurei o Processo nº 53103.000252/2001, de interesse da entidade **RÁDIO E TV SCHAPPO LTDA** o qual trata da proposta do Edital da Concorrência nº 013/2001-SSR/MC. Para constar, lavrei o presente termo, que por mim assinado.

Recife, 03 de julho de 2001



PAULO ROBERTO DE AVELAR BALTAR
Presidente

CIDADES: MAJOR ISIDORO, PILAR, UNIÃO DOS PALMARES E ATALAIA/AL.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

08/06/2001



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL
JUÍZO DA 14ª ZONA ELEITORAL



CERTIDÃO

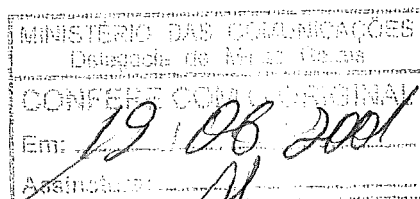
SAYONARA FERREIRA BRACKS,
Chefe da 14ª Zona Eleitoral do Distrito Federal, na forma da lei, etc...

C E R T I F I C A, a requerimento da parte interessada, que, revendo junto ao sistema de Alistamento Eleitoral os registros próprios, verificou que **EVANDRO JOSE SCHAPPO**, filho(a) IRMANDO SCHAPPO e de ILMA ASSUNTA SCHAPPO, nascido(a) em 28/12/1965, portador(a) do Título Eleitoral nº 14003452070, da 14ª Zona Eleitoral do Distrito Federal, Seção nº 166, emitido em 18/11/1996, **está quite com a Justiça Eleitoral até a presente data. Esta certidão tem validade de 30 (trinta) dias.**

O referido é verdade. Dá fé.

Brasília-DF, 8 de junho de 2001.

Sayonara F. Bracks
SAYONARA FERREIRA BRACKS
Chefe do Cartório





JUSTIÇA DE 1ª INSTÂNCIA



COMARCA DE PARACATU-MG - CARTÓRIO DO DISTRIBUIDOR

CERTIDÃO NEGATIVA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

08/04/10
E

TARCISIA APARECIDA RESENDE DIAS, DISTRIBUIDORA,
CONTADORA e TESOUREIRA JUDICIAL II DA COMARCA
DE PARACATU-MG, ESTADO DE MINAS GERAIS, NA
FORMA DA LEI, ETC...

CERTIFICA, a pedido verbal de parte interessada que, revendo
em Cartório os livros de Distribuição de Feitos, deles verifiquei não constar
nenhuma distribuição de Ação Cível, Cobrança, Interdição, Litígio, Tutela,
Curatela, inclusive Carta Precatória, contra: EVANDRO JOSÉ SHAPPO,
inscrito no CPF nº526.401.089-72, no período de 5(cinco) anos. O referido
é verdade e dou fé.

Paracatu/MG 21 de junho de 2001

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS	
PARACATU - MG - (38) 671-4597	
ESTE DOCUMENTO CONFERE C/ SEU ORIGINAL	
DOU FÉ 22 JUN 2001	
<input type="checkbox"/> ADAILTON SILVA	TABELÃO
<input checked="" type="checkbox"/> HONÓRIO SILVA MACHADO	SUBSTITUTO
<input type="checkbox"/> LUCIANA PIMENTEL BARBOSA	SUBSTITUTA

Dias
TARCISIA AFARECIDA RESENDE DIAS
Distribuidora Judicial

[Assinaturas manuscritas]



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS



JUSTIÇA DE 1ª INSTÂNCIA
COMARCA DE PARACATU - SECRETARIA DA 1ª VARA

CERTIDÃO NEGATIVA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

05/04/10

CERTIFICO, após ter verificado nos livros próprios desta Secretaria, que nada consta contra o requerente a seguir qualificado: **EVANDRO JOSÉ SHAPPO**, inscrito no CPF 526.401.089-72, no que se refere a **Ações criminais e Execuções Fiscais**.

Dou fé.

Paracatu, 22 de Junho, de 2001

CARTÓRIO DO 1º NÚMERO DE NOTAS	
PARACATU - MG - (38) 671-4597	
ESTE DOCUMENTO CONFERE COM SEU ORIGINAL	
DOU FÉ 22 JUN. 2001	
<input type="checkbox"/> ADAILTON SILVA	TABELIÃO
<input checked="" type="checkbox"/> HONÓRIO SILVA MACHADO	SUBSTITUTO
<input type="checkbox"/> LUCIANA PIMENTEL BARBOSA	SUBSTITUTA

Edna Inês da Silva Neiva
Edna Inês da Silva Neiva
Escrevente Judicial

[Assinaturas manuscritas]



05
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

JUSTIÇA DE 1ª INSTÂNCIA
COMARCA DE PARACATU - SECRETARIA DA SEGUNDA VARA




CERTIDÃO NEGATIVA

CERTIFICO, após ter verificado nos livros próprios desta Secretaria, que nada consta contra o requerente a seguir qualificado: **EVANDRO JOSÉ SHAPPO**, inscrita no CPF: 526.401.089-72, no que refere à ações Criminais e Execuções Fiscais.

Dou fé.

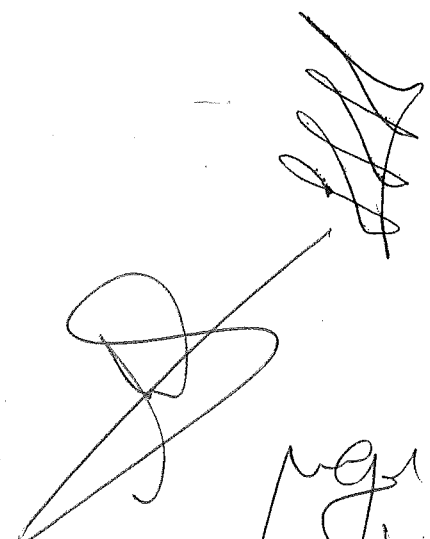




Paracatu, 22/06/2001


Andréa Costa Adjuto
Escrivente Judicial
Escrivente Judicial

CARTÓRIO DO 1º DEGRÁU DE NOTAS	
PARACATU - MG - (38) 871-4597	
ESTE DOCUMENTO CONFERE O SEU ORIGINAL	
DOU FÉ 22 JUN. 2001	
<input type="checkbox"/> ADAILTON SILVA	TABELIÃO
<input checked="" type="checkbox"/> HONÓRIO SILVA MACHADO	SUBSTITUTO
<input type="checkbox"/> LUCIANA PIMENTEL BARBOSA	SUBSTITUTA

Serviço Público Federal
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

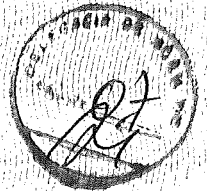
08.04.10

República Federativa do Brasil

Vânia Melo Franco Torres de Sá
OFICIAL

Aluizio Torres Brochado
SUBSTITUTO



Certidão Negativa

Vânia Melo Franco Torres de Sá, Oficial de Protesto da
Comarca de Paracatu Estado de Minas Gerais.

A pedido verbal da pessoa interessada, CERTIFICO que revendo os Livros de Protesto do Cartorio a meu cargo, livros de transcricao de protestos, de Letras de Cambio, Notas Promissorias, Duplicatas e outros Titulos de divida, deles verifiquei NAO CONSTAR nenhum registro de Instrumento de Protesto da responsabilidade de :

EVANDRO JOSE SCHAPPO

CPF: 526.401.089_72

Nacionalidade :BRASILEIRA

Estado civil :CASADO

Estabelecido(a):SMLN MI TRECHO 04 CONJUNTO 01 CHACARA 165-A L.NORT
Na cidade de BRASILIA-MG.

No periodo de 05 anos.

O referido e' verdade e dou fe'

PARACATU-MG, 21 de Junho de 2001

20583498/0001-70

CARTÓRIO REGISTRO DE PROTESTO

RUA GETÚLIO DE M. FRANCO, 345 - SALA 118
CENTRO - CEP 38600-000 - PARACATU-MG

Vânia Melo Franco T. de Sá - Oficial
Aluizio Torres Brochado - Substituto

Torres de Sá

OFICIAL DE PROTESTO

FIRMAS RECONHECIDAS NOS CARTÓRIOS DE PROTESTO

1º OFÍCIO DE NOTAS - TAB. ADAILTON SILVA - PARACATU - MG
2º OFÍCIO DE NOTAS - TAB. INÁH A. SILVA CAMPOS - PARACATU - MG

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS	
PARACATU - MG - (38) 671-4597	
ESTE DOCUMENTO CONFERE COM SEU ORIGINAL	
DOU FE 22 JUN. 2001	
<input checked="" type="checkbox"/> ADAILTON SILVA	TABELAO
<input checked="" type="checkbox"/> HONORIO SILVA MACHADO	SUBSTITUTO
<input checked="" type="checkbox"/> INAH A. SILVA CAMPOS	SUBSTITUTA



JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL
CARTÓRIO DE DISTRIBUIÇÃO
ANEXO AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TALÃO Nº
20010608 12/4
PRO

Bel.: MC ARTHUR DI ANDRADE CAMARGO
Oficial



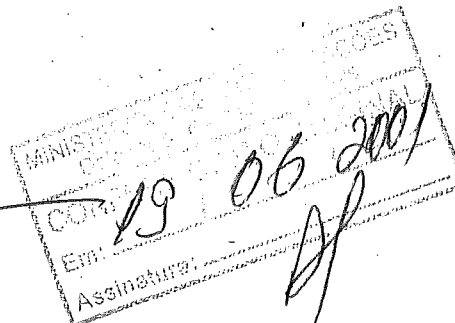
DOCUMENTO EMITIDO POR PROCESSAMENTO ELETRÔNICO
QUALQUER EMENDA OU RASURA SERÁ CONSIDERADA COMO
INDÍCIO DE ADULTERAÇÃO OU TENTATIVA DE FRAUDES.

CERTIFICA

com referência ao(s) feito(s) abaixo mencionado(s), e **DÁ FÉ QUE**, revendo em seu poder e
Cartório os livros e/ou assentamentos das distribuições em curso ou andamento relativos a:
REGISTRO DE PROTESTO DE TÍTULOS, feitos aos CARTÓRIOS DE PROTESTO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS DO DISTRITO FEDERAL, desde a data de fundação
até 01/01/1992 e distribuição de títulos para apontamento,
desde a data de dois de janeiro do ano de 1992 até 18/05/2001
dele verifiquei que ***** NADA CONSTA *****
contra o nome por extenso e CPF/CGC de:
EVANDRO JOSE SCHAPPO,
(IRMANDO SCHAPPO, ILMA ASSUNTA SCHAPPO)
(526.401.089/72).
CERTIDÃO EMITIDA EM: 08/06/2001
***** VALIDA POR 30 (TRINTA) DIAS *****

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

08/06/01



CARTÓRIO DE DISTRIBUIÇÃO
Adriana do Lago de Sá
Escritor Autorizada

EMOLUMENTOS:
Busca.....: R\$ 3,43
Certidão.....: R\$ 2,62
Total.....: R\$ 6,05

CONFERIDO POR

DECRETO - LEI Nº 115 - 25.01.67
REGIMENTO DE CUSTAS



JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL
CARTÓRIO DE DISTRIBUIÇÃO
ANEXO AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TALÃO Nº
20010608 12/4
CRI

Bel.: MC ARTHUR DI ANDRADE CAMARGO
Oficial



CERTIFICA

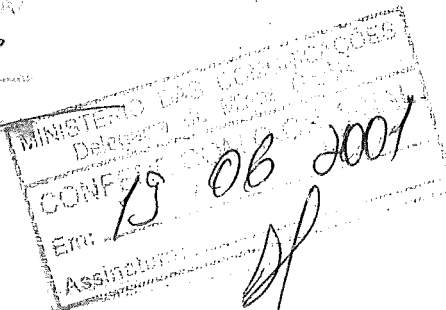
com referência ao(s) feito(s) abaixo mencionado(s), e **DÁ FÉ QUE**, revendo em seu poder e Cartório os livros e/ou assentamentos das distribuições em curso ou andamento relativos a: distribuições CRIMINAIS feitas nas VARAS CRIMINAIS, FALÊNCIAS e CONCORDATAS da JUSTIÇA do DISTRITO FEDERAL e AUDITORIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, desde a data de fundação, até 01/06/2001 dele verificou que ***** NADA CONSTA ***** contra o nome por extenso e CPF/CGC de: **EVANDRO JOSE SCHAPPO**, (IRMANDO SCHAPPO, ILMA ASSUNTA SCHAPPO) (526.401.089/72).

CERTIDAO EMITIDA EM: 08/06/2001

***** VALIDA POR 30 (TRINTA) DIAS *****

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

08/06/01



CARTÓRIO DE DISTRIBUIÇÃO

Adriana do Lago de Sá
Escrivente Autorizada

EMOLUMENTOS:

Busca.....	R\$	5,43
Certidão.....	R\$	2,32
Total.....	R\$	5,75

DOCUMENTO EMITIDO POR PROCESSAMENTO ELETRÔNICO
QUADRO EMENDA OU RASURA SERÁ CONSIDERADA COMO
INDÍCIO DE ADULTERAÇÃO OU TENTATIVA DE FRAUDE.

CONFERIDO POR

DECRETO - LEI Nº 115 - 25.01.67
REGIMENTO DE CUSTAS



JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL
CARTÓRIO DE DISTRIBUIÇÃO
 ANEXO AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TALÃO Nº
 20010608 1274
 CIV



Bel.: MC ARTHUR DI ANDRADE CAMARGO
 Oficial

CERTIFICA

com referência ao(s) feito(s) abaixo mencionado(s), e **DÁ FÉ QUE**, revendo em seu poder e Cartório os livros e/ou assentamentos das distribuições em curso ou andamento relativos a: distribuições CÍVEIS, referentes AÇÕES DE EXECUÇÃO, SUMARISSIMO ORDINÁRIO, DESPEJO, EXECUÇÃO FISCAL, FALÊNCIA E CONCORDATA, DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADE, RENOVATÓRIA, BUSCA E APREENSÃO, DEPOSITO, NOTIFICAÇÃO, PROTESTO CONTRA ALIENAÇÃO DE BENS, COMINATÓRIA, INTERPLAÇÃO, CAUTELARES, SEPARAÇÃO JUDICIAL, DIVÓRCIO JUDICIAL, ANULAÇÃO DE CASAMENTO, SEPARAÇÃO DE CORPUS, ALIMENTOS, e demais feitos, feitas às Varas CÍVEIS, FAZENDA, REGISTRO PÚBLICO, FALÊNCIA E CONCORDATA, FAMÍLIA, ACIDENTE NO TRABALHO, desde a data de fundação até 01/06/2001 dele verifiquei que **** CONSTA **** contra o nome por extenso e CPF/CGC de:

EVANDRO JOSE SCHAPPO,
 (IRMANDO SCHAPPO, ILMA ASSUNTA SCHAPPO)
 (526.401.089/72) o que se segue:

* REINTEGRAÇÃO DE POSSE, Req. p/ PEDRO ERNESTO TRICHES E OUTRA, em 02/02/2001, Dis. p/ VIGESIMA VARA CÍVEL - PLANO PILOTO.

Obs.: ADV. CATARINO LUCCA VL. 100,00.

CERTIDAO EMITIDA EM: 08/06/2001

*** VALIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
 CONFERE COM O ORIGINAL

08.104.110

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS
 PARACATU - MG - (38) 671-4597
 ESTE DOCUMENTO CONFERE C/ SEU ORIGINAL
DOU FÉ 27 JUN. 2001
☐ ADAILTON SILVA
☒ HONÓRIO SILVA MACHADO
☐ LUCIANA PIMENTEL BARBOSA
 TABELIAO
 SUBSTITUTO
 SUBSTITUTA

CARTÓRIO DE DISTRIBUIÇÃO
Adriana de Lago de Sa
 Escrevente Autorizada

EMOLUMENTOS:

Busca.....	R\$	5,45
Certidão.....	R\$	2,32
Total.....	R\$	5,75

Cartório de Distribuição do 1º Ofício de Notas, Cartório de Distribuição do 1º Ofício de Notas, Cartório de Distribuição do 1º Ofício de Notas

DOCUMENTO EMITIDO EM PROCAMISSIVO ELETRÔNICO
 QUALQUER EMENDA OU RASURA SERÁ CONSIDERADA COMO
 INDÍCIO DE ADULTERAÇÃO OU TENTATIVA DE FRAUDE.

DEPARTAMENTO DE REGISTRO DE CUSTAS

DECLARAÇÃO



Os abaixo assinados, dirigentes da Radio e TV Schappo Ltda., declaram que:

a) a entidade não possui autorização para explorar o mesmo tipo de serviço, nas localidades **Atalaia, Major Isidoro, Pilar, União dos Palmares, Estado da Alagoas**, e que não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso venha a ser contemplada com a outorga;

b) a entidade não se encontra declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, ou ainda, não está com o direito de licitar e contratar com o Ministério das Comunicações suspenso;

c) nenhum sócio integra o quadro societário de outra entidade exploradora do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade objeto deste Edital, nem de outras entidades exploradoras de serviços de radiodifusão em localidades diversas, além dos limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

d) nenhum dirigente está no exercício de mandato eletivo, que lhe assegure imunidade parlamentar, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;

e) nenhum dirigente participa da direção de outra entidade executante de serviço de radiodifusão, nem de outras empresas de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, mesmo que a proponente venha a ser contemplada com a outorga.

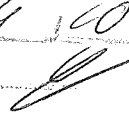
Paracatu, 15 de junho de 2001


Evandro José Schappe

Sócio Gerente

CIC 526.401.089-72

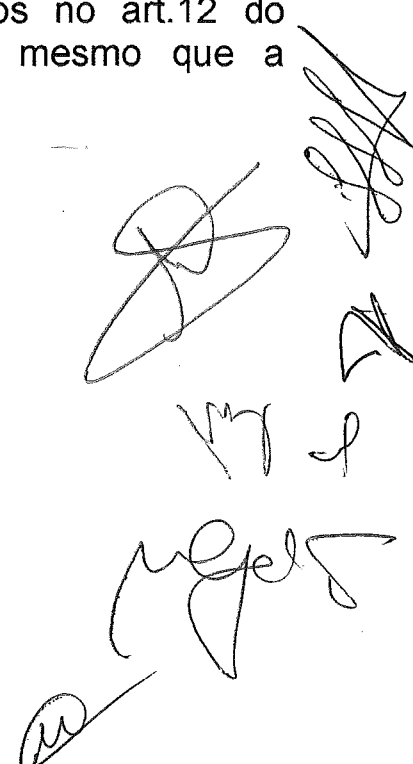
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

08.104.100  Simony Oliveira Martins

Simony Oliveira Martins

Sócia

CIC-012.773.576-33



RADIO E TV SCHAPPO LTDA
CGC : 04.503.353/0001-65
Rua São Gonçalo, 387, Bairro Bela Vista
Paracatu - MG

FL. 01/01



BALANÇO PATRIMONIAL DE ABERTURA REALIZADO EM 20.06.2001

CONTA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERIR COM O ORIGINAL

08/104/10
e

1.	ATIVO			
1. 1.	Ativo Circulante			
1. 1. 1.	Disponível			
1. 1. 1. 02.	Bancos Conta Movimento			
1. 1. 1. 02. 05.	Caixa Economica Federal	2.000,00		2.000,00
TOTAL DO ATIVO				2.000,00

2.	PASSIVO			
2. 2.	Patrimônio Líquido			
2. 2. 1.	Capital			
2. 2. 1. 01.	Capital			
2. 2. 1. 01. 01.	Capital Social	250.000,00		
2. 2. 2.	(-) Capital Social a Integralizar			
2. 2. 2. 01. 01.	EVANDO JOSÉ SCHAPPO	223.000,00		
2. 2. 2. 01. 02.	SIMONY DE OLIVEIRA MARTINS	25.000,00	248.000,00	2.000,00
TOTAL DO PASSIVO				2.000,00

Importa o Presente Balanço Patrimonial do Ativo e Passivo em 20/06/2001 no valor de R\$ 2.000,00
(Dois mil Reais) o qual reconhecemos a sua exatidão

Paracatu, MG, 20 de junho de 2001

EVANDO JOSÉ SCHAPPO
Socio Gerente

GERALDO DAVID DE SOUZA
CRC-MG 069328/0-1
CPF 573.105.136-49
PCA BOV. MAGALHÃES PINTO
338 St. 204 - (38) 3671-3948

Handwritten signatures and initials on the right side of the document.



SERVIÇO PÚBLICO FLU
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
CGC: 20.205.381/0001-52
Oficial: WILMA MELO FRANCO DIAS
Escritor Substº.: IVAN MELO FRANCO DIAS
Rua. Gov. Magalhães Pinto, 333 S/ 104
Paracatú - MG - CEP 38600-000
Fone: (061) 671-2410

CONTRATO SOCIAL



EVANDRO JOSÉ SCHAPPO, brasileiro, casado, natural de Palmitos - Santa Catarina-SC, nascido em 28/12/1965, maior, com residência SMLN MI Trecho 04 Conjunto 01 Chácara 165-A Lago Norte - Brasília-DF, portador da RG 12R1380336, expedida SSP-SC, inscrito CIC nº 526.401.089-72, sendo filho de Irmando Schappo, brasileiro, e Ilma Assunta Schappo, brasileira, e **SIMONY OLIVEIRA MARTINS**, brasileira, solteira, natural de São Sebastião do Paraíso - MG, nascida em 03-05/1980, maior, residente a Av. José Luiz Adjunto nº 1122, Bairro Cachoeira na cidade de Unaí-MG, portadora do RG 12208044, expedida SSP-MG, inscrito CIC nº 012.773.576-33, sendo filha de Sebastião Candido Junior, brasileiro, e Maria Benedita de Oliveira Candido, brasileira, constituem entre si na melhor forma do direito, sociedade por cota de responsabilidade limitada com a finalidade de exploração dos serviços de radiodifusão sonora e televisiva (sons e imagens), cujos negócios serão regidos pelas cláusulas e condições seguintes.

Cláusula Primeira - A sociedade denomina-se "**Rádio e TV SCHAPPO Ltda.**", tendo foro e sede na cidade de Paracatu, Estado de Minas Gerais, na rua São Gonçalo nº 387, Centro, e poderá ter, também sucursais, filiais, agências e escritórios em todo o país, sempre que assim lhe convier e permitirem os poderes públicos.

Cláusula Segunda - Os objetivos expressos da sociedade será o de divulgação de programas de caráter educativo, cultural, informativo e recreativo, promovendo ao mesmo tempo a publicidade comercial para satisfazer os encargos da empresa, sendo que para alcançar o objetivo serão usados os serviços de radiodifusão sonora (produção, geração e transmissão de sons) e televisão (produção, geração e transmissão de sons e imagens) em conformidade com a legislação em vigor, especialmente o que se trata na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, do Decreto 52.026, de 20 de maio de 1963, e modificações posteriores, tudo de acordo com a legislação regedora da matéria.

Cláusula Terceira - A sociedade é constituída para vigência por prazo indeterminado sendo que as atividades de transmissão serão iniciadas após atos de deliberação pelo Órgão competente do serviço a ela outorgado.

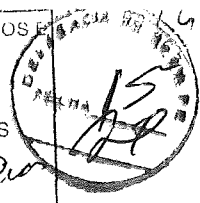
Cláusula Quarta - Toda e qualquer alteração contratual, designação de gerentes, constituição de procurador para prática de atos de gerência ou administração, mudança do estatuto, transferência, direta ou indiretamente da concessão a ela outorgada como também toda exigência legal imposta pela

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
19 08 2001

CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
CGC: 20.205.381/0001-52

Oficial: WILMA MELO FRANCO DIAS
Escrivente Substº.: IVAN MELO FRANCO DIAS
Pça. Gov. Magalhães Pinto, 333 S/ 104
Paracatú - MG - CEP 38600-000



legislação em vigor, especialmente o que se trata na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, do Decreto 52.026, de 20 de maio de 1963, e modificações posteriores, deverão ter a prévia aprovação do Ministério das Comunicações.

Cláusula Quinta - A sociedade se obriga a observar com o rigor que impõe leis, decretos, regulamentos, portarias e quaisquer decisões ou despachos emanados do Ministério das Comunicações vigentes a vigor, referentes à legislação da radiodifusão em geral.

Cláusula Sexta - A sociedade não poderá executar serviços nem deter concessões ou permissões de radiodifusão sonora ou televisiva (sons e imagens) no país, além dos limites previstos pelo Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967.

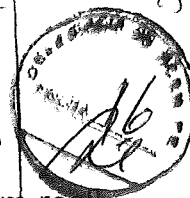
Cláusula Sétima - A sociedade se compromete a manter em seu quadro de funcionários um número mínimo de 2/3 (dois terços) de empregados brasileiros natos;

Cláusula Oitava - O capital social será de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), representado por 250.000 (duzentos e cinquenta mil) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma quota, sendo que 2.000 (duas mil) quotas perfazendo um valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) integralizado neste ato em moeda corrente nacional, 100.000 (cem mil) quotas perfazendo um valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) integralizado até 20 (vinte) dias após a deliberação pelo órgão competente transmissão dos serviços de radiodifusão sonora em moeda corrente nacional, e 148.000 (cento e quarenta e oito mil) quotas perfazendo um valor de R\$ 148.000 (cento e quarenta e oito mil reais) integralizado até 20 (vinte) dias após a deliberação pelo órgão competente da transmissão dos serviços de televisão (sons e imagens) em moeda corrente nacional.

Cláusula Nona - De conformidade com a cláusula oitava, o capital social ficará assim distribuído entre os sócios: **EVANDRO JOSÉ SCHAPPO** com R\$ 225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil reais), representado por 225.000 (duzentas e vinte e cinco mil) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma quota, sendo que 1.800 (mil e oitocentas) quotas perfazendo um valor de R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais) integralizado neste ato em moeda corrente nacional, 90.000 (noventa mil) quotas perfazendo um valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) integralizado até 20 (vinte) dias após a deliberação pelo órgão competente transmissão dos serviços de radiodifusão sonora em moeda corrente nacional, e 133.200 (cento e trinta e três mil e duzentos) quotas perfazendo um valor de R\$ 133.200 (cento e trinta e três mil e duzentos reais) integralizado até 20 (vinte) dias após a deliberação pelo órgão competente da transmissão dos serviços de televisão (sons e imagens) em moeda corrente nacional e **SIMONY OLIVEIRA MARTINS** com R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

CONFIRMAÇÃO DE RECEBIMENTO
Em: 19 06 2001
Assinatura: [assinatura]

CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
CGC: 20.205.381/0001-52
Oficial: WILMA MELO FRANCO DIAS
Escrevente Substº.: IVAN MELO FRANCO DIAS
Pça. Gov. Magalhães Pinto, 333 S/ 104
Paracatu - MG - CEP 38600-000
Fone: (061) 671-2410



mil reais), representado por 25.000 (vinte e cinco mil) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma quota, sendo que 200 (duzentas) quotas perfazendo um valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) integralizado neste ato em moeda corrente nacional, 10.000 (dez mil) quotas perfazendo um valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) integralizado até 20 (vinte) dias após a deliberação pelo órgão competente transmissão dos serviços de radiodifusão sonora em moeda corrente nacional e 14.800 (quatorze mil e oitocentas) quotas perfazendo um valor de R\$ 14.800,00 (quatorze mil e oitocentos reais) integralizado até 20 (vinte) dias após a deliberação pelo órgão competente da transmissão dos serviços de televisão (sons e imagens) em moeda corrente nacional.

Cláusula Décima - A responsabilidade dos sócios é limitada à importância total do capital social.

Cláusula Décima Primeira - A gerência da sociedade será exercida pelo sócio majoritário, que será incumbido de todas as operações e representação da sociedade ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente.

Cláusula Décima Segunda - O sócio no exercício da gerência não terá direito a retirada pró-labore.

Cláusula Décima Terceira - A sociedade é constituída exclusivamente de brasileiros.

Cláusula Décima Quarta - As quotas representativas do capital social são inalienáveis e incaucionáveis direta ou indiretamente a estrangeiros ou pessoas jurídicas, dependendo qualquer alteração contratual de prévia autorização do poder concedente.

Cláusula Décima Quinta - A responsabilidade e orientação intelectual e administrativa da sociedade caberão somente a brasileiros, natos ou como dispuser a Constituição Federal.

Cláusula Décima Sexta - Para os cargos de locutores, redatores e encarregados das instalações elétricas somente serão admitidos brasileiros.

Cláusula Décima Sétima - No caso da transferência ou alienação de quotas de capital, no todo ou em partes, o(s) sócio(s) remanescente(s) terá(ão) preferência para aquisição em igualdade de condições em estranhos.

Cláusula Décima Oitava - O exercício social terminará em 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano, data em que serão levantados o balanço geral das contas de lucros e perdas, do exercício, com observância das prescrições legais.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

08 04 10

[Assinaturas manuscritas]

INVESTIGADO DAS 20h 30m - 2001



Cláusula Vigésima - Os casos não previstos no presente contrato social serão resolvidos de acordo com o que dispõe a Lei nº 3.078, de 10 de janeiro de 1919, e a Lei nº 4.720, de 13 de julho de 1965, que regulam as sociedades por quotas de responsabilidade limitadas.

E por estarem assim justos os contratados, obrigam-se fielmente cumprir em seus termos as cláusulas acima, e assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas exigidas por lei.

Paracatu, 2 de junho de 2001.

12 OFICIO DE NOTAR

40. OFÍCIO DE NOTAS DE BRASÍLIA
W/3 NORTE QD. 504 - ED. MARIANA-TERREO
BRASÍLIA-DF - FONE: (0XX61) 326-5234

RECONHECO, por ter sido lançada em minha
presença a(s) firma(s) de:
0145323-EVANDRO JOSE SCHAPPO.....

Em testemunho da verdade,
BRASÍLIA, 01 de Junho de 2001.

7-GERALDO DIONÍSIO CARDOSO NETO
ESCRIVÃO AUTORIZADO

EVANDRO JOSE SCHAPPO

SIMONY OLIVEIRA MARTINS

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

Dr. EDILSON SANTOS SILVA
Advogado-OAB/SP. 89.974

08.07.10

Testemunha 1

Testemunha 2

CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
CGC: 20.205.381/0001-52
Oficial: WILMA MELO FRANCO DIAS
Escrevente Substº.: IVAN MELO FRANCO DIAS
Pça. Gov. Magalhães Pinto, 333 S/ 104
Paracatu - MG - CEP 38600-000
Fone: (061) 671-2410

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
DE NOTAS
ANTÔNIO LUCAS DA SILVA
TABELÃO SUBSTITUTO
Av. José Luiz Adjuto, 240 - Centro
Unai - Minas Gerais

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
Av. José Luiz Adjuto, 240 - centro FONE (051)365876 (3.0)
RECONHECO POR VERDADEIRA A(S) FIRMA(S) DE:
SIMONY OLIVEIRA MARTINS
UNAC 060 065/01, 08:38:33
EM TEST. 67 DO VERDADE 20015717

Antônio Lucas da Silva

CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E
 REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
 P. R. A. C. A. T. U. - M. G.
 Apresentado hoje para registro, protocolado
 sob nº 1. --- Registrado no livro
 nº A 05 sob o nº 02.269 Averbado
 em PTU, MG 12 / 06 / 2001
Wilma Franco Dias
☐ WILMA FRANCO DIAS (OFICIAL)
☐ IVAN MELO FRANCO DIAS (ESC. SUBSTITUTO)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL



JUSTIÇA DE 1ª INSTÂNCIA

COMARCA DE PARACATU/MG - CARTÓRIO DO DISTRIBUIDOR

CERTIDÃO NEGATIVA

TARCÍSIA AP. RESENDE DIAS, Distribuidora,
Contadora e Tesoureira Judicial II, desta Comarca de Paracatu Estado de
Minas Gerais, na forma da Lei, etc...

CERTIFICA, a pedido verbal de parte interessada
que, revendo em Cartório os livros de Distribuição de Feitos, deles verifiquei
não constar nenhuma distribuição de Ação de Concordata ou Falência
contra: **RADIO E TV SCHAPPO LTDA**, inscrito no CGC sob o nº.
04.503.353/0001-65, no período de 10 (dez) anos. O referido é verdade e
dou fé.

Paracatu/MG, 22 de junho de 2001.

TARCÍSIA AP. RESENDE DIAS
Distribuidora Judicial

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS	
PARACATU - MG - (38) 671-4597	
ESTE DOCUMENTO CONFERE C/ SEU ORIGINAL	
DOU FÉ 27 JUN. 2001	
<input type="checkbox"/> ADAILTON SILVA	TABELIÃO
<input checked="" type="checkbox"/> HONÓRIO SILVA MACHADO	SUBSTITUTO
<input type="checkbox"/> LUCIANA PIMENTEL BARBOSA	SUBSTITUTA

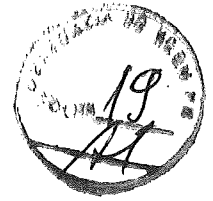


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

COMPROVANTE PROVISÓRIO DE INSCRIÇÃO

18 ✓



NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ
04.503.353/0001-65

VÁLIDO ATÉ
18/08/2001

IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESARIAL(firma, razão social ou denominação comercial)

RADIO E TV SCHAPPO LTDA

QUALIFICAÇÃO

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONOMICA PRINCIPAL

92.21-5/00 - Atividades de radio

ENDEREÇO

LOGRADOURO (rua, avenida, estrada etc.)

RUA SAO GONCALO

COMPLEMENTO (apto, sala, andar)

BAIRRO/DISTRITO

CENTRO

MUNICIPIO

PARACATU

NÚMERO

387

CEP

38600-000

UF TELEFONE/CONTATO

MG (38) 367-16028

Este documento só fará prova de inscrição da pessoa jurídica no CNPJ quando acompanhado do respectivo ato constitutivo ou alterador registrado no órgão competente. O cartão CNPJ será remetido à pessoa jurídica pela Secretaria da Receita Federal.

RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO

UNIDADE CADASTRADORA

0610200-CURVELO

DATA DE EMISSÃO

19/06/2001

CARIMBO/ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO


19
09
01
Vanessa Pereira Alves
CURVELO
CONFERE SUBST. SIN F0050017

MINISTÉRIO DAS RECURSOS
DEPARTAMENTO DE REGISTRO E CONTABILIDADE
CONFERE COM O ORIGINAL
Em: 19.06.2001
Assinatura: [assinatura]

Aprovado pela IN/SRF nº 2/2001

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
08.04.10

[Assinaturas manuais]

 <p>GOVERNO DE MINAS GERAIS SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA</p>	<p>CARTÃO DE INSCRIÇÃO ESTADUAL</p>	
	<p>Nº 470.129756.00-40</p>	
<p>CADASTRO DE CONTRIBUINTE</p>		
<p>NOME COMERCIAL</p> <p>RADIO E TV SCHAPPO LTDA</p>		
<p>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO</p> <p>RADIO E TV SCHAPPO</p>		
<p>CGC</p> <p>00.000.000/0001-65</p>	<p>CAF</p> <p>5411009</p>	<p>NAT. JUR.</p> <p>08</p>
	<p>REG. RECOL.</p> <p>03</p>	<p>CAT. EST.</p> <p>01</p>

MOD. 06.01.37

<p>TIPO/TÍTULO/NOME/NÚMERO</p> <p>RUA SAO GONCALO 387</p>		<p>ENDEREÇO</p>	
<p>COMPL. 1</p>	<p>COMPL. 2</p>	<p>COMPL. 3</p>	
<p>BAIRRO</p> <p>CENTRO</p>		<p>DISTRITO</p>	
<p>MUNICÍPIO</p> <p>PARACATU</p>		<p>CEP</p> <p>38600-000</p>	<p>UF</p> <p>MG</p>
<p>DATA DE INSCRIÇÃO</p> <p>25.06.2001</p>		<p>DATA DE EMISSÃO</p> <p>25.06.2001</p>	

MOD. 06.01.37 (VERSO)

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS

PARACATU - MG - (38) 671-4597

ESTE DOCUMENTO CONFERE C/ SEU ORIGINAL

DOU FÉ 27 JUN. 2001

<input type="checkbox"/> ADAILTON SILVA	TABELIÃO
<input checked="" type="checkbox"/> HONÓRIO SILVA MACHADO	SUBSTITUTO
<input type="checkbox"/> LUCIANA PIMENTEL BARBOSA	SUBSTITUTA

MINISTÉRIO DA COMUNICAÇÃO
CONFERE COM O ORIGINAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE
PARACATU

ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA - DEPARTAMENTO DE RECEITAS
DIVISAO DE FISCALIZACAO E ARRECADACAO

ALVARA DE LICENCA PARA
LOCALIZACAO E FUNCIONAMENTO

EXERCICIO
2001

NUMERO
0000321

CONCEDIDO A

NOME: RADIO E TV SCHAPPO LTDA.

ENDEREÇO: R. SAO GONCALO

387 /

BAIRRO: BELA VISTA

ESTADO(UF):

C.E.P.: 00.000.000

INSC.MUNICIPAL: 01.01.0007130

C.B.C./C.P.F....: 04.503.353/0001.65

INSC.ESTADUAL : 000.000000.0000

INICIO ATIVIDADE: 21/06/2001

COM A SEGUINTE ATIVIDADE PRINCIPAL

RADIODIFUSAO.

ENQUANTO SATISFAZER AS EXIGENCIAS DA LEGISLACAO EM VIGOR, PARA FUNCIONAMENTO
NOS SEGUINTE HORARIOS:

HORARIO NORMAL

DE 08:00 Hs. AS 18:00 Hs.

HORARIO ESPECIAL

RESTRICOES

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

DATA DE EMISSAO

20/06/2001

DATA DE VENCIMENTO

31/12/2001

Assinatura de Roberto Candido Meireles
Diretor do Depto. de Receitas
Portaria Nº 05 de 02/01/2001

Vera Lúcia Lemos Campos Botelho
Secretária de Fazenda e Administração
Portaria Nº 09 de 02-01-2001

AVISO

O PRESENTE ALVARA DEVERA SER FIXADO EM LUGAR VISIVEL E RENOVADO
ANUALMENTE

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS

PARACATU - MG - (38) 671-4597

ESTE DOCUMENTO CONFERE COM SEU ORIGINAL

DOU FÉ 27 JUN 2001

☐ ADAILTON SILVA
☒ HONÓRIO SILVA MACHADO
☐ LUCIANA PIMENTEL BARBOSA

TABELIÃO
SUBSTITUTO
SUBSTITUTA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

Nº004922001-2300

DADOS DO CONTRIBUINTE:

CNPJ:04.503.353/0001-65
NOME:RADIO E TV SCHAPPO LTDA
ENDEREÇO:RUA SAO GONCALO NR. 387
BAIRRO ou DISTRITO:CENTRO
MUNICÍPIO:PARACATU
ESTADO:MG
CEP:38600-000

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL



FINALIDADE DA CERTIDÃO:

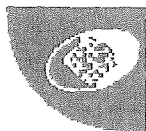
LICITACAO E CONTRATACAO COM O PODER PUBLICO E NO RECEBIMENTO DE BENEFICIO O INCENTIVO FISCAL OU CREDITICIO POR ELE CONCEDIDO, DESDE QUE NAO IMPLIQUE E ALIENACAO OU ONERACAO, A QUALQUER TITULO, DE BEM MOVEL OU IMOVEL, OU DIREIT A ELES RELATIVOS.

E CERTIFICADO, NA FORMA DO DISPOSITIVO NA LEI 8.212/1991, E SUAS ALTERACOES, QU PARA A FINALIDADE DISCRIMINADA, INEXISTE DEBITO IMPEDITIVO A EXPEDICAO DEST CERTIDAO EM NOME DO CONTRIBUINTE ACIMA IDENTIFICADO, RESSALVANDO AO INSS DIREITO DE COBRAR QUALQUER IMPORTANCIA QUE VENHA A SER CONSIDERADA DEVIDA. VALIDA PARA TODOS OS ESTABELECIMENTOS DA EMPRESA, MATRIZ E FILIAIS.

A ACEITACAO DA PRESENTE CERTIDAO ESTA CONDICIONADA A VERIFICACAO DE SU VALIDADE, EXCLUSIVAMENTE PELO ACEITANTE, NA INTERNET NO ENDERECC www.previdenciasocial.gov.br, OU JUNTO A PREVIDENCIA SOCIAL. DEVENDO SER OBSE DA A FINALIDADE PARA QUAL FOI EMITIDA.

EMITIDA EM, 27 DE JUNHO DE 2001.
VALIDA POR 60 DIAS DA DATA DA SUA EMISSAO.

PREVIDÊNCIA SOCIAL. A SEGURADORA DO TRABALHADOR BRASILEIRO.



[Handwritten signatures and stamps at the bottom of the document, including a large signature and a stamp with the word 'RECEBIDO' and the date '27/06/01']



Inscrição : 04503353/0001-65
Razão Social : RADIO E TV SCHAPPO LTDA
Endereço : RUA SAO GONÇALO 387 / CENTRO / PARACATU / MG / 38600-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 20/06/2001 a 19/07/2001

Codificação Número: 2001062000009593902001

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

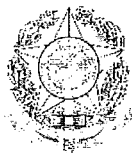
08 04 10

Informação obtida em 27/06/2001, às 05:56.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br

[Handwritten signatures and marks]

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL



Ministério da Fazenda

Secretaria da Receita Federal

Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais

Nome: **RADIO E TV SCHAPPO LTDA**
CNPJ: **04.503.353/0001-65**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas aos tributos e contribuições federais administrados pela Secretaria da Receita Federal.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta Secretaria da Receita Federal, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Certidão expedida com base na IN/SRF nº 96, de 23 de outubro de 2000.

Emitida às **06:59:16** do dia **20/06/2001** (hora e data de Brasília).
Válida por seis meses a partir da data de emissão.

Código de controle da certidão: **1805.4B89.3AB0.3733**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal (<http://www.receita.fazenda.gov.br/>).

A certidão expedida em nome de pessoa jurídica abrange exclusivamente o estabelecimento identificado no CNPJ.



SECRETARIA DE ESTADO DA
FAZENDA DE MINAS GERAIS

REQUERIMENTO/CERTIDÃO DE DÉBITO

PROTOCOLO

PROCURADORIA: São Francisco

UF: MG

PROTOCOLO Nº 472442
AF/II/PARACATU 27 JUN 2001
RESPONSÁVEL

TAXA EXP. RECOLHIDA PELA DAE Nº

DE 27 / 06 2001

BANCO: Itau

REQUERENTE

RAZÃO SOCIAL / NOME

Radio e TV Schappo Ltda

RUA / AV. / PQ.

Rua

NOME DO LOGRADOURO

São Gonçalo

NÚMERO

387

COMPLEMENTO

Nº COMPL.

MUNICÍPIO

Paracatu

ESTADO

MG

CNPJ

04 503 353/0001-65

INSCRIÇÃO ESTADUAL

470.129.756.00-40

CPF

DV

INSCRIÇÃO DE PROD. RURAL

CÓD. ATIV. ECONÔMICA

FINALIDADE

Licitação Publica

LOCAL:

Paracatu

27 DE junho

DE 2001

NOME DO SIGNATÁRIO: Joao Batista Carvalho Faria

CARGO: Procurador

ASSINATURA:

IDENTIDADE: 10158

CERTIDÃO

☒ NEGATIVA

☐ POSITIVA

☐ POSITIVA COM EFEITO DE CERTIDÃO NEGATIVA
(VER RESSALVA)

CERTIFICAMOS QUE EM NOME DO REQUERENTE ~~CONSTA~~ NÃO CONSTA, ATÉ A PRESENTE DATA, DÉBITO CONFORME ABAIXO INDICADO.

É DE SESENTA (60) DIAS O PRAZO DE VALIDADE DA PRESENTE CERTIDÃO.

Nº DO PTA	Nº INSC. DÍVIDA ATIVA	DATA DA INSCRIÇÃO	VALOR TOTAL DO CRÉD. TRIB.	FASE DA COBRANÇA
			<div>CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS PARACATU - MG - (38) 671-4597 ESTE DOCUMENTO CONFERE O SEU ORIGINAL DOU FÉ 27 JUN. 2001 <input type="checkbox"/> ADAILTON SILVA <input checked="" type="checkbox"/> HONÓRIO SILVA MACHADO <input type="checkbox"/> LUCIANA PIMENTEL BARBOSA</div>	<div>TABELÃO SUBSTITUTO SUBSTITUTA</div>

RESGUARDA-SE O DIREITO DE A FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL VIR A CONSTITUIR NOVOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DA RESPONSABILIDADE DO REQUERENTE E QUE, ATÉ ESTA DATA, AINDA NÃO FORAM APURADOS OU LANÇADOS

RESSALVA:

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

O PRAZO DE VALIDADE
DESTA CERTIDÃO É
DE 60 (SESENTA) DIAS

QUALQUER RASURA, BORRÃO OU EMENDA, ANULA A PRESENTE CERTIDÃO QUE SÓ TEM VALIDADE NA SUA FORMA ORIGINAL.

RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO

27.06.2001

DATA

ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO

3627577

MASP.

HOMOLOGO

27.06.2001

DATA

AUTORIDADE EXPEDIENTE

JOSE C. GUIMARÃES
FISCAL FAZENDARIA AF/II/PARACATU
262.943.4

MASP.

CARIMBO DA REPARTIÇÃO
FAZENDÁRIA



PREFEITURA MUNICIPAL DE
PARACATU

ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA - DEPARTAMENTO DE RECEITAS
DIVISAO DE FISCALIZACAO E ARRECADACAO

CERTIDAO NEGATIVA/POSITIVA DE DEBITOS MUNICIPAIS 2001

NOME: RADIO E TV SCHAPPO LTDA.
ENDERECO: R. SAO GONCALO 387
BAIRRO: BELA VISTA
INSC.MUNICIPAL.: 01.01.0007130 C.G.C./C.F.F....: 04.503.353/0001.65
ESTADO(UF): MG C.E.F.: 00.000.000
INSC.ESTADUAL : 000.000000.0000

FINALIDADE: PARA FINS DE LICITACAO.

CERTIDAO N. 000157

Ressalvado a Fazenda Municipal, o direito de cobrar, quaisquer debi-
que venham a ser apurados apos o fornecimento desta, certifico que em nome
requerente, nao existe debito em aberto ate a presente data referente ao(
tributo(s)): MUNICIPAIS.

SERVICO PUBLICO FLOR
MINISTERIO DAS COMUNICACOES
CONFERE COM O ORIGINAL

PARACATU

, 20 DE Junho

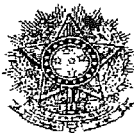
DE 2001

Assinado por
Roberto Candido Meireles
Diretor do Depto. de Receitas
Portaria N° 05 de 02/01/2001

VALIDADE: 20/09/2001

QUALQUER RASURA INVALIDA A CERTIDAO.

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS	
PARACATU - MG - (38) 671-4597	
ESTE DOCUMENTO CONFERE C/ SEU ORIGINAL	
DOU FÉ 27 JUN 2001	
<input type="checkbox"/> ADAILTON SILVA	TABELÃO
<input checked="" type="checkbox"/> HONÓRIO SILVA MACHADO	SUBSTITUTO
<input type="checkbox"/> LUCIANA PIMENTEL BARBOSA	SUBSTITUTA



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

GOV. DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

CERTIDÃO QUANTO À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO
NEGATIVA



CNPJ
04.503.353/0001-65

Nome Completo
RADIO E TV SCHAPPO LTDA

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifica-se, para os fins de direito, que, analisados os registros da Dívida Ativa da União, verificou-se a **NÃO EXISTÊNCIA de INSCRIÇÕES** em nome do contribuinte acima identificado. E, para constar, foi extraída, por intermédio da Internet (rede mundial de computadores), esta certidão **NEGATIVA**.

ASPECTOS JURÍDICOS DE VALIDADE

Esta certidão é fornecida gratuitamente tendo validade por 30 dias (Portaria PGFN nº 22, de 19 de janeiro de 2001), não prevalecendo sobre certidões emitidas posteriormente.

Decreto-lei nº 147, de 03 de fevereiro de 1967: "Art. 62. Em todos os casos em que a lei exigir a apresentação de provas de quitação de tributos federais, incluir-se-á, obrigatoriamente, dentre aquelas, a certidão negativa de inscrição de dívida ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional competente."

ASPECTOS TÉCNICOS DE VALIDADE

Emissão às 09:46:59 do dia 21/06/2001

Código de Controle da Certidão: 2449.7EB4.33DB.515B

Tanto a veracidade da informação quanto a manutenção da condição de não devedor poderá ser verificada na seguinte página na Internet: <http://www.pgfn.fazenda.gov.br>

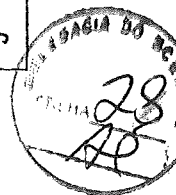
Atenção: Qualquer rasura ou emenda INVALIDARÁ este documento.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

08/04/10

CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
CGC: 20.205.381/0001-52

Oficial: WILMA MELO FRANCO DIAS
Escrevente Substº.: IVAN MELO FRANCO DIAS
Pça. Gov. Magalhães Pinto, 333 S/ 104
Paracatú - MG - CEP 38600-000
Fone: (061) 671-2410



CONTRATO SOCIAL

EVANDRO JOSÉ SCHAPPO, brasileiro, casado, natural de Palmitos-Santa Catarina-SC, nascido em 28/12/1965, maior, com residência SMLN MI Trecho 04 Conjunto 01 Chácara 165-A Lago Norte - Brasília-DF, portador da RG 12R1380336, expedida SSP-SC, inscrito CIC nº 526.401.089-72, sendo filho de Irmando Schappo, brasileiro, e Ilma Assunta Schappo, brasileira, e **SIMONY OLIVEIRA MARTINS**, brasileira, solteira, natural de São Sebastião do Paraíso - MG, nascida em 03-05/1980, maior, residente a Av. José Luiz Adjunto nº 1122, Bairro Cachoeira na cidade de Unaí-MG, portadora do RG 12208044, expedida SSP-MG, inscrito CIC nº 012.773.576-33, sendo filha de Sebastião Candido Junior, brasileiro, e Maria Benedita de Oliveira Candido, brasileira, constituem entre si na melhor forma do direito, sociedade por cota de responsabilidade limitada com a finalidade de exploração dos serviços de radiodifusão sonora e televisiva (sons e imagens), cujos negócios serão regidos pelas cláusulas e condições seguintes.

Cláusula Primeira - A sociedade denomina-se "**Rádio e TV SCHAPPO Ltda.**", tendo foro e sede na cidade de Paracatu, Estado de Minas Gerais, na rua São Gonçalo nº 387, Centro, e poderá ter, também sucursais, filiais, agências e escritórios em todo o país, sempre que assim lhe convier e permitirem os poderes públicos.

Cláusula Segunda - Os objetivos expressos da sociedade será o de divulgação de programas de caráter educativo, cultural, informativo e recreativo, promovendo ao mesmo tempo a publicidade comercial para satisfazer os encargos da empresa, sendo que para alcançar o objetivo serão usados os serviços de radiodifusão sonora (produção, geração e transmissão de sons) e televisão (produção, geração e transmissão de sons e imagens) em conformidade com a legislação em vigor, especialmente o que se trata na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, do Decreto 52.026, de 20 de maio de 1963, e modificações posteriores, tudo de acordo com a legislação regedora da matéria.

Cláusula Terceira - A sociedade é constituída para vigência por prazo indeterminado sendo que as atividades de transmissão serão iniciadas após atos de deliberação pelo Órgão competente do serviço a ela outorgado.

Cláusula Quarta - Toda e qualquer alteração contratual, designação de gerentes, constituição de procurador para prática de atos de gerência ou administração, mudança do estatuto, transferência, direta ou indiretamente da concessão a ela outorgada como também toda exigência legal imposta pela



legislação em vigor, especialmente a que se trata na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, do Decreto 52.026, de 20 de maio de 1963, e modificações posteriores, deverão ter a prévia aprovação do Ministério das Comunicações.

Cláusula Quinta - A sociedade se obriga a observar com o rigor que impõe leis, decretos, regulamentos, portarias e quaisquer decisões ou despachos emanados do Ministério das Comunicações vigentes a vigor, referentes à legislação da radiodifusão em geral.

Cláusula Sexta - A sociedade não poderá executar serviços nem deter concessões ou permissões de radiodifusão sonora ou televisiva (sons e imagens) no país, além dos limites previstos pelo Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967.

Cláusula Sétima - A sociedade se compromete a manter em seu quadro de funcionários um número mínimo de 2/3 (dois terços) de empregados brasileiros natos;

Cláusula Oitava - O capital social será de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), representado por 250.000 (duzentos e cinquenta mil) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma quota, sendo que 2.000 (duas mil) quotas perfazendo um valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) integralizado neste ato em moeda corrente nacional, 100.000 (cem mil) quotas perfazendo um valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) integralizado até 20 (vinte) dias após a deliberação pelo órgão competente transmissão dos serviços de radiodifusão sonora em moeda corrente nacional, e 148.000 (cento e quarenta e oito mil) quotas perfazendo um valor de R\$ 148.000 (cento e quarenta e oito mil reais) integralizado até 20 (vinte) dias após a deliberação pelo órgão competente da transmissão dos serviços de televisão (sons e imagens) em moeda corrente nacional.

Cláusula Nona - De conformidade com a cláusula oitava, o capital social ficará assim distribuído entre os sócios: **EVANDRO JOSÉ SCHAPPO** com R\$ 225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil reais), representado por 225.000 (duzentas e vinte e cinco mil) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma quota, sendo que 1.800 (mil e oitocentas) quotas perfazendo um valor de R\$ 1.800,00 (mil e oitocentas reais) integralizado neste ato em moeda corrente nacional, 90.000 (noventa mil) quotas perfazendo um valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) integralizado até 20 (vinte) dias após a deliberação pelo órgão competente transmissão dos serviços de radiodifusão sonora em moeda corrente nacional, e 133.200 (cento e trinta e três mil e duzentos) quotas perfazendo um valor de R\$ 133.200 (cento e trinta e três mil e duzentos reais) integralizado até 20 (vinte) dias após a deliberação pelo órgão competente da transmissão dos serviços de televisão (sons e imagens) em moeda corrente nacional e **SIMONY OLIVEIRA MARTINS** com R\$ 25.000,00 (vinte e cinco



mil reais), representado por 25.000 (vinte e cinco mil) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma quota, sendo que 200 (duzentas) quotas perfazendo um valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) integralizado neste ato em moeda corrente nacional, 10.000 (dez mil) quotas perfazendo um valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) integralizado até 20 (vinte) dias após a deliberação pelo órgão competente transmissão dos serviços de radiodifusão sonora em moeda corrente nacional e 14.800 (quatorze mil e oitocentas) quotas perfazendo um valor de R\$ 14.800,00 (quatorze mil e oitocentos reais) integralizado até 20 (vinte) dias após a deliberação pelo órgão competente da transmissão dos serviços de televisão (sons e imagens) em moeda corrente nacional.

Cláusula Décima - A responsabilidade dos sócios é limitada à importância total do capital social.

Cláusula Décima Primeira - A gerência da sociedade será exercida pelo sócio majoritário, que será incumbido de todas as operações e representação da sociedade ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente.

Cláusula Décima Segunda - O sócio no exercício da gerência não terá direito a retirada pró-labore.

Cláusula Décima Terceira - A sociedade é constituída exclusivamente de brasileiros.

Cláusula Décima Quarta - As quotas representativas do capital social são inalienáveis e incaucionáveis direta ou indiretamente a estrangeiros ou pessoas jurídicas, dependendo qualquer alteração contratual de prévia autorização do poder concedente.

Cláusula Décima Quinta - A responsabilidade e orientação intelectual e administrativa da sociedade caberão somente a brasileiros, natos ou como dispuser a Constituição Federal.

Cláusula Décima Sexta - Para os cargos de locutores, redatores e encarregados das instalações elétricas somente serão admitidos brasileiros.

Cláusula Décima Sétima - No caso da transferência ou alienação de quotas de capital, no todo ou em partes, o(s) sócio(s) remanescente(s) terá(ão) preferência para aquisição em igualdade de condições em estranhos.

Cláusula Décima Oitava - O exercício social terminará em 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano, data em que serão levantados o balanço geral das contas de lucros e perdas, do exercício, com observância das prescrições legais;



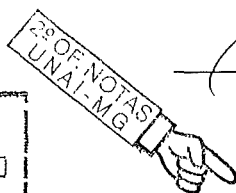
Parágrafo único - Será levantado um primeiro balanço geral em 15 de junho de 2001.

Cláusula Décima Nona - Fica eleito o foro da sede da comarca do município de Paracatu, estado de Minas Gerais, para solucionar qualquer dissídio entre partes contratantes, renunciando-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Cláusula Vigésima - Os casos não previstos no presente contrato social serão resolvidos de acordo com o que dispõe a Lei nº 3.078, de 10 de janeiro de 1919, e a Lei nº 4.720, de 13 de julho de 1965, que regulam as sociedades por quotas de responsabilidade limitadas.

E por estarem assim justos os contratados, obrigam-se fielmente cumprir em seus termos as cláusulas acima, e assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas exigidas por lei.

Paracatu, 2 de junho de 2001.



EVANDRO JOSÉ SCHAPPO

SIMONY OLIVEIRA MARTINS

Dr. EDILSON SANTOS SILVA
Advogado - OAB/SR. 89.524

Testemunha 1

Testemunha 2

CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
CGC: 20.205.381/0001-52
Círculo: WILMA MELO FRANCO DIAS
Escritor Substº.: IVAN MELO FRANCO DIAS
Pça. Gov. Magalhães Pinto, 333 S/ 104
Paracatu - MG - CEP 38600-000
Fone: (061) 371-2410

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS FONE: (061) 371-2410
Av. José Luiz Adjuto, 240 - Centro FONE: (061) 371-1380
RECONHEÇO POR VERDADEIRA A(S) FIRMA(S) DE:
SIMONY OLIVEIRA MARTINS*****
UNAI-MG 06/06/01 08:38:18
EM TEST. DA VERDADE 0001573A

Antônio Lucas da Silva

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
DE NOTAS
ANTÔNIO LUCAS DA SILVA
TABELIÃO SUBSTITUTO
Av. José Luiz Adjuto, 240 - Centro
Unai - Minas Gerais

40. OFÍCIO DE NOTAS DE BRASÍLIA
W/3 NORTE OD. 504 - ED. MARIANA-TERREO
BRASÍLIA-DF - FONE: (0XX61) 326-5234

RECONHEÇO, por ter sido lançada em minha
presença a(s) firma(s) de:
146323-EVANDRO JOSÉ SCHAPPO.....

Em testemunha da verdade,
BRASÍLIA, 01 de junho de 2001

017-GERALDO VIONÍSIO CARDOSO NETO
ESCRITÓRIO AUTORIZADO

PTU/MG	12	405	sob o nº	02.269
WILMA MELO FRANCO DIAS (OFICIAL)	12	12	1061	2001
IVAN MELO FRANCO DIAS (ESC. SUBSTITUTO)	12	12	1061	2001

Gratificação para registro, protocolado
Registrado no livro
Averçado



PROCURAÇÃO

Radio e TV SCHAPPO Ltda. , Localizada a Rua São Gonçalo n.º 387 , Centro, na cidade de Paracatu – MG , Inscrita CNPJ-MF Sob. N.º 04.503.353/0001-65, nomeia e constitui seu bastante **procurador Vanderlei Vieira** , RG 73.697-SSP-AL , CPF 412.739.074-34 a quem outorga poderes para representá-la em todos os atos da Concorrência n.º **13/2001-SSR/MC**, promovida pelo Ministério das Comunicações, podendo apresentar Documentação de Habilitação, Proposta Técnica e Proposta de Preço pela Outorga, passar recibo, rubricar documentos, apresentar impugnações, assinar lista de presença e atas, desistir de prazo recursal, interpor recursos e impugná-los, ter vista dos autos, bem como praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato.

Brasília , 22 de Junho de 2001


Evandro José Schappo
Sócio Gerente
CPF 526.401.089-72

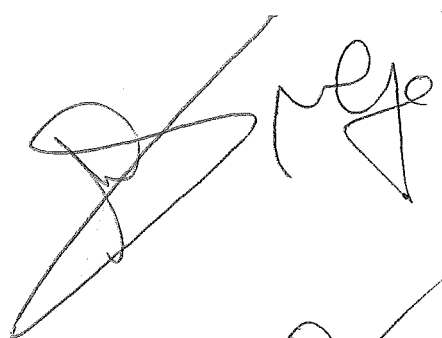





 Leônidas

4. OFÍCIO DE NOTAS DE BRASÍLIA
W3 NORTE 90 - 304 - ED. MARIANA - TERREO
BRASÍLIA - DF - FONE (0XX61) 326-5234

RETENÇÃO por ter sido lançada em minha
presença da(s) firma(s) de:
CLAUDETE EVANDRO JOSE SCHAPPO.....

Em testemunho de verdade,
BRASÍLIA, 22 de Junho de 2001

01 - EDMUNDO ARIESTIDES PEREIRA
SECRETÁRIO AUTORIZADO
LFRC

ESTADO DE ALAGOAS 29 via
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO



Handwritten signature of the cardholder

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE



DELEGACIA DO REGISTRO CIVIL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONFIRMAÇÃO DO ORIGINAL

Handwritten signature

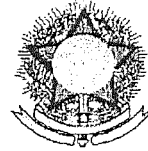
Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO

CONCORRÊNCIA Nº 013/2001 - SSR/MC

LISTA DE PRESENÇA DAS PROPONENTES

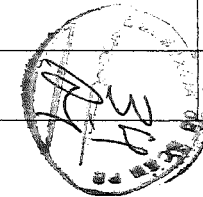
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
CONFERÊNCIA ORIGINAL
FOLHA: _____

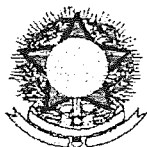
DATA: 03/07/2001

SERVIÇO: FREQUÊNCIA MODULADA

LOCALIDADES: MAJOR ISIDORO, PILAR, UNIÃO DOS PALMARES E ATALAIA/AL

Razão Social da Proponente	Nome do representante legal ou procurador	Assinatura	Rubrica	RG nº / UF	
Sist. Costa Moura da Radiodifusão	JOSÉ QUEIROZ DE OLIVEIRA			1.259.704	Sócio/Acionista (X) Procurador ()
Rádio e TV SEMPINO	WANDERLEY VIEIRA			723.097	Sócio/Acionista () Procurador (X)
Alagas Comunicação Ltda	Maura Betaine Botelho Alves			278.331-AL	Sócio/Acionista (X) Procurador ()
Rádios e TV Caldas Ltda	Maura Betaine Botelho Alves			278.331-AL	Sócio/Acionista () Procurador (X)
Rádio Helica FM Ltda	MARCELANO GUARDES COSTA			1.241.887-AL	Sócio/Acionista (X) Procurador ()
Rádio Atalaia 1490	OTAVIO LIMA			915.930	Sócio/Acionista () Procurador ()
Rádio Guar do Sertão	José Pedroso V. Costa			158.402 AL	Sócio/Acionista () Procurador (X)
Rádio FM São João	José Edson do Lago			299.870	Sócio/Acionista () Procurador (X)
					Sócio/Acionista () Procurador ()
					Sócio/Acionista () Procurador ()





CONCORRÊNCIA Nº 013/2001 – SSR/MC

FOLHA:

LOCALIDADE: MAJOR ISIDORO, PILAR, UNIÃO DOS PALMARES E ATALAIA / AL

[illegible]

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ASSESSORAMENTO TÉCNICO DE ÂMBITO ESTADUAL



ATA DA CONCORRÊNCIA Nº 013/2001-SSR/MC

ATA DA REUNIÃO DE RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E DAS PROPOSTAS TÉCNICAS E DE PREÇO PARA AS LOCALIDADES DE MAJOR ISIDORO, PILAR, UNIÃO DOS PALMARES, ATALAIA NO ESTADO DE ALAGOAS.

Aos 03 (três) dias do mês de julho de 2001, às 09:00 horas, no Auditório da Delegacia do Ministério das Comunicações no Estado de Pernambuco, situado na Rua Quarenta e Oito, 149 – Espinheiro, Recife/PE, sobre a supervisão e controle da Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria Ministerial nº 811 de 29 de dezembro de 1997, publicada no DOU de 30 de dezembro de 1997, reuniu-se a Comissão de Assessoramento Técnico de Âmbito Estadual, constituída pela Portaria do Presidente da Comissão Especial de Licitação, nº 09, de 16 de outubro de 2000, publicada no DOU de 17 de outubro de 2000, com a participação de seu Presidente Paulo Roberto de Avelar Baltar, e dos titulares Marcos José Gomes Galvão e Silvana de Araújo Andrade. Deu-se início à reunião para recebimento e rubrica dos invólucros contendo Documentação de Habilitação, as Propostas Técnicas e as Propostas de Preço pela outorga dos interessados nessa licitação, que objetiva a outorga de permissão para exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, nas localidades de **MAJOR ISIDORO, PILAR, UNIÃO DOS PALMARES E ATALAIA**, no Estado de Alagoas, indicado no Anexo I do Edital nº 013/2001-SSR/MC, publicado do Diário Oficial da União em 19 de abril de 2001, processando os trabalhos na seqüência seguinte: 1) aberta a sessão, pontualmente às 09:00hs, estando presentes os mesmo que subscrevem a presente ata; 2) assinatura da lista de presença dos representantes legais das licitantes ou dos seus procuradores legalmente constituídos, bem como da lista de presença do público, que serão anexadas à presente ata; 3) entrega dos invólucros a Comissão de Assessoramento Técnico pelos representantes das Proponentes que se apresentaram, pela seguinte ordem: **RÁDIO E TV CALDAS LTDA., RÁDIO LUAR DO SERTÃO LTDA., RÁDIO E TV SCHAPPO LTDA., ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA., SISTEMA COSTA DOURADA DE RADIODIFUSÃO LTDA. E RÁDIO FM ATALAIA LTDA.**; 4) rubrica da documentação por localidade de execução do serviço contendo os Documentos de Habilitação, Propostas Técnicas e de Preço, por todos os Membro da Comissão e pelos respectivos representantes legais das licitantes, ou por seus procuradores legalmente constituídos, que apresentaram propostas para aquela localidade de execução do serviço presente à reunião; 5) abertura dos invólucros de Documentação de Habilitação para as localidades de **MAJOR ISIDORO, PILAR, UNIÃO DOS PALMARES E ATALAIA**, Estado de Alagoas, indicado no Anexo I do Edital; 6) a proponente **RADIO E TV CALDAS LTDA.**, apresentou documentação de Habilitação contendo 33 folhas, a proponente **RÁDIO LUAR DO SERTÃO LTDA**, apresentou documentação de Habilitação contendo 69 folhas, a proponente **RÁDIO DE TV SCHAPPO LTDA.**, apresentou documentação de Habilitação contendo 32 folhas, a proponente **ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA.**, apresentou documentação de Habilitação contendo 33 folhas, a proponente **SISTEMA COSTA DOURADA DE RADIODIFUSÃO LTDA.**, apresentou documentação de Habilitação contendo 44 folhas, e a proponente **RÁDIO FM ATALAIA LTDA.**, apresentou documentação de Habilitação contendo 51 folhas; 7) a proponente **SISTEMA COSTA DOURADA DE RADIODIFUSÃO LTDA.**, apresentou invólucro contendo Documentação

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERIR COM O ORIGINAL

em

08

out 20

2001

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]


[Handwritten signature]



de Habilitação, Propostas Técnicas e de Preço para as localidades de MAJOR ISIDORO, PILAR, UNIÃO DOS PALMARES E ATALAIA, a proponente RÁDIO E TV SCHAPPO LTDA., apresentou invólucro contendo Documentação de Habilitação, Propostas Técnicas e de Preço para as localidades de MAJOR ISIDORO, PILAR, UNIÃO DOS PALMARES E ATALAIA, a proponente ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA., apresentou invólucro contendo Documentação de Habilitação, Propostas Técnicas e de Preço para as localidades de MAJOR ISIDORO, PILAR, UNIÃO DOS PALMARES E ATALAIA, a proponente RÁDIO E TV CALDAS LTDA., apresentou invólucro contendo Documentação de Habilitação, Propostas Técnicas e de Preço para as localidades de MAJOR ISIDORO, PILAR, UNIÃO DOS PALMARES E ATALAIA, a proponente RÁDIO FM ATALAIA LTDA., apresentou invólucro contendo Documentação de Habilitação, Propostas Técnicas e de Preço para as localidades de MAJOR ISIDORO, PILAR, UNIÃO DOS PALMARES E ATALAIA, e a proponente RÁDIO LUAR DO SERTÃO LTDA., apresentou invólucro contendo Documentação de Habilitação, Propostas Técnicas e de Preço para a localidade de MAJOR ISIDORO; 8) a proponente Rádio FM Atalaia Ltda., apresentou os invólucro contendo a proposta técnica e de preço pela outorga, na razão social colocou nome de Rádio FM Major Isidoro Ltda., na etiqueta externa para a localidade de Major Isidoro e para a localidade de Pilar colocou Rádio FM Pilar Ltda., contudo, afirma o representante da proponente que nos interiores dos invólucros contendo proposta técnica e de preço estar devidamente correto no nome da proponente Rádio FM Atalaia Ltda. para as referidas localidades; 9) o procurador da proponente Rádio FM Atalaia Ltda., fez constar em ata que o contrato social da proponente Rádio e TV Caldas Ltda., não estava registrado na Junta Comercial; 9) a procuradora da proponente da Rádio e TV Caldas Ltda., fez constar em ata que o Contrato Social estar registrado conforme legislação pertinente no Cartório de Pessoa Jurídica no Livro A; 10) os invólucros das Propostas Técnicas e de Preço pela outorga foram colocados separadamente por localidades, em envelopes, lacrados e rubricados pelos Membros da Comissão de Assessoramento Técnico e pelos respectivos representantes legais das licitantes; 11) entrega às proponentes os protocolos de recebimentos dos invólucros; 12) Foi declarado, pelo senhor Presidente da Comissão, a finalização dos trabalhos da presente Reunião, às 11:20 horas. Nada havendo a acrescentar aos fatos relatados, foi lavrada a presente Ata, que depois de lida e aprovada, vai assinada pelos Membros da Comissão de Assessoramento Técnico de Âmbito Estadual e pelo Proponente presente.

COMISSÃO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO DE ÂMBITO ESTADUAL:

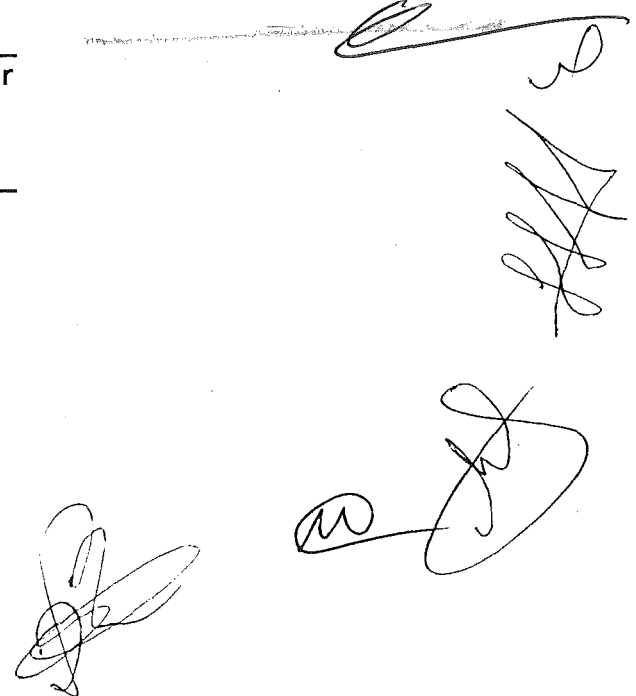

Paulo Roberto de Avelar Baltar – Presidente


Marcos José Gomes Galvão – Membro Titular


Silvana de Araújo Andrade - Membro Titular

RECEBUEMOS DO PROPOSTOR
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

08/04/10



PROPONENTE:

Maria Betânia Botelho Alves
RÁDIO E TV CALDAS LTDA.
Maria Betânia Botelho Alves



José Pedro S. Vieira Costa
RÁDIO LUAR DO SERTÃO LTDA.
José Pedro S. Vieira Costa

SERVIÇO DE REGISTRO DO PÁTRIO
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

Vanderlei Vieira
RÁDIO E TV SCHAPPO LTDA.
Vanderlei Vieira

Maria Betânia Botelho Alves
ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA.
Maria Betânia Botelho Alves

José Queiroz de Oliveira
SISTEMA COSTA DOURADA DE RADIODIFUSÃO LTDA.
José Queiroz de Oliveira

José Eduardo Leão Praxedes
RÁDIO FM ATALAIA LTDA.
José Eduardo Leão Praxedes

Regina S.

Val

[Signature]

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

1- NESTA DATA, DE ORDEN, FORMALIZEI O PRESENTE PROCESSO
Nº 53403.000252/2004

CONSTITUÍDO, INICIALMENTE DE

FOLHAS, NUMERADAS SEQUENCIALMENTE DE 01 A

2- DE ORDEN, A SSR/NC/PE, PARA AS PROVIDÊNCIAS

DE SUA COMPETÊNCIA.

3- RECIFE, 03 DE JULHO DE 2004

PROTOCOLADO

DELEGACIA
DO H. C. PE.
FOLHA 39
ANEXO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

08 04 09

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

TERMO DE JUNTADA

Nesta data, juntei ao presente processo, além desta, as 03 folhas seguintes, em conformidade com os dados abaixo indicados:

Nº da folha anterior : 39 .

Nº desta folha : 40 .

Nºs das demais folhas juntadas : 41 a 43 .

Brasília, 09 de outubro de 2001.

P/tes
Guilherme Quintas
Secretário



12/1

RESULTADO Nº 5641/2001

ANÁLISE DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº: 013/2001 - SSR/MC

Licitante: RÁDIO E TV SCHAPPO LTDA

Nº do Processo Específico da Licitante: 53103.000252/01

Resultado:

HABILITADA

<i>UF</i>	<i>Localidade</i>	<i>Serviço</i>	<i>Grupo de Enquadramento</i>
AL	União dos Palmares	FM	A
AL	Pilar - AL	FM	A
AL	Atalaia - AL	FM	A
AL	Major Isidoro	FM	A

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

Brasília, 06 de setembro de 2001.

MANOEL ELIAS MOREIRA
Presidente da Comissão Especial de Licitação

Comissão Especial de Licitação

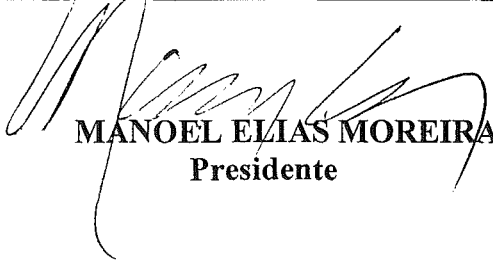
PUBLICAÇÃO - DOU

Data: 20/09/2001 - Seção 3

ATA DE REUNIÃO

Aos 19 (dezenove) dias do mês de setembro de 2001, às 15:00 horas, na sala de reuniões da Comissão Especial de Licitação, na Sobreloja do Edifício Sede do Ministério das Comunicações, Bloco "R," Esplanada dos Ministérios, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação, criada pela Portaria MC nº 811 de 29 de dezembro de 1997, e alterações subsequentes, com a participação de seu Presidente, Manoel Elias Moreira, do seu Vice-Presidente Luiz Fernando Dolabela Guimarães e dos membros, Alexandre Antônio de Souza, Álvaro Augusto de Souza Neto, José Ancelmo Nogueira, Anacleto Rodrigues Cordeiro e Napoleão Emanuel Valadares, com o objetivo de dar prosseguimento aos trabalhos referentes à fase de habilitação de proponentes, com relação às Concorrências indicadas a seguir, compreendendo, entre outras, as atividades: (1). O Senhor Presidente apresentou para exame e aprovação da Comissão os **resultados de análise de documentos de habilitação**, com a numeração constante desta Ata. (2) Após as devidas verificações, a Comissão aprovou as conclusões contidas nos mencionados, "Resultados," autorizando o Presidente a assiná-los e adotar as providências necessárias ao desenvolvimento das licitações. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente deu por encerrada a presente sessão, lavrando a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos integrantes da Comissão.

CONCORRÊNCIA N.º	RESULTADO N.º
006/01	5926, 5953, 5950, 5956, 5957, 5934, 5951, 5954 e 5944
007/01	6206, 6208, 6212, 6200, 6216 e 6214
008/01	6170, 6156, 6165, 6168
015/01	5993, 6061, 6034, 5958, 5980, 5997, 5977, 5998, 5962, 5960, 5984, 6006, 6026, 5969, 6017, 5964, 5996, 5967, 5966, 6038, 6009, 6056, 5975, 5955, 6051 e 6067
016/01	5622
017/01	6160, 6179, 6144, 6151, 6182, 6129, 6146, 6163, 6136, 6148, 6178, 6171, 6125, 6117 e 6191
018/01	6221, 6185, 6181, 6202, 6194, 6220, 6213
021/01	5932, 5919, 5915, 5911, 5938, 5907 e 5925
022/01	6007, 6027, 6008, 6003, 5972 e 6032
025/01	6127, 6123 e 6128
028/01	6293 e 6294
034/01	5469, 5461, 5507, 5920, 5452, 5488, 5501, 5490, 5510, 5476, 5451, 5495, 5489, 5484, 5494, 5500, 5462, 5472, 5435, 5473, 5441,
035/01	6100, 6143, 6115, 6119, 6108, 6106, 6111, 6121, 6126, 6145, 6110, 6075, 6114, 6112, 6081, 6090, 6084 e 6105
037/01	6239, 6231, 6243, 6242, 6233, 6235, 6246, 6245, 6244, 6240, 6229, 6247, 6230, 6241, 6250, 6238, 6249, 6252, 6237, 6253, 6255, 6256, 6254 e 6290
039/01	5198, 5196, 5194, 5213, 5199, 6036, 5201, 5192, 5179, 5163, 5185, 5191, 5160, 5210, 5170, 5208, 5164, 5205, 5181, 5212, 5177, 5158, 5173, 5165,
013/01	5639, 5633, 5641, 5635, 5638, 5722


MANOEL ELIAS MOREIRA
Presidente

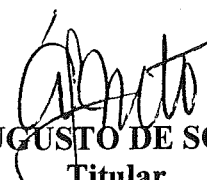

LUIZ FERNANDO DOLABELA GUIMARÃES
Vice-Presidente

8/10


ALEXANDRE ANTÔNIO DE SOUZA
Titular



ÁLVARO AUGUSTO DE SOUZA NETO
Titular

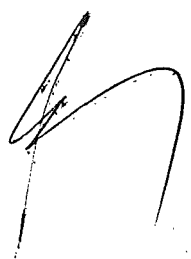

ANACLETO RODRIGUES CORDEIRO
Titular


JOSÉ ANCELMO NOGUEIRA
Titular


NAPOLEÃO EMANUEL VALADAES
Titular

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

08.04.10




CONTINUAÇÃO DA ATA DE 19.09.2001 CONC. N^os 006, 007, 008, 013, 015, 016, 017, 018, 021, 022, 025, 028, 034, 035, 037 e 039/2001

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
DELEGACIA DO MC EM PERNAMBUCO
COMISSÃO DE ACESSORAMENTO TÉCNICO

44
L

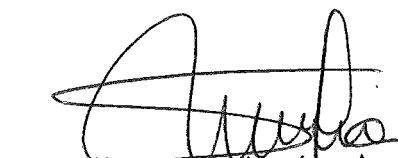
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

08/04/10

TERMO DE ANEXAÇÃO

Nesta data, anexe ao presente processo a documentação a seguir, constituída de 13, folhas, que numerei em continuação, do número 44 até o número 56.

Recife-PE, 20 de 02 de 2002


Silvana de Araújo Andrade
Membro Titular da CAT/PE

8.666/93

Justificativa: Por se tratar de locação de imóvel onde encontra-se instalado o IPEA/RJ.
Declaração de Dispensa em 08/10/2001
FRANCISCO JOSE ACAR TRAMBAIOLI
Coordenador de Administração Substituto
Ratificação em 08/10/2001
EUSTÁQUIO JOSÉ REIS
Diretor de Estudos Macroeconômicos
Valor: R\$ 126.000,00
Contratada: CARLYLE WILSON
Valor: R\$ 126.000,00

(SIDE - 08/10/2001) 113601-11302-2001NE900025

EXTRATO DE TERMO ADITIVO N° 1011/2001

Número do Contrato: 11/2000
N° Processo: 03011000189/00-16
Contratante: INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA
CNPJ Contratado: 44772937000150
Contratado: TELEMATICA SISTEMAS INTELIGENTES LTDA
Objeto: Prorrogação da vigência ate 17/10/2002, do Contrato de prestação de serviços de manutenção e assistência técnica do Sistema CODIN, instalado no IPEA/RJ.
Fundamento Legal: Inciso I, Artigo 25 da Lei 8.666/93.
Vigência: 18/10/2001 a 17/10/2002
Data de Assinatura: 03/10/2001

(SICON - 08/10/2001) 113601-11302-2001NE900025

REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S/A
EM LIQUIDAÇÃO
ESCRITÓRIO REGIONAL DE RECIFE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

do Instrumento Contratual: Termo Aditivo n° 02/2001 ao Contrato n° 218/RFFSA-ERREC/00. Contratante: Rede Ferroviária Federal S/A, em liquidação, Escritório Regional de Recife. Contratado: Agility Locações e Serviços Ltda. Objeto: Locação de veículo rodoviário. Prazo de Vigência: 03 (três) meses, a partir de 02/10/01. Valor: R\$ 3.300,00. Nome dos Signatários: Pela RFFSA: Frederico Patry Accioly e Silvio Ricardo Sales Cadena; pelo Contratado: Sérgio Ricardo Gomes do Monte.

ESCRITÓRIO REGIONAL DE JUIZ DE FORA

EXTRATO DE CONTRATO

Tipo e n° do Instrumento: Contrato n° 035/ERJUF/2001. Contratante: Rede Ferroviária Federal S/A, em liquidação, Escritório Regional de Juiz de Fora. Contratado: Conservadora Arizona Ltda. Objeto: Prestação mensal de serviços de conservação e limpeza. Valor: R\$ 3.927,75. Vigência: 03 (três) meses, contados a partir de 01/10/01. Data da Assinatura: 28/09/01. Signatários: Pela Contratante, Dirceu Miguel Brandão Falce e Aramis Carlos Dias Ferreira. Pela Contratada, Fernando Fortuna Campos.

(Of. El. n° 106/2001)

Ministério das Comunicações

SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO N° 21/2001

CPL do Ministério das Comunicações comunica aos interessados o resultado de julgamento do Pregão n° 21/2001, a Empresa vencedora do certame foi: VIRTUAL MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO.

JOSEMAR XAVIER ALVES
Pregoeiro

(SIDE - 08/10/2001) 416003-00001-2001NE900009

AVISO

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC n° 811, de 29 de dezembro de 1997, suas alterações e, em conformidade com os Editais de Licitação, torna público que realizará sessão específica para abertura do envelope contendo a Proposta Técnica da Proponente relacionada no quadro abaixo, no dia 15 de outubro de 2001, às 09:00 horas, na Delegacia do Ministério das Comunicações Supervisora no Estado do Paraná, no seguinte endereço: Rua Vicente Machado, 720 - Bairro Batel, Curitiba/PR. Ficam convocados os participantes da licitação, bem como convidados demais interessados em acompanhar os trabalhos.

Concorrência N°-SSR/MC	LOCALIDADE	UF	PROponentes
041/2000	PINHALZINHO.	PR	RÁDIO 102 DE PINHALZINHO LTDA.

Brasília-DF, 8 de outubro de 2001
MANOEL ELIAS MOREIRA
Presidente da Comissão

(Of. El. n° 302/2001)

AVISO DE ALTERAÇÃO
CONCORRÊNCIA N° 13/2001-SSR/MC

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC n° 811, de 29 de dezembro de 1997, suas alterações, resolve alterar os prazos fixados no Aviso publicado no Diário Oficial da União N° 176-E, de 13-09-2001, Seção 3 pág. 172, referente ao resultado de análise da documentação de habilitação da Concorrência acima citada, cujos autos estarão disponíveis para REQUERIMENTO DE VISTA no período de 15 a 19 de outubro de 2001, na Comissão de Assessoramento Técnico da Delegacia do Ministério das Comunicações no Estado de Pernambuco, no seguinte endereço: Rua Quarenta e Oito, 149 - 1° Andar - Bairro Espinheiro, Recife/PE, fixado o dia 31 de outubro de 2001, como DATA LIMITE para a interposição de eventuais Recursos.

Brasília-DF, 8 de outubro de 2001
MANOEL ELIAS MOREIRA
Presidente da Comissão

(Of. El. n° 302/2001)

AVISOS DE RETIFICAÇÃO

A Comissão Especial de Licitação, nos termos da Portaria MC n° 811, de 29 de dezembro de 1997, suas alterações, em relação ao Aviso publicado no Diário Oficial da União N° 176-E, de 13-09-2001, Seção 3, págs. 171 a 187, resolve retificar:

-No Anexo III - Concorrência n° 008/2001-SSR/MC, no Resultado de habilitação da proponente RÁDIO JORNAL A CRÍTICA LTDA., onde se lê: INABILITADA, leia-se: HABILITADA (Em todas as localidades).

-No Anexo XXXI - Concorrência n° 060/2001-SSR/MC, no Resultado de habilitação da proponente CDR RADIODIFUSÃO LTDA., onde se lê: INABILITADA, leia-se: HABILITADA (Em todas as localidades).

-No Anexo XXXIII - Concorrência n° 062/2001-SSR/MC, localidade de Caçador, Estado de Santa Catarina, onde se lê: RÁDIO AQUARELA FM, leia-se: LUIS CARLOS MULLER SHAURICH & CIA. LTDA.

A Comissão Especial de Licitação, nos termos da Portaria MC n° 811, de 29 de dezembro de 1997, suas alterações, em relação ao Aviso publicado no Diário Oficial da União N° 181-E, de 20-09-2001, Seção 3, págs. 064 a 074, resolve retificar:

-No Anexo II - Concorrência n° 007/2001-SSR/MC, localidade de Oiapoque, Estado do Amapá, no Resultado de habilitação da proponente BEIJA FLOR RADIODIFUSÃO LTDA., onde se lê: INABILITADA, leia-se: HABILITADA.

-No Anexo IV - Concorrência n° 015/2001-SSR/MC, localidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, no Resultado de habilitação da proponente RÁDIO E TV CALDAS LTDA., onde se lê: INABILITADA, leia-se: HABILITADA.

-No Anexo XXII - Concorrência n° 052/2001-SSR/MC, no Resultado de habilitação das proponentes BEIJA FLOR RADIODIFUSÃO LTDA., EMPRESA DE RADIODIFUSÃO ESTRELA DA LVA LTDA. e SN SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO LTDA., onde se lê: INABILITADA, leia-se: HABILITADA.

-No Anexo XXIII - Concorrência n° 053/2001-SSR/MC, localidades de Altamira e Vigia, Estado do Pará, no Resultado de habilitação da proponente RÁDIO FM CIDADE DA VIGIA LTDA., onde se lê: INABILITADA, leia-se: HABILITADA.

Brasília-DF, 8 de outubro de 2001
MANOEL ELIAS MOREIRA
Presidente da Comissão

(Of. El. n° 302/2001)

AVISO DE REVOGAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS N° 6/2000

A Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, torna público a revogação da licitação de que trata o Edital de Tomada de Preços n° 006/2000 - Processo n° 53500.006309/2000, por razões de interesse público, em conformidade com o art. 49 da Lei n° 8.666/93, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para reforma e modernização da arquitetura e instalações do Escritório Regional da Anatel no estado de Pernambuco.

MARIA IDA ASSUNÇÃO XAVIER ALVES
Presidente da Comissão Especial de Licitação

(Of. El. n° 238/2001)

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO AMPLO N° 3/2001

A AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, torna público o resultado do Pregão Ampla 003/2001, Processo n° 53569.000325/2001, cujo objeto é contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de limpeza, conservação e copa para atender as necessidades do Escritório Regional da Anatel no Estado do Pará, declarando vencedora a empresa LIMP CAR LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, no valor total de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais). A presente contratação foi homologada pelo Gerente Geral de Administração em 24/09/2001.

PAULO SÉRGIO DE ABREU LOUREIRO
Pregoeiro

(Of. El. n° 108/2001)

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E
TELÉGRAFOS
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

EXTRATOS DE CONTRATOS
PREGÃO N° 29/2001

Contrato n° 10.816/2001; Data de assinatura: 03/10/2001; Contratada: Comércio e Indústria Multifórmis Ltda.; Objeto: Aquisição de 650.000 (seiscentos e cinquenta mil) pacotes (100 unidades cada) de Aviso de Recebimento - AR; Origem: Pregão n° 029/2001 - CPLAC; Vigência: inicia na data de sua assinatura e termina com a entrega do último lote do material, fixado o prazo máximo de 12 (doze) meses; Classificação Orçamentária: Atividade 03.2.02 e Conta 2.05; Valor total da Contratação: R\$ 1.131.000,00 (um milhão, cento e trinta e um mil reais); Signatários: Hassan Gebirim - Presidente e Afranio Rodrigues Junior - Diretor de Administração da Contratante; Jair Seidl - Diretor de Relações de Mercado da Contratada.

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos-ECT celebrou os seguintes Contratos: 01- Espécie: Contrato n° 10.799/2001; Data da Assinatura: 14/09/2001; Contratada: Digitel S/A Indústria Eletrônica; Vigência: 12 (doze) meses, a partir de 14/09/2001; podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, até o limite de 60 (sessenta) meses; Objeto: Execução de Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva, com substituição de peças, em 09 (nove) Multiplicadores Estatísticos Stamux AD. Origem: Convite n° 018/2001-CPLAC; Classificação Orçamentária: Atividade: 05.2.02, Conta: 2.05; Valor Total da Contratação: R\$ 23.040,00 (vinte e três mil e quarenta reais); Signatários: Hassan Gebirim - Presidente da Contratante e Afranio Rodrigues Junior - Diretor de Administração da Contratante; Gilberto Soares Machado - Diretor Presidente e Eliseu Gonçalves da Silva - Diretor Industrial da Contratada; 02-Espécie: Contrato n° 10.798/2001; Data da Assinatura: 14/09/2001; Contratada: Staff Administradora Ltda.; Vigência: 12 (doze) meses, a partir de 14/09/2001, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, até o limite de 60 (sessenta) meses; Objeto: Exploração dos Serviços de Restaurantes e Lanchonetes, com a finalidade de fornecer refeições e lanches para os empregados/ECT, prestadores de serviços, estagiários e outros, de 2ª a 6ª feira (dias úteis) de 7:30 às 18:30 horas, com a utilização das instalações próprias da ECT, localizada no Edifício Sede, no Setor Bancário Norte, Quadra 01, Bloco "A", 1ª Sobreloja (parte) e toda 2ª Sobreloja em Brasília/DF; Origem: Concorrência n° 004/2001-CPLAC; Valor: Total Estimado da Contratação: R\$ 654.242,16 (seiscentos e cinquenta e quatro mil, duzentos e quarenta e dois reais e dezesseis centavos); Signatários: Hassan Gebirim - Presidente da Contratante e Afranio Rodrigues Junior - Diretor de Administração da Contratante; Adélia Nogueira Maluf - Representante Legal da Contratada.

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT celebrou o seguinte Contrato: 01- Espécie: Contrato n° 10.814/2001; Data da Assinatura: 26/09/2001; Contratada: Bratel - Brasília Telecomunicações Ltda.; Vigência: 12 (doze) meses, a partir de 26/09/2001, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses; Objeto: Prestação de serviços de manutenção corretiva na rede interna de ramais telefônicos, consistindo de instalação, ampliação e remanejamento de ramais, nos prédios da Administração Central da ECT em Brasília, a saber: Edifício Apolo, SCS Quadra 04,

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

08/10/01



Supervisora no Estado de São Paulo, no seguinte endereço: Rua Vergueiro, 3073 - Vila Mariana, São Paulo/SP. Ficam convocados os participantes da licitação, bem como convidados demais interessados em acompanhar os trabalhos.

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 811, de 29 de dezembro de 1997, suas alterações e, em conformidade com os Editais de Licitação, torna público que as sessões para abertura dos invólucros contendo as Propostas Técnicas das Proponentes habilitadas, serão realizadas de acordo com o indicado no quadro abaixo, na Delegacia do Ministério das Comunicações Supervisora no Estado de Pernambuco, no seguinte endereço: Rua Quarenta e Oito, 149 - 1º Andar - Bairro Espinheiro, Recife/PE. Ficam convocados os participantes da licitação, bem como convidados demais interessados em acompanhar os trabalhos.

Data da Reunião	Horário	Concor-rencia Nº-SSR/MC	Localidades	UF
19/02/02	09h00	013/2001	Atalaia, Major Isidoro, Pilar e União dos Palmares.	AL
19/02/02	09h30	014/2001	Palmeira dos Índios.	AL

Brasília - DF, 30 de janeiro de 2002
MANOEL ELIAS MOREIRA
Presidente da Comissão Especial de Licitação

AVISOS DE RETIFICAÇÃO

A Comissão Especial de Licitação, nos termos da Portaria MC nº 811, de 29 de dezembro de 1997, suas alterações, em relação ao Aviso publicado no Diário Oficial da União nº 172-E, de 06-09-2001, Seção 3, págs. 073 e 074, em relação ao Anexo XII - Concorrência 094/2000-SSR/MC, resolve retificar:

No resultado da pontuação da Proposta Técnica da proponente SISTEMA FODIUM DE COMUNICAÇÃO LTDA., localidades de Araruama e São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro, sendo que onde se lê: 91,818, leia-se 81,818.

No resultado da pontuação da Proposta Técnica da proponente INSTITUTO CONSUELO PINHEIRO, localidades de Araruama e Maricá, Estado do Rio de Janeiro, sendo que onde se lê: 100,000, leia-se 96,250.

No resultado da pontuação da Proposta Técnica da proponente DELTA SOCIEDADE DE RADIODIFUSÃO LTDA., localidades de Bom Jesus do Itabapoana e Carapebus, Estado do Rio de Janeiro, sendo que onde se lê: 91,818, leia-se 81,818.

No resultado da pontuação da Proposta Técnica da proponente MULTIPLA MÍDIA RADIODIFUSÃO LTDA., localidade de Maricá, Estado do Rio de Janeiro, sendo que onde se lê: 100,000, leia-se 90,909.

No resultado da pontuação da Proposta Técnica da proponente SISTEMA MILLENIUM DE COMUNICAÇÃO LTDA., localidades de Maricá e Quissamã, Estado do Rio de Janeiro, sendo que onde se lê: 91,818, leia-se 81,818.

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, resolve retificar o Aviso publicado no Diário Oficial da União nº 21, de 30-01-2002, Seção 3, pág. 143, referente a abertura das Propostas Técnicas da Concorrência nº 008/2001-SSR/MC, e das Propostas de Preços da Concorrência nº 027/1998-SSR/MC, sendo que onde se lê: 18 de janeiro de 2002, leia-se: 18 de fevereiro de 2002, mantendo inalteradas demais informações do mencionado Aviso.

Brasília - DF, 30 de janeiro de 2002
MANOEL ELIAS MOREIRA
Presidente da Comissão

(Of. El. nº 7/2002)

Ministério das Relações Exteriores

SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SUBSECRETARIA-GERAL DO SERVIÇO EXTERIOR DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2/2002

Nº Processo: 35000/0179

Objeto: Contratação da empresa INFRAERO para concessão de uso de área no Aeroporto Internacional de Brasília - Juscelino Kubitschek.

Fundamento Legal: Artigo 25, Caput, da Lei 8.666/93

Justificativa: Inviabilidade de competição dada a singularidade do objeto.

Declaração de Inexigibilidade em 28/01/2002

ANDREIA CRISTINA RIGUEIRA DAVID

Chefe da Divisão de Serviços Gerais

Ratificação em 28/01/2002

ALMIR FRANCO DE SA BARBUDA

Diretor-Geral do Departamento de Administração

Valor: R\$ 87.209,76

Contratada: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA

Valor: R\$ 87.209,76

(SIDEC - 30/01/2002) 240013-00001-2002NE900009

Ministério de Minas e Energia

SECRETARIA-EXECUTIVA SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2002

Número do Contrato: 20/2001

Nº Processo: 48000000476200146

Contratante: MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

CNPJ Contratado: 00464073000134

Contratado: RADIOBRAS EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO S/A

Objeto: Prorrogação do Contrato nº 20/2001-MME

por mais um exercício financeiro.

Fundamento Legal: Inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

Vigência: 02/01/2002 a 31/12/2002

Data de Assinatura: 02/01/2002

(SICON - 30/01/2002) 320004-00001-2001NE900028

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2002

Número do Contrato: 33/2000

Nº Processo: 48000001204200001

Contratante: MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

CNPJ Contratado: 00464073000134

Contratado: RADIOBRAS EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO S/A

Objeto: Prorrogação da vigência do Contrato nº 33/2000-MME, por mais um exercício financeiro.

Fundamento Legal: Inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

Vigência: 02/01/2002 a 31/12/2002

Data de Assinatura: 02/01/2002

(SICON - 30/01/2002) 320004-00001-2001NE900028

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2002

Número do Contrato: 17/2000

Nº Processo: 48000000071200047

Contratante: MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

CNPJ Contratado: 00464073000134

Contratado: RADIOBRAS EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO S/A

Objeto: Prorrogação do contrato nº 17/2000-MME, por mais um exercício financeiro.

Fundamento Legal: Inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

Vigência: 02/01/2002 a 31/12/2002

Data de Assinatura: 02/01/2002

(SICON - 30/01/2002) 320004-00001-2001NE900028

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Nº 077/99 Contratante: A União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Contratada: Ponte de Pedra Energética S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.877.212/0001-87. Processo: nº 48100.000854/97-63. Objeto: Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Geração nº 077/99 - ANEEL, firmado em 1 de outubro de 1999, tem por objetivo redefinir o item 5 da Subcláusula Primeira da Cláusula Sexta do referido contrato. Ficam mantidas e inalteradas todas as demais cláusulas e condições do Contrato de Concessão de Geração nº 077/99 - ANEEL. Pela Contratante: José Mário Miranda Abdo, Diretor-Geral da ANEEL. Pela Concessionária: Hugo Toribio Quiroga Quintanilla, Diretor Administrativo-Financeiro e Stefano Al-Di Panciera, Procurador. Testemunhas: Ivan Flausino da Cunha e Diógenes Mortari. Data da Assinatura: Brasília, 14 de janeiro de 2001.

SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

AVISOS

Nº 16/2001 A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio da Comissão Permanente de Licitação, torna público que fará realizar a abertura das propostas comerciais, da licitação em epígrafe no dia 01/02/2002 às 15:00 horas, no SGAN Quadra 603 Módulo J, sala 23, Asa Norte, Brasília - DF.

Nº 17/2001 A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio da Comissão Permanente de Licitação, torna público que fará realizar a abertura das propostas comerciais da licitação em epígrafe no dia 04/02/2002 às 15:00 horas, no SGAN Quadra 603 Módulo "J", sala 23, Asa Norte, Brasília - DF.

A COMISSÃO

RETIFICAÇÃO

Nº 01/2002 No extrato de aviso de Credenciamento, publicado no D.O. de 07/01/2002, Seção 3, pág. 83, onde se lê: Credenciamento nº 02/2001, leia-se: Credenciamento nº 01/2002.

A COMISSÃO

(Of. El. nº 96/2002)

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

CONTRATANTE: Agência Nacional do Petróleo - ANP, representada pelo Sr. Sebastião do Rego Barros - Diretor-Geral. OBJETO: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato Original de prestação de serviços técnicos por tempo determinado, Nº 053/99, firmado em 08/11/1999, e com fulcro no disposto no parágrafo único do art. 76 da Lei nº 9.478/97, VIGÊNCIA: 02.01.2002; CONTRATADO(A): Túlio Faraco.

CONTRATANTE: Agência Nacional do Petróleo - ANP, representada pelo Sr. Sebastião do Rego Barros - Diretor-Geral. OBJETO: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Original de prestação de serviços técnicos por tempo determinado, Nº 012/2001, firmado em 21/03/2001, e com fulcro no disposto no parágrafo único do art. 76 da Lei nº 9.478/97; VIGÊNCIA: 02.01.2002; CONTRATADO(A): Luciano Corrêa de Oliveira.

CONTRATANTE: Agência Nacional do Petróleo - ANP, representada pelo Sr. Sebastião do Rego Barros - Diretor-Geral. OBJETO: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Original de prestação de serviços técnicos por tempo determinado, Nº 001/2001, firmado em 02/01/2001, e com fulcro no disposto no parágrafo único do art. 76 da Lei nº 9.478/97; VIGÊNCIA: 02.01.2002; CONTRATADO(A): Luciano dos Santos Nunes;

CONTRATANTE: Agência Nacional do Petróleo - ANP, representada pelo Sr. Sebastião do Rego Barros - Diretor-Geral. OBJETO: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Original de prestação de serviços técnicos por tempo determinado, Nº 002/2001, firmado em 02/01/2001, e com fulcro no disposto no parágrafo único do art. 76 da Lei nº 9.478/97; VIGÊNCIA: 02.01.2002; CONTRATADO(A): Tatiana Gossio Lagan;

CONTRATANTE: Agência Nacional do Petróleo - ANP, representada pelo Sr. Sebastião do Rego Barros - Diretor-Geral. OBJETO: Segundo Termo Aditivo ao Contrato Original de prestação de serviços técnicos por tempo determinado, Nº 001/2000, firmado em 03/01/2000, e com fulcro no disposto no parágrafo único do art. 76 da Lei nº 9.478/97; VIGÊNCIA: 03.01.2002; CONTRATADO(A): Alexandre de Figueiredo Freire;

CONTRATANTE: Agência Nacional do Petróleo - ANP, representada pelo Sr. Sebastião do Rego Barros - Diretor-Geral. OBJETO: Quarto Termo Aditivo ao Contrato Original de prestação de serviços técnicos por tempo determinado, Nº 002/99, firmado em 11/01/99, e com fulcro no disposto no parágrafo único do art. 76 da Lei nº 9.478/97; VIGÊNCIA: 11.01.2002; CONTRATADO(A): Marcia Cristina de Souza Pereira Bastos.

CONTRATANTE: Agência Nacional do Petróleo - ANP, representada pelo Sr. Sebastião do Rego Barros - Diretor-Geral. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência dos Contratos de prestação de serviços técnicos por tempo determinado, com fulcro no disposto no parágrafo único do art. 76 da Lei nº 9.478/97. CONTRATADOS: Davidson Eduardo Andrade - Vigência: 11.01.2002 a 10.01.2003; Flavio Luis Fernandes - Vigência: 10.01.2002 a 09.01.2003; Maurício Luiz Carneiro de Abrahão - Vigência: 10.01.2002 a 09.01.2003; Ricardo Rios de Campos Rosa - Vigência: 03.01.2002 a 02.01.2003.

(Of. El. nº 40/2002)

CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A

EXTRATO DE CONVÊNIO

Convênio: CERON/PR/152/01. Contratante: Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - Ceron. Contratada: Arquidiocese de Porto Velho. Proveniente do Processo Administrativo nº 642/01 Objeto: Promover o desenvolvimento pessoal e profissional dos menores carentes, na condição de adolescentes, através de ações que assegurem hábitos, experiências e atitudes indispensáveis aos seus ajustamentos no trabalho produtivo e na convivência social, para a cidade de Ariquemes - RO. Vigência: 24 (vinte e quatro) meses. Valor total R\$ 21.774,72 (vinte e um mil, setecentos e setenta e quatro reais e setenta e dois centavos). Assinaturas: 25/01/02 - José Carlos de Medeiros, Diretor Presidente, Paulo Sérgio Petis Fernandes - Diretor de Gestão Administrativa e Financeira e Sival Zaidan Gama - Diretor Técnico, pela Conveniente, e Pe. José Warchem - Diretor Social, pela Conveniada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Contrato: 1º Termo Aditivo ao Contrato Ceron/DT/01001. Contratante: Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - Ceron. Contratada: Material para Construção Dom Bosco Ltda. Proveniente da Concorrência nº 008/01. Objeto: Prorrogação do prazo de execução por mais 56 (cinquenta e seis) dias. Assinaturas: 11/12/01 - José Carlos de Medeiros - Diretor Presidente, Paulo Sérgio Petis Fernandes - Diretor de Gestão Administrativa e Financeira e Sival Zaidan Gama - Diretor Técnico, pela Contratante e, Juan Alex Testoni - Sócio Gerente, pela Contratada.

(Of. El. nº 13/2002)

CAT - 01/02/2002

Serviço Público Federal
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

28/04/02

RADIO E TV SCHAPPO LTDA

Proposta Técnica

Razão social da Proponente : Radio e TV Schappo Ltda

CNPJ/MF : 04.503.353/0001-65

Data : 24/06/2001.

Edital da Concorrência n.º 13/2001 Localidade : Major Isidoro

UF : AL

1. Tempo Total diário de funcionamento de emissora (A) : 1.440 (mil quatrocentos e quarenta) minutos

2. Programas jornalísticos , educativos e informativos

PROGRAMAS JORNALÍSTICOS, EDUCATIVOS E INFORMATIVOS	Tempo dos programas em minutos (B)	(%) (B/A) x 100
	115,2 minutos	8 %

3. Serviços noticioso

PROGRAMAS DE SERVIÇOS NOTICIOSO	Tempo dos programas em minutos (B)	(%) (B/A) x 100
	115,2 minutos	8%

4. Programas culturais artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga

Programas culturais artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga	Tempo dos programas em minutos (B)	(%) (B/A) x 100
	57,6 minutos	4 %

APLICADO PUBLICO PLANO
MINISTERIO DAS COMUNICACOES
CONFERE COM O ORIGINAL

24/06/2001

RADIO E TV SCHAPPO LTDA

5. Programas noticioso produzidos e gerados na localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga.

Programas noticioso produzidos e gerados na localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga	Tempo dos programas em minutos (B)	(%) (B/A) x 100
	57,6 minutos	4 %

6. Prazo de execução do serviço em caráter definitivo

Prazo para iniciar execução do serviço em caráter definitivo	MESES
	9 meses

Paracatu , 24 de junho de 2001 .

RECEBUE
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

Evandro José Schappo
Sócio Gerente
CIC-526.401.089-72

22

22

RADIO E TV SCHAPPO LTDA

Proposta Técnica

Razão social da Proponente : Radio e TV Schappo Ltda

CNPJ/MF : 04.503.353/0001-65

Data : 24/06/2001.

Edital da Concorrência n.º 13/2001 Localidade : Pilar

UF : AL

1. Tempo Total diário de funcionamento de emissora (A) : 1.440 (mil quatrocentos e quarenta) minutos

2. Programas jornalísticos , educativos e informativos

PROGRAMAS JORNALÍSTICOS, EDUCATIVOS E INFORMATIVOS	Tempo dos programas em minutos (B)	(%) (B/A) x 100
	115,2 minutos	8 %

3. Serviços noticioso

PROGRAMAS DE SERVIÇOS NOTICIOSO	Tempo dos programas em minutos (B)	(%) (B/A) x 100
	115,2 minutos	8%

4. Programas culturais artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga

Programas culturais artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga	Tempo dos programas em minutos (B)	(%) (B/A) x 100
	57,6 minutos	4 %

RADIO E TV SCHAPPO LTDA


5. Programas noticioso produzidos e gerados na localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga.



Programas noticioso produzidos e gerados na localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga	Tempo dos programas em minutos (B)	(%) (B/A) x 100
	57,6 minutos	4 %

6. Prazo de execução do serviço em caráter definitivo

Prazo para iniciar execução do serviço em caráter definitivo	MESES
	9 meses

Paracatu , 24 de junho de 2001 .


Evandro José Schappo
Sócio Gerente
CIC-526.401.089-72



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFIRMAÇÃO DO ORIGINAL

RADIO E TV SCHAPPO LTDA

Proposta Técnica

Razão social da Proponente : Radio e TV Schappo Ltda

CNPJ/MF : 04.503.353/0001-65

Data : 24/06/2001.

Edital da Concorrência n.º 13/2001 Localidade : União do Palmares

UF : AL

1. Tempo Total diário de funcionamento de emissora (A) : 1.440 (mil quatrocentos e quarenta) minutos

2. Programas jornalísticos , educativos e informativos

PROGRAMAS JORNALÍSTICOS, EDUCATIVOS E INFORMATIVOS	Tempo dos programas em minutos (B)	(%) (B/A) x 100
	115,2 minutos	8 %

3. Serviços noticioso

PROGRAMAS DE SERVIÇOS NOTICIOSO	Tempo dos programas em minutos (B)	(%) (B/A) x 100
	115,2 minutos	8%

4. Programas culturais artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga

Programas culturais artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga	Tempo dos programas em minutos (B)	(%) (B/A) x 100
	57,6 minutos	4 %

MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

[Handwritten signatures and initials]

RADIO E TV SCHAPPO LTDA


5. Programas noticioso produzidos e gerados na localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga.


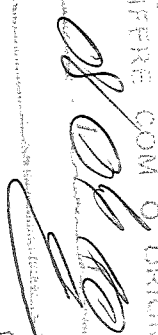
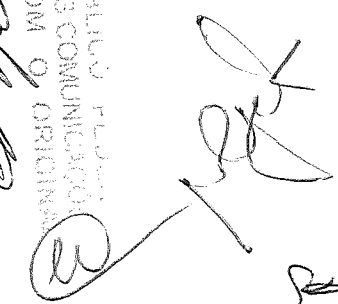
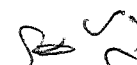
Programas noticioso produzidos e gerados na localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga	Tempo dos programas em minutos (B)	(%) (B/A) x 100
	57,6 minutos	4 %

6. Prazo de execução do serviço em caráter definitivo

Prazo para iniciar execução do serviço em caráter definitivo	MESES
	9 meses

Paracatu , 24 de junho de 2001 .


Evandro José Schappo
 Sócio Gerente
 CIC-526.401.089-72

LUGAR: PARACATU, ESTADO: MG
 MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
 CONFERE COM O ORIGINAL

RADIO E TV SCHAPPO LTDA

Proposta Técnica

Razão social da Proponente : Radio e TV Schappo Ltda

CNPJ/MF : 04.503.353/0001-65

Data : 24/06/2001.

Edital da Concorrência n.º 13/2001 Localidade : Atalaia

UF : AL

1. Tempo Total diário de funcionamento de emissora (A) : 1.440 (mil quatrocentos e quarenta) minutos

2. Programas jornalísticos , educativos e informativos

PROGRAMAS JORNALÍSTICOS, EDUCATIVOS E INFORMATIVOS	Tempo dos programas em minutos (B)	(%) (B/A) x 100
	115,2 minutos	8 %

3. Serviços noticioso

PROGRAMAS DE SERVIÇOS NOTICIOSO	Tempo dos programas em minutos (B)	(%) (B/A) x 100
	115,2 minutos	8%

4. Programas culturais artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga

Programas culturais artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga	Tempo dos programas em minutos (B)	(%) (B/A) x 100
	57,6 minutos	4 %

ALVARO PUBLICO FLORES
MINISTRO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.

RADIO E TV SCHAPPO LTDA


5. Programas noticioso produzidos e gerados na localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga.

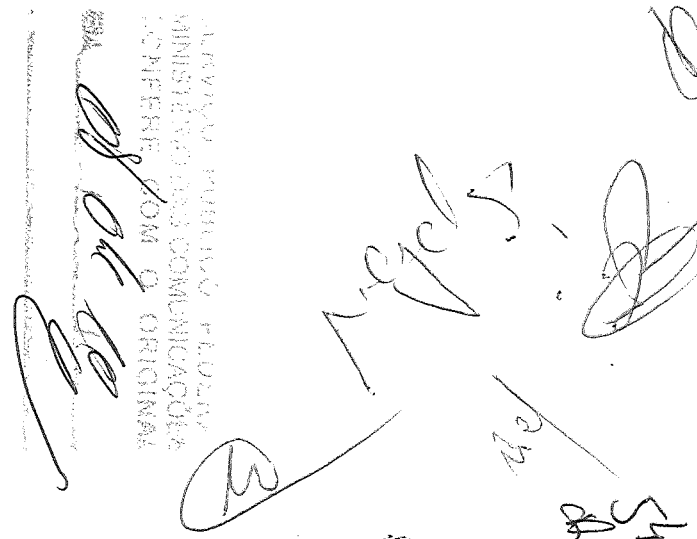
Programas noticioso produzidos e gerados na localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga	Tempo dos programas em minutos (B)	(%) (B/A) x 100
	57,6 minutos	4 %

6. Prazo de execução do serviço em caráter definitivo

Prazo para iniciar execução do serviço em caráter definitivo	MESES
	9 meses

Paracatu , 24 de junho de 2001 .


Evandro José Schappe
Sócio Gerente
CIC-526.401.089-72



Serviço Público Federal

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

DELEGACIA SUPERVISORA DO MC NO ESTADO DE PERNAMBUCO

ATA DA CONCORRÊNCIA Nº 013/2001-SSR/MC

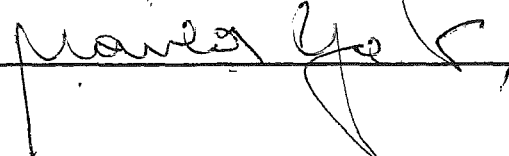
ABERTURA DOS INVÓLUCROS CONTENDO PROPOSTAS TÉCNICAS PARA AS
LOCALIDADES DE MAJOR ISIDORO, PILAR, UNIÃO DOS PALMARES E ATALAIA,
ESTADO DE ALAGOAS

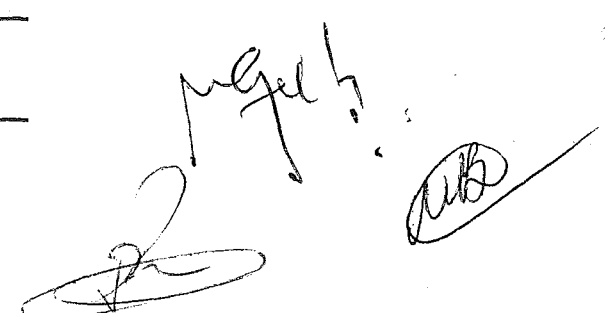
Ao 19 (dezenove) dias do mês de fevereiro de 2002, às 09:00 horas, no Auditório da Delegacia do Ministério das Comunicações no Estado de Pernambuco, situado na Rua Quarenta e Oito, 149 - Espinheiro, Recife/PE, sob a supervisão e controle da Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria Ministerial nº 811 de 29 de dezembro de 1997, publicada no DOU de 30 de dezembro de 1997, reuniu-se a Comissão de Assessoramento Técnico, constituída pela Portaria do Presidente da Comissão Especial de Licitação, nº 09, de 16.10.2000, publicada no DOU de 17.10.2000, com a participação de seu Presidente Paulo Roberto de Avelar Baltar e dos Membros Titulares Marcos José Gomes Galvão e Silvana de Araújo Andrade. Deu-se início à reunião para abertura dos invólucros contendo as Propostas Técnicas das proponentes habilitadas no Edital nº 013/2001-SSR/MC, para as localidades de Major Isidoro, Pilar, União dos Palmares e Atalaia, no Estado de Alagoas, em cumprimento ao aviso para abertura das Propostas Técnica das Proponentes Habilitadas, Publicado do Diário Oficial da União em 31 de janeiro de 2002. Processando os trabalho na seqüência seguinte: (1) aberta a sessão, pontualmente às 09:00h, estando presentes os mesmos que subscrevem a presente ata; (2) participam desta licitação as seguintes proponentes: **Sistema Costa Dourada de Radiodifusão Ltda.**, para as localidades de Major Isidoro, Pilar, União dos Palmares e Atalaia; **Rádio e TV Caldas Ltda.**, para as localidades de Major Isidoro, Pilar, União dos Palmares e Atalaia; **Rádio FM Atalaia Ltda.**, para as localidades de Major Isidoro, Pilar, União dos Palmares e Atalaia; **Rádio Luar do Sertão Ltda.**, para a localidade de Major Isidoro; **Alagoas Comunicação Ltda.**, para as localidades de Major Isidoro, Pilar, União dos Palmares e Atalaia; **Rádio e TV Schappo Ltda.**, para as localidades de Major Isidoro, Pilar, União dos Palmares e Atalaia;; (3) abertura pela Comissão do invólucro contendo uma via das Propostas Técnicas das Proponentes habilitadas; (4) rubrica dos documentos referentes à Proposta Técnica pela Comissão com a presença de proponentes habilitado neste Edital; (5) Foi declarado, pelo senhor Presidente da Comissão, a finalização dos trabalhos da presente Reunião, às 10:00 horas. Nada havendo a acrescentar aos fatos relatados, foi lavrada a presente Ata, que depois de lida e aprovada, vai assinada pelos Membros da Comissão de Assessoramento Técnico.

COMISSÃO


Paulo Roberto de Avelar Baltar – Presidente


Silvana de Araújo Andrade - Membro Titular



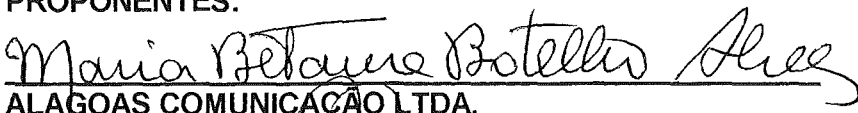



Marcos Gomes Galvão - Membro Titular

Serviço de Registro Eletrônico
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

56
a

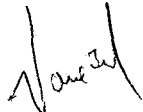
PROPONENTES:


ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA.

Maria Betânia Botelho Alves


RÁDIO E TV SCHAPPO LTDA.
Vanderlei Vieira





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

TERMO DE JUNTADA

Nesta data, juntei ao presente processo, além desta, as 12 folhas seguintes, em conformidade com os dados abaixo indicados:

Nº da folha anterior : 56 .

Nº desta folha : 57 .

Nºs das demais folhas juntadas : 58 a 69 .

Brasília, 20 de março de 2002.

P17
Rafael Barreto
Secretário Substituto

08/04/10

CONCORRÊNCIA N.º 013/2001 - SSR/MC

LOCALIDADE: ATALAIA ESTADO: AL

ATA DE REUNIÃO

Aos 12 (dose) dias do mês de março de 2002, às 15:00 horas, na sala de reuniões da Comissão Especial de Licitação, na Sobreloja do Edifício Sede do Ministério das Comunicações, Bloco "R" da Esplanada dos Ministérios, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação, criada pela Portaria MC n.º 811, de 29 de dezembro de 1997 e suas alterações, com a participação de seu Presidente, Manoel Elias Moreira, do seu Vice-Presidente Luiz Fernando Dolabela Guimarães e dos membros Napoleão Emanuel Valadares, Álvaro Augusto de Souza Neto, Alexandre Antônio de Souza, Anacleto Rodrigues Cordeiro e José Ancelmo Nogueira, com o objetivo de concluir e encerrar os trabalhos desenvolvidos por esta Comissão, os quais compreenderam, entre outras atividades: **a) análise da Proposta Técnica com a elaboração do Resultado da Avaliação das Propostas Técnicas**, relativo à concorrência acima citada, para documento denominado **Resultado da Proposta Técnica** da(s) Proponente(s) relacionadas no documento outorga de permissão para a exploração do Serviço de Radiodifusão em Frequência Modulada, na localidade de **ATALAIA/AL**; **b) a Comissão Especial de Licitação, deu seguimento aos trabalhos relativos à Concorrência acima indicada, com a prática dos seguintes atos: 1) leitura dos documentos denominados Resultado da Proposta Técnica e Resultado da Avaliação das Propostas Técnicas e suas aprovações por todos os membros da Comissão Especial de Licitação. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente deu por encerrada a presente sessão, lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão.**

MANOEL ELIAS MOREIRA
Presidente

LUIZ FERNANDO DOLABELA GUIMARÃES
Vice-Presidente

NAPOLEÃO EMANUEL VALADARES
Titular

ÁLVARO AUGUSTO DE SOUZA NETO
Titular

ALEXANDRE ANTÔNIO DE SOUZA
Titular

ANACLETO RODRIGUES CORDEIRO
Titular

JOSÉ ANCELMO NOGUEIRA
Titular



5/10

Resultado da Avaliação das Propostas Técnicas

Razão Social	Num. Proc.	Grupo	Pontos	Resultado
Concorrência 013/2001				
AL Atalaia - AL				
FM				
RÁDIO E TV CALDAS LTDA.	53103.000247/01	A	100.000	Classificada
RÁDIO FM ATALAIA LTDA.	53103.000248/01	A	100.000	Classificada
ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA ME.	53103.000250/01	A	100.000	Classificada
SISTEMA COSTA DOURADA DE RÁDIO DIFUSÃO LTDA.	53103.000251/01	A	100.000	Classificada
RÁDIO E TV SCHAPPO LTDA	53103.000252/01	A	100.000	Classificada

08/04/10



Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Radiodifusão
Comissão Especial de Âmbito Nacional

10/10

Resultado da Proposta Técnica Lote 7

Nº do Processo: 53103.000252/01 CNPJ: 04.503.353/0001-65
Razão Social: RADIO E TV SCHAPPO LTDA
Concorrência: 013/2.001 Localidade: Atalaia - AL UF: AL
Serviço: FM - Frequência Modulada Grupo Enquadramento A

Legenda da Programação :

T1 = Programas jornalísticos, educativos e informativos
T2 = Programas de serviço noticioso
T3 = Programas culturais, artísticos e jornalísticos, gerados na localidade
T4 = Programas de serviço noticioso gerados na localidade

Pontuação ref. ao percentual de tempo de funcionamento da emissora(T1+T2+T3+T4) :	62,000
Pontuação ref. ao prazo para executar serviço caráter definitivo :	32,000
Tempo total diário de programação	6,000
Pontuação da Proposta Técnica (PT) :	100,000
	CLASSIFICADA

Observações :

Manoel Elias Moreira
Presidente

Anacleto Rodrigues Cordeiro
Membro Titular

José Ancelmo Nogueira
Membro Titular

Napoleão Emanuel Valadares,
Membro Titular

Luiz Fernando Dolabela Guimarães
Vice-Presidente

Alexandre Antonio de Souza
Membro Titular

Álvaro Augusto de Souza Neto
Membro Titular

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

CONCORRÊNCIA N.º 013/2001 - SSR/MC

LOCALIDADE: MAJOR ISIDORO ESTADO: AL

ATA DE REUNIÃO

Aos 12 (doze) dias do mês de março de 2002, às 15:00 horas, na sala de reuniões da Comissão Especial de Licitação, na Sobreloja do Edifício Sede do Ministério das Comunicações, Bloco "R" da Esplanada dos Ministérios, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação, criada pela Portaria MC n.º 811, de 29 de dezembro de 1997 e suas alterações, com a participação de seu Presidente, Manoel Elias Moreira, do seu Vice-Presidente Luiz Fernando Dolabela Guimarães e dos membros Napoleão Emanuel Valadares, Álvaro Augusto de Souza Neto, Alexandre Antônio de Souza, Anacleto Rodrigues Cordeiro e José Ancelmo Nogueira, com o objetivo de concluir e encerrar os trabalhos desenvolvidos por esta Comissão, os quais compreenderam, entre outras atividades: a) análise da Proposta Técnica com a elaboração do **Resultado da Avaliação das Propostas Técnicas**, relativo à concorrência acima citada, para documento denominado **Resultado da Proposta Técnica** da(s) Proponente(s) relacionadas no documento outorga de permissão para a exploração do Serviço de Radiodifusão em Frequência Modulada, na localidade de **MAJOR ISIDORO/AL**; b) a Comissão Especial de Licitação, deu seguimento aos trabalhos relativos à Concorrência acima indicada, com a prática dos seguintes atos: 1) leitura dos documentos denominados **Resultado da Proposta Técnica e Resultado da Avaliação das Propostas Técnicas** e suas aprovações por todos os membros da Comissão Especial de Licitação. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente deu por encerrada a presente sessão, lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão.

MANOEL ELIAS MOREIRA
Presidente

NAPOLEÃO EMANUEL VALADARES
Titular

ALEXANDRE ANTÔNIO DE SOUZA
Titular

LUIZ FERNANDO DOLABELA GUIMARÃES
Vice-Presidente

ÁLVARO AUGUSTO DE SOUZA NETO
Titular

ANACLETO RODRIGUES CORDEIRO
Titular

JOSÉ ANCELMO NOGUEIRA
Titular



5/23

Resultado da Avaliação das Propostas Técnicas

Razão Social	Num. Proc.	Grupo	Pontos	Resultado
Concorrência 013/2001				
AL Major Isidoro				
FM				
RÁDIO E TV CALDAS LTDA.	53103.000247/01	A	100.000	Classificada
RÁDIO FM ATALAIA LTDA.	53103.000248/01	A	100.000	Classificada
RÁDIO LUAR DO SERTÃO LTDA.	53103.000249/01	A	100.000	Classificada
ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA ME.	53103.000250/01	A	100.000	Classificada
SISTEMA COSTA DOURADA DE RADIODIFUSÃO LTDA.	53103.000251/01	A	100.000	Classificada
RÁDIO E TV SCHAPPO LTDA	53103.000252/01	A	100.000	Classificada

[Handwritten signatures and initials]

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

[Handwritten signature]



Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Radiodifusão
Comissão Especial de Âmbito Nacional

Serviço Público Federal
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

08/04/10
[Assinatura]

Resultado da Proposta Técnica Lote 7

Nº do Processo: 53103.000252/01 CNPJ: 04.503.353/0001-65
Razão Social: RADIO E TV SCHAPPO LTDA
Concorrência: 013/2.001 Localidade: Major Isidoro UF: AL
Serviço: FM - Frequência Modulada Grupo Enquadramento A

Legenda da Programação :

T1 = Programas jornalísticos, educativos e informativos
T2 = Programas de serviço noticioso
T3 = Programas culturais, artísticos e jornalísticos, gerados na localidade
T4 = Programas de serviço noticioso gerados na localidade

Pontuação ref. ao percentual de tempo de funcionamento da emissora(T1+T2+T3+T4) :	62,000
Pontuação ref. ao prazo para executar serviço caráter definitivo :	32,000
Tempo total diário de programação	6,000
Pontuação da Proposta Técnica (PT) :	100,000
	CLASSIFICADA

Observações : []

[Assinatura]
Manoel Eliás Moreira
Presidente

[Assinatura]
Anacleto Rodrigues Cordeiro
Membro Titular

[Assinatura]
José Ancelmo Nogueira
Membro Titular

[Assinatura]
Napoleão Emanuel Valadares
Membro Titular

[Assinatura]
Luiz Fernando Dolabela Guimarães
Vice-Presidente

[Assinatura]
Alexandre Antonio de Souza
Membro Titular

[Assinatura]
Álvaro Augusto de Souza Neto
Membro Titular

CONCORRÊNCIA N.º 013/2001 - SSR/MC


LOCALIDADE: PILAR - AL ESTADO: AL

ATA DE REUNIÃO

Aos 12 (dose) dias do mês de março de 2002, às 15:00 horas, na sala de reuniões da Comissão Especial de Licitação, na Sobreloja do Edifício Sede do Ministério das Comunicações, Bloco "R" da Esplanada dos Ministérios, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação, criada pela Portaria MC n.º 811, de 29 de dezembro de 1997 e suas alterações, com a participação de seu Presidente, Manoel Elias Moreira, do seu Vice-Presidente Luiz Fernando Dolabela Guimarães e dos membros Napoleão Emanuel Valadares, Álvaro Augusto de Souza Neto, Alexandre Antônio de Souza, Anacleto Rodrigues Cordeiro e José Ancelmo Nogueira, com o objetivo de concluir e encerrar os trabalhos desenvolvidos por esta Comissão, os quais compreenderam, entre outras atividades: **a) análise da Proposta Técnica com a elaboração do Resultado da Avaliação das Propostas Técnicas**, relativo à concorrência acima citada, para documento denominado **Resultado da Proposta Técnica** da(s) Proponente(s) relacionadas no documento outorga de permissão para a exploração do Serviço de Radiodifusão em Frequência Modulada, na localidade de **PILAR - AL/AL**; **b)** a Comissão Especial de Licitação, deu seguimento aos trabalhos relativos à Concorrência acima indicada, com a prática dos seguintes atos: **1) leitura dos documentos denominados Resultado da Proposta Técnica e Resultado da Avaliação das Propostas Técnicas** e suas aprovações por todos os membros da Comissão Especial de Licitação. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente deu por encerrada a presente sessão, lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão.


MANOEL ELIAS MOREIRA
Presidente


LUIZ FERNANDO DOLABELA GUIMARÃES
Vice-Presidente


NAPOLEÃO EMANUEL VALADARES
Titular


ÁLVARO AUGUSTO DE SOUZA NETO
Titular


ALEXANDRE ANTÔNIO DE SOUZA
Titular


ANACLETO RODRIGUES CORDEIRO
Titular


JOSÉ ANCELMO NOGUEIRA
Titular



8/3

Resultado da Avaliação das Propostas Técnicas

Razão Social	Num. Proc.	Grupo	Pontos	Resultado
Concorrência 013/2001				
AL Pilar - AL				
FM				
RÁDIO E TV CALDAS LTDA.	53103.000247/01	A	100.000	Classificada
RÁDIO FM ATALAIA LTDA.	53103.000248/01	A	100.000	Classificada
ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA ME.	53103.000250/01	A	100.000	Classificada
SISTEMA COSTA DOURADA DE RADIODIFUSÃO LTDA.	53103.000251/01	A	100.000	Classificada
RÁDIO E TV SCHAPPO LTDA	53103.000252/01	A	100.000	Classificada

[Handwritten signatures and marks]

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

[Handwritten signature]



Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Radiodifusão
Comissão Especial de Âmbito Nacional

Resultado da Proposta Técnica Lote 7

Nº do Processo: 53103.000252/01 CNPJ: 04.503.353/0001-65
Razão Social: RADIO E TV SCHAPPO LTDA
Concorrência: 013/2.001 Localidade: Pilar - AL UF: AL
Serviço: FM - Frequência Modulada Grupo Enquadramento A

Legenda da Programação :

T1 = Programas jornalísticos, educativos e informativos
T2 = Programas de serviço noticioso
T3 = Programas culturais, artísticos e jornalísticos, gerados na localidade
T4 = Programas de serviço noticioso gerados na localidade

Pontuação ref. ao percentual de tempo de funcionamento da emissora(T1+T2+T3+T4) :

62,000

Pontuação ref. ao prazo para executar serviço caráter definitivo :

32,000

Tempo total diário de programação

6,000

Pontuação da Proposta Técnica (PT) :

100,000

CLASSIFICADA

Observações :

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

Manoel Elias Moreira
Presidente

Anacleto Rodrigues Cordeiro
Membro Titular

José Anselmo Nogueira
Membro Titular

Napoleão Emanuel Valadares
Membro Titular

Luiz Fernando Dolabela Guimarães
Vice-Presidente

Alexandre Antonio de Souza
Membro Titular

Álvaro Augusto de Souza Neto
Membro Titular

CONCORRÊNCIA N.º 013/2001 - SSR/MC

LOCALIDADE: UNIÃO DOS PALMARES ESTADO: AL

ATA DE REUNIÃO

Aos 12 (dose) dias do mês de março de 2002, às 15:00 horas, na sala de reuniões da Comissão Especial de Licitação, na Sobreloja do Edifício Sede do Ministério das Comunicações, Bloco "R" da Esplanada dos Ministérios, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação, criada pela Portaria MC n.º 811, de 29 de dezembro de 1997 e suas alterações, com a participação de seu Presidente, Manoel Elias Moreira, do seu Vice-Presidente Luiz Fernando Dolabela Guimarães e dos membros Napoleão Emanuel Valadares, Álvaro Augusto de Souza Neto, Alexandre Antônio de Souza, Anacleto Rodrigues Cordeiro e José Ancelmo Nogueira, com o objetivo de concluir e encerrar os trabalhos desenvolvidos por esta Comissão, os quais compreenderam, entre outras atividades: **a)** análise da Proposta Técnica com a elaboração do **Resultado da Avaliação das Propostas Técnicas**, relativo à concorrência acima citada, para documento denominado **Resultado da Proposta Técnica** da(s) Proponente(s) relacionadas no documento outorga de permissão para a exploração do Serviço de Radiodifusão em Frequência Modulada, na localidade de **UNIÃO DOS PALMARES/AL**; **b)** a Comissão Especial de Licitação, deu seguimento aos trabalhos relativos à Concorrência acima indicada, com a prática dos seguintes atos: **1)** leitura dos documentos denominados **Resultado da Proposta Técnica e Resultado da Avaliação das Propostas Técnicas** e suas aprovações por todos os membros da Comissão Especial de Licitação. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente deu por encerrada a presente sessão, lavrada à presente ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão.


MANOEL ELIAS MOREIRA
Presidente


LUIZ FERNANDO DOLABELA GUIMARÃES
Vice-Presidente


NAPOLEÃO EMANUEL VALADARES
Titular


ÁLVARO AUGUSTO DE SOUZA NETO
Titular


ALEXANDRE ANTÔNIO DE SOUZA
Titular


ANACLETO RODRIGUES CORDEIRO
Titular

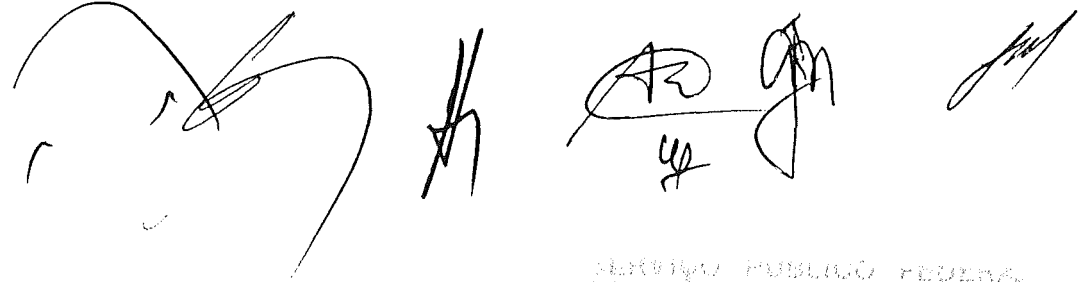

JOSÉ ANCELMO NOGUEIRA
Titular



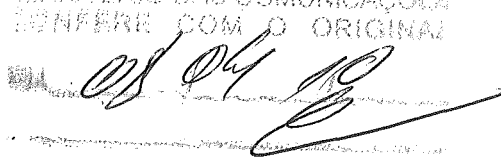
10/10

Resultado da Avaliação das Propostas Técnicas

Razão Social	Num. Proc.	Grupo	Pontos	Resultado
Concorrência 013/2001				
AL União dos Palmares				
FM				
RÁDIO E TV CALDAS LTDA.	53103.000247/01	A	100.000	Classificada
RÁDIO FM ATALAIA LTDA.	53103.000248/01	A	100.000	Classificada
ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA ME.	53103.000250/01	A	100.000	Classificada
SISTEMA COSTA DOURADA DE RADIODIFUSÃO LTDA.	53103.000251/01	A	100.000	Classificada
RÁDIO E TV SCHAPPO LTDA	53103.000252/01	A	100.000	Classificada



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL





Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Radiodifusão
Comissão Especial de Âmbito Nacional

2/10

Resultado da Proposta Técnica Lote 7

Nº do Processo: 53103.000252/01 CNPJ: 04.503.353/0001-65

Razão Social: RADIO E TV SCHAPPO LTDA

Concorrência: 013/2.001 Localidade: União dos Palmares UF: AL

Serviço: FM - Frequência Modulada Grupo Enquadramento A

Legenda da Programação :

T1 = Programas jornalísticos, educativos e informativos
T2 = Programas de serviço noticioso
T3 = Programas culturais, artísticos e jornalísticos, gerados na localidade
T4 = Programas de serviço noticioso gerados na localidade

Pontuação ref. ao percentual de tempo de funcionamento da emissora(T1+T2+T3+T4) :	62,000
Pontuação ref. ao prazo para executar serviço caráter definitivo :	32,000
Tempo total diário de programação	6,000
Pontuação da Proposta Técnica (PT) :	100,000
	CLASSIFICADA

Observações :

ENTRADA PUBLICA FEDERAL
MINISTERIO DAS COMUNICACOES
CONFERIR COM O ORIGINAL
08/04/10

Manoel Elias Moreira
Presidente

Apacleto Rodrigues Cordeiro
Membro Titular

José Ancelmo Nogueira
Membro Titular

Napoleão Emanuel Valadares
Membro Titular

Luiz Fernando Dolabela Guimarães
Vice-Presidente

Alexandre Antonio de Souza
Membro Titular

Álvaro Augusto de Souza Neto
Membro Titular

70
rey

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
DELEGACIA REGIONAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO
COMISSÃO ESPECIAL DE ACESSORAMENTO TÉCNICO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

08/04/02
[Signature]

TERMO DE ANEXAÇÃO

Nesta data, anexe ao presente processo a documentação a seguir, constituída de 11 folhas, que numerei em continuação, do número 70 até o número 80.

Recife - PE, 04 de Setembro de 2002

[Signature]
Maria da Penha da Silva Oliveira
Grupo de Trabalho e Apoio Técnico
Pernambuco

RÁDIO DIFUSORA RHEMA LTDA.	FM	53830.000533/00	51.923	95.192
RÁDIO DIFUSORA TORRE FORTE LTDA.	FM	53830.000538/00	50.980	95.098
JESUS & PERGAM LTDA.	FM	53830.000583/00	91.746	70.076

Concorrência n.º 100/2000-SSR/MC, Localidade de Guararapes/SP.

Proprietário	Serviço	Nº do Processo	PP	VP
SISTEMA REGIONAL DE COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	53830.000555/00	97.013	99.701
SISTEMA RÁDIO DIGITAL FM LTDA.	FM	53830.000567/00	96.877	99.688
FILORESE & VIAN RÁDIO DIFUSÃO LTDA.	FM	53830.000546/00	95.269	99.527
RÁDIO JARDIM LTDA.	FM	53830.000572/00	93.753	99.375
RÁDIO E TV ARACÁ LTDA.	FM	53830.000568/00	90.585	99.059
SISTEMA BRASILEIRO DE COMUNICAÇÕES E EVENTOS LTDA.	FM	53830.000579/00	86.540	98.654
RÁDIO CIDADES DE SORRISO FM LTDA. - ME.	FM	53830.000536/00	84.461	98.446
SOBRAL & MAYRINK LTDA.	FM	53830.000552/00	76.755	97.675
SISTEMA DE COMUNICAÇÃO NAGAO SILVA S/C LTDA.	FM	53830.000582/00	76.109	97.611
RÁDIO VIP DE PROMISSÃO LTDA.	FM	53830.000566/00	90.443	97.541
RÁDIO E TV DESAN TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53830.000535/00	75.000	97.500
SANTA CRUZ FM RÁDIO E JORNAL LTDA.	FM	53830.000557/00	65.870	96.587
RÁDIO DIFUSORA RHEMA LTDA.	FM	53830.000533/00	50.741	95.074
RÁDIO DIFUSORA TORRE FORTE LTDA.	FM	53830.000538/00	50.227	95.023

Concorrência n.º 106/2000-SSR/MC, Localidade de Hortolândia/SP.

Proprietário	Serviço	Nº do Processo	PP	VP
TORRES CAMARGO LTDA.	FM	53830.000570/00	99.195	99.920
IVANOV COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.	FM	53830.000556/00	98.999	99.900
RÁDIO PRINCESA DE HORTOLÂNDIA LTDA.	FM	53830.000584/00	98.646	99.865
EXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	53830.000541/00	98.641	99.864
R. VITROL FM LTDA.	FM	53830.000539/00	98.564	99.856
F. ENCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	53830.000581/00	98.059	99.806
FILORESE & VIAN RÁDIO DIFUSÃO LTDA.	FM	53830.000546/00	97.929	99.793
RÁDIO ALPHA S/C LTDA.	FM	53830.000561/00	97.859	99.786
CIDADES DO VALE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA.	FM	53830.000540/00	97.841	99.784
COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53830.000571/00	97.671	99.767
SISTEMA TV PAULISTA LTDA.	FM	53830.000565/00	97.621	99.762
SISTEMA SINTONIA DE COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	53830.000543/00	97.521	99.752
RÁDIO PRINCESA DO OESTE LTDA.	FM	53830.000585/00	96.087	99.609
EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO MIRACATU LTDA.	FM	53830.000554/00	95.839	99.584
RÁDIO QUANTICA LTDA.	FM	53830.000563/00	95.296	99.530
SANTA CRUZ FM RÁDIO E JORNAL LTDA.	FM	53830.000557/00	94.971	99.497
BISPO GUAPORÉ RÁDIO DIFUSÃO LTDA.	FM	53830.000558/00	94.450	99.445
RÁDIO METROPOLITANA HORTOLÂNDIA FM LTDA. - ME.	FM	53830.000574/00	92.977	99.298
P.N.P. EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO LTDA.	FM	53830.000545/00	91.843	99.184
EDCOMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53830.000578/00	91.675	99.168
SOBRAL & MAYRINK LTDA.	FM	53830.000552/00	89.736	98.974
RÁDIO VIP DE PROMISSÃO LTDA.	FM	53830.000566/00	91.675	98.902
SISTEMA BRASILEIRO DE COMUNICAÇÕES E EVENTOS LTDA.	FM	53830.000579/00	88.274	98.827
RÁDIO E TV DESAN TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53830.000535/00	75.000	97.500
RÁDIO DIFUSORA RHEMA LTDA.	FM	53830.000533/00	51.029	95.103
RÁDIO DIFUSORA TORRE FORTE LTDA.	FM	53830.000538/00	50.446	95.045
ELO RECORDS GRAVAÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.	FM	53830.000580/00	55.029	86.097

Concorrência n.º 107/2000-SSR/MC, Localidade de Ilha Solteira/SP.

Proprietário	Serviço	Nº do Processo	PP	VP
S. RÁDIO JARDIM FM LTDA.	FM	53830.000567/00	96.602	99.660
SISTEMA REGIONAL DE COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	53830.000555/00	96.586	99.659
FM RECANTO DAS ÁGUAS LTDA.	FM	53830.000562/00	94.167	99.417
JARDIM LTDA.	FM	53830.000572/00	93.750	99.375
FILORESE & VIAN RÁDIO DIFUSÃO LTDA.	FM	53830.000546/00	93.138	99.314
RÁDIO VIP DE PROMISSÃO LTDA.	FM	53830.000566/00	93.001	99.082
SISTEMA BRASILEIRO DE COMUNICAÇÕES E EVENTOS LTDA.	FM	53830.000579/00	90.142	99.014
SÃO JOSÉ DOS DOURADOS COMUNICAÇÕES S/C LTDA.	FM	53830.000576/00	87.526	98.753
SOBRAL & MAYRINK LTDA.	FM	53830.000552/00	77.504	97.750
SANTA CRUZ FM RÁDIO E JORNAL LTDA.	FM	53830.000557/00	75.004	97.500
RÁDIO E TV DESAN TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53830.000535/00	75.000	97.500
RÁDIO DIFUSORA RHEMA LTDA.	FM	53830.000533/00	50.713	95.071
RÁDIO DIFUSORA TORRE FORTE LTDA.	FM	53830.000538/00	50.008	95.001

(Of. El. n.º 30/2002)

RESULTADOS DE PROPOSTAS TÉCNICAS

A Comissão Especial de Licitação, nos termos da Portaria MC nº 811, de 29 de dezembro de 1997, suas alterações, em conformidade com os respectivos Editais de Licitação, torna público, por meio deste Aviso e seus Anexos, os resultados da pontuação das Propostas Técnicas (P.Téc) das licitantes habilitadas nas Concorrências de nºs 023, 078, 079/2000 e 008, 013, 014 e 042/2001-SSR/MC, relativas a localidades dos Estados de Alagoas, Amazonas, Pará, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Os autos dos processos estarão com vista franqueada a partir do dia 25 de março de 2002, na respectiva Secretaria da Comissão de Assessoramento Técnico da Delegacia do Ministério das Comunicações Supervisora, nos endereços indicados abaixo, locais estes onde deverão ser protocolizados os eventuais recursos.

Delegacia Supervisora	Endereço
AM	Rua Borba, 698 - Cachoeirinha, Manaus/AM.
GO	Rua 13, 618 - 1.º Andar - Setor Oeste, Goiânia/GO.
PA	Travessa Rosa Moreira, 476 - Bairro Telégrafo, Belém/PA.
PE	Rua Quarenta e Oito, 149 - Bairro Espinheiro, Recife/PE.

A contagem do prazo de cinco dias úteis, para a interposição de eventuais recursos, seguirá as regras do artigo 109, inciso I, alínea "b" e §5º e artigo 110, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Brasília - DF, 13 de março de 2002.

MANOEL ELIAS MOREIRA

Presidente

ANEXO I

Concorrência Nº 023/2000-SSR/MC, Localidade de Conceição do Araguaia/PA.

Proponente(s)	Serviço	Nº do Processo	PTéc	RESULTADO
SPC - SISTEMA PARAENSE DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53720.000253/00	100,000	CLASSIFICADA
REDE NORTE DE COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	53720.000255/00	100,000	CLASSIFICADA
EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO MIRACATU LTDA.	FM	53720.000256/00	---	DESISTÊNCIA

Concorrência Nº 023/2000-SSR/MC, Localidade de Mocajuba/PA.

Proponente(s)	Serviço	Nº do Processo	PTéc	RESULTADO
SPC - SISTEMA PARAENSE DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53720.000253/00	100,000	CLASSIFICADA
REDE NORTE DE COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	53720.000255/00	100,000	CLASSIFICADA

Concorrência Nº 023/2000-SSR/MC, Localidade de Santa Maria do Pará/PA.

Proponente(s)	Serviço	Nº do Processo	PTéc	RESULTADO
SPC - SISTEMA PARAENSE DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53720.000253/00	100,000	CLASSIFICADA
REDE NORTE DE COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	53720.000255/00	100,000	CLASSIFICADA
EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO MIRACATU LTDA.	FM	53720.000256/00	100,000	CLASSIFICADA

Concorrência Nº 023/2000-SSR/MC, Localidade de Viseu/PA.

Proponente(s)	Serviço	Nº do Processo	PTéc	RESULTADO
SPC - SISTEMA PARAENSE DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53720.000253/00	100,000	CLASSIFICADA
REDE NORTE DE COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	53720.000255/00	100,000	CLASSIFICADA
EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO MIRACATU LTDA.	FM	53720.000256/00	100,000	CLASSIFICADA

ANEXO II

Concorrência Nº 078/2000-SSR/MC, Localidade de Guarantã do Norte/MT.

Proponente(s)	Serviço	Nº do Processo	PTéc	RESULTADO
AMG PUBLICIDADE E COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	53670.001476/00	100,000	CLASSIFICADA
NORTÃO COMUNICAÇÃO E PUBLICIDADE LTDA.	FM	53670.001477/00	100,000	CLASSIFICADA
RÁDIO EDUCADORA DE PEIXOTO DE AZEVEDO LTDA.	FM	53670.001479/00	100,000	CLASSIFICADA
RÁDIO SOM DA TERRA LTDA.	FM	53670.001480/00	100,000	CLASSIFICADA
BISPO GUAPORÉ RÁDIO DIFUSÃO LTDA.	FM	53670.001481/00	100,000	CLASSIFICADA
E.F. COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53670.001482/00	100,000	CLASSIFICADA
REDE MÉDIO NORTE DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53670.001483/00	97,000	CLASSIFICADA
REDE JORNAL DE COMUNICAÇÃO E PUBLICIDADE LTDA.	FM	53670.001484/00	99,529	CLASSIFICADA
SISTEMA GOIS DE RÁDIO DIFUSÃO LTDA.	FM	53670.001485/00	100,000	CLASSIFICADA

Cat - 18/03/2002.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

08/04/02



SISTEMA GOIS DE RÁDIO DIFUSÃO LTDA.	FM	53670.001552/00	100,000	CLASSIFICADA
CEBELWAM COMUNICAÇÃO E CONSULTORIA LTDA.	FM	53670.001556/00	100,000	CLASSIFICADA

Concorrência Nº 079/2000-SSR/MC, Localidade de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT.

Proponente(s)	Serviço	Nº do Processo	PTéc	RESULTADO
RÁDIO DIFUSORA VALE DOS SONHOS DO GUAPORÉ LTDA.	FM	53670.001528/00	100,000	CLASSIFICADA
IBAPINA RÁDIO DIFUSÃO LTDA.	FM	53670.001543/00	100,000	CLASSIFICADA
REDE JORNAL DE COMUNICAÇÃO E PUBLICIDADE LTDA.	FM	53670.001549/00	99,529	CLASSIFICADA

ANEXO IV

Concorrência Nº 008/2001-SSR/MC, Localidade de Benjamin Constant/AM.

Proponente(s)	Serviço	Nº do Processo	PTéc	RESULTADO
REDE DE COMUNICAÇÃO JUTAI LTDA.	OM	53630.000212/01	100,000	CLASSIFICADA
RÁDIO JORNAL A CRÍTICA LTDA.	OM	53630.000213/01	99,529	CLASSIFICADA
NORTÃO COMUNICAÇÃO E PUBLICIDADE LTDA.	OM	53630.000216/01	100,000	CLASSIFICADA

Concorrência Nº 008/2001-SSR/MC, Localidade de Borba/AM.

Proponente(s)	Serviço	Nº do Processo	PTéc	RESULTADO
REDE DE COMUNICAÇÃO JUTAI LTDA.	OM	53630.000212/01	100,000	CLASSIFICADA
REDE SANTO ANTÔNIO DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA.	OM	53630.000215/01	100,000	CLASSIFICADA
NORTÃO COMUNICAÇÃO E PUBLICIDADE LTDA.	OM	53630.000216/01	100,000	CLASSIFICADA

Concorrência Nº 008/2001-SSR/MC, Localidade de Coari/AM.

Proponente(s)	Serviço	Nº do Processo	PTéc	RESULTADO
REDE DE COMUNICAÇÃO JUTAI LTDA.	OM	53630.000212/01	100,000	CLASSIFICADA
RÁDIO JORNAL A CRÍTICA LTDA.	OM	53630.000213/01	99,529	CLASSIFICADA
FUNDACÃO SANTÍSSIMO REDENTOR	OM	53630.000214/01	100,000	CLASSIFICADA
NORTÃO COMUNICAÇÃO E PUBLICIDADE LTDA.	OM	53630.000216/01	100,000	CLASSIFICADA

Concorrência Nº 008/2001-SSR/MC, Localidade de Fonte Boa/AM.

Proponente(s)	Serviço	Nº do Processo	PTéc	RESULTADO
REDE DE COMUNICAÇÃO JUTAI LTDA.	OM	53630.000212/01	100,000	CLASSIFICADA
NORTÃO COMUNICAÇÃO E PUBLICIDADE LTDA.	OM	53630.000216/01	100,000	CLASSIFICADA

Concorrência Nº 008/2001-SSR/MC, Localidade de Nhamundá/AM.

Proponente(s)	Serviço	Nº do Processo	PTéc	RESULTADO
REDE DE COMUNICAÇÃO JUTAI LTDA.	OM	53630.000212/01	100,000	CLASSIFICADA
RÁDIO JORNAL A CRÍTICA LTDA.	OM	53630.000213/01	99,529	CLASSIFICADA
NORTÃO COMUNICAÇÃO E PUBLICIDADE LTDA.	OM	53630.000216/01	100,000	CLASSIFICADA

ANEXO V

Concorrência Nº 013/2001-SSR/MC, Localidade de Atalaia/AL.

Proponente(s)	Serviço	Nº do Processo	PTéc	RESULTADO
RÁDIO E TV CALDAS LTDA.	FM	53103.000247/01	100,000	CLASSIFICADA
RÁDIO FM ATALAIA LTDA.	FM	53103.000248/01	100,000	CLASSIFICADA
ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA. ME.	FM	53103.000250/01	100,000	CLASSIFICADA
SISTEMA COSTA DOURADA DE RÁDIO DIFUSÃO LTDA.	FM	53103.000251/01	100,000	CLASSIFICADA
RÁDIO E TV SCHAPPO LTDA.	FM	53103.000252/01	100,000	CLASSIFICADA

Concorrência Nº 013/2001-SSR/MC, Localidade de Major Isidoro/AL.

Proponente(s)	Serviço	Nº do Processo	PTéc	RESULTADO
RÁDIO E TV CALDAS LTDA.	FM	53103.000247/01	100,000	CLASSIFICADA
RÁDIO FM ATALAIA LTDA.	FM	53103.000248/01	100,000	CLASSIFICADA
RÁDIO LUAR DO SERTÃO LTDA.	FM	53103.000249/01	100,000	CLASSIFICADA

ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA. ME.	FM	53103.000250/01	100,000	CLASSIFICADA
SISTEMA COSTA DOURADA DE RÁDIO DIFUSÃO LTDA.	FM	53103.000251/01	100,000	CLASSIFICADA
RÁDIO E TV SCHAPPO LTDA.	FM	53103.000252/01	100,000	CLASSIFICADA

Concorrência Nº 013/2001-SSR/MC, Localidade de Pilar/AL.

Proponente(s)	Serviço	Nº do Processo	PTéc	RESULTADO
RÁDIO E TV CALDAS LTDA.	FM	53103.000247/01	100,000	CLASSIFICADA
RÁDIO FM ATALAIA LTDA.	FM	53103.000248/01	100,000	CLASSIFICADA
ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA. ME.	FM	53103.000250/01	100,000	CLASSIFICADA
SISTEMA COSTA DOURADA DE RÁDIO DIFUSÃO LTDA.	FM	53103.000251/01	100,000	CLASSIFICADA
RÁDIO E TV SCHAPPO LTDA.	FM	53103.000252/01	100,000	CLASSIFICADA

Concorrência Nº 013/2001-SSR/MC, Localidade de União dos Palmares/AL.

Proponente(s)	Serviço	Nº do Processo	PTéc	RESULTADO
RÁDIO E TV CALDAS LTDA.	FM	53103.000247/01	100,000	CLASSIFICADA
RÁDIO FM ATALAIA LTDA.	FM	53103.000248/01	100,000	CLASSIFICADA
ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA. ME.	FM	53103.000250/01	100,000	CLASSIFICADA
SISTEMA COSTA DOURADA DE RÁDIO DIFUSÃO LTDA.	FM	53103.000251/01	100,000	CLASSIFICADA
RÁDIO E TV SCHAPPO LTDA.	FM	53103.000252/01	100,000	CLASSIFICADA

ANEXO VI

Concorrência Nº 014/2001-SSR/MC, Localidade de Palmares dos Índios/AL.

Proponente(s)	Serviço	Nº do Processo	PTéc	RESULTADO
ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA. ME.	OM	53103.000253/01	100,000	CLASSIFICADA
SISTEMA COSTA DOURADA DE RÁDIO DIFUSÃO LTDA.	OM	53103.000254/01	100,000	CLASSIFICADA

ANEXO VII

Concorrência Nº 042/2001-SSR/MC, Localidade de Anastácio/MS.

Proponente(s)	Serviço	Nº do Processo	PTéc	RESULTADO
BONITO COMUNICAÇÃO LTDA.	OM	53670.001199/01	100,000	CLASSIFICADA
SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO JAGUARETE LTDA.	OM	53670.001201/01	100,000	CLASSIFICADA
EMISSORAS INTEGRADAS M.F. LTDA.	OM	53670.001202/01	100,000	CLASSIFICADA
REDE ECOLÓGICA DE COMUNICAÇÕES LTDA.	OM	53670.001205/01	100,000	CLASSIFICADA
SANTO AGOSTINHO - EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO LTDA.	OM	53670.001207/01	100,000	CLASSIFICADA
EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO PANTANEIRA LTDA.	OM	53670.001209/01	100,000	CLASSIFICADA
RÁDIO NOVA FM ANASTÁCIO LTDA.	OM	53670.001210/01	100,000	CLASSIFICADA
REDE DE RÁDIO E TELEVISÃO FENEBI LTDA.	OM	53670.001211/01	100,000	CLASSIFICADA

Concorrência Nº 042/2001-SSR/MC, Localidade de Bonito/MS.

Proponente(s)	Serviço	Nº do Processo	PTéc	RESULTADO
BONITO COMUNICAÇÃO LTDA.	OM	53670.001199/01	100,000	CLASSIFICADA
SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO JAGUARETE LTDA.	OM	53670.001201/01	100,000	CLASSIFICADA
EMISSORAS INTEGRADAS M.F. LTDA.	OM	53670.001202/01	100,000	CLASSIFICADA
SISTEMA DE COMUNICAÇÃO CONESUL LTDA.	OM	53670.001206/01	100,000	CLASSIFICADA
EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO PANTANEIRA LTDA.	OM	53670.001209/01	100,000	CLASSIFICADA
REDE DE RÁDIO E TELEVISÃO FENEBI LTDA.	OM	53670.001211/01	100,000	CLASSIFICADA

Concorrência Nº 042/2001-SSR/MC, Localidade de Costa Rica/MS.

Proponente(s)	Serviço	Nº do Processo	PTéc	RESULTADO
MAIA & OLIVEIRA LTDA.	OM	53670.001198/01	100,000	CLASSIFICADA
AUDIO EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO LTDA.	OM	53670.001200/01	100,000	CLASSIFICADA

ALAGOAS RÁDIO E TV
MINISTÉRIO DA CULTURA
CONFERIR COM O ORIGINAL

080410

IRITO SANTO

S-45 E 46/2002

ados presentes a r u
is C/CAC/CEB 04; e
eração de Agêcia de

AMA MARTINELLI
pecial de Licitação

AO PAULO

ATIVOS

trato/Aspur/DR/SPM
o par implantação do
le Correios e Telecomu-
cação de serviços de in-
t. Vila Formosa no va-
tus e sessenta centavos);
75.198,93 e prorrogação
na a ser dia 08/08/2002.
p/ECT, Carlos Brazoni
p/Contratada.

0/0/99, Nome da con-
tada, data da assinatura:
mais 12 (doze) mil e 5
0/03; 2) Sétimo termo
ont: Transporte obje-
orrogação de
endereço o período de
ato nº 1084/97,
/A, data da assinatura:
ao ao item 4.1 onde
o para R\$ 0,8610 (oitto
de real)/km, item 8.1,
duzentos e quarenta e
trinta e três centavos);
53/99, Nome da con-
tada, data da assinatura:
ao ao item 4.1 onde
o para R\$ 0,7380 (sete
milésimos de real)/km,
500,50 (duzentos e se-
ta centavos); 5) Quanto
ie da contratada Elite
ira: 01/09/02, vigência:
consta o preço final por
is mil e novecentos e
em 8.1. valor total do
uenta e três mil e se-
centavos).

CAÇÃO
R/SPM-56/2002

DR/SPM
1. PARA a toria
ILITADO de concor-
me
ILITADO FUJIMOTO
3.225.348/0001/75, que
lizada reunião às 16:00
Região Operacional 06/
1º andar - Centro Osas-
ira do invólucro nº 2 e
e seguintes do Edital.

R/SPM-57/2002

DR/SPM
1. DECLARA a concu-
ILITADO de concor-
me
mente AUTO POSTO
/0001/02, que desde já
nício às 15:00 horas do
Operacional 06/OSAS-
ar - Centro, Osas-SP,
invólucro nº 2 e con-
seguintes do Edital.

YSZMAN
la CEL

3/2002

sultado da fase de ha-
GEREN/DR/SPM, que
da sala de controle de
idar e Bloco III M4 do
a) Melo Construções e
Empresas inabilitadas:

a) Consarj Construções Engenharia e Arquitetura Ltda.; b) Constru-
tora JMG Ltda.; c) Oalo Eletrotécnica Construções e Comércio Ltda.

JOSÉ MANUEL MARADÉIA
Presidente da Comissão Especial de Licitação

(Of. El. nº 487/2002)

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO**AVISOS**

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria
MC nº 811, de 29 de dezembro de 1997, suas alterações e, em
conformidade com os Editais de Licitação, torna público que as
sessões para abertura dos invólucros contendo as Propostas Técnicas
das Proponentes habilitadas, serão realizadas de acordo com o in-
dicado no quadro abaixo, na Delegacia do Ministério das Comuni-
cações Supervisora no Estado de Pernambuco, no seguinte endere-
ço: Rua Quarenta e Oito, 149 - 1º Andar - Bairro Espinheiro,
Recife/PE. Ficam convocados os participantes da licitação, bem como
convidados demais interessados em acompanhar os trabalhos.

Data da Sessão	Horário	Concorrência Nº-SSR/MC	Localidades	UF
04/09/02	09h00	013/2001	Atalaia, Major Isidoro, Pi- lar e União dos Palmares.	AL
04/09/02	10h00	014/2001	Palmeira dos Índios.	AL
05/09/02	09h00	015/2001	Poço Pessoa, Mari, Picui, João Dantas, Santa Helena e Umbuzeiro.	PB
05/09/02	10h00	072/2001	Campina Grande.	PB

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria
MC nº 811, de 29 de dezembro de 1997, suas alterações e, em
conformidade com os Editais de Licitação, torna público que as
sessões para abertura dos invólucros contendo as Propostas Técnicas
das Proponentes habilitadas, serão realizadas de acordo com o in-
dicado no quadro abaixo, na Delegacia do Ministério das Comuni-
cações Supervisora no Estado de Minas Gerais, no seguinte endere-
ço: Rua Tiriberras, 1778 - Centro, Belo Horizonte/MG. Ficam
convocados os participantes da licitação, bem como convidados demais
interessados em acompanhar os trabalhos.

Data da Sessão	Horário	Concorrência Nº-SSR/MC	LOCALIDADES	UF
03/09/02	09h00	034/2001	Medeiros, Monte Alegre de Minas, Papagaio, São João Nepomuceno, Tom- bos e Três Pontas.	MG
05/09/02	09h00	037/2001	Buenópolis, Itamarati, Ma- tias Cardoso, Montevidéu, Monte Azul, Planura e Uberlândia.	MG

CONCORRÊNCIA Nº 14/2000

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria
MC nº 811, de 29 de dezembro de 1997, suas alterações, em con-
formidade com o Edital, torna público que a sessão para a abertura
dos invólucros contendo as Propostas de Preços das Proponentes
classificadas na Concorrência nº 014/2000-SSR/MC, localidade de
Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais, será realizada no dia 03
de setembro de 2002, às 14:00 horas, na Delegacia do Ministério das
Comunicações Supervisora no Estado de Minas Gerais, no seguinte
endereço: Rua Tiriberras, 1778 - Centro, Belo Horizonte/MG. Ficam
convocados os participantes da licitação, bem como convidados demais
interessados em acompanhar os trabalhos.

CONCORRÊNCIA Nº 24/2000

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria
MC nº 811, de 29 de dezembro de 1997, suas alterações e, em
conformidade com os Editais de Licitação, torna público que a sessão
para abertura dos invólucros contendo as Propostas de Preços das
Proponentes classificadas na Concorrência nº 024/2000-SSR/MC, lo-
calidades de Areia, Camalau, Catingueira, Condado, Coremas e La-
goa Seca, Estado da Paraíba, será realizada no dia 03 de setembro de
2002, às 09:00 horas, na Delegacia do Ministério das Comunicações
Supervisora no Estado de Pernambuco, no seguinte endereço: Rua
Quarenta e Oito, 149 - 1º Andar - Bairro Espinheiro, Recife/PE.
Ficam convocados os participantes da licitação, bem como convidados
demais interessados em acompanhar os trabalhos.

Brasília - DF, 27 de agosto de 2002
MANOEL ELIAS MOREIRA
Presidente da Comissão

(Of. El. nº 119/2002)

Ministério das Relações Exteriores**FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO****AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 8/2002**

Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de mate-
riais de consumo, classificados como materiais
de expediente, de acondicionamento e embalagem,
produtos de higienização e outros.
Total de itens licitados: 00059

Edital: 28/08/2002 de 09h00 às 12h00 e de 14h00 às 17h00
Endereço: Bloco "H", Anexo II, Térreo, Sala 1
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios - BRASÍLIA - DF
Entrega das Propostas: a partir de 05/09/2002
às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br
Abertura das Propostas: 06/09/2002 às 10h00 no
site www.comprasnet.gov.br

MARIA NAZARETE MENDES MIRANDA
Pregoeira

(SIDE - 27/08/2002) 244001-24290-2002NE900005

**SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES
EXTERIORES
CERIMONIAL****RESULTADO DE JULGAMENTO
CONCORRÊNCIA Nº 3/2002**

A comissão de Licitação do Ministério das Rela-
ções Exteriores, declara como vencedora da Con-
corrência 03/2002, a empresa Flores da Alvorada
Ltda, por ter atendido a todas as exigências e-
ditalícias, ficando aberto o prazo recursal de
cinco dias úteis contados a partir da publicação deste aviso.

LINEU PUPO DE PAULA
Presidente da Comissão

(SIDE - 27/08/2002) 240013-00001-2002NE900009

**SUBSECRETARIA-GERAL DO SERVIÇO EXTERIOR
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO****RESULTADO DE HABILITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2002**

A Comissão Permanente de Licitação torna público o resultado da habilitação
relativo à Tomada de Preços 01/2002. Empresas HABILITADAS: Free
Port-Vigil e Seg.Patrimonial Ltda; Siran-Emp. de Segurança Ltda;
Vieberg-Vigil.Comerc. e Banc do Esp. Rio de Janeiro Ltda. Empresas
INABILITADAS: Angel's-Segurança e Vigilância Ltda, por des-
cumprimento do item 3.1, "e" do edital; COOPM-Cooperativa de Policiais
Militares, por descumprimento do item 3.1, "a" do edital. A abertura das
propostas dar-se-á no dia 05/09/2002, às 11 horas, na sala Raul Fernan-
des, no Palácio Itamaraty, à Av. Mal Floriano, 196, Centro-Rio de Janeiro.

SERGIO DA FONSECA COSTA COUTO
Presidente da Comissão

(SIDE - 27/08/2002) 240013-00001-2002NE900009

DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS**EXTRATO DE CONTRATO Nº 16/2002**

Nº Processo: 35000/1609/2002
Contratante: MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES
CNPJ Contratado: 72588080000159
Contratado: POWER ENGENHARIA COMERCIO E SERVICOS LTDA
Objeto: Prestação de serviços de manutenção e
operação, com fornecimento de materiais de con-
sumo e de peças de reposição dos grupos gerado-
res de eletricidade do MRE.
Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93.
Vigência: 01/08/2002 a 31/07/2003
Valor Total: R\$ 39.912,60

Fonte de Recurso
100000000

Nota de Empenho
2002NE900466

Data de Assinatura: 01/08/2002

(SICON - 27/08/2002) 240013-00001-2002NE900009

EXTRATO DE CONTRATO Nº 18/2002

Nº Processo: 35000/0818
Contratante: MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES
CNPJ Contratado: 34164319000506
Contratado: CASA DA MOEDA DO BRASIL CMB
Objeto: Confecção de 500.000 (quinhentas mil)
etiquetas adesivas para visto consular , para
atender a solicitação da Divisao de Imigração
do Ministério das Relações Exteriores.
Fundamento Legal: artigo 24 , inciso IV, da Lei nº 8666/93
Vigência: 19/08/2002 a 16/11/2002
Valor Total: R\$ 248.625,00

Fonte de Recurso
100000000

Nota de Empenho
2002NE900517

Data de Assinatura: 19/08/2002

(SICON - 27/08/2002) 240013-00001-2002NE000009

CONCORRÊNCIAS Nº 42 E 64/2000

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 811, de 29 de dezembro de 1997, suas alterações, em conformidade com os Editais de Licitação, torna público que as sessões para a abertura dos invólucros contendo as Propostas Técnicas das Proponentes habilitadas nas Concorrências nºs 042/2000-SSR/MC, localidade de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, e 064/2001-SSR/MC, localidade de Imbituva, Estado do Paraná, serão realizadas no dia 05 de setembro de 2002, às 10:00 e 11:00 horas, respectivamente, na Delegacia do Ministério das Comunicações Supervisora no Estado do Paraná, no seguinte endereço: Rua Vicente Machado, 720 - Bairro Batel, Curitiba/PR. Ficam convocados os participantes da licitação, bem como convidados demais interessados em acompanhar os trabalhos.

CONCORRÊNCIAS Nº 80 E 81/2000

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 811, de 29 de dezembro de 1997, suas alterações, em conformidade com os Editais de Licitação, torna público que a sessão para a abertura dos invólucros contendo as Propostas de Preços das Proponentes classificadas nas Concorrências de nºs 080 e 081/2000-SSR/MC, localidades de Bom Jesus de Tocantins, Cametá, Curionópolis, Dom Eliseu, Floresta do Araguaia, Jacundá, Pacajá, Rio Maria, Salinópolis, Santa Isabel do Pará, São Miguel do Guamá, Tucumã e Uruara, Estado do Pará, será realizada no dia 05 de setembro de 2002, às 09:00 horas, na Delegacia do Ministério das Comunicações Supervisora no Estado do Pará, no seguinte endereço: Travessa Rosa Moreira, 476 - Bairro Telégrafo, Belém/PA. Ficam convocados os participantes da licitação, bem como convidados demais interessados em acompanhar os trabalhos.

CONCORRÊNCIA Nº 112/2000

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 811, de 29 de dezembro de 1997, suas alterações, em conformidade com os Editais de Licitação, torna público que a sessão para a abertura dos invólucros contendo as Propostas de Preços das Proponentes classificadas na Concorrência nº 112/2000-SSR/MC, localidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, será realizada no dia 05 de setembro de 2002, às 09:00 horas, na Delegacia do Ministério das Comunicações Supervisora no Estado de São Paulo, no seguinte endereço: Rua Vergueiro, 3073 - Vila Mariana, São Paulo/SP. Ficam convocados os participantes da licitação, bem como convidados demais interessados em acompanhar os trabalhos.

Brasília-DF, 28 de agosto de 2002
MANOEL ELIAS MOREIRA
 Presidente da Comissão

**AVISO DE RETIFICAÇÃO
CONCORRÊNCIAS Nº 13 E 14/2001**

A Comissão Especial de Licitação, nos termos da Portaria MC nº 811, de 29 de dezembro de 1997, suas alterações, em relação ao Aviso publicado no Diário Oficial da União Nº 166, de 28-08-2002 Seção 3, pág. 56, resolve retificar, com relação as Concorrências nºs 013 e 014/2001, localidades de Atalaia, Major Isidoro, Pilar, União dos Palmares e Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas, sendo que onde se lê: abertura dos invólucros contendo as Propostas Técnicas das Proponentes habilitadas, leia-se: abertura dos invólucros contendo as Propostas de Preços das Proponentes classificadas.

Brasília - DF, 28 de agosto de 2002
MANOEL ELIAS MOREIRA
 Presidente da Comissão

(Of. El. nº 120/2002)

Ministério das Relações Exteriores**FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO****AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 9/2002**

Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de material permanente, classificado como equipamento de processamento de dados.
 Total de Itens Licitados: 00006
 Edital: 29/08/2002 de 09h00 às 12h00 e de 14h00 às 17h00
 Endereço: Bloco "H", Anexo II, Térreo, Sala 01 do Ministério das Relações Exteriores Esplanada dos Ministérios - BRASILIA - DF Entrega das Propostas: a partir de 09/09/2002 às 10:00 no site www.comprasnet.gov.br
 Abertura das Propostas: 10/09/2002 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br

MARCELO GERALDO DE SOUZA
 Pregoeiro

(SIDEF - 28/08/2002) 244001-24290-2002NE900005

**SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES
EXTERIORES****SUBSECRETARIA-GERAL DO SERVIÇO EXTERIOR
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÕES E
DOCUMENTAÇÃO****RESULTADO DE HABILITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 5/2002**

A Comissão de Licitação do Ministério das Relações Exteriores declara, no âmbito da Concorrência 05/02, HABILITADAS para todos os itens as empresas Computer Star Informática Ltda e Compuline Representações Informática Ltda, para os itens II, III, IV e V as empresas Gênese Informática Ltda e e Microtécnica Informática Ltda, As empresas AMC Informática Ltda e Tecnoset Informática Produtos e Serviços Ltda somente para os itens III e IV e a empresa Softlearn Informática e Consultoria para o item V. Sendo INABILITADAS as empresas R&A Sistemas Imp. Export. e Representação Ltda e Centro Norte Gerenciamento e Serviços Ltda. Ficando aberto o prazo recursal de cinco dias úteis contados a partir da publicação deste aviso.

LINEU PUPO DE PAULA
 Presidente da Comissão

(SIDEF - 28/08/2002) 240013-00001-2002NE900009

Ministério de Minas e Energia**SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE
RECURSOS LOGÍSTICOS****AVISO DE LICITAÇÃO
CONVITE Nº 19/2002**

Objeto: Aquisição de ternos completos (calças e paletós), camisas, gravatas, cintos e sapatos.

Total de Itens Licitados: 00015
 Edital: 29/08/2002 de 09h00 às 11h45 e de 14h00 às 17h00
 Endereço: Esplanada dos ministérios bloco u sala 238.
 Centro - BRASILIA - DF
 Entrega das Propostas: 05/09/2002 às 10h00
 Endereço: Esplanada dos ministérios bloco u sala 243.
 Centro - BRASILIA - DF
 Informações Gerais: Ver as especificações dos materiais a serem cotados no Edital, no logradouro ou no site www.mme.gov.br

WASHINGTON CHARLES IZIDRO NEIVA
 Presidente da Comissão Permanente de Licitação

(SIDEF - 28/08/2002) 320004-00001-2002NE900149

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO**EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

Processo n.º 48.610.009.717/2002-35. Contratante: Agência Nacional do Petróleo. Objeto: Participação de diretores e servidores no evento "17th World Petroleum Congress". Contratado: Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás. Valor estimado: R\$ 214.900,00 (duzentos e quatorze mil e novecentos reais). Prazo de Vigência: 01 a 05 de setembro de 2002. Fundamento Legal: Art. 25 da Lei 8.666/93. Homologado por: John M. Albuquerque Forman - Diretor da ANP. Ratificado por: Sebastião do Rego Barros - Diretor - Geral da ANP. Ato de Inexigibilidade: 28/08/2002.
 (Of. El. nº 368/2002)

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2

CONTRATO N.º 5.041/00-ANP-001.523
 Processo: 48610.001523/2000. Contratante: Agência Nacional do Petróleo. Contratada: RM Sistemas Ltda. Objeto: Prorrogação de Vigência. Vigência: 12 (doze) meses. Total do Aditivo: R\$ 24.926,87 (vinte e quatro mil, novecentos e vinte e seis reais e oitenta e sete centavos). Fundamento legal: Inciso II do Artigo 57 da Lei n.º 8.666/93. Data: 10/07/02. Assinado por: Sebastião do Rego Barros, Diretor - Geral da ANP e Mauro Tunes Júnior, Vice Presidente da RM Sistemas.
 (Of. El. nº 367/2002)

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 42/2002**

A AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO-ANP torna público aos interessados que realizará licitação, na modalidade de pregão amplo, no dia 09 de setembro de 2002, às 10:00 horas, cujo objeto é o fornecimento de água mineral natural (garrafinha de 20 litros) e água mineral com gás (garrafa pet descartável de 02 litros), conforme especificação no anexo I, conforme as condições constantes do Regulamento para Aquisição de Bens e Contratação de Serviços da ANP publicado no DOU de 06 de Setembro de 2000, e do Edital que estará

RADIO E TV SCHAPPO LTDA

75
neg

PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA

1. Razão Social da Proponente: **Radio e TV Schappo Ltda.**
2. CNPJ/MF : **04.503.353/001-65**
3. Edital da Concorrência: **n.º 13/2001 MC**
4. Serviços : **Rádiodifusão em Frequência Modulada FM**
5. Localidade : **Major Isidoro : AL**
6. Valor Proposto: **R\$ 360.000,00 (Trezentos e sessenta mil Reais)**
1ª Parcela : R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil Reais)
2ª Parcela : R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil Reais)

SERVIÇO DE
MINISTÉRIO DA
CONFERE COM O ORIGINAL

08/04/00

[Handwritten signature]

Paracatu , 23 de Junho de 2001 .

[Handwritten signature]
Evandro José Schappo
Sócio Gerente
CPF 526.401.089-72

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

RADIO E TV SCHAPPO LTDA


76
Mey

PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA

1. Razão Social da Proponente: **Radio e TV Schappo Ltda.**
2. CNPJ/MF : **04.503.353/001-65**
3. Edital da Concorrência: **n.º 13/2001 MC**
4. Serviços : **Rádiodifusão em Frequência Modulada FM**
5. Localidade : **Pilar : AL**
6. Valor Proposto: **R\$ 752.000,00 (Setecentos e cinquenta e dois mil Reais)**
 - 1ª Parcela : R\$ 376.000,00 (Trezentos e setenta e seis mil Reais)**
 - 2ª Parcela : R\$ 376.000,00 (Trezentos e setenta e seis mil Reais)**

RECEBIDO DEPARTAMENTO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
08/04/01
E

Paracatu , 23 de Junho de 2001 .


Evandro José Schappo
Sócio Gerente
CPF 526.401.089-72





RADIO E TV SCHAPPO LTDA

77
pey

PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA


1. Razão Social da Proponente: **Radio e TV Schappo Ltda.**
2. CNPJ/MF : **04.503.353/001-65**
3. Edital da Concorrência: **n.º 13/2001 MC**
4. Serviços : **Rádiodifusão em Freqüência Modulada FM**
5. Localidade : **União dos Palmares : AL**
6. Valor Proposto: **R\$ 960.000,00 (Novecentos e sessenta mil Reais)**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
08 04 10
E

1ª Parcela : **R\$ 480.000,00 (Quatrocentos e oitenta mil Reais)**

2ª Parcela : **R\$ 480.000,00 (Quatrocentos e oitenta mil Reais)**

Paracatu , 23 de Junho de 2001 .


Evandro José Schappo
Sócio Gerente
CPF 526.401.089-72

pey
de
24/06/01

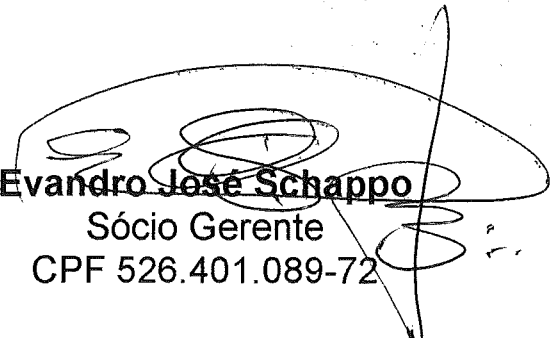
RADIO E TV SCHAPPO LTDA

48
Key

PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA

1. Razão Social da Proponente: **Radio e TV Schappo Ltda.**
2. CNPJ/MF : **04.503.353/001-65**
3. Edital da Concorrência: **n.º 13/2001 MC**
4. Serviços : **Rádiodifusão em Frequência Modulada FM**
5. Localidade : **Atalaia : AL**
6. Valor Proposto: **R\$ 660.000,00 (Seiscentos e sessenta mil Reais)**
1ª Parcela : R\$ 330.000,00 (Trezentos e trinta mil Reais)
2ª Parcela : R\$ 330.000,00 (Trezentos e trinta mil Reais)

Paracatu , 23 de Junho de 2001 .


Evandro José Schappo
Sócio Gerente
CPF 526.401.089-72

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

8/04/10

Handwritten initials and signatures on the right margin.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

79
rey

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ASSESSORAMENTO TÉCNICO

ATA DA CONCORRÊNCIA Nº 013/2001-SSR/MC

ABERTURA DOS INVÓLUCROS CONTENDO PROPOSTAS DE PREÇO PELA
OUTORGA PARA AS LOCALIDADES DE UNIÃO DOS PALMARES, PILAR, MAJOR
ISIDORO E ATALAIA, NO ESTADO DE ALAGOAS

Aos 04 (quatro) dias do mês de setembro de 2002, às 09:00 horas, no Auditório da Delegacia do Ministério das Comunicações no Estado de Pernambuco, situado na Rua Quarenta e Oito, 149 – Espinheiro, Recife/PE, sob a supervisão e controle da Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria Ministerial nº 811 de 29 de dezembro de 1997, publicada no DOU de 30 de dezembro de 1997, reuniu-se a Comissão de Assessoramento Técnico, constituída pela Portaria do Presidente da Comissão Especial de Licitação, nº 09, de 16 de outubro de 2000, publicada no DOU de 17 de outubro de 2000, com a participação de seu Presidente Paulo Roberto de Avelar Baltar e dos Membros Titulares Marcos José Gomes Galvão e Silvana de Araújo Andrade. Deu-se início à reunião para abertura dos invólucros contendo as Propostas de Preço pela outorga das proponentes habilitadas no Edital nº 013/2001-SSR/MC, localidades de **União dos Palmares, Pilar, Major Isidoro e Atalaia no Estado de Alagoas**, em cumprimento ao aviso para a abertura dos invólucros contendo as Propostas de Preço pela Outorga das Proponentes classificadas no Edital 013/2001-SSR/MC, Publicado do Diário Oficial da União em 28 de agosto de 2002, retificado no DOU de 29 de agosto de 2002, processando os trabalhos na seqüência seguinte: **1)** aberta a sessão, às 09:00hs. estando presentes os mesmo que subscrevem a presente ata; **2)** abertura pela Comissão dos invólucros contendo as Propostas de Preço pela Outorga das Proponentes classificadas na cidade de **UNIÃO DOS PALMARES**, sendo as seguintes Proponentes: **Alagoas Comunicação Ltda. - ME**, contendo na Proposta de Preço pela Outorga o valor total de R\$ 955.000,00 (novecentos e cinquenta e cinco mil reais); **Rádio e TV Caldas Ltda.**, contendo na Proposta de Preço pela Outorga o valor total de R\$ 957.000,00 (novecentos e cinquenta e sete mil reais); **Rádio e TV Schappo Ltda.**, contendo na Proposta de Preço pela Outorga o valor total de R\$ 960.000,00 (novecentos e sessenta mil reais); **Rádio FM Atalaia Ltda.**, contendo na Proposta de Preço pela Outorga o valor total de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais); **Sistema Costa Dourada de Radiodifusão Ltda.**, contendo na Proposta de Preço pela Outorga o valor total de R\$ 301.161,54 (trezentos e um mil cento e sessenta e um reais e cinquenta e quatro centavos); **PILAR**, sendo as seguintes Proponentes: **Alagoas Comunicação Ltda. - ME**, contendo na Proposta de Preço pela Outorga o valor total de R\$ 751.000,00 (setecentos e cinquenta e um mil reais); **Rádio e TV Caldas Ltda.**, contendo na Proposta de Preço pela Outorga o valor total de R\$ 753.000,00 (setecentos e cinquenta e três mil reais); **Rádio e TV Schappo Ltda.**, contendo na Proposta de Preço pela Outorga o valor total de R\$ 752.000,00 (setecentos e cinquenta e dois mil reais); **Rádio FM Atalaia Ltda.**, contendo na Proposta de Preço pela Outorga o valor total de R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais); **Sistema Costa Dourada de Radiodifusão Ltda.**, contendo na Proposta de Preço pela Outorga o valor total de R\$ 328.642,00 (trezentos e vinte oito mil seiscentos e quarenta e quatro reais); **MAJOR ISIDORO**, sendo as seguintes Proponentes: **Alagoas Comunicação Ltda. - ME**, contendo na Proposta de Preço pela Outorga o valor total de R\$ 355.000,00 (trezentos e cinquenta e cinco mil reais); **Rádio e TV Caldas Ltda.**, contendo na Proposta de Preço pela Outorga o valor total de R\$ 357.000,00 (trezentos e cinquenta e sete mil reais); **Rádio e TV Schappo Ltda.**, contendo na Proposta de Preço pela Outorga o valor total de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); **Rádio FM**

dh
Nelson
rey
5

80
ref

Atalaia Ltda., contendo na Proposta de Preço pela Outorga o valor total de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais); **Sistema Costa Dourada de Radiodifusão Ltda.**, contendo na Proposta de Preço pela Outorga o valor total de R\$ 124.341,54 (cento e vinte e quatro mil trezentos e quarenta e um reais e cinquenta e quatro centavos); **Rádio Luar do Sertão Ltda.**, contendo na Proposta de Preço pela Outorga o valor total de R\$ 101.300,00 (cento e um mil e trezentos reais); **ATALAIA**, sendo as seguintes Proponentes: **Alagoas Comunicação Ltda. - ME**, contendo na Proposta de Preço pela Outorga o valor total de R\$ 655.000,00 (seiscentos e cinquenta e cinco mil reais); **Rádio e TV Caldas Ltda.**, contendo na Proposta de Preço pela Outorga o valor total de R\$ 657.000,00 (seiscentos e cinquenta e sete mil reais); **Rádio e TV Schappo Ltda.**, contendo na Proposta de Preço pela Outorga o valor total de R\$ 660.000,00 (seiscentos e sessenta mil reais); **Rádio FM Atalaia Ltda.**, contendo na Proposta de Preço pela Outorga o valor total de R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais); **Sistema Costa Dourada de Radiodifusão Ltda.**, contendo na Proposta de Preço pela Outorga o valor total de R\$ 168.131,54 (cento e sessenta e oito mil cento e trinta e um reais e cinquenta quatro centavos) (3) rubrica dos documentos referentes às Propostas de Preço pela Outorga pela Comissão; (4) Foi declarado, pelo senhor Presidente da Comissão, a finalização dos trabalhos da presente Reunião, às 10:00 horas. Nada havendo a acrescentar aos fatos relatados, foi lavrada a presente Ata, que depois de lida e aprovada, vai assinada pelos Membros da Comissão de Assessoramento Técnico.

COMISSÃO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SEMPRE COM O ORIGINAL

Paulo Roberto de Avelar Baltar - Presidente

Marcos José Gomes Galvão - Membro Titular

Silvana de Araújo Andrade - Membro Titular

81

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

TERMO DE JUNTADA

REPRODUÇÃO FIDELIDADE
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

08/04/10
E


Nesta data, juntei ao presente processo, além desta, as 09 folhas seguintes, em conformidade com os dados abaixo indicados:

Nº da folha anterior : 80.

Nº desta folha : 81.

Nºs das demais folhas juntadas : 82 a 90 ..

Brasília, 28 de Outubro de 2002.


Rafael Barreto
Secretário Substituto

CONCORRÊNCIA N.º 013/2001 - SSR/MC

LOCALIDADE: MAJOR ISIDORO - ESTADO: AL

ATA DE REUNIÃO

Ao 01 (primeiro) dia do mês de outubro de 2002, às 15:00 horas, na sala de reuniões da Comissão Especial de Licitação, na Sobreloja do Edifício Sede do Ministério das Comunicações, Bloco "R" da Esplanada dos Ministérios, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação, criada pela Portaria MC n.º 811, de 29 de dezembro de 1997 e suas alterações, com a participação de seu Presidente, Manoel Elias Moreira, do seu Vice-Presidente Luiz Fernando Dolabela Guimarães e dos membros Alexandre Antônio de Souza, Álvaro Augusto de Souza Neto, Anacleto Rodrigues Cordeiro, Napoleão Emanuel Valadares e José Ancelmo Nogueira, com o objetivo de concluir e encerrar os trabalhos desenvolvidos por esta Comissão, os quais compreenderam, entre outras atividades: a) análise do documento denominado **Relatório da Proposta de Preço pela Outorga (Anexo V)**, relativo à concorrência acima citada, para outorga de permissão para a exploração do Serviço de Radiodifusão em Frequência Modulada, na localidade de **MAJOR ISIDORO/AL**; b) verificação da conformidade desses documentos com os dados contidos na Proposta de Preço pela Outorga, apresentadas pelas licitante(s), conforme o Edital dessa Concorrência; c) análise do documento **Papeis de Trabalhos - Classificação das Proponentes**. A Comissão Especial de Licitação, deu seguimento aos trabalhos relativos à Concorrência acima indicada, com a prática dos seguintes atos: Aprovação do **Relatório da Proposta de Preço e Resultado Final – Anexo V – Lote 7** – anexo à presente ata. 1) aprovação do documento **Papéis de Trabalho – Classificação das Proponentes**, relativo à concorrência acima citada, anexo à presente ata, no qual consta a classificação das proponentes quanto ao **Valor Ponderado da pontuação obtida na Proposta Técnica e da Proposta de Preço pela Outorga**. A Comissão Especial de Licitação encerra os seus trabalhos, propondo como vencedora a proponente **RÁDIO E TV SCHAPPO LTDA.**, que apresentou o maior Valor Ponderado entre as licitantes, para a localidade de **MAJOR ISIDORO/AL**. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente deu por encerrada a presente sessão, lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão.

MANOEL ELIAS MOREIRA

Presidente

LUIZ FERNANDO DOLABELA GUIMARÃES

Vice-Presidente

ALEXANDRE ANTONIO DE SOUZA

Titular

ÁLVARO AUGUSTO DE SOUZA NETO

Titular

NAPOLEÃO EMANUEL VALADARES

Titular

JOSÉ ANCELMO NOGUEIRA

Titular

ANACLETO RODRIGUES CORDEIRO

Titular

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFIRMAR COM O ORIGINAL

08.04.02



83

Papéis de Trabalho - Classificação das Proponentes

Concorrência

013 / 2001

Localidade AL Major Isidoro

Serviço FM

Valor Mínimo 17.638,00

Grupo Enquadramento

A

Nº Processo	Razão Social	Valor Ofertado	Pontuação		
			(PT)	(PP)	(VP)
53103.000252/01	RÁDIO E TV SCHAPPO LTDA	360.000,00	100.000	97.550	99,755
53103.000247/01	RÁDIO E TV CALDAS LTDA.	357.000,00	100.000	97.529	99,753
53103.000250/01	ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA ME.	355.000,00	100.000	97.515	99,751
53103.000251/01	SISTEMA COSTA DOURADA DE RÁDIO DIFUSÃO LTDA.	124.341,54	100.000	92.907	99,291
53103.000249/01	RÁDIO LUAR DO SERTÃO LTDA.	101.300,00	100.000	91.294	99,129
53103.000248/01	RÁDIO FM ATALAIA LTDA.	18.000,00	100.000	51.005	95,100

Comissão Especial de Âmbito Nacional

Manoel Elias Moreira
Presidente

Anacleto Rodrigues Cordeiro
Membro Titular

Álvaro Augusto de Souza Neto
Membro Titular

José Ancelmo Nogueira
Membro Titular

Luiz Fernando Dolabela Guimarães
Vice-Presidente

Alexandre Antonio de Souza
Membro Titular

Napoleão Emanuel Valadares
Membro Titular

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

08/04/10



Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Radiodifusão
Comissão Especial de Âmbito Nacional

84

Relatório da Proposta de Preço e Resultado Final - Anexo V - Lote 7

Nº do Processo: 53103.000252/01 CNPJ: 04.503.353/0001-65

Razão Social: RADIO E TV SCHAPPO LTDA

Concorrência: 013/2.001 Localidade: Major Isidoro UF: AL

Serviço: FM - Frequência Modulada Grupo Enquadramento A

VERIFICAÇÃO DO PREENCHIMENTO CORRETO DOS ITENS DO ANEXO V: SIM NAO

A Proposta de Preço pela Outorga está de acordo com as condições do Edital? X

OBSERVAÇÃO QUANTO AO RESULTADO DESTA PROPOSTA :

RESULTADO FINAL

Pontuação da Proposta Técnica (PT) : 100.000

Pontuação da Proposta de Preço pela Outorga (PP) : 97.550

VALOR PONDERADO DA PROPOSTA (Técnica e Preço) : 99,755

Observações :

Manoel Elias Moreira
Presidente

Anacleto Rodrigues Cordeiro
Membro Titular

José Ancelmo Nogueira
Membro Titular

Napoleão Emanuel Valadares
Membro Titular

Luiz Fernando Dolabela Guimarães
Vice-Presidente

Alexandre Antonio de Souza
Membro Titular

Álvaro Augusto de Souza Neto
Membro Titular

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
OK

CONCORRÊNCIA N.º 013/2001 - SSR/MC

LOCALIDADE: UNIÃO DOS PALMARES - ESTADO: AL

ATA DE REUNIÃO

Ao 01 (primeiro) dia do mês de outubro de 2002, às 15:00 horas, na sala de reuniões da Comissão Especial de Licitação, na Sobreloja do Edifício Sede do Ministério das Comunicações, Bloco "R" da Esplanada dos Ministérios, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação, criada pela Portaria MC n.º 811, de 29 de dezembro de 1997 e suas alterações, com a participação de seu Presidente, Manoel Elias Moreira, do seu Vice-Presidente Luiz Fernando Dolabela Guimarães e dos membros Alexandre Antônio de Souza, Álvaro Augusto de Souza Neto, Anacleto Rodrigues Cordeiro, Napoleão Emanuel Valadares e José Ancelmo Nogueira, com o objetivo de concluir e encerrar os trabalhos desenvolvidos por esta Comissão, os quais compreenderam, entre outras atividades: **a)** análise do documento denominado **Relatório da Proposta de Preço pela Outorga (Anexo V)**, relativo à concorrência acima citada, para outorga de permissão para a exploração do Serviço de Radiodifusão em Freqüência Modulada, na localidade de **UNIÃO DOS PALMARES/AL**; **b)** verificação da conformidade desses documentos com os dados contidos na Proposta de Preço pela Outorga, apresentadas pelas licitante(s), conforme o Edital dessa Concorrência; **c)** análise do documento **Papeis de Trabalhos - Classificação das Proponentes**. A Comissão Especial de Licitação, deu seguimento aos trabalhos relativos à Concorrência acima indicada, com a prática dos seguintes atos: Aprovação do **Relatório da Proposta de Preço e Resultado Final – Anexo V – Lote 7** – anexo à presente ata. **1)** aprovação do documento **Papéis de Trabalho – Classificação das Proponentes**, relativo à concorrência acima citada, anexo à presente ata, no qual consta a classificação das proponentes quanto ao **Valor Ponderado da pontuação obtida na Proposta Técnica e da Proposta de Preço pela Outorga**. A Comissão Especial de Licitação encerra os seus trabalhos, comunicando que **houve empate entre as proponentes RÁDIO E TV SCHAPPO LTDA. e RÁDIO E TV CALDAS LTDA., para a localidade de UNIÃO DOS PALMARES/AL**. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente deu por encerrada a presente sessão, lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão.


MANOEL ELIAS MOREIRA
Presidente


LUIZ FERNANDO DOLABELA GUIMARÃES
Vice-Presidente


ALEXANDRE ANTONIO DE SOUZA
Titular


ÁLVARO AUGUSTO DE SOUZA NETO
Titular


NAPOLEÃO EMANUEL VALADARES
Titular


JOSÉ ANCELMO NOGUEIRA
Titular


ANACLETO RODRIGUES CORDEIRO
Titular

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL


08/04/02



86

Papéis de Trabalho - Classificação das Proponentes

Concorrência

013 / 2001

Localidade AL União dos Palmares

Serviço FM

Valor Mínimo 30.705,00

Grupo Enquadramento

A

Nº Processo	Razão Social	Valor Ofertado	Pontuação		
			(PT)	(PP)	(VP)
53103.000252/01	RÁDIO E TV SCHAPPO LTDA	960.000,00	100.000	98.400	99,840
53103.000247/01	RÁDIO E TV CALDAS LTDA.	957.000,00	100.000	98.395	99,840
53103.000250/01	ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA ME.	955.000,00	100.000	98.392	99,839
53103.000251/01	SISTEMA COSTA DOURADA DE RÁDIO DIFUSÃO LTDA.	301.161,54	100.000	94.902	99,490
53103.000248/01	RÁDIO FM ATALAIA LTDA.	35.000,00	100.000	56.135	95,614

Comissão Especial de Âmbito Nacional

Manoel Elías Moreira
Presidente

Anacleto Rodrigues Cordeiro
Membro Titular

Alvaro Augusto de Souza Neto
Membro Titular

José Aníbal Nogueira
Membro Titular

Luiz Fernando Dolabela Guimarães
Vice-Presidente

Alexandre Antonio de Souza
Membro Titular

Napoleão Emanuel Valadares
Membro Titular

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

08/04/01



Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Radiodifusão
Comissão Especial de Âmbito Nacional

87

Relatório da Proposta de Preço e Resultado Final - Anexo V - Lote 7

Nº do Processo: 53103.000252/01 CNPJ: 04.503.353/0001-65

Razão Social: RADIO E TV SCHAPPO LTDA

Concorrência: 013/2.001 Localidade: União dos Palmares UF: AL

Serviço: FM - Frequência Modulada Grupo Enquadramento A

VERIFICAÇÃO DO PREENCHIMENTO CORRETO DOS ITENS DO ANEXO V: SIM NAO

A Proposta de Preço pela Outorga está de acordo com as condições do Edital? X

OBSERVAÇÃO QUANTO AO RESULTADO DESTA PROPOSTA :

RESULTADO FINAL

Pontuação da Proposta Técnica (PT) : 100,000

Pontuação da Proposta de Preço pela Outorga (PP) : 98,400

VALOR PONDERADO DA PROPOSTA (Técnica e Preço) : 99,840

Observações :

Manoel Elias Moreira
Presidente

Anacleto Rodrigues Cordeiro
Membro Titular

José Ancelmo Nogueira
Membro Titular

Napoleão Emanuel Valadares
Membro Titular

Luiz Fernando Dolabela Guimarães
Vice-Presidente

Alexandre Antonio de Souza
Membro Titular

Álvaro Augusto de Souza Neto
Membro Titular

REPUBLICA FEDERAL DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE ÂMBITO NACIONAL

28/06/10

CONCORRÊNCIA N.º 013/2001 - SSR/MC

LOCALIDADE: ATALAIA - ESTADO: AL

ATA DE REUNIÃO

88
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
08/04/10

Ao 01 (primeiro) dia do mês de outubro de 2002, às 15:00 horas, na sala de reuniões da Comissão Especial de Licitação, na Sobreloja do Edifício Sede do Ministério das Comunicações, Bloco "R" da Esplanada dos Ministérios, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação, criada pela Portaria MC n.º 811, de 29 de dezembro de 1997 e suas alterações, com a participação de seu Presidente, Manoel Elias Moreira, do seu Vice-Presidente Luiz Fernando Dolabela Guimarães e dos membros Alexandre Antônio de Souza, Álvaro Augusto de Souza Neto, Anacleto Rodrigues Cordeiro, Napoleão Emanuel Valadares e José Ancelmo Nogueira, com o objetivo de concluir e encerrar os trabalhos desenvolvidos por esta Comissão, os quais compreenderam, entre outras atividades: **a)** análise do documento denominado **Relatório da Proposta de Preço pela Outorga (Anexo V)**, relativo à concorrência acima citada, para outorga de permissão para a exploração do Serviço de Radiodifusão em Frequência Modulada, na localidade de **ATALAIA/AL**; **b)** verificação da conformidade desses documentos com os dados contidos na Proposta de Preço pela Outorga, apresentadas pelas licitante(s), conforme o Edital dessa Concorrência; **c)** análise do documento **Papeis de Trabalhos - Classificação das Proponentes**. A Comissão Especial de Licitação, deu seguimento aos trabalhos relativos à Concorrência acima indicada, com a prática dos seguintes atos: Aprovação do **Relatório da Proposta de Preço e Resultado Final – Anexo V – Lote 7** – anexo à presente ata. **1)** aprovação do documento **Papéis de Trabalho – Classificação das Proponentes**, relativo à concorrência acima citada, anexo à presente ata, no qual consta a classificação das proponentes quanto ao **Valor Ponderado da pontuação obtida na Proposta Técnica e da Proposta de Preço pela Outorga**. A Comissão Especial de Licitação encerra os seus trabalhos, comunicando que houve empate entre as proponentes **RÁDIO E TV SCHAPPO LTDA. e RÁDIO E TV CALDAS LTDA.**, para a localidade de **ATALAIA/AL**. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente deu por encerrada a presente sessão, lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão.

MANOEL ELIAS MOREIRA
Presidente

LUIZ FERNANDO DOLABELA GUIMARÃES
Vice-Presidente

ALEXANDRE ANTONIO DE SOUZA
Titular

ÁLVARO AUGUSTO DE SOUZA NETO
Titular

NAPOLEÃO EMANUEL VALADARES
Titular

JOSÉ ANCELMO NOGUEIRA
Titular

ANACLETO RODRIGUES CORDEIRO
Titular



Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Radiodifusão
Comissão Especial de Âmbito Nacional

89

Papéis de Trabalho - Classificação das Proponentes

Concorrência

013 / 2001

Localidade AL Atalaia - AL

Serviço FM

Valor Mínimo 18.577,50

Grupo Enquadramento

A

Nº Processo	Razão Social	Valor Ofertado	Pontuação		(VP)
			(PT)	(PP)	
53103.000252/01	RÁDIO E TV SCHAPPO LTDA	660.000,00	100.000	98.592	99,859
53103.000247/01	RÁDIO E TV CALDAS LTDA.	657.000,00	100.000	98.586	99,859
53103.000250/01	ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA ME.	655.000,00	100.000	98.581	99,858
53103.000251/01	SISTEMA COSTA DOURADA DE RÁDIO DIFUSÃO LTDA.	168.131,54	100.000	94.475	99,448
53103.000248/01	RÁDIO FM ATALAIA LTDA.	19.000,00	100.000	51.111	95,111

Comissão Especial de Âmbito Nacional

Manoel Elias Moreira
Presidente

Anacleto Rodrigues Cordeiro
Membro Titular

Alvaro Augusto de Souza Neto
Membro Titular

José Ancelmo Nogueira
Membro Titular

Luiz Fernando Dolabela Guimarães
Vice-Presidente

Alexandre Antonio de Souza
Membro Titular

Napoleão Emanuel Valadares
Membro Titular

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

08/04/01



Relatório da Proposta de Preço e Resultado Final - Anexo V - Lote 7

Nº do Processo: 53103.000252/01 CNPJ: 04.503.353/0001-65

Razão Social: RADIO E TV SCHAPPO LTDA

Concorrência: 013/2.001 Localidade: Atalaia - AL UF: AL

Serviço: FM - Frequência Modulada Grupo Enquadramento A

VERIFICAÇÃO DO PREENCHIMENTO CORRETO DOS ITENS DO ANEXO V: SIM NAO

A Proposta de Preço pela Outorga está de acordo com as condições do Edital? X

OBSERVAÇÃO QUANTO AO RESULTADO DESTA PROPOSTA :

RESULTADO FINAL

Pontuação da Proposta Técnica (PT) : 100.000

Pontuação da Proposta de Preço pela Outorga (PP) : 98.592

VALOR PONDERADO DA PROPOSTA (Técnica e Preço) : 99,859

Observações :

Manoel Elias Moreira
Presidente

Anacleto Rodrigues Cordeiro
Membro Titular

José Ancelmo Nogueira
Membro Titular

Napoleão Emanuel Valadares
Membro Titular

Luiz Fernando Dolabela Guimarães
Vice-Presidente

Alexandre Antonio de Souza
Membro Titular

Álvaro Augusto de Souza Neto
Membro Titular

RECEBUEMOS
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

08/04/00

91
H

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

RECEBUEMOS
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

TERMO DE JUNTADA

08/04/10
E


Nesta data, juntei ao presente processo, além desta, as 03 folhas seguintes, em conformidade com os dados abaixo indicados:

Nº da folha anterior : 90.

Nº desta folha : 91.

Nºs das demais folhas juntadas : 92 a 94.

Brasília, 31 de outubro de 2002.


Rafael Barreto
Secretário Substituto

CONCORRÊNCIA N.º 013/2001 - SSR/MC

LOCALIDADE: PÍLAR - ESTADO: AL

ATA DE REUNIÃO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERIR COM O ORIGINAL

08 de 10

Ao 01 (primeiro) dia do mês de outubro de 2002, às 15:00 horas, na sala de reuniões da Comissão Especial de Licitação, na Sobreloja do Edifício Sede do Ministério das Comunicações, Bloco "R" da Esplanada dos Ministérios, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação, criada pela Portaria MC n.º 811, de 29 de dezembro de 1997 e suas alterações, com a participação de seu Presidente, Manoel Elias Moreira, do seu Vice-Presidente Luiz Fernando Dolabela Guimarães e dos membros Alexandre Antônio de Souza, Álvaro Augusto de Souza Neto, Anacleto Rodrigues Cordeiro, Napoleão Emanuel Valadares e José Ancelmo Nogueira, com o objetivo de concluir e encerrar os trabalhos desenvolvidos por esta Comissão, os quais compreenderam, entre outras atividades: **a)** análise do documento denominado **Relatório da Proposta de Preço pela Outorga (Anexo V)**, relativo à concorrência acima citada, para outorga de permissão para a exploração do Serviço de Radiodifusão em Frequência Modulada, na localidade de **PÍLAR/AL**; **b)** verificação da conformidade desses documentos com os dados contidos na Proposta de Preço pela Outorga, apresentadas pelas licitante(s), conforme o Edital dessa Concorrência; **c)** análise do documento **Papeis de Trabalhos - Classificação das Proponentes**. A Comissão Especial de Licitação, deu seguimento aos trabalhos relativos à Concorrência acima indicada, com a prática dos seguintes atos: Aprovação do **Relatório da Proposta de Preço e Resultado Final – Anexo V – Lote 7** – anexo à presente ata. **1)** aprovação do documento **Papéis de Trabalho – Classificação das Proponentes**, relativo à concorrência acima citada, anexo à presente ata, no qual consta a classificação das proponentes quanto ao **Valor Ponderado da pontuação obtida na Proposta Técnica e da Proposta de Preço pela Outorga**. A Comissão Especial de Licitação encerra os seus trabalhos, comunicando que houve empate entre as proponentes **RÁDIO E TV CALDAS LTDA., RÁDIO E TV SCHAPPO LTDA., e ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA – ME**. Para a localidade de **PÍLAR/AL**. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente deu por encerrada a presente sessão, lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão.

MANOEL ELIAS MOREIRA
Presidente

LUIZ FERNANDO DOLABELA GUIMARÃES
Vice-Presidente

ALEXANDRE ANTONIO DE SOUZA
Titular

ÁLVARO AUGUSTO DE SOUZA NETO
Titular

NAPOLEÃO EMANUEL VALADARES
Titular

JOSÉ ANCELMO NOGUEIRA
Titular

ANACLETO RODRIGUES CORDEIRO
Titular



93
H

Papéis de Trabalho - Classificação das Proponentes

Concorrência

013 / 2001

Localidade AL Pilar - AL

Serviço FM

Valor Mínimo 15.662,50

Grupo Enquadramento A

Nº Processo	Razão Social	Valor Ofertado	Pontuação		
			(PT)	(PP)	(VP)
53103.000247/01	RÁDIO E TV CALDAS LTDA.	753.000,00	100.000	98.960	99,896
53103.000252/01	RÁDIO E TV SCHAPPO LTDA	752.000,00	100.000	98.958	99,896
53103.000250/01	ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA ME.	751.000,00	100.000	98.957	99,896
53103.000251/01	SISTEMA COSTA DOURADA DE RÁDIO DIFUSÃO LTDA.	328.642,54	100.000	97.617	99,762
53103.000248/01	RÁDIO FM ATALAIA LTDA.	16.000,00	100.000	51.054	95,105

Comissão Especial de Âmbito Nacional

Manoel Elias Moreira
Presidente

Anacleto Rodrigues Cordeiro
Membro Titular

Álvaro Augusto de Souza Neto
Membro Titular

José Ancelmo Nogueira
Membro Titular

Luiz Fernando Dolabela Guimarães
Vice-Presidente

Alexandre Antonio de Souza
Membro Titular

Napoleão Emanuel Valadares
Membro Titular

ESTADO DO ALAGOAS
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

08.04.00



94
H

Relatório da Proposta de Preço e Resultado Final - Anexo V - Lote 7

Nº do Processo: 53103.000252/01 CNPJ: 04.503.353/0001-65
Razão Social: RADIO E TV SCHAPPO LTDA
Concorrência: 013/2.001 Localidade: Pilar - AL UF: AL
Serviço: FM - Frequência Modulada Grupo Enquadramento A

VERIFICAÇÃO DO PREENCHIMENTO CORRETO DOS ITENS DO ANEXO V: SIM NAO

A Proposta de Preço pela Outorga está de acordo com as condições do Edital?

X

OBSERVAÇÃO QUANTO AO RESULTADO DESTA PROPOSTA :

RESULTADO FINAL

Pontuação da Proposta Técnica (PT) : 100.000

Pontuação da Proposta de Preço pela Outorga (PP) : 98.958

VALOR PONDERADO DA PROPOSTA (Técnica e Preço) : 99,896

Observações :

Manoel Elias Moreira
Presidente

Anacleto Rodrigues Cordeiro
Membro Titular

José Ancelmo Nogueira
Membro Titular

Napoleão Emanuel Valadares
Membro Titular

Luiz Fernando Dolabela Guimarães
Vice-Presidente

Alexandre Antonio de Souza
Membro Titular

Álvaro Augusto de Souza Neto
Membro Titular

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

08/04/10

95
7

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

TERMO DE JUNTADA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

02 04 10
[Signature]

Nesta data, juntei ao presente processo, além desta, as 15 folhas seguintes,
em conformidade com os dados abaixo indicados:

Nº da folha anterior : 94 .

Nº desta folha : 95 .

Nºs das demais folhas juntadas : 96 a 110 .

Brasília,

01 de abril

de 2005


GUILHERME QUINTAS
Secretário



ANEXO IV - CONCORRÊNCIA Nº 012/2001-SSR/MC

UF	Localidade/ Proponente(s)	Serviço	Nº do Processo	Resultado
PE	CUSTÓDIA			
	ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA. - ME	FM	53103.000223/01	HABILITADA
	PIRANGY COMÉRCIO E COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	53103.000225/01	HABILITADA
	RÁDIO CULTURAL DE VITÓRIA LTDA.	FM	53103.000224/01	HABILITADA
	RÁDIO LIBERTAÇÃO FM LTDA.	FM	53103.000226/01	HABILITADA
	REDE BRASIL DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53103.000222/01	HABILITADA
	REDE DE COMUNICAÇÃO VALE DA UVA LTDA.	FM	53103.000227/01	HABILITADA
PE	SISTEMA DE COMUNICAÇÃO GRAVATÁ LTDA.	FM	53103.000220/01	HABILITADA
	EXU			
	ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA. - ME	FM	53103.000223/01	HABILITADA
	PIRANGY COMÉRCIO E COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	53103.000225/01	HABILITADA
	RÁDIO CULTURAL DE VITÓRIA LTDA.	FM	53103.000224/01	HABILITADA
	RÁDIO LIBERTAÇÃO FM LTDA.	FM	53103.000226/01	HABILITADA
	REDE DE COMUNICAÇÃO VALE DA UVA LTDA.	FM	53103.000227/01	HABILITADA
PE	REDE BRASIL DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53103.000222/01	HABILITADA
	SISTEMA DE COMUNICAÇÃO CONSELHEIRO SARAI-VA LTDA.	FM	53103.000218/01	HABILITADA
	SISTEMA DE COMUNICAÇÃO GRAVATÁ LTDA.	FM	53103.000220/01	HABILITADA
	IRINIRIM			
	ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA. - ME	FM	53103.000223/01	HABILITADA
	PIRANGY COMÉRCIO E COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	53103.000225/01	HABILITADA
	RÁDIO LIBERTAÇÃO FM LTDA.	FM	53103.000226/01	HABILITADA
PE	REDE BRASIL DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53103.000222/01	HABILITADA
	REDE DE COMUNICAÇÃO VALE DA UVA LTDA.	FM	53103.000227/01	HABILITADA
	SISTEMA DE COMUNICAÇÃO GRAVATÁ LTDA.	FM	53103.000220/01	HABILITADA
	LAGOA GRANDE			
	ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA. - ME	FM	53103.000223/01	HABILITADA
	LAGOA GRANDE FM LTDA.	FM	53103.000219/01	INABILITADA
	PIRANGY COMÉRCIO E COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	53103.000225/01	HABILITADA
PE	RÁDIO LIBERTAÇÃO FM LTDA.	FM	53103.000226/01	HABILITADA
	REDE BRASIL DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53103.000222/01	HABILITADA
	REDE DE COMUNICAÇÃO VALE DA UVA LTDA.	FM	53103.000227/01	HABILITADA
	SISTEMA DE COMUNICAÇÃO GRAVATÁ LTDA.	FM	53103.000220/01	HABILITADA
	OURICURI			
	ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA. - ME	FM	53103.000223/01	HABILITADA
	ALIANÇA FM LTDA.	FM	53103.000217/01	HABILITADA
PE	PIRANGY COMÉRCIO E COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	53103.000225/01	HABILITADA
	RÁDIO LIBERTAÇÃO FM LTDA.	FM	53103.000226/01	HABILITADA
	REDE BRASIL DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53103.000222/01	HABILITADA
	REDE DE COMUNICAÇÃO VALE DA UVA LTDA.	FM	53103.000227/01	HABILITADA
	SISTEMA DE COMUNICAÇÃO GRAVATÁ LTDA.	FM	53103.000220/01	HABILITADA
	SISTEMA RAMOS DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53103.000221/01	HABILITADA
	REDE BRASIL DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53103.000222/01	HABILITADA

ANEXO V - CONCORRÊNCIA Nº 013/2001-SSR/MC

UF	Localidade/ Proponente(s)	Serviço	Nº do Processo	Resultado
AL	ATALAIA			
	ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA. - ME	FM	53103.000250/01	HABILITADA
	RÁDIO E TV CALDAS LTDA.	FM	53103.000247/01	HABILITADA
	RÁDIO E TV SCHAPPO LTDA.	FM	53103.000252/01	HABILITADA
	RÁDIO FM ATALAIA LTDA.	FM	53103.000248/01	HABILITADA
	SISTEMA COSTA DOURADA DE RADIODIFUSÃO LTDA.	FM	53103.000251/01	HABILITADA
AL	MAJOR ISODORO			
	ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA. - ME	FM	53103.000250/01	HABILITADA
	RÁDIO E TV CALDAS LTDA.	FM	53103.000247/01	HABILITADA
	RÁDIO E TV SCHAPPO LTDA.	FM	53103.000252/01	HABILITADA
	RÁDIO FM ATALAIA LTDA.	FM	53103.000248/01	HABILITADA
	RÁDIO LUAR DO SERTÃO LTDA.	FM	53103.000249/01	HABILITADA
	SISTEMA COSTA DOURADA DE RADIODIFUSÃO LTDA.	FM	53103.000251/01	HABILITADA
AL	PILAR			
	ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA. - ME	FM	53103.000250/01	HABILITADA
	RÁDIO E TV CALDAS LTDA.	FM	53103.000247/01	HABILITADA
	RÁDIO E TV SCHAPPO LTDA.	FM	53103.000252/01	HABILITADA
	RÁDIO FM ATALAIA LTDA.	FM	53103.000248/01	HABILITADA
	SISTEMA COSTA DOURADA DE RADIODIFUSÃO LTDA.	FM	53103.000251/01	HABILITADA
AL	URBANO DOS PALMARES			
	ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA. - ME	FM	53103.000250/01	HABILITADA
	RÁDIO E TV CALDAS LTDA.	FM	53103.000247/01	HABILITADA
	RÁDIO E TV SCHAPPO LTDA.	FM	53103.000252/01	HABILITADA
	RÁDIO FM ATALAIA LTDA.	FM	53103.000248/01	HABILITADA
	SISTEMA COSTA DOURADA DE RADIODIFUSÃO LTDA.	FM	53103.000251/01	HABILITADA

ANEXO VI - CONCORRÊNCIA Nº 014/2001-SSR/MC

UF	Localidade/ Proponente(s)	Serviço	Nº do Processo	Resultado
AL	PALMEIRA DOS INDIOS			
	ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA. - ME	OM	53103.000253/01	HABILITADA
	SISTEMA COSTA DOURADA DE RADIODIFUSÃO LTDA	OM	53103.000254/01	HABILITADA

ANEXO VII - CONCORRENCA Nº 016/2001-SSR/MC

UF	Localidade/ Proponente(s)	Serviço	Nº do Processo	Resultado
BA	ABAIÁ			
	RADIO ABAIÁ FM LTDA.	FM	53640.000376/01	HABILITADA
	RÁDIO AÇÃO CANDEIAS FM LTDA.	FM	53640.000370/01	HABILITADA
BA	TABOÇA FM LTDA.	FM	53640.000363/01	HABILITADA
	BARREIRAS			
	A.A.S. SISTEMA BRASIL DE COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	53640.000378/01	HABILITADA
	C.S.R. SISTEMA PAULISTA DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53640.000379/01	HABILITADA
	EMPRESA DE RADIODIFUSÃO SÃO FRANCISCO DE BARREIRAS LTDA.	FM	53640.000369/01	HABILITADA
	FM INDUSTRIAL LTDA.	FM	53640.000364/01	HABILITADA
	RÁDIO FM BAHIA SOL LTDA.	FM	53640.000367/01	HABILITADA
	RÁDIO SAVANAH LTDA.	FM	53640.000380/01	HABILITADA
	RADIODIFUSÃO LINS LTDA.	FM	53640.000377/01	HABILITADA
	SISTEMA DE COMUNICAÇÃO DA REGIÃO SISALEIRA LTDA.	FM	53640.000375/01	HABILITADA
BA	CANÁPOLIS			
	RÁDIO AÇÃO CANDEIAS FM LTDA.	FM	53640.000370/01	HABILITADA
	RÁDIO CULTURAL E EDUCATIVA CANÁPOLIS FM LTDA.	FM	53640.000372/01	HABILITADA
BA	RÁDIO 690 DE SOL FM LTDA.	FM	53640.000362/01	HABILITADA
	CAPIM GROSSO			
	BAHIA NORTE FM LTDA.	FM	53640.000360/01	HABILITADA
	CHAPADA RADIODIFUSÃO LTDA.	FM	53640.000366/01	HABILITADA
	FM INDUSTRIAL LTDA.	FM	53640.000364/01	HABILITADA
	GRUPO ALVORADA DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53640.000361/01	HABILITADA
	GRUPO FRAJOLA DE COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	53640.000363/01	HABILITADA
BA	SISTEMA DE COMUNICAÇÃO DA REGIÃO SISALEIRA LTDA.	FM	53640.000375/01	HABILITADA
	JEQUIÉ			
	FM INDUSTRIAL LTDA.	FM	53640.000364/01	HABILITADA
	GRUPO FRAJOLA DE COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	53640.000363/01	HABILITADA
	LMG COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53640.000381/01	HABILITADA
	SISTEMA DE COMUNICAÇÃO ALVORADA LTDA. - ME.	FM	53640.000371/01	HABILITADA
	SISTEMA DE COMUNICAÇÃO DA REGIÃO SISALEIRA LTDA.	FM	53640.000375/01	HABILITADA
BA	SISTEMA DE COMUNICAÇÃO RIOCONTAS LTDA.	FM	53640.000365/01	HABILITADA
	SALVADOR			
	A.A.S. SISTEMA BRASIL DE COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	53640.000378/01	HABILITADA
	C.S.R. SISTEMA PAULISTA DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53640.000379/01	HABILITADA
	FM INDUSTRIAL LTDA.	FM	53640.000364/01	HABILITADA
	RÁDIO 690 LTDA.	FM	53640.000377/01	HABILITADA
	RÁDIO AÇÃO CANDEIAS FM LTDA.	FM	53640.000370/01	HABILITADA
	RÁDIO FM BAHIA SOL LTDA.	FM	53640.000367/01	HABILITADA
	SISTEMA DE COMUNICAÇÃO DA REGIÃO SISALEIRA LTDA.	FM	53640.000375/01	HABILITADA

ANEXO VIII - CONCORRÊNCIA Nº 019/2001-SSR/MC

UF	Localidade/ Proponente(s)	Serviço	Nº do Processo	Resultado
CE	GUARACIABA DO NORTE.			
	EMPREENHIMENTOS DE COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	33630.000552/01	HABILITADA
	RÁDIO AQUARELA CEARENSE LTDA.	FM	33630.000548/01	HABILITADA
	RÁDIO FM GUARANIS DE GUARACIABA LTDA.	FM	33630.000546/01	HABILITADA
	REDE SOL DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	33630.000549/01	HABILITADA
	SISTEMA DE RÁDIO JORNAL CULTURA DO CEARÁ LTDA.	FM	33630.000547/01	HABILITADA
	SISTEMA LIBERDADE DE COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	33630.000553/01	HABILITADA
	SISTEMA MAIOR DE RADIODIFUSÃO LTDA.	FM	33630.000550/01	HABILITADA
CE	MARTINÓPOLE			
	J.N. COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	33630.000556/01	HABILITADA
	RÁDIO AQUARELA CEARENSE LTDA.	FM	33630.000548/01	HABILITADA
	RÁDIO FM SERROTE LTDA.	FM	33630.000551/01	HABILITADA
	REDE SOL DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	33630.000549/01	HABILITADA
	SISTEMA DE RÁDIO JORNAL CULTURA DO CEARÁ LTDA.	FM	33630.000547/01	HABILITADA
	SISTEMA MAIOR DE RADIODIFUSÃO LTDA.	FM	33630.000550/01	HABILITADA
CE	MASSAPÉ			
	AMERICANA COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	33630.000555/01	HABILITADA
	RÁDIO SOL LTDA.	FM	33630.000554/01	HABILITADA
	RÁDIO AQUARELA CEARENSE LTDA.	FM	33630.000548/01	HABILITADA
	REDE SOL DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	33630.000549/01	HABILITADA
	SISTEMA DE RÁDIO JORNAL CULTURA DO CEARÁ LTDA.	FM	33630.000547/01	HABILITADA
	SISTEMA MAIOR DE RADIODIFUSÃO LTDA.	FM	33630.000550/01	HABILITADA
CE	PACUJA			
	RÁDIO AQUARELA CEARENSE LTDA.	OM	33630.000548/01	HABILITADA
	RÁDIO FM SERROTE LTDA.	OM	33630.000551/01	HABILITADA
	REDE SOL DE COMUNICAÇÕES LTDA.	OM	33630.000549/01	HABILITADA
	SISTEMA DE RÁDIO JORNAL CULTURA DO CEARÁ LTDA.	OM	33630.000547/01	HABILITADA
	SISTEMA MAIOR DE RADIODIFUSÃO LTDA.	OM	33630.000550/01	HABILITADA
CE	TRAIRI			
	RÁDIO AQUARELA CEARENSE LTDA.	OM	33630.000548/01	HABILITADA



SISTEMA GOIS DE RÁDIOFUSÃO LTDA.	FM	53670.001552/00	100,000	CLASSIFICADA
TEBELWAM COMUNICAÇÃO E CONSULTORIA LTDA.	FM	53670.001556/00	100,000	CLASSIFICADA

Concorrência Nº 079/2000-SSR/MC, Localidade de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT.

Proponente(s)	Serviço	Nº do Processo	PTéc	RESULTADO
RÁDIO DIFUSORA VALE DOS SOBRINHOS DO GUAPORÉ LTDA.	FM	53670.001528/00	100,000	CLASSIFICADA
BIAPINA RÁDIOFUSÃO LTDA.	FM	53670.001543/00	100,000	CLASSIFICADA
REDE JORNAL DE COMUNICAÇÃO E PUBLICIDADE LTDA.	FM	53670.001549/00	99,529	CLASSIFICADA

ANEXO IV

Concorrência Nº 008/2001-SSR/MC, Localidade de Benjamin Constant/AM.

Proponente(s)	Serviço	Nº do Processo	PTéc	RESULTADO
REDE DE COMUNICAÇÃO JUTAI LTDA.	OM	53630.000212/01	100,000	CLASSIFICADA
RÁDIO JORNAL A CRÍTICA LTDA.	OM	53630.000213/01	99,529	CLASSIFICADA
RÁDIO JORNAL A CRÍTICA LTDA.	OM	53630.000216/01	100,000	CLASSIFICADA

Concorrência Nº 008/2001-SSR/MC, Localidade de Borba/AM.

Proponente(s)	Serviço	Nº do Processo	PTéc	RESULTADO
REDE DE COMUNICAÇÃO JUTAI LTDA.	OM	53630.000212/01	100,000	CLASSIFICADA
REDE DE SANTO ANTÔNIO DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA.	OM	53630.000215/01	100,000	CLASSIFICADA
RÁDIO JORNAL A CRÍTICA LTDA.	OM	53630.000216/01	100,000	CLASSIFICADA

Concorrência Nº 008/2001-SSR/MC, Localidade de Coarã/AM.

Proponente(s)	Serviço	Nº do Processo	PTéc	RESULTADO
REDE DE COMUNICAÇÃO JUTAI LTDA.	OM	53630.000212/01	100,000	CLASSIFICADA
RÁDIO JORNAL A CRÍTICA LTDA.	OM	53630.000213/01	99,529	CLASSIFICADA
RÁDIO JORNAL A CRÍTICA LTDA.	OM	53630.000214/01	100,000	CLASSIFICADA
RÁDIO JORNAL A CRÍTICA LTDA.	OM	53630.000216/01	100,000	CLASSIFICADA

Concorrência Nº 008/2001-SSR/MC, Localidade de Fonte Boa/AM.

Proponente(s)	Serviço	Nº do Processo	PTéc	RESULTADO
REDE DE COMUNICAÇÃO JUTAI LTDA.	OM	53630.000212/01	100,000	CLASSIFICADA
RÁDIO JORNAL A CRÍTICA LTDA.	OM	53630.000213/01	99,529	CLASSIFICADA
RÁDIO JORNAL A CRÍTICA LTDA.	OM	53630.000216/01	100,000	CLASSIFICADA

Concorrência Nº 008/2001-SSR/MC, Localidade de Nhamundá/AM.

Proponente(s)	Serviço	Nº do Processo	PTéc	RESULTADO
REDE DE COMUNICAÇÃO JUTAI LTDA.	OM	53630.000212/01	100,000	CLASSIFICADA
RÁDIO JORNAL A CRÍTICA LTDA.	OM	53630.000213/01	99,529	CLASSIFICADA
RÁDIO JORNAL A CRÍTICA LTDA.	OM	53630.000216/01	100,000	CLASSIFICADA

ANEXO V

Concorrência Nº 013/2001-SSR/MC, Localidade de Atalaia/AL.

Proponente(s)	Serviço	Nº do Processo	PTéc	RESULTADO
RÁDIO E TV CALDAS LTDA.	FM	53103.000247/01	100,000	CLASSIFICADA
RÁDIO E TV ATALAIA LTDA.	FM	53103.000248/01	100,000	CLASSIFICADA
RÁDIO E TV SCHAPPO LTDA.	FM	53103.000250/01	100,000	CLASSIFICADA
SISTEMA COSTA DOURADA DE RÁDIOFUSÃO LTDA.	FM	53103.000251/01	100,000	CLASSIFICADA
RÁDIO E TV SCHAPPO LTDA.	FM	53103.000252/01	100,000	CLASSIFICADA

Concorrência Nº 013/2001-SSR/MC, Localidade de Major Isidoro/AL.

Proponente(s)	Serviço	Nº do Processo	PTéc	RESULTADO
RÁDIO E TV CALDAS LTDA.	FM	53103.000247/01	100,000	CLASSIFICADA
RÁDIO E TV ATALAIA LTDA.	FM	53103.000248/01	100,000	CLASSIFICADA
RÁDIO E TV SCHAPPO LTDA.	FM	53103.000249/01	100,000	CLASSIFICADA

ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA. ME.	FM	53103.000250/01	100,000	CLASSIFICADA
SISTEMA COSTA DOURADA DE RÁDIOFUSÃO LTDA.	FM	53103.000251/01	100,000	CLASSIFICADA
RÁDIO E TV SCHAPPO LTDA.	FM	53103.000252/01	100,000	CLASSIFICADA

Concorrência Nº 013/2001-SSR/MC, Localidade de Pilar/AL.

Proponente(s)	Serviço	Nº do Processo	PTéc	RESULTADO
RÁDIO E TV CALDAS LTDA.	FM	53103.000247/01	100,000	CLASSIFICADA
RÁDIO E TV ATALAIA LTDA.	FM	53103.000248/01	100,000	CLASSIFICADA
ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA. ME.	FM	53103.000250/01	100,000	CLASSIFICADA
SISTEMA COSTA DOURADA DE RÁDIOFUSÃO LTDA.	FM	53103.000251/01	100,000	CLASSIFICADA
RÁDIO E TV SCHAPPO LTDA.	FM	53103.000252/01	100,000	CLASSIFICADA

Concorrência Nº 013/2001-SSR/MC, Localidade de União dos Palmares/AL.

Proponente(s)	Serviço	Nº do Processo	PTéc	RESULTADO
RÁDIO E TV CALDAS LTDA.	FM	53103.000247/01	100,000	CLASSIFICADA
RÁDIO E TV ATALAIA LTDA.	FM	53103.000248/01	100,000	CLASSIFICADA
ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA. ME.	FM	53103.000250/01	100,000	CLASSIFICADA
SISTEMA COSTA DOURADA DE RÁDIOFUSÃO LTDA.	FM	53103.000251/01	100,000	CLASSIFICADA
RÁDIO E TV SCHAPPO LTDA.	FM	53103.000252/01	100,000	CLASSIFICADA

ANEXO VI

Concorrência Nº 014/2001-SSR/MC, Localidade de Palmares dos Índios/AL.

Proponente(s)	Serviço	Nº do Processo	PTéc	RESULTADO
ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA. ME.	OM	53103.000253/01	100,000	CLASSIFICADA
SISTEMA COSTA DOURADA DE RÁDIOFUSÃO LTDA.	OM	53103.000254/01	100,000	CLASSIFICADA

ANEXO VII

Concorrência Nº 042/2001-SSR/MC, Localidade de Anastácio/MS.

Proponente(s)	Serviço	Nº do Processo	PTéc	RESULTADO
BONITO COMUNICAÇÃO LTDA.	OM	53670.001199/01	100,000	CLASSIFICADA
SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO JAGUARETE LTDA.	OM	53670.001201/01	100,000	CLASSIFICADA
EMISSORAS INTEGRADAS M.F. LTDA.	OM	53670.001202/01	100,000	CLASSIFICADA
REDE ECOLÓGICA DE COMUNICAÇÕES LTDA.	OM	53670.001205/01	100,000	CLASSIFICADA
SANTO AGOSTINHO EMPRESA DE RÁDIOFUSÃO LTDA.	OM	53670.001207/01	100,000	CLASSIFICADA
EMPRESA DE RÁDIOFUSÃO PANTANEIRA LTDA.	OM	53670.001209/01	100,000	CLASSIFICADA
RÁDIO NOVA FM ANASTÁCIO LTDA.	OM	53670.001210/01	100,000	CLASSIFICADA
REDE DE RÁDIO E TELEVISÃO FENEBI LTDA.	OM	53670.001211/01	100,000	CLASSIFICADA

Concorrência Nº 042/2001-SSR/MC, Localidade de Bonito/MS.

Proponente(s)	Serviço	Nº do Processo	PTéc	RESULTADO
BONITO COMUNICAÇÃO LTDA.	OM	53670.001199/01	100,000	CLASSIFICADA
SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO JAGUARETE LTDA.	OM	53670.001201/01	100,000	CLASSIFICADA
EMISSORAS INTEGRADAS M.F. LTDA.	OM	53670.001202/01	100,000	CLASSIFICADA
SISTEMA DE COMUNICAÇÃO CO-NESUL LTDA.	OM	53670.001206/01	100,000	CLASSIFICADA
EMPRESA DE RÁDIOFUSÃO PANTANEIRA LTDA.	OM	53670.001209/01	100,000	CLASSIFICADA
REDE DE RÁDIO E TELEVISÃO FENEBI LTDA.	OM	53670.001211/01	100,000	CLASSIFICADA

Concorrência Nº 042/2001-SSR/MC, Localidade de Costa Rica/MS.

Proponente(s)	Serviço	Nº do Processo	PTéc	RESULTADO
MAIA & OLIVEIRA LTDA.	OM	53670.001198/01	100,000	CLASSIFICADA
RÁDIO EMPRESA DE RÁDIOFUSÃO LTDA.	OM	53670.001200/01	100,000	CLASSIFICADA

RECEBIMOS PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

02/03/02

Concorrência n.º 024/2000-SSR/MC, Localidade de Catingueira/PB.

Proponentes	Serviço	N.º do Processo:	PP	VP
MA DE COMUNICAÇÃO ANEL DO BREJO	FM	53103.000169/00	90,196	99,020
MA DE COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	53103.000168/00	83,333	98,333
ITABAIANA FM LTDA.	FM	53103.000166/00	54,545	95,454

Concorrência n.º 024/2000-SSR/MC, Localidade de Condado/PB.

Proponentes	Serviço	N.º do Processo:	PP	VP
MA DE COMUNICAÇÃO ANEL DO BREJO	FM	53103.000169/00	90,196	99,020
FM CONDADO LTDA.	FM	53103.000171/00	83,871	98,387
MA DE COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	53103.000168/00	83,333	98,333
ITABAIANA FM LTDA.	FM	53103.000166/00	54,545	95,454

Concorrência n.º 024/2000-SSR/MC, Localidade de Coremas/PB.

Proponentes	Serviço	N.º do Processo:	PP	VP
MA DE COMUNICAÇÃO ANEL DO BREJO	FM	53103.000169/00	90,196	99,020
MA DE COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	53103.000168/00	90,000	99,000
ALAGUAS REENDIMENTOS DE RADIODIFUSÃO LTDA.	FM	53103.000167/00	91,803	98,757
ITABAIANA FM LTDA.	FM	53103.000166/00	54,545	95,454

Concorrência n.º 024/2000-SSR/MC, Localidade de Lagoa Seca/PB.

Proponentes	Serviço	N.º do Processo:	PP	VP
TABAIANA FM LTDA.	FM	53103.000166/00	92,237	99,724
MILLENNIUM LTDA.	FM	53103.000165/00	95,867	99,387
MA DE COMUNICAÇÕES DA PARAÍBA	FM	53103.000162/00	95,000	99,500
PARAIBANO DE COMUNICAÇÕES LT.	FM	53103.000174/00	93,750	99,375
MA DE COMUNICAÇÃO ANEL DO BREJO	FM	53103.000169/00	90,196	99,020
SHEKINAH DE COMUNICAÇÕES LT.	FM	53103.000170/00	74,285	97,429
AYRUX FM LTDA.	FM	53103.000164/00	66,666	96,667

ANEXO III

Concorrência n.º 053/2000-SSR/MC, Localidade de Catarina/CE.

Proponentes	Serviço	N.º do Processo:	PP	VP
MA SERROTE LTDA.	FM	53650.000657/00	50,907	95,091

ANEXO IV

Concorrência n.º 054/2000-SSR/MC, Localidade de Jaguaruana/CE.

Proponentes	Serviço	N.º do Processo:	PP	VP
MA SERROTE LTDA.	FM	53650.000666/00	87,710	98,771
RES CLIMAS LTDA.	FM	53650.000663/00	86,358	98,636
JANA FM LTDA.	FM	53650.000665/00	84,106	98,411
JUARELA CEARENSE LTDA.	FM	53650.000662/00	82,206	98,221
MENTO DE AMONTADA LTDA.	FM	53650.000667/00	80,511	98,051
DE RÁDIO JORNAL CULTURA DO CHA-	FM	53650.000668/00	79,790	97,979

ANEXO V

Concorrência n.º 013/2001-SSR/MC, Localidade de Atalaia/AL.

Proponentes	Serviço	N.º do Processo:	PP	VP
TV SCHAPPO LTDA.	FM	53103.000252/01	98,592	99,859
TV CALDAS LTDA.	FM	53103.000247/01	98,586	99,859
COMUNICAÇÃO LTDA. ME.	FM	53103.000250/01	98,581	99,858
COSTA DOURADA DE RADIODIFUSÃO LTDA.	FM	53103.000251/01	94,475	99,418
ATALAIA LTDA.	FM	53103.000248/01	51,054	95,105

Concorrência n.º 013/2001-SSR/MC, Localidade de Major Isidoro/AL.

Proponentes	Serviço	N.º do Processo:	PP	VP
RÁDIO E TV SCHAPPO LTDA.	FM	53103.000252/01	97,550	99,755
RÁDIO E TV CALDAS LTDA.	FM	53103.000247/01	97,529	99,753
ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA. ME.	FM	53103.000250/01	97,515	99,751
SISTEMA COSTA DOURADA DE RADIODIFUSÃO LTDA.	FM	53103.000251/01	92,907	99,291
RÁDIO LUAR DO SERTÃO LTDA.	FM	53103.000249/01	91,294	99,129
RÁDIO FM ATALAIA LTDA.	FM	53103.000248/01	51,005	95,100

Concorrência n.º 013/2001-SSR/MC, Localidade de Pilar/AL.

Proponentes	Serviço	N.º do Processo:	PP	VP
RÁDIO E TV CALDAS LTDA.	FM	53103.000247/01	98,960	99,896
RÁDIO E TV SCHAPPO LTDA.	FM	53103.000252/01	98,958	99,896
ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA. ME.	FM	53103.000250/01	98,957	99,896
SISTEMA COSTA DOURADA DE RADIODIFUSÃO LTDA.	FM	53103.000251/01	97,617	99,762
RÁDIO FM ATALAIA LTDA.	FM	53103.000248/01	51,054	95,105

Concorrência n.º 013/2001-SSR/MC, Localidade de União dos Palmares/AL.

Proponentes	Serviço	N.º do Processo:	PP	VP
RÁDIO E TV SCHAPPO LTDA.	FM	53103.000252/01	98,400	99,840
RÁDIO E TV CALDAS LTDA.	FM	53103.000247/01	98,395	99,840
ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA. ME.	FM	53103.000250/01	98,392	99,839
SISTEMA COSTA DOURADA DE RADIODIFUSÃO LTDA.	FM	53103.000251/01	94,902	99,490
RÁDIO FM ATALAIA LTDA.	FM	53103.000248/01	56,135	95,614

ANEXO VI

Concorrência n.º 014/2001-SSR/MC, Localidade de Palmeira dos Índios/AL.

Proponentes	Serviço	N.º do Processo:	PP	VP
ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA. ME.	OM	53103.000253/01	94,437	99,444
SISTEMA COSTA DOURADA DE RADIODIFUSÃO LTDA.	OM	53103.000254/01	90,111	99,011

ANEXO VII

Concorrência n.º 021/2001-SSR/MC, Localidade de Castelo do Pina/PI.

Proponentes	Serviço	N.º do Processo:	PP	VP
RÁDIO SERROTE LTDA.	FM	53650.000585/01	95,117	99,512
RÁDIO FM CIDADE DE CASTELO LTDA.	FM	53650.000586/01	90,020	99,002
SISTEMA MAIOR DE RADIODIFUSÃO LTDA.	FM	53650.000579/01	89,583	98,958
CEBELWAM COMUNICAÇÃO E CONSULTORIA LTDA.	FM	53650.000580/01	60,845	96,085

Concorrência n.º 021/2001-SSR/MC, Localidade de Pio IX/PI.

Proponentes	Serviço	N.º do Processo:	PP	VP
ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA. ME.	FM	53650.000581/01	97,252	99,725
RÁDIO SERROTE LTDA.	FM	53650.000585/01	92,012	99,201
CEBELWAM COMUNICAÇÃO E CONSULTORIA LTDA.	FM	53650.000580/01	89,534	98,953
SISTEMA MAIOR DE RADIODIFUSÃO LTDA.	FM	53650.000579/01	86,842	98,684
COSME FERREIRA'S & FEITOSA LTDA. ME.	FM	53650.000582/01	67,741	96,774

ANEXO VIII

Concorrência n.º 042/2001-SSR/MC, Localidade de Anastácio/MS.

Proponentes	Serviço	N.º do Processo:	PP	VP
RÁDIO NOVA FM ANASTÁCIO LTDA.	OM	53670.001210/01	91,040	99,104
EMPRESA DE RADIODIFUSÃO PANTANEIRA LTDA.	OM	53670.001209/01	89,640	98,964
SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO JAGUARETE LTDA.	OM	53670.001201/01	87,352	98,735
BONITO COMUNICAÇÃO LTDA.	OM	53670.001199/01	83,678	98,368
EMISSORAS INTEGRADAS M.F. LTDA.	OM	53670.001202/01	73,480	97,348
REDE DE RÁDIO E TELEVISÃO FENEBI LTDA.	OM	53670.001211/01	66,850	96,685
REDE ECOLÓGICA DE COMUNICAÇÕES LTDA.	OM	53670.001205/01	58,988	95,899
SANTO AGOSTINHO - EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA.	OM	53670.001207/01	15,111	16,667

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

99/97

CONCORRÊNCIA NÚMERO 013/2001 – SSR/MC

**SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA
MODULADA**

MUNICÍPIO DE MAJOR ISIDORO/AL

VENCEDOR

RÁDIO E TV SCHAPPO LTDA.

Jan

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

1009

INFORMAÇÃO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
RECEBUE COM O ORIGINAL

1. Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

Concorrência n.º: 013/01 – SSR/MC		Concorrente: Rádio e TV Schappo Ltda.
Processo n.º: 53103.000.252/01	Município: Major Isidoro/AL	VENCEDORA Sim

2. Lista de verificação do atendimento à legislação regulamentar

DOCUMENTAÇÃO A SER APRESENTADA	SIM/NÃO	Fl.(s) N.º
1. Prova de habilitação	Sim	96
I. Ato constitutivo da empresa e suas alterações.	Sim	14/17
II. Declaração de que não possui autorização para explorar o mesmo tipo de serviço na localidade, objeto da licitação.	Sim	12
III. Declaração de que se encontra inidônea por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, e, não está suspenso seu direito de licitar e contratar com o Ministério das Comunicações.	Sim	12
IV. Declaração de que nenhum sócio integra o quadro societário de outra entidade exploradora do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade objeto do edital de licitação, nem de outras entidades exploradoras de serviço de radiodifusão em localidades diversas, além dos limites fixados no artigo 12 do Decreto-lei n.º 236, de 28/02/67.	Sim	12
V. Declaração de que nenhum dirigente está no exercício de mandato eletivo, que lhe assegure imunidade parlamentar, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública, da qual decorra foro especial	Sim	12
VI. Declaração de que nenhum dirigente participa da direção de outra entidade executante de serviço de radiodifusão, nem de outras empresas de radiodifusão em localidades diversas, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-lei n.º 236, de 28/2/67.	Sim	12
VII. Prova da condição de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, dos sócios e dirigentes da proponente.	Sim	02 e 11
VIII. Certidões dos cartórios distribuidores cíveis e criminais e do de protesto de títulos dos locais de residência do dirigente, nos últimos cinco anos, bem assim, das localidades onde exerce ou exerceu, no mesmo período, atividades econômicas, emitidas ou reavaliadas em data não superior a noventa dias anteriores à data marcada para abertura do recebimento da documentação e propostas.	Sim	04/10
IX. Certidão fornecida pela Justiça Eleitoral do dirigente da entidade em tela.	Sim	03
X. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício que comprovem a boa situação financeira da empresa.	Sim	13
XI. Certidão de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Sim	18
XII. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.	Sim	19
XIII. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes, estadual e municipal, se houver, relativo à sede da entidade.	Sim	20 e 21

1009

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

1069

XIV. Prova de regularidade relativa ao INSS e ao FGTS.	Sim	22 e 23
XV. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal da sede da entidade, ou outra equivalente, na forma da lei.	Sim	24/27
2. Prova de melhor proposta técnica.	Sim	72
3. Prova de maior proposta de preço.	Sim	98
Observações:		
Certidão positiva fls. 10		

Analisado por	Rubrica	Data
Gizele Corrêa – Assistente Técnica		31/03/2005

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
[Assinatura]

[Assinatura]
JAIME DOMINGOS CASAS

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
CONFERIR COM O ORIGINAL

08/04

10/8

CONCORRÊNCIA NÚMERO 013/2001 – SSR/MC

**SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA
MODULADA**

MUNICÍPIO DE UNIÃO DOS PALMARES/AL

VENCEDOR

RÁDIO E TV CALDAS LTDA.

10/8

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

103

INFORMAÇÃO

TERMINO PUBLICO FLEDER
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
08/04/10

1. Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

Concorrência n.º: 013/01 – SSR/MC		Concorrente: Rádio e TV Shappo Ltda.	
Processo n.º: 53103.000.252/01	Município: União dos Palmares/AL	VENCEDORA	
		Não	

2. Lista de verificação do atendimento à legislação regulamentar

DOCUMENTAÇÃO A SER APRESENTADA	SIM/NÃO	Fl.(s) N.º
1. Prova de habilitação	Sim	96
I. Ato constitutivo da empresa e suas alterações.	Sim	14/17
II. Declaração de que não possui autorização para explorar o mesmo tipo de serviço na localidade, objeto da licitação.	Sim	12
III. Declaração de que se encontra inidônea por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, e, não está suspenso seu direito de licitar e contratar com o Ministério das Comunicações.	Sim	12
IV. Declaração de que nenhum sócio integra o quadro societário de outra entidade exploradora do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade objeto do edital de licitação, nem de outras entidades exploradoras de serviço de radiodifusão em localidades diversas, além dos limites fixados no artigo 12 do Decreto-lei n.º 236, de 28/02/67.	Sim	12
V. Declaração de que nenhum dirigente está no exercício de mandato eletivo, que lhe assegure imunidade parlamentar, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública, da qual decorra foro especial	Sim	12
VI. Declaração de que nenhum dirigente participa da direção de outra entidade executante de serviço de radiodifusão, nem de outras empresas de radiodifusão em localidades diversas, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-lei n.º 236, de 28/2/67.	Sim	12
VII. Prova da condição de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, dos sócios e dirigentes da proponente.	Sim	02 e 11
VIII. Certidões dos cartórios distribuidores cíveis e criminais e do de protesto de títulos dos locais de residência do dirigente, nos últimos cinco anos, bem assim, das localidades onde exerce ou exerceu, no mesmo período, atividades econômicas, emitidas ou reavaliadas em data não superior a noventa dias anteriores à data marcada para abertura do recebimento da documentação e propostas.	Sim	04/10
IX. Certidão fornecida pela Justiça Eleitoral do dirigente da entidade em tela.	Sim	03
X. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício que comprovem a boa situação financeira da empresa.	Sim	13
XI. Certidão de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Sim	18
XII. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.	Sim	19
XIII. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes, estadual e municipal, se houver, relativo à sede da entidade.	Sim	20 e 21
XIV. Prova de regularidade relativa ao INSS e ao FGTS.	Sim	22 e 23

Just

1042

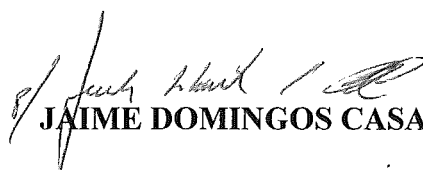
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

XV. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal da sede da entidade, ou outra equivalente, na forma da lei.	Sim	24/27
2. Prova de melhor proposta técnica.	Sim	72
3. Prova de maior proposta de preço.	Não	122
Observações:		
Certidão positiva fl. 10.		

Analísado por	Rubrica	Data
Gizele Corrêa – Assistente Técnica		02/06/2005

SELO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

08/04/10


JAIME DOMINGOS CASAS

08/04/01

1958

[Signature]

CONCORRÊNCIA NÚMERO 013/2001 – SSR/MC

**SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA
MODULADA**

MUNICÍPIO DE ATALAIA/AL

VENCEDOR

RÁDIO E TV CALDAS LTDA.

[Signature]

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

1067

INFORMAÇÃO

SERVIDOR PÚBLICO
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O OR
28/04/10

1. Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

Concorrência n.º: 013/01 – SSR/MC		Concorrente: Rádio e TV Shappo Ltda.
Processo n.º: 53103.000.252/01	Município: Atalaia/AL	VENCEDORA
		Não

2. Lista de verificação do atendimento à legislação regulamentar

DOCUMENTAÇÃO A SER APRESENTADA	SIM/NÃO	FL(s) N.º
1. Prova de habilitação	Sim	96
I. Ato constitutivo da empresa e suas alterações.	Sim	14/17
II. Declaração de que não possui autorização para explorar o mesmo tipo de serviço na localidade, objeto da licitação.	Sim	12
III. Declaração de que se encontra inidônea por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, e, não está suspenso seu direito de licitar e contratar com o Ministério das Comunicações.	Sim	12
IV. Declaração de que nenhum sócio integra o quadro societário de outra entidade exploradora do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade objeto do edital de licitação, nem de outras entidades exploradoras de serviço de radiodifusão em localidades diversas, além dos limites fixados no artigo 12 do Decreto-lei n.º 236, de 28/02/67.	Sim	12
V. Declaração de que nenhum dirigente está no exercício de mandato eletivo, que lhe assegure imunidade parlamentar, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública, da qual decorra foro especial	Sim	12
VI. Declaração de que nenhum dirigente participa da direção de outra entidade executante de serviço de radiodifusão, nem de outras empresas de radiodifusão em localidades diversas, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-lei n.º 236, de 28/2/67.	Sim	12
VII. Prova da condição de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, dos sócios e dirigentes da proponente.	Sim	02 e 11
VIII. Certidões dos cartórios distribuidores cíveis e criminais e do de protesto de títulos dos locais de residência do dirigente, nos últimos cinco anos, bem assim, das localidades onde exerce ou exerceu, no mesmo período, atividades econômicas, emitidas ou reavaliadas em data não superior a noventa dias anteriores à data marcada para abertura do recebimento da documentação e propostas.	Sim	04/10
IX. Certidão fornecida pela Justiça Eleitoral do dirigente da entidade em tela.	Sim	03
X. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício que comprovem a boa situação financeira da empresa.	Sim	13
XI. Certidão de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Sim	18
XII. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.	Sim	19
XIII. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes, estadual e municipal, se houver, relativo à sede da entidade.	Sim	20 e 21
XIV. Prova de regularidade relativa ao INSS e ao FGTS.	Sim	22 e 23

July


MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

1078

XV. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal da sede da entidade, ou outra equivalente, na forma da lei.	Sim	24/27
2. Prova de melhor proposta técnica.	Sim	72
3. Prova de maior proposta de preço.	Não	122
Observações:		
Certidão positiva fl. 10.		

Analisado por	Rubrica	Data
Gizele Corrêa – Assistente Técnica		02/06/2005


JAIME DOMINGOS CASAS

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
08/04/10


Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

08/04/00

1079

CONCORRÊNCIA NÚMERO 013/2001 – SSR/MC

**SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA
MODULADA**

MUNICÍPIO DE PILAR/AL

VENCEDOR

RÁDIO E TV CALDAS LTDA.

July

109
9

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

INFORMAÇÃO

RECEBUE PUBLICO FLUEN
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
08/04/10
E

1. Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

Concorrência n.º: 013/01 – SSR/MC		Concorrente: Rádio e TV Schappo Ltda.
Processo n.º: 53103.000.252/01	Município: Pilar/AL	VENCEDORA Não

2. Lista de verificação do atendimento à legislação regulamentar

DOCUMENTAÇÃO A SER APRESENTADA	SIM/NÃO	Fl.(s) N.º
1. Prova de habilitação	Sim	96
I. Ato constitutivo da empresa e suas alterações.	Sim	14/17
II. Declaração de que não possui autorização para explorar o mesmo tipo de serviço na localidade, objeto da licitação.	Sim	12
III. Declaração de que se encontra inidônea por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, e, não está suspenso seu direito de licitar e contratar com o Ministério das Comunicações.	Sim	12
IV. Declaração de que nenhum sócio integra o quadro societário de outra entidade exploradora do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade objeto do edital de licitação, nem de outras entidades exploradoras de serviço de radiodifusão em localidades diversas, além dos limites fixados no artigo 12 do Decreto-lei n.º 236, de 28/02/67.	Sim	12
V. Declaração de que nenhum dirigente está no exercício de mandato eletivo, que lhe assegure imunidade parlamentar, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública, da qual decorra foro especial	Sim	12
VI. Declaração de que nenhum dirigente participa da direção de outra entidade executante de serviço de radiodifusão, nem de outras empresas de radiodifusão em localidades diversas, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-lei n.º 236, de 28/2/67.	Sim	12
VII. Prova da condição de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, dos sócios e dirigentes da proponente.	Sim	02 e 11
VIII. Certidões dos cartórios distribuidores cíveis e criminais e do de protesto de títulos dos locais de residência do dirigente, nos últimos cinco anos, bem assim, das localidades onde exerce ou exerceu, no mesmo período, atividades econômicas, emitidas ou reavaliadas em data não superior a noventa dias anteriores à data marcada para abertura do recebimento da documentação e propostas.	Sim	04/10
IX. Certidão fornecida pela Justiça Eleitoral do dirigente da entidade em tela.	Sim	03
X. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício que comprovem a boa situação financeira da empresa.	Sim	13
XI. Certidão de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Sim	18
XII. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.	Sim	19
XIII. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes, estadual e municipal, se houver, relativo à sede da entidade.	Sim	20 e 21

fury

1109

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

XIV. Prova de regularidade relativa ao INSS e ao FGTS.	Sim	22 e 23
XV. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal da sede da entidade, ou outra equivalente, na forma da lei.	Sim	24/27
2. Prova de melhor proposta técnica.	Sim	72
3. Prova de maior proposta de preço.	Não	98
Observações:		
Certidão positiva fls. 10		

Analisado por	Rubrica	Data
Gizele Corrêa – Assistente Técnica		31/03/2005

SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL


JAIME DOMINGOS CASAS

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

TERMO DE JUNTADA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

08/06/05

Nesta data, juntei ao presente processo, além desta, as 03 folhas seguintes, em conformidade com os dados abaixo indicados:

Nº da folha anterior : 100.

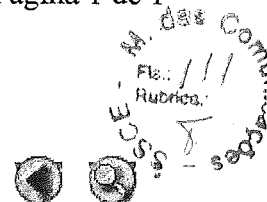
Nº desta folha : 110.

Nºs das demais folhas juntadas : 111 a 113.

Brasília, 06 de maio de 2005


GUILHERME QUINTAS
Secretário

Seção Judiciária do Distrito Federal
Consulta Processual



Tipo de Pesquisa: Consulta de processos pelo nome da parte

Argumento Pesquisado: Rádio e Tv Schappo Ltda

Nenhuma parte encontrada com o argumento informado.



Emitido pelo site www.trf1.gov.br em 06/05/2005 às 10:23:22

GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

[Handwritten signature]

Ministério das Comunicações Destques do Governo

ANATEL

CONHEÇA A ANATEL | BIBLIOTECA | FALE CONOSCO | SISTEMAS | AJUDA | MAPA DO SITE | LINKS >> Busca avançada

Menu Principal ▾

SISCOM » Consulta por Plano Básico de Distribuição de Canais

Dados da consulta | Consulta | Criar Arquivo Texto

UF: AL

SERVIÇO: FM

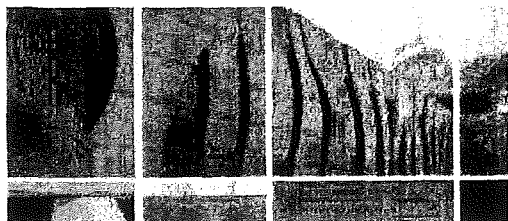
Entidade	Latitude	Longitude	Canal	Azimute	ERP (KW)	CL	Obs.
Localidade: Major Isidoro							
(Concorrência: 13/2001)	09S3142	35W3606	250			C	

Usuário: - Data: 06/05/2005 Hora: 10:23:26

Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL



Superior
Tribunal
de Justiça

O Tribunal da Cidadania

Institucional

Processos

Jurisprudência

Revista Eletrônica da Jurisprudên



Processos

Tipo de Pesquisa:

Nome da Parte

Parâmetro de pesquisa:

RÁDIO E TV SCHAPPO LTDA

☐ Contém ☒ Igual ☐ Inicia com

Os critérios Contém e Inicia com utilizam recursos de pesquisa fonética.
Esses critérios só tem efeito para PARTES ou ADVOGADOS

- Está disponível a pesquisa fonética por nome de **PARTES** e **ADVOGADOS**.

Consulte também:

- Certidão de Andamento **NOVO**
- Estatística Processual
- Guia do Advogado
- Pautas de Julgamentos

Consultar

Limpar Campos

☒ Na pesquisa acima, mostrar os processos em ordem cronológica decrescente

Nenhuma Parte Encontrada para essa pesquisa !!!

RECEBIDO PUBLICO
MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

[Assinatura]

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
DENFERE COM O ORIGINAL

114



para AC/Celso Ramos, CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTARIA: Atividade - 44404-0100001, Valor total R\$ 14.040,00, SIGNATARIOS: Luiz Felipe Dias - Diretor Regional da Contratante, Ayser Fernandes Regis - Gerente de Administração da Contratante e Ana Lúcia Bom Moro da Contratada; 4) Contrato n.º 0004/2005, DATA DE ASSINATURA: 01-01-2005, CONTRATADO: Inocência Warmeling Wessler, VIGENCIA: 01-01-2005 a 01-01-2006, OBJETO: locação imóvel AC/São Ludgero, CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTARIA: Atividade - 44404-0100001, Valor total R\$ 9.564,00, SIGNATARIOS: Luiz Felipe Dias - Diretor Regional da Contratante, Ayser Fernandes Regis - Gerente de Administração da Contratante e Inocência Warmeling Wessler da Contratada; 5) Contrato n.º 0005/2005, DATA DE ASSINATURA: 14-02-2005, CONTRATADO: Armando Behn, VIGENCIA: 01-01-2005 a 01-01-2006, OBJETO: locação imóvel para AC/Maravilha, CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTARIA: Atividade - 44404-0100001, Valor total R\$ 9.360,00, SIGNATARIOS: Luiz Felipe Dias - Diretor Regional da Contratante, Ayser Fernandes Regis - Gerente de Administração da Contratante e Armando Behn da Contratada; 6) Contrato n.º 0006/2005, DATA DE ASSINATURA: 14-02-2005, CONTRATADO: Neusa Maria Mossmann Hilgert, VIGENCIA: 01-01-2005 a 01-01-2006, OBJETO: locação imóvel AC/Ipira, CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTARIA: Atividade - 44404-0100001, Valor total R\$ 9.360,00, SIGNATARIOS: Luiz Felipe Dias - Diretor Regional da Contratante, Ayser Fernandes Regis - Gerente de Administração da Contratante e Neusa Maria Mossmann Hilgert da Contratada; 7) Contrato n.º 0007/2005, DATA DE ASSINATURA: 14-02-2005, CONTRATADO: Ovin Thiel, VIGENCIA: 22-01-2005 a 22-01-2006, OBJETO: locação imóvel para AC/Inuporanga, CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTARIA: Atividade - 44404-0100001, Valor total R\$ 41.400,00, SIGNATARIOS: Luiz Felipe Dias - Diretor Regional da Contratante, Ayser Fernandes Regis - Gerente de Administração da Contratante e Ovin Thiel da Contratada; 8) Contrato n.º 0008/2005, DATA DE ASSINATURA: 14-02-2005, CONTRATADO: Elida Maria Rigo Caminati, VIGENCIA: 01-12-2004 a 01-12-2005, OBJETO: locação imóvel AC/Tangará, CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTARIA: Atividade - 44404-0100001, Valor total R\$ 4.380,00, SIGNATARIOS: Luiz Felipe Dias - Diretor Regional da Contratante, Ayser Fernandes Regis - Gerente de Administração da Contratante e Elida Maria Rigo Caminati da Contratada; 9) Contrato n.º 0009/2005, DATA DE ASSINATURA: 14-02-2005, CONTRATADO: Lourdes Maria Modanese, VIGENCIA: 01-12-2004 a 01-12-2007, OBJETO: locação imóvel para AC/São José dos Cedros, CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTARIA: Atividade - 44404-0100001, Valor total R\$ 18.000,00, SIGNATARIOS: Luiz Felipe Dias - Diretor Regional da Contratante, Ayser Fernandes Regis - Gerente de Administração da Contratante e Lourdes Maria Modanese da Contratada; 10) Contrato n.º 0010/2005, DATA DE ASSINATURA: 14-02-2005, CONTRATADO: Paulo Roberto Baldissara, VIGENCIA: 15-12-2004 a 15-12-2005, OBJETO: locação imóvel AC/São Miguel do Oeste, CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTARIA: Atividade - 44404-0100001, Valor total R\$ 36.000,00, SIGNATARIOS: Luiz Felipe Dias - Diretor Regional da Contratante, Ayser Fernandes Regis - Gerente de Administração da Contratante e Paulo Roberto Baldissara da Contratada; 11) Contrato n.º 0011/2005, DATA DE ASSINATURA: 04-03-2005, CONTRATADO: Alcides Fronza, VIGENCIA: 01-11-2004 a 01-11-2009, OBJETO: locação imóvel para CDD/Velha - Blumenau, CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTARIA: Atividade - 44404-0100001, Valor total R\$ 341.400,00, SIGNATARIOS: Luiz Felipe Dias - Diretor Regional da Contratante, Ayser Fernandes Regis - Gerente de Administração da Contratante e Alcides Fronza da Contratada; 12) Contrato n.º 0012/2005, DATA DE ASSINATURA: 01-03-2005, CONTRATADO: José Genésio da Silva, VIGENCIA: 01-03-2005 a 01-03-2006, OBJETO: locação imóvel AC/Porto Belo, CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTARIA: Atividade - 44404-0100001, Valor total R\$ 10.800,00, SIGNATARIOS: Luiz Felipe Dias - Diretor Regional da Contratante, Ayser Fernandes Regis - Gerente de Administração da Contratante e José Genésio da Silva da Contratada; 13) Contrato n.º 0013/2005, DATA DE ASSINATURA: 15-03-2005, CONTRATADO: A Angeloni & Cia Ltda, VIGENCIA: 15-03-2005 a 15-03-2009, OBJETO: locação imóvel para AC/Filatelica Florianópolis, CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTARIA: Atividade - 44404-0100001, Valor total R\$ 144.000,00, SIGNATARIOS: Luiz Felipe Dias - Diretor Regional da Contratante, Ayser Fernandes Regis - Gerente de Administração da Contratante e A Angeloni & Cia Ltda da Contratada; 14) Contrato n.º 0014/2005, DATA DE ASSINATURA: 17-02-2005, CONTRATADO: Egídio Bett, VIGENCIA: 17-02-2005 a 17-02-2006, OBJETO: locação imóvel AC/Galvão, CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTARIA: Atividade - 44404-0100001, Valor total R\$ 4.500,00, SIGNATARIOS: Luiz Felipe Dias - Diretor Regional da Contratante, Ayser Fernandes Regis - Gerente de Administração da Contratante e Egídio Bett da Contratada; 15) Contrato n.º 0015/2005, DATA DE ASSINATURA: 05-04-2005, CONTRATADO: Rosa Nunes Ribeiro Lopes, VIGENCIA: 01-01-2005 a 01-01-2006, OBJETO: locação imóvel AC/Filatelica Blumenau, CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTARIA: Atividade - 44404-0100001, Valor total R\$ 6.600,00, SIGNATARIOS: Luiz Felipe Dias - Diretor Regional da Contratante, Ayser Fernandes Regis - Gerente de Administração da Contratante e Rosa Nunes Ribeiro Lopes da Contratada; 16) Contrato n.º 0016/2005, DATA DE ASSINATURA: 01-01-2005, CONTRATADO: Analice de Matias Liposki, VIGENCIA: 15-01-2005 a 15-01-2008, OBJETO: locação imóvel para AC/Correia Pinto, CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTARIA: Atividade - 44404-0100001, Valor total R\$ 19.800,00, SIGNATARIOS: Luiz Felipe Dias - Diretor Regional da Contratante, Ayser Fernandes Regis - Gerente de Administração da Contratante e Analice de Matias Liposki da Contratada; 17) Contrato n.º 0017/2005, DATA DE ASSINATURA: 01-03-2005, CONTRATADO: Maria Werlang de Gasparini, VIGENCIA: 01-03-2005 a 01-03-2006, OBJETO: locação imóvel Garagem REOP-07/Chapeco, CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTARIA: Atividade - 44404-0100001, Valor total R\$ 660,00, SIGNATARIOS: Luiz Felipe Dias - Diretor Regional da Contratante, Ayser Fernandes Regis - Gerente de Administração da Contratante e Maria Werlang de Gasparini da Contratada; 18) Contrato n.º 0018/2004, DATA DE ASSINATURA: 01-03-2005, CONTRATADO: Antonio Alberto Argenton, VIGENCIA: 01-03-2005 a 01-03-2006, OBJETO: locação imóvel para AC/Romelândia, CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTARIA: Atividade - 44404-0100001, Valor total

R\$ 2.520,00, SIGNATARIOS: Luiz Felipe Dias - Diretor Regional da Contratante, Ayser Fernandes Regis - Gerente de Administração da Contratante e Antonio Alberto Argenton da Contratada; 19) Contrato n.º 0019/2005, DATA DE ASSINATURA: 01-03-2005, CONTRATADO: Leonides Batista, VIGENCIA: 15-03-2005 a 15-03-2006, OBJETO: locação imóvel AC/Treze Tilias, CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTARIA: Atividade - 44404-0100001, Valor total R\$ 4.200,00, SIGNATARIOS: Luiz Felipe Dias - Diretor Regional da Contratante, Ayser Fernandes Regis - Gerente de Administração da Contratante e Leonides Batista da Contratada; 20) Contrato n.º 0020/2005, DATA DE ASSINATURA: 01-04-2005, CONTRATADO: Adilson Luiz Mazzi, VIGENCIA: 01-04-2005 a 01-04-2008, OBJETO: locação imóvel para AC/Garuva, CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTARIA: Atividade - 44404-0100001, Valor total R\$ 43.200,00, SIGNATARIOS: Luiz Felipe Dias - Diretor Regional da Contratante, Ayser Fernandes Regis - Gerente de Administração da Contratante e Adilson Luiz Mazzi da Contratada; 21) Contrato n.º 0021/2005, DATA DE ASSINATURA: 01-04-2005, CONTRATADO: Antonio Muniz Sobrinho, VIGENCIA: 01-04-2005 a 01-04-2006, OBJETO: locação imóvel AC/São José do Cerito, CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTARIA: Atividade - 44404-0100001, Valor total R\$ 5.966,04, SIGNATARIOS: Luiz Felipe Dias - Diretor Regional da Contratante, Ayser Fernandes Regis - Gerente de Administração da Contratante e Antonio Muniz Sobrinho da Contratada; 22) Contrato n.º 0022/2005, DATA DE ASSINATURA: 01-03-2005, CONTRATADO: Leonita Benert, VIGENCIA: 01-03-2005 a 01-03-2008, OBJETO: locação imóvel para AC/Imbuia, CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTARIA: Atividade - 44404-0100001, Valor total R\$ 19.800,00, SIGNATARIOS: Luiz Felipe Dias - Diretor Regional da Contratante, Ayser Fernandes Regis - Gerente de Administração da Contratante e Leonita Benert da Contratada.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO Nº 14/2005

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos torna público que foi homologado o Pregão supracitado cujo objeto é a Aquisição de Mobiliário Administrativo (09 Estações de Trabalho, 12 Armários Altos Simples e 05 Armários Médios) para a DR/SC às Empresas: Personal Móveis & Escritórios Ltda. para o Item 01 - Estações de Trabalho, pelo valor total de R\$ 11.205,00 (onze mil, duzentos e cinco reais); Vila Móveis Indústria e Comércio de Móveis Ltda. para o Item 02 - Armários Altos Simples, pelo valor total de R\$ 5.004,00 (cinco mil e quatro reais); e Vila Móveis Indústria e Comércio de Móveis Ltda. para o Item 03 - Armários Médios Simples, pelo valor total de R\$ 1.450,00 (hum mil, quatrocentos e cinquenta reais).

JORGE ALEXANDRE NIEDERAUER RAMOS
Pregoeiro

AVISO DE RETIFICAÇÃO

01) Referente Publicação do dia 24-02-05, na seção 3, página 50, Contrato n.º 164/2004, Transportes Thiago Ltda., onde se lê, Valor total R\$ 27.852,12 (Vinte e sete mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e doze centavos), valor desembolso no exercício R\$ 27.852,12 (Vinte e sete mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e doze centavos), leia-se: Valor total R\$ 74.805,12 (Setenta e quatro mil, oitocentos e cinco reais e doze centavos), valor desembolso no exercício R\$ 74.805,12 (Setenta e quatro mil, oitocentos e cinco reais e doze centavos).

LUIS ANTÔNIO FERREIRA DE OLIVEIRA
Gerente de Operações

DIRETORIA REGIONAL DE SÃO PAULO-INTERIOR

AVISO DE ADIAMENTO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2005

Comunicamos a todos os interessados que o Pregão Eletrônico n.º 023/2005, para fornecimento de combustíveis na cidade de Sorocaba/SP, publicado no DOU, Seção 3, Página 63 do dia 27/04/2005, teve sua abertura adiada para o dia 31/05/2005 às 09:45, por interesse público.

SÔNIA REGINA BORGES MARCELO
Pregoeira

DIRETORIA REGIONAL DE SÃO PAULO METROPOLITANA

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 5000001

A Diretoria Regional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos em São Paulo Metropolitana, torna público que foi negado provimento aos recursos interpostos pelas empresas: SERVAC SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA, EXCLUSIVE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS S/C LTDA E CCBR - CATEL CONSTRUÇÕES DO BRASIL LTDA, no Pregão Presencial n.º 5000001 - GERAD/DR/SPM, que tem por objeto contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de digitação de dados referentes ao endereço e CEP, por meio de sistema de videocodificação, dos objetos postais não identificados pela triagem automatizada, a serem realizados nos CENTROS DE TRATAMENTO DE CARTAS da ECT - Diretoria Regional de São Paulo Metropolitana. Os autos do processo permanecem franqueados à consulta.

ANTONIO CARLOS DOS SANTOS
Pregoeiro

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

AVISOS

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC n.º 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, em conformidade com o subitem 11.8 do Edital da Concorrência n.º 013/2001-SSR/MC, convoca os licitantes e demais interessados para participarem da reunião de sorteio público entre os proponentes que empataram com o maior valor ponderado, na definição da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão nas localidades de UNIAO DOS PALMARES, ATALAIA e PILAR, no Estado de Alagoas; as proponentes RÁDIO E TV CALDAS LTDA, RÁDIO E TV SCHAPO LTDA, e ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA. Essa reunião será realizada no dia 17 de maio de 2005 às 09:00 horas, na Sala 107, sobreloja do Edifício Sede do Ministério das Comunicações, Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Brasília/DF.

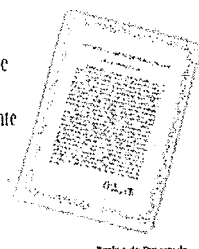
A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC n.º 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, em conformidade com o Edital, torna público que a sessão para a abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços das Proponentes classificadas, será realizada de acordo com o indicado no quadro abaixo, designada a Comissão de Assessoramento Técnico do Distrito Federal para desenvolver os trabalhos, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja, sala 107, Ed. Sede, Brasília/DF. Ficam convocados os participantes da licitação, bem como convidados demais interessados para acompanhar os trabalhos.

Data da Reunião	Horário	Concorrência Nº	Localidades	UF
17/05/2005	09h00	SSR/MC 108/2001	Alpercatã e Araporã	MG

Brasília - DF, 11 de maio de 2005.
JAIME DOMINGOS CASAS
Presidente da Comissão

VOCÊ SABIA QUE...

...a Imprensa Nacional foi criada através do Decreto de 13 de maio de 1808, assinado pelo Príncipe Regente D. João, com o nome de Imprensa Régia e seu objetivo era o de imprimir, com exclusividade, todos os atos normativos e administrativos oficiais do governo?



Portaria n.º 10, de 11 de maio de 1998.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA - SSCE
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO - CEL

TERMO DE JUNTADA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

Nesta data, juntei ao presente processo, além desta, as 04 folhas seguintes, em conformidade com os dados abaixo indicados:

Nº da folha anterior : 114 .

Nº desta folha : 115 .

Nºs das demais folhas juntadas : 116 a 119 .

Brasília-DF, 18 de Maio de 2005

GUILHERME QUINTAS
Secretário da CEL/MC



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

Min. das Comunicações
Pis. 116
Rubrica
08
15-09-2005

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
COMISSÃO DE ACESSORAMENTO TÉCNICO DO DISTRITO FEDERAL**

ATA DE REUNIÃO DE SORTEIO PÚBLICO

**CONCORRÊNCIA Nº 013/2001-SSR/MC
SERVIÇO DE FREQUÊNCIA MODULADA (FM),
PARA AS LOCALIDADES DE: UNIÃO DOS PALMARES, ATALAIA E PILAR,
NO ESTADO DE ALAGOAS.**

AOS DEZESSETE DIAS DO MÊS DE MAIO DE DOIS MIL E CINCO, ÀS 09:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA COMISSÃO DE ACESSORAMENTO TÉCNICO, NA SOBRELOJA DO EDIFÍCIO SEDE DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, BLOCO "R", DA ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, NESTA CIDADE DE BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, REUNIU-SE A COMISSÃO DE ACESSORAMENTO TÉCNICO DO DISTRITO FEDERAL, CONSTITUÍDA PELA PORTARIA DO PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO Nº 1 (ALÍNEA G), DE 02 DE MARÇO DE 1998, PUBLICADA NO DOU (SEÇÃO 2) DE 03 DE MARÇO DE 1998 ALTERADA PELAS PORTARIAS DO PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO Nº 1 (ALÍNEA G), DE 02 DE MARÇO DE 1998, PUBLICADA NO DOU (SEÇÃO 2) DE 03 DE MARÇO DE 1998, E ALTERADA PELAS PORTARIAS DO PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO Nº 3 (ALÍNEA B), DE 10 DE MARÇO DE 1998 PUBLICADA NO DOU (SEÇÃO 2) DE 12 DE MARÇO DE 1998, E Nº 3 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2001, PUBLICADA NO DOU (SEÇÃO 2) DE 23 DE FEVEREIRO DE 2001 E Nº 6, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2002 PUBLICADA NO DOU (SEÇÃO 2) DE 09 DE DEZEMBRO DE 2002, COM A PARTICIPAÇÃO DE SEU PRESIDENTE GUILHERME GONÇALVES SOARES QUINTAS E DE SEUS MEMBROS: ALBENZIO TRAJANO DE MORAIS, JOSÉ ANCELMO NOGUEIRA, GERALDO ROSALVO TEIXEIRA DA ROCHA, IRON LOPES DE OLIVEIRA E SERGIO AUGUSTO BEZERRA DE MEDEIROS, COM O OBJETIVO DE REALIZAR O SORTEIO, ATENDENDO O AVISO PUBLICADO NO D.O.U. Nº 90, DE 12 DE MAIO DE 2005, SEÇÃO 3 – PÁG. 71, ENTRE AS PROPONENTES RÁDIO E TV CALDAS LTDA. PROCESSO 53103.000247/01, RÁDIO E TV SCHAPPO LTDA PROCESSO 53103.000252/01 E ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA. ME PROCESSO

PROCESSO 53103.000250/01, EMPATADAS COM 99,896 PONTOS NO VP (VALOR PONDERADO) PARA AS LOCALIDADES DE: **UNIÃO DOS PALMARES, ATALAIA E PILAR**, NO ESTADO DE ALAGOAS. (I) ASSINATURA DA LISTA DE PRESENÇA DA PROPONENTE QUE SERÁ ANEXADA A PRESENTE ATA. (II) ABERTA A SESSÃO O SENHOR PRESIDENTE ESTABELECEU O SEGUINTE CRITÉRIO - OBJETIVO: SERÁ DECLARADA VENCEDORA A CONCORRENTE QUE FOR SORTEADA COM A PEDRA COM O MAIOR NÚMERO NELA IMPRESSO, NO MOMENTO DE ABERTURA DO GLOBO ESFÉRICO CONTENDO A SÉRIE NUMÉRICA DE 1 (UM) A 75 (SETENTA E CINCO). (III) PARA A LOCALIDADE DE **UNIÃO DOS PALMARES/AL** - A PRIMEIRA PEDRA SORTEADA - PROPONENTE **RÁDIO E TV CALDAS LTDA.** FOI A DE NÚMERO 63 (SESSENTA E TRÊS), A SEGUNDA PEDRA SORTEADA - **RÁDIO E TV SCHAPPO LTDA** FOI A DE NÚMERO 26 (VINTE E SEIS) E A TERCEIRA PEDRA SORTEADA - **ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA. ME** FOI A DE NÚMERO 45 (QUARENTA E CINCO). ATO CONTÍNUO FOI REALIZADO O SEGUNDO SORTEIO, PARA A LOCALIDADE DE **ATALAIA/AL**, A PRIMEIRA PEDRA SORTEADA - PROPONENTE **RÁDIO E TV CALDAS LTDA.** FOI A DE NÚMERO 52 (CINQUENTA E DOIS), A SEGUNDA PEDRA SORTEADA - **RÁDIO E TV SCHAPPO LTDA** FOI A DE NÚMERO 27 (VINTE E SETE) E A TERCEIRA PEDRA SORTEADA - **ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA.** FOI A DE NÚMERO 10 (DEZ). PARA A LOCALIDADE DE **PILAR/AL**, A PRIMEIRA PEDRA SORTEADA - PROPONENTE **RÁDIO E TV CALDAS LTDA.** FOI A DE NÚMERO 49 (QUARENTA E NOVE), A SEGUNDA PEDRA SORTEADA - **RÁDIO E TV SCHAPPO LTDA** FOI A DE NÚMERO 26 (VINTE E SEIS) E A TERCEIRA PEDRA SORTEADA - **ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA. ME** FOI A DE NÚMERO 44 (QUARENTA E QUATRO). (IV) NADA MAIS HAVENDO A SER TRATADO O PRESIDENTE DA COMISSÃO ENCERROU OS TRABALHOS ÀS 9:15 H (NOVE HORAS E QUINZE MINUTOS), TENDO SIDO LAVRADA ESTA ATA QUE APÓS LIDA E ACHADA CONFORME, VAI ASSINADA PELOS MEMBROS DA COMISSÃO DE ASSESSORAMENTO SUPERIOR DO DISTRITO FEDERAL.

COMISSAO:

GUILHERME GONÇALVES SOARES QUINTAS
PRESIDENTE

JOSÉ ANCELMO NOGUEIRA
MEMBRO

ALBENZIO TRAJANDO DE MORAIS
MEMBRO

GERALDO ROSALVO T. DA ROCHA
MEMBRO

IRON LOPES DE OLIVEIRA
MEMBRO

SERGIO AUGUSTO BEZERRA DE MEDEIROS
MEMBRO



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA – SSCE
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO - CEL

ANEXO I

RESULTADO DO SORTEIO

CONCORRÊNCIA 013/2001 – SSR/MC

DOU: 12/05/2005

ATA 17/05/2005

Nº ORDEM DE SORTEIO	LOCALIDADE	UF	SERV	PROponentes	PROCESSOS	Nº SORTEADO
01	UNIÃO DOS PALMARES	AL	FM	RÁDIO E TV CALDAS LTDA.	53103.000247/01	63
				RÁDIO E TV SCHAPPO LTDA.	53103.000252/01	26
				ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA. ME	53103.000250/01	45
02	ATALAIA	AL	FM	RÁDIO E TV CALDAS LTDA.	53103.000247/01	52
				RÁDIO E TV SCHAPPO LTDA.	53103.000252/01	27
				ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA. ME	53103.000250/01	10
03	PILAR	AL	FM	RÁDIO E TV CALDAS LTDA.	53103.000247/01	49
				RÁDIO E TV SCHAPPO LTDA.	53103.000252/01	26
				ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA. ME	53103.000250/01	44

FOLHA Nº 01

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
COMISSÃO DE ACESSORAMENTO TÉCNICO DO DISTRITO FEDERAL

CONCORRÊNCIA Nº 013/01 - S2R /MC

SESSÃO: ABERTURA DE ENVÓLUCROS CONTENDO PROPOSTAS (Sorteio Público)

LISTA DE PRESENÇA DAS PROPONENTES

DATA: 14.05.2005

SERVIÇO: Frequência Modulada
(FM)

LOCALIDADE (S): União dos Palmares, Atalaia e Pilar,
no Estado de Alagoas.

Razão Social da Proponente	Nome do representante legal ou Procurador	Assinatura	Rubrica	RG nº/UF	Cargo
Radio e TV. Shappo	João Batista C. Faria			45254/17	Sócio/Acionista () Procurador (X)
					Sócio/Acionista () Procurador ()
					Sócio/Acionista () Procurador ()
					Sócio/Acionista () Procurador ()
					Sócio/Acionista () Procurador ()
					Sócio/Acionista () Procurador ()
					Sócio/Acionista () Procurador ()

120
6

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

TERMO DE JUNTADA

GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

Nesta data, juntei ao presente processo, além desta, as 02 folhas seguintes, em conformidade com os dados abaixo indicados:

Nº da folha anterior : 119 .

Nº desta folha : 120 .

Nºs das demais folhas juntadas : 121 a 122 .

Brasília,

01

de

junho

de 2005


GUILHERME QUINTAS
Secretário

CONCORRÊNCIA Nº 013/2001 - SSR/MC

LOCALIDADES: ATALAIA, PILAR e UNIÃO DOS PALMARES - ESTADO: AL

ATA DE REUNIÃO DO SORTEIO Nº 238/2005

Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de maio de 2005, às 14:00 horas, na sala de reuniões da Comissão Especial de Licitação, na Sobreloja do Edifício Sede do Ministério das Comunicações, Bloco "R" da Esplanada dos Ministérios, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação, criada pela Portaria MC n.º 811, de 29 de dezembro de 1997 e suas alterações, com a participação de seu Presidente, Jaime Domingos Casas e dos membros Jarbas Silvestre de Oliveira, José Adilson Bezerra Torquato, Marcelo Elmokdisi Dimatteu e Maria Ivagna Ferreira Mendes Reis, com o objetivo de concluir e encerrar os trabalhos desenvolvidos por esta Comissão, os quais compreenderam, entre outras atividades: **a) ratificação do documento de realização do sorteio relativo à concorrência acima citada, para outorga de permissão para a exploração do Serviço de Radiodifusão em Frequência Modulada, nas localidades de ATALAIA, PILAR e UNIÃO DOS PALMARES/AL. A Comissão Especial de Licitação encerra os seus trabalhos, declarando como vencedora a proponente RÁDIO E TV CALDAS LTDA., para as localidades de ATALAIA, PILAR e UNIÃO DOS PALMARES/AL. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente deu por encerrada a presente sessão, lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão.**


JAIME DOMINGOS CASAS
Presidente


JARBAS SILVESTRE DE OLIVEIRA
Titular


JOSÉ ADILSON BEZERRA TORQUATO
Titular


MARCELO ELMOKDISI DIMATTEU
Titular

MARIA IIVAGNA FERREIRA MENDES REIS
Titular

122
8

SECRETARIA DE ESTADO DE MINISTÉRIO DE MINISTÉRIO DE COMUNICAÇÃO E INFORMATICAÇÃO
CONFERE COM ORIGINAL

080410
E



53830.000495/02	RÁDIO 630 LTDA.	FM	91.736	99.174
53830.000496/02	RÁDIO LGT LTDA.	FM	91.735	99.174
53830.000487/02	HARMONIA FM LTDA.	FM	90.476	99.048
53830.000497/02	RÁDIO IMPRENSA FM DE VARGEM GRANDE DO SUL LTDA.	FM	90.384	99.038
53830.000499/02	PORTO DE CIMA RÁDIO E TELEVISÃO LTDA.	FM	76.303	97.630

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, em conformidade com os Editais de Licitação, torna público os resultados da pontuação das Propostas de Preço (PP) e do Valor Ponderado (VP) atribuído a cada licitante da Concorrência abaixo citada.

A contagem do prazo de cinco dias úteis, para a interposição de eventuais recursos, dar-se-á a partir desta publicação, conforme o subitem 13.6 do Edital, bem como nos termos do artigo 109, inciso I, alínea "b" e §5º e artigo 110, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Concorrência nº 129/2001-SSR/MC, Localidade de Inúbia Paulista/SP.

Nº do Processo	Proponentes	Serviço	PP	VP
53830.000251/02	RÁDIO 1030 LTDA.	FM	91.672	99.167
53830.000253/02	RÁDIO 810 LTDA.	FM	91.670	99.167
53830.000249/02	RÁDIO LGT LTDA.	FM	91.669	99.167
53830.000250/02	RÁDIO 630 LTDA.	FM	91.668	99.167
53830.000258/02	PORTO DE CIMA RÁDIO E TELEVISÃO LTDA.	FM	76.303	97.630

Concorrência nº 129/2001-SSR/MC, Localidade de Itapuí/SP.

Nº do Processo	Proponentes	Serviço	PP	VP
53830.000251/02	RÁDIO 1030 LTDA.	FM	91.672	99.167
53830.000253/02	RÁDIO 810 LTDA.	FM	91.670	99.167
53830.000249/02	RÁDIO LGT LTDA.	FM	91.669	99.167
53830.000250/02	RÁDIO 630 LTDA.	FM	91.668	99.167
53830.000258/02	PORTO DE CIMA RÁDIO E TELEVISÃO LTDA.	FM	76.303	97.630

Concorrência nº 135/2001-SSR/MC, Localidade de Sagres/SP.

Nº do Processo	Proponentes	Serviço	PP	VP
53830.000493/02	RÁDIO 1030 LTDA.	FM	91.736	99.174
53830.000494/02	RÁDIO 810 LTDA.	FM	91.736	99.174
53830.000495/02	RÁDIO 630 LTDA.	FM	91.736	99.174
53830.000496/02	RÁDIO LGT LTDA.	FM	91.735	99.174
53830.000497/02	RÁDIO IMPRENSA FM DE VARGEM GRANDE DO SUL LTDA.	FM	90.384	99.038
53830.000500/02	LTP COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	89.100	98.910
53830.000499/02	PORTO DE CIMA RÁDIO E TELEVISÃO LTDA.	FM	76.303	97.630

Nestas condições, em conformidade com o subitem 11.8 do Edital desta Concorrência, convoca as licitantes e demais interessados para participarem da reunião do sorteio público entre as proponentes que empataram com o maior valor ponderado, na definição da Outorga para a execução do Serviço de Radiodifusão. Essa sessão será realizada no dia 09 de junho de 2005, a partir das 09h00, na Sala 107, sobreloja do Edifício Sede do Ministério das Comunicações, Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Brasília/DF.

Brasília-DF, 30 de maio de 2005.
JAIME DOMINGOS CASAS
Presidente da Comissão

A Comissão Especial de Licitação, nos termos da Portaria MC nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, em conformidade com o Edital de Licitação, torna público, por meio deste Aviso, o resultado da pontuação das Propostas Técnicas das licitantes habilitadas conforme Anexo Único.

Os autos dos processos estarão sob vista franqueada na Comissão de Assessoramento Técnico do Distrito Federal, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 107, Ed. Sede, Brasília/DF, local este onde deverão ser protocolizados os eventuais recursos.

A contagem do prazo de cinco dias úteis, para a interposição de eventuais recursos, dar-se-á a partir desta publicação, conforme o subitem 13.6 do Edital, bem como nos termos do artigo 109, inciso I, alínea "b" e §5º e artigo 110, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Brasília-DF, 30 de maio de 2005.
JAIME DOMINGOS CASAS
Presidente da Comissão

Ministério das Relações Exteriores

SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL DO SERVIÇO EXTERIOR
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 1/2005

Nº Processo: 001/2005. CNPJ Conveniente: 0036030500104 - Conveniente: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, CNPJ CONVENIENTE: 00394536000139. Conveniente: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Objeto: Acesso remoto do cliente (MRE) aos serviços disponibilizados pela Caixa por meio de computador próprio, no âmbito do aplicativo conectividade social, com certificação eletrônica, inclusive com vistas a qualificação, via rede mundial de computadores - INTERNET, de obrigações tributárias, trabalhistas, previdenciárias e outros serviços vinculados. Fundamento Legal: AR-

TIGO 61 + ÚNICO DA LEI 8.666/97 e IN/STN/01/97 Vigência: 01/06/2005 a 31/05/2008. Data de Assinatura: 18/05/2005.

(SICON - 31/05/2005) 240013-00001-2005NE000005

DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÕES E DOCUMENTAÇÃO

RESULTADO DE JULGAMENTO
CONVITE Nº 15/2005

A Comissão Permanente de Licitação do Ministério das Relações Exteriores decidiu, no âmbito do Convite 15/2005, que tem por objeto a contratação de empresa especializada com vistas à execução de serviço de remanejamento estruturado da rede de dados e energia elétrica no Gabinete do Senhor Ministro de Estado e na sala provisória de videoconferência, ADJUDICAR o objeto à empresa MEGALUZ ENGENHARIA.

UNALDO EUGENIO VIEIRA DE SOUSA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

(SIDECE - 31/05/2005) 240013-00001-2005NE000005

ANEXO ÚNICO

Concorrência nº 017/2001-SSR/MC, Localidade de Abaré/BA.

Proponente	Serviço	Nº do Processo	P. Téc	Resultado
RÁDIO AÇÃO CANDEIAS FM LTDA.	FM	53640.000394/01	100.000	CLASSIFICADA
FM SERTANEJA DE ABARÉ LTDA.	FM	53640.000398/01	100.000	CLASSIFICADA

Concorrência nº 017/2001-SSR/MC, Localidade de Seabra/BA.

Proponente	Serviço	Nº do Processo	P. Téc	Resultado
FM INDUSTRIAL LTDA.	FM	53640.000391/01	100.000	CLASSIFICADA
CHAPADA RADIODIFUSÃO LTDA.	FM	53640.000392/01	100.000	CLASSIFICADA
RÁDIO SEABRA FM LTDA.	FM	53640.000395/01	100.000	CLASSIFICADA
SEABRA COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53640.000397/01	100.000	CLASSIFICADA
RÁDIO CIDADE SANTA LUZ FM LTDA.	FM	53640.000399/01	100.000	CLASSIFICADA
RÁDIO OCEÂNICA FM LTDA.	FM	53640.000402/01	100.000	CLASSIFICADA
RÁDIO ABAÍRA FM LTDA.	FM	53640.000403/01	100.000	CLASSIFICADA
EMPRESA DE COMUNICAÇÃO SERTANEJA LTDA.	FM	53640.000404/01	100.000	CLASSIFICADA

Concorrência nº 017/2001-SSR/MC, Localidade de Serra do Ramalho/BA.

Proponente	Serviço	Nº do Processo	P. Téc	Resultado
RÁDIO AÇÃO CANDEIAS FM LTDA.	FM	53640.000394/01	100.000	CLASSIFICADA
RÁDIO CIDADE SANTA LUZ FM LTDA.	FM	53640.000399/01	100.000	CLASSIFICADA
BONFIM LINO DIVULGAÇÃO E SOM LTDA.	FM	53640.000400/01	100.000	CLASSIFICADA

Concorrência nº 017/2001-SSR/MC, Localidade de Unaçu/BA.

Proponente	Serviço	Nº do Processo	P. Téc	Resultado
FM INDUSTRIAL LTDA.	FM	53640.000391/01	100.000	CLASSIFICADA
RÁDIO AÇÃO CANDEIAS FM LTDA.	FM	53640.000394/01	100.000	CLASSIFICADA
RÁDIO CIDADE SANTA LUZ FM LTDA.	FM	53640.000399/01	100.000	CLASSIFICADA

Concorrência nº 017/2001-SSR/MC, Localidade de Xique-Xique/BA.

Proponente	Serviço	Nº do Processo	P. Téc	Resultado
FM INDUSTRIAL LTDA.	FM	53640.000391/01	100.000	CLASSIFICADA
RÁDIO VITÓRIA FM LTDA.	FM	53640.000393/01	100.000	CLASSIFICADA
FM SERTANEJA DE ABARÉ LTDA.	FM	53640.000398/01	100.000	CLASSIFICADA
EMPRESA DE COMUNICAÇÃO TRANSTEL LTDA.	FM	53640.000401/01	100.000	CLASSIFICADA

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, em conformidade com o Edital de Licitação, subitem 11.8, torna público o resultado da reunião do sorteio público realizado em 17 de maio de 2005, entre as proponentes que empataram com o maior valor ponderado, para a(s) localidade(s) e serviço indicado(s) no Anexo Único.

Brasília - DF, 30 de maio de 2005.
JAIME DOMINGOS CASAS
Presidente da Comissão

ANEXO ÚNICO

Concorrência nº 013/2001-SSR/MC, localidade de Atalaia/AL.

Proponente	Serviço	Processo nº
RÁDIO E TV CALDAS LTDA.	FM	53103.000247/01

Concorrência nº 013/2001-SSR/MC, localidade de Pilar/AL.

Proponente	Serviço	Processo nº
RÁDIO E TV CALDAS LTDA.	FM	53103.000247/01

Concorrência nº 013/2001-SSR/MC, localidade de União dos Palmares/AL.

Proponente	Serviço	Processo nº
RÁDIO E TV CALDAS LTDA.	FM	53103.000247/01

Ministério de Minas e Energia

SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS
LOGÍSTICOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2005

Número do Contrato: 1/2005. Nº Processo: 188764/2004-01. Contratante: MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. CNPJ Contratado: 00692970000103. Contratado: LOGGOS JORNAIS REVISTAS E PUBLICAÇÕES LTDA. Objeto: Acrescer dois jornais ao Contrato nº 01/2005. Fundamento Legal: artº 65 da Lei 8.666/93. Vigência: 27/05/2005 a 31/12/2005. Valor Total: R\$675.84. Fonte: 134032183 - 2005NE900221. Data de Assinatura: 27/05/2005.

(SICON - 31/05/2005) 320004-00001-2005NE900052

Sec. M. das Comunicações
Fls. 123
Rubrica.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

TERMO DE JUNTADA

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
CONFERE COM O ORIGINAL
[Assinatura]

Nesta data, juntei ao presente processo, além desta, as 02 folhas seguintes, em conformidade com os dados abaixo indicados:

Nº da folha anterior : 122 .

Nº desta folha : 123 .

Nºs das demais folhas juntadas : 124 a 132 .

Brasília,

25

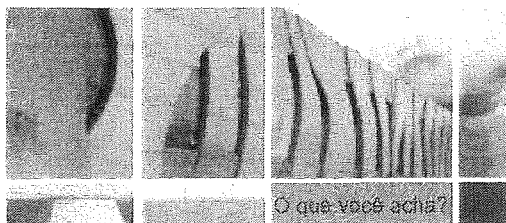
de

agosto

de 2005

GUILHERME QUINTAS
Secretário

Sérgio Augusto Soares de Azevedo
M. 1331/05
Membro da Comissão de Assessoramento Técnico
MC/SSC/CEL/CAT-DF

Superior
Tribunal
de Justiça

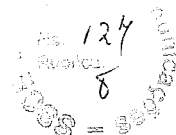
O Tribunal da Cidadania

Institucional

Processos

Jurisprudência

Revista Eletrônica da Jurispru



Processos

Acompanhamento
Processual

Boletim Estatístico

Estatística Processual
(consolidado anual)Calendário de Sessões e
Pautas de Julgamentos

Certidão de Andamento

Guia do Advogado

Tipo de Pesquisa:

Parâmetro de pesquisa:

Nome da Parte



RÁDIO E TV SCHAPPO LTDA

☐ Contém ☒ Igual ☐ Inicia com

Os critérios Contém e Inicia com utilizam recursos de pesquisa fonética.

Esses critérios só tem efeito para PARTES ou ADVOGADOS

- Está disponível a pesquisa fonética por nome de **PARTES** e **ADVOGADOS**.

Consultar

Limpar Campos

- ☒ Na pesquisa acima, mostrar os processos em ordem cronológica decrescente
- ☒ Na pesquisa acima, mostrar os processos Baixados/Arquivados

Avalie o
do STJ:Informaç
processu☐ Muito☐ Satis☐ Insat☐ Muito**Nenhuma Parte Encontrada para essa pesquisa !!!**SERVIDO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SEMPRE COM O ORIGINAL

Ministério das Comunicações Destques do Governo

ANATEL

CONHEÇA A ANATEL | BIBLIOTECA | FALE CONOSCO | SISTEMAS | AJUDA | MAPA DO SITE | LINKS

Menu Principal

Palavra-chave: Digite palavra-chave Tipo de Doc Escolha_aqui

Busca avançada

SISCOM » Consultar Entidades Outorgadas

Dados da consulta Consulta Criar Arquivo Texto

UF: AL

SERVIÇO: FM

Entidade	Latitude	Longitude	Canal	Azimute	ERP (KW)	CL	Obs.
Localidade: Atalaia							
(Concorrência: 13/2001)	09S3007	36W0122	204			C	
Usuário: -	Data: 24/08/2005	Hora: 16:38:50					

Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

24/08/05

Ministério das Comunicações Destques do Governo

ANATEL

PESQUISA DE DOCUMENTOS Palavra-chave: Tipo de Doc
Digite palavra-chave Escolha_aqu

CONHEÇA A ANATEL BIBLIOTECA FALE CONOSCO SISTEMAS AJUDA MAPA DO SITE LINKS

Menu Principal

SISCOM »» Consultar Entidades Outorgadas

Dados da consulta Consulta Criar Arquivo Texto

UF: AL

SERVIÇO: FM

Entidade	Latitude	Longitude	Canal	Azimute	ERP (KW)	CL	Obs.
Localidade: União dos Palmares (Concorrência: 13/2001)	09S0946	36W0155	239			C	
Usuário: -	Data: 24/08/2005	Hora: 16:36:21					

Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

Ministério das Comunicações Destques do Governo

ANATEL

PESQUISA DE DOCUMENTOS Palavra-chave: Tipo de Doc
Digite palavra-chave Escolha_aqu

CONHEÇA A ANATEL | BIBLIOTECA | FALA CONOSCO | SISTEMAS | AJUDA | MAPA DO SITE | LINKS >> Busca avançada

Menu Principal ▾

SISCOM »» Consultar Entidades Outorgadas

Dados da consulta | Consulta | Criar Arquivo Texto

UF: AL

SERVIÇO: FM

Entidade	Latitude	Longitude	Canal	Azimute	ERP (KW)	CL	Obs.
Localidade: Pilar							
(Concorrência: 13/2001)	09S3550	35W5724	214			C	

Usuário: - Data: 24/08/2005 Hora: 16:34:04

Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

[Assinatura]

Ministério das Comunicações Destques do Governo

ANATEL

PESQUISA DE DOCUMENTOS Palavra-chave: Tipo de Doc
Digite palavra-chave Escolha_aqui

CONHEÇA A ANATEL BIBLIOTECA FALE CONOSCO SISTEMAS AJUDA MAPA DO SITE LINKS >> BUSCA AVANÇADA

Menu Principal

SISCOM » Consultar Entidades Outorgadas

Dados da consulta Consulta Criar Arquivo Texto

UF: AL

SERVIÇO: FM

Entidade	Latitude	Longitude	Canal	Azimute	ERP (KW)	CL	Obs.
Localidade: Major Isidoro							
(Concorrência: 13/2001)	09S3142	35W3606	250			C	
Usuário: -	Data: 24/08/2005	Hora: 16:32:15					

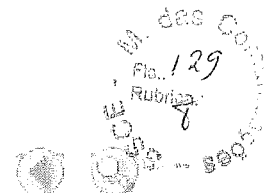
Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

REPUBLICA PUBLICA FEDERAL
MINISTERIO DAS COMUNICACOES
CONFERE COM O ORIGINAL

[Assinatura]

Seção Judiciária de Minas Gerais
Consulta Processual



Tipo de Pesquisa: Consulta de processos pelo nome da parte

Argumento Pesquisado: RÁDIO E TV SCHAPPO LTDA

Nenhuma parte encontrada com o argumento informado.



Emitido pelo site www.trf1.gov.br em 24/08/2005 às 17:22:15

REPUBLICA FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
[Handwritten signature]

Seção Judiciária do Distrito Federal
Consulta Processual



Tipo de Pesquisa: Consulta de processos pelo nome da parte

Argumento Pesquisado: RÁDIO E TV SCHAPPO LTDA

Nenhuma parte encontrada com o argumento informado.



Emitido pelo site www.trf1.gov.br em 24/08/2005 às 17:18:31

101 PROTOCOLO 100000
101000 DAS CONDIÇÕES
CONFERE COM O DISCERN
[Handwritten signature]

Consulta Processual pelo Nome da Parte

Nome Pesquisado: RÁDIO E TV SCHAPPO LTDA

Nenhuma parte encontrada com o argumento informado.

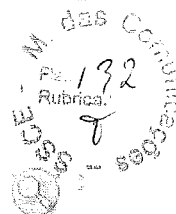
Emitido pelo site www.trf1.gov.br em: quarta-feira, 24 de agosto de 2005

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

131
8
134 *[Assinatura]*

Consulta Processual pelo CPF/CGC da Parte

CGC/CPF Pesquisado: 04503353000165



Nenhuma parte encontrada com o argumento informado99.

Emitido pelo site www.trf1.gov.br em: quarta-feira, 24 de agosto de 2005

SECRETARIA DE FISCALIA
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

[Handwritten signature]



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

TERMO DE JUNTADA

SERVÍÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
08/04/10
[Signature]

Nesta data, juntei ao presente processo, além desta, as 03 folhas seguintes, em conformidade com os dados abaixo indicados:

Nº da folha anterior : 132.

Nº desta folha : 133.

Nºs das demais folhas juntadas : 134 a 136.

Brasília, 26 de agosto de 2005

GUILHERME QUINTAS
Secretário

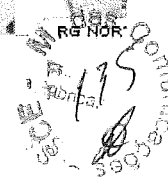
Sérgio Augusto Soares de Azevedo
Mat. 1331668
Membro da Comissão de Assessoramento Técnico
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
[Signature]

> Consulta - Processo

Poder Judiciário
Tribunal Regional Federal da 5ª Região

Número do Processo:			
Advogado:			
OAB:	Estado:	AL <input type="checkbox"/>	Número:
Nome da Parte:	Rádio e Tv Schappo Ltda		
Classe:			
Originário:	Estado:	AL <input type="checkbox"/>	Número:
Inativo:	<input type="checkbox"/>		
	<input type="button" value="Limpar"/>		

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL



Não foram encontrados registros

Ajuda

Se desejar ver o detalhamento de algum dos processos apresentados nesta tela de resultados, basta efetuar um clique com o botão esquerdo do mouse sobre um dos números apresentados na coluna "Processo".

Caso a pesquisa tenha retornado mais de dez processos, será possível acessar as demais páginas através dos indicadores apresentados no canto superior direito da tabela de resultados.

Clique << para voltar para a primeira página, < para voltar para a página anterior, > para acessar a próxima página e >> para acessar a última página resultante da pesquisa.

Pesquisa

Caro usuário, o que você achou de nossa nova pe

Sua opinião é importante para que continuemos tr atendê-lo.

Envie seus comentários para comentarios@trf5.

CONFIRMAÇÃO DE RECEBIMENTO
Visto e assinado pelo(a) *[assinatura]*
CONFERE COM O ORIGINAL
[assinatura]



Consulta de Processos

Seção	80	Seção Judiciária de Alagoas
Processo		Documento <input type="text"/>
Nome da Parte	Rádio e Tv Schappo Ltda <input type="checkbox"/> No	
Advogado	<input type="text"/>	
Número Inquérito		Processo Originário <input type="text"/>
		<input type="button" value="Pesquisar"/> <input type="button" value="Avançar"/>

Erro: A Pesquisa com estes Dados não encontrou nenhum Registro.

[Voltar à Página Inicial](#)

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

[Handwritten signature]

Número de Acessos: 596589

[Página Inicial](#) | [Consulta Simplificada](#) | [Consulta Avançada](#)

Powered by MPS Informática - Todos os direitos reservados. Melhor visualizado em 800 x 600 ou superior.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONSULTORIA JURÍDICA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

08/04/06

NOTA/MC/CONJUR/TFC/N.º 0341- 2.17 / 2006

PROPONENTE VENCEDORA: 53103.000252/2001

PROCESSO PRINCIPAL N.º : 53000.001481/2001

ASSUNTO: Análise do procedimento licitatório objeto do Edital de Concorrência n.º 013/2001-SSR/MC, levado a efeito com a finalidade de outorgar concessão para a exploração dos Serviços de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada na localidade de Major Isidoro, no Estado de Alagoas. Necessidade da Comissão Especial de Licitação realizar diligência, nos termos do art. 43, § 3º, da Lei nº 8.666/93.

1. A Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica encaminha, para exame e parecer desta Consultoria Jurídica, os processos em referência, contendo a documentação e as propostas das empresas participantes do procedimento licitatório objeto do Edital da Concorrência n.º 013/2001-SSR/MC, para a localidade de Major Isidoro, no Estado de Alagoas.
2. O certame em epígrafe se encontra na fase de homologação, a qual corresponde à manifestação de concordância da autoridade competente para assinar o contrato com os atos até então praticados pela Comissão de Licitação. Essa concordância se refere a dois aspectos, a saber: legalidade dos atos praticados pela Comissão e conveniência de ser mantida a licitação.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONSULTORIA JURÍDICA

3 Compulsando os autos, verificamos a existência de ação de reintegração de posse (processo nº 53103.000252/2001) movida contra EVANDRO JOSÉ SCHAPPO, sócio dirigente da empresa RÁDIO-E TV SCHAPPO LTDA, vencedora no certame para a localidade de Major Isidoro/AL (fl. 10).

4 Ante o exposto, opinamos pelo retorno dos autos à Comissão Especial de Licitação, a fim de que diligencie no sentido de se informar acerca do objeto e do deslinde da ação acima referida.

À superior consideração.

Brasília, 21 de março de 2006.

Tatiane Flores Cavalcante
TATIANE FLORES CAVALCANTE

Advogada da União

Aprovo. Encaminhem-se os autos à Comissão Especial de Licitação.
Em 23/3 /2006.

Marcelo Bechara de S. Hobaike
MARCELO BECHARA DE S. HOBAIKA
Consultor Jurídico

HÉLIO COSTA
Ministro das Comunicações



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA - SSCE
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO - CEL

TERMO DE JUNTADA

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA - SSCE
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO - CEL

[Signature]
[Signature]

Nesta data, juntei ao presente processo, além desta, as 01 folhas seguintes, em conformidade com os dados abaixo indicados:

Nº da folha anterior : 138.

Nº desta folha : 139.

Nºs das demais folhas juntadas : X a 140.

Brasília-DF, 21 de Abril de 2006

Rita Suply Barbosa
[Signature]
Rita Suply Barbosa

Vaniq



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Esplanada dos Ministérios Bloco R- Ed. Sede Sala 100
Cep. 70044-900-Brasília -DF
Tel.: (61) 311-6000-Fax: (61) 311-6056

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SEMPRE COM O ORIGINAL

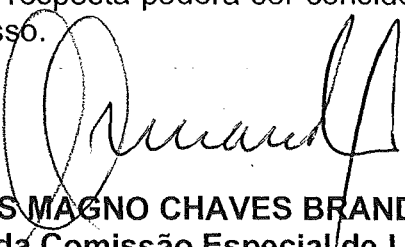
Ofício nº 35/2006-CEL/SSCE/MC

Brasília, 20 de Abril de 2006.

Ao Sócio Gerente da
RÁDIO E TV SCHAPPO LTDA.
Rua São Gonçalo nº 387
Centro
Paracatu - MG
Cep. 386000-000.

Prezado Sr.



1. Por determinação da Consultoria Jurídica deste Ministério, expressa nos autos do processo nº 53103.000.252/2001, por meio da NOTA/MC/CONJUR/TFC/Nº 0341-2.17/2006, em seu item 4, a Comissão Especial de Licitação solicita informações quanto "...objeto e deslinde ... da ação de reintegração de posse (proc. nº 53103.000252/2001) movida contra EVANDRO JOSÉ SCHAPPO, sócio dirigente da empresa RÁDIO E TV SCHAPPO LTDA,...."
2. Todos os documentos acima citados deverão ser apresentados em original ou cópia autenticada.
3. Fica conferido o prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento deste ofício, expedido com AR- Postal, para instrução do pedido com a documentação exigida, sendo que a falta de resposta poderá ser considerada como desinteresse no prosseguimento do processo.


CARLOS MAGNO CHAVES BRANDÃO
Presidente da Comissão Especial de Licitação

R/B

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA - SSCE
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO - CEL

TERMO DE JUNTADA

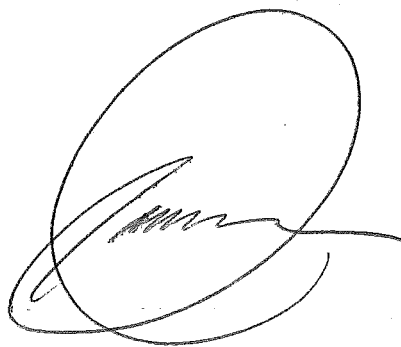
Nesta data, juntei ao presente processo, além desta, as 02 folhas seguintes, em conformidade com os dados abaixo indicados:

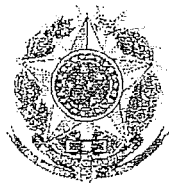
Nº da folha anterior: 140.

Nº desta folha: 141.

Nºs das demais folhas juntadas: 142 a 143.

Brasília-DF, 07 de Fevereiro de 2007





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

SECECEL - M das Comunicações
Fls. 142
Rubrica:

HORÁRIO DE ATENDIMENTO
de 8 h às 12h e de 14 às 18 horas

REQUERIMENTO DE VISTA

Senhor Presidente da Comissão Especial de Licitação-CEL

O(A) senhor(a) João Batista Cordeiro Faria
portador (a) do documento de identidade nº 45 254 117 expedido
pelo (a) CREA-MG do
Estado de MG, vem solicitar vista do (s) processo (s)
referente (s) ao Edital da Concorrência nº 14/00/13/01 /MC, para o Serviço de
Radiodifusão, conforme indicados a seguir:

PROCESSO PRINCIPAL DA CONCORRÊNCIA	() SIM () NAO
---------------------------------------	-----------------

NOME(S) DO(S) PROPONENTE (S) OU Nº DO(S) PROCESSO(S) ESPECÍFICO(S)

1.	53103 000 250/01 → conc. 13/01
2.	53103 000 247/01 → conc. 13/01
3.	53103 000 252/01 → conc. 13/01
4.	53 710.000 616/01 → conc. 14/00
5.	53 710.000 616/00 → conc. 14/00
6.	Parecer 1814/06 da conj. edital 86/00
7.	
8.	
9.	
10.	

DADOS DA PESSOA FÍSICA:

ENDEREÇO DO REQUERENTE:	<u>Rua Francisco Mendes 224</u>
TELEFONE (S) <u>3443-2392</u>	FAX (S):

DADOS DA PESSOA JURÍDICA:

ENDEREÇO DA ENTIDADE REPRESENTADA:	
ENDEREÇO:	
TELEFONE (S)	FAX (S):

Brasília-DF., 07/02/07

assinatura

RADIO E TV SUCESSO LTDA

SSCCEL - nas Comunicações
Fls.: 143
Rubrica:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

[Handwritten signature]

PROCURAÇÃO

000005

Radio e TV Sucesso Ltda. , Localizada a Rua 15 de Janeiro n.º 28 , conjunto Pink , na cidade de Unaí – MG , Inscrita CNPJ-MF Sob. N.º 02.393.101/0001-03, nomeia e constitui seu bastante **procurador Humberto de Souza Gonçalves** , 7562151-SSP SP , CPF 153.836.366-68 a quem outorga poderes para representá-la em todos os atos da Concorrência nº 14/2000-SSR/MC, promovida pelo Ministério das Comunicações, podendo apresentar Documentação de Habilitação, Proposta Técnica e Proposta de Preço pela Outorga, passar recibo, rubricar documentos, apresentar impugnações, assinar lista de presença e atas, desistir de prazo recursal, interpor recursos e impugná-los, ter vista dos autos, bem como praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato.

Paracatu , 05 de maio de 2000

[Handwritten signature]
João Batista Carvalho Faria
Sócio Gerente
CPF 291.665.606-59

RECEBIMENTO DO
p. 01
PARACATU-MG

CARTÓRIO DO
Setúlio de Melo Franco 345, sl.06 - fone:38-671 4597
checo por SEMELHANÇA a(s) firma(s):
BATISTA CARVALHO FARIA
atu. 05/06/2000 11:46:39 20121
da Verdade

ADAILTON SILVA - TABELIAO

[Handwritten signature]



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONSULTORIA JURÍDICA

Fls. 144
Rubrica:

PARECER/MC/CONJUR/TFC/N.º 2052- 2.17 / 2007

PROPONENTE VENCEDORA: 53103.000252/2001

PROCESSO PRINCIPAL N.º: 53000.001481/2001

CONCORRÊNCIA 013/2001

EMENTA: Análise do procedimento licitatório objeto do Edital de Concorrência n.º 013/2001-SSR/MC, levado a efeito com a finalidade de outorgar concessão para a exploração dos Serviços de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Major Isidoro no Estado de Alagoas. Pela homologação do certame.

1. A Comissão Especial de Licitação encaminha para exame e parecer desta Consultoria Jurídica os processos em referência, contendo a documentação e as propostas das licitantes que participaram do procedimento licitatório, objeto do Edital da Concorrência n.º 013/2001 - SSR/MC, para a localidade de Major Isidoro, no Estado de Alagoas.
2. O certame em epígrafe se encontra na fase de homologação, a qual corresponde à manifestação de concordância da autoridade competente para assinar o contrato com os atos até então praticados pela Comissão de Licitação. Essa concordância se refere a dois aspectos, a saber: legalidade dos atos praticados pela Comissão e conveniência de ser mantida a licitação.
3. No que tange à conveniência da manutenção da licitação, por ser aspecto afeto ao juízo da autoridade, ressaltamos que, caso se entenda pela inconveniência, deverá a licitação ser revogada, desde que preenchidos os requisitos estabelecidos pelo art. 49 da Lei n.º 8.666/93, "in verbis":



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONSULTORIA JURÍDICA

147 M. das Cc.
Fls. 145
Rubrica:
COMUN. - 5007
LIVRO DE REGISTRO
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
080610

"Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

§ 1º A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.

§ 2º A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.

§ 3º No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§ 4º O disposto neste artigo e seus parágrafos aplica-se aos atos do procedimento de dispensa e de inexigibilidade de licitação."

4. Deste modo, é importante observar que a revogação, nos termos da própria lei, somente será possível se existir motivo superveniente suficiente a justificar tal conduta, nos termos do que preleciona MARÇAL JUSTEN FILHO:

"Ao determinar a instauração da licitação, a Administração realiza juízo de conveniência acerca do futuro contrato. Esse juízo é confirmado quando da elaboração e aprovação do ato convocatório. No momento final da licitação, após apurada a classificação, exercita-se novo juízo de conveniência. Não se trata, porém, do mesmo juízo. Exercita-se sobre suportes fáticos distintos. Vale dizer, a Lei reconhece um condicionamento à revogação. A Administração pode desfazer seus próprios atos, a qualquer tempo, tendo em vista avaliação de sua inconveniência. Tendo concluído que o ato é conveniente e determinado sua prática ou manutenção, a Administração se vincula a essa decisão. Poderá revê-la desde que existam circunstâncias novas, inexistentes ou desconhecidas à época anterior. Logo, não se admite que a Administração julgue, posteriormente, que era inconveniente precisamente a mesma situação que fora reputada conveniente em momento pretérito."
(FILHO, Marçal Justen. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 8 ed. São Paulo, Dialética, 2001. p.481)



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONSULTORIA JURÍDICA**

17.ª das Comunicações
Fls. 146
Rubrica: [assinatura]
CONCURSO - sagobras

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
[assinatura]

5. Entretanto, no que tange aos aspectos mencionados, interessa à análise desta Consultoria Jurídica o exame da legalidade dos atos praticados pela Comissão Especial de Licitação.

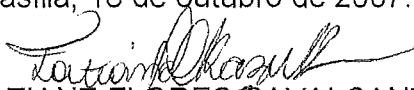
6. Há reintegração de posse movida contra o sócio gerente, sr. Evandro José Schappo (fl. 10), todavia, ainda que a ação recaia sobre o imóvel que sedia a licitante vencedora, RÁDIO E TV SCHAPPO LTDA, não haverá problema, porque poderá ser transferida a sede da empresa.

7. Analisando a Concorrência nº 013/2001-SSR/MC para a localidade de Major Isidoro, no Estado do Rio Grande do Sul, verifica-se que a referida Comissão observou as regras insculpidas no instrumento convocatório (edital), atendeu o rito procedimental do certame, bem como pugnou pelo cumprimento das exigências legais pertinentes a todo procedimento licitatório.

8. Dessa forma, opinamos pelo encaminhamento dos processos ao Gabinete do Sr. Ministro, com proposta favorável à homologação do certame e à adjudicação da outorga dos serviços de radiodifusão sonora em Freqüência Modulada à empresa RÁDIO E TV SCHAPPO LTDA., vencedora para a localidade de Major Isidoro, no Estado do Rio Grande do Sul.

À superior consideração.

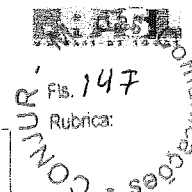
Brasília, 18 de outubro de 2007.


TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK
Advogada da União

Aprovo. Encaminhe-se ao Gabinete do Ministro.

Em 12/10/2007.


MARCELO BECHARA DE S. HOBAIKA
Consultor Jurídico

**ANATEL**Sistema Nacional
de Controle de RadiofoniaSERVIDO PUBLICO FEDERAL
MINISTERIO DAS COMUNICACOES
CONFERE COM O ORIGINAL

Menu Principal ▾

Tela Inicial ☒ Resultado da Consulta

Consulta Geral

Canal/Freq	Entidade	UF	Localidade	Serviço	Fase	Situação	Car.
<u>267</u>	RADIO E TV SCHAPPO LTDA	MA	Imperatriz	FM	C		
<u>267</u>	RADIO E TV SCHAPPO LTDA	SP	Guarujá	FM	C		
<u>257</u>	RADIO E TV SCHAPPO LTDA	SP	Miguelópolis	FM	C		
<u>253</u>	RADIO E TV SCHAPPO LTDA	SP	São Sebastião	FM	C		
<u>5+</u>	RADIO E TV SCHAPPO LTDA	PI	Parnaíba	TV	1		

Usuário: - Data: 28/11/2007 Hora: 11:32:45

Registro 1 até 5 de 5 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

Nesta data anexei aos autos do processo de
nº 23103.000/92 a documentação
a seguir enumerada de 03 a 150 folhas,
que assim numerei: 148
Data: 17 de 06 de 1998
Nome: [Assinatura]
Assinatura: [Assinatura]

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

GABINETE DO MINISTRO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

DESPACHO DO MINISTRO

Em 16 de junho de 2008.

Acolho o PARECER/MC/CONJUR/TFC/Nº 2052-2.17/2007, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e **HOMOLOGO** as adjudicações propostas, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

**HÉLIO COSTA**

Ministro das Comunicações

ANEXO ÚNICO

Nº DA CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	Localidade	SERVIÇO	PROPONENTE VENCEDORA	Nº PROCESSO
013/2001	AL	MAJOR ISIDORO	FM	RÁDIO E TV SCHAPPO LTDA	53103.000252/01



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO

Em 16 de junho de 2008.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

Acolho o **PARECER/MC/CONJUR/TFC/Nº 0661-2.17/2006**, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e determino a **ANULAÇÃO** do ato que habilitou a licitante vencedora e os dele decorrentes, na Concorrência nº 013/2001-SSR/MC para a localidade constante do Anexo Único, assegurando aos interessados o exercício do contraditório e ampla defesa, conforme dispõe o § 3º, do art. 49 da Lei nº 8.666/93.

HÉLIO COSTA
Ministro das Comunicações

ANEXO ÚNICO

CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	PROponente VENCEDORA	Nº DO PROCESSO
013/2001	AL	ATALAIA, PILAR E UNIÃO DOS PALMARES	FM	RÁDIO E TV CALDAS LTDA	53103.000247/2001



Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 308, DE 11 DE JUNHO DE 2008

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53830.000557/2001, Concorrência nº 031/2001-SSR/MC, resolve:

Outorgar permissão à Empresa de Radiodifusão Estrela Polar Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, pelo prazo de dez anos, no município de Maracá, Estado de São Paulo. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

HELIO COSTA

DESPACHOS DO MINISTRO

Em 16 de junho de 2008

Acolhendo o sugerido no PARECER/MC/CONJUR/MBH Nº 1072-2.17/2008 e, invocando seus fundamentos como razão desta decisão, ANULO os atos que habilitou a licitante TV SERRA AZUL LTDA., e os demais atos dele decorrentes, na Concorrência nº 001/2002-SSR/MC, aproveitando-se os demais atos válidos, tudo na forma do Anexo Único, assegurando-se ao interessado o regular exercício do contraditório e da ampla defesa, conforme dispõe o § 3º, do art. 49 da Lei nº 8.666/93.

ANEXO

CONC. Nº	UF	SERVIÇO	LOCALIDADE	PROponente	PROCESSO Nº
001/2002	MG	TV	VARGINHA	TV SERRA AZUL LTDA.	53710.000243002

Acolho o PARECER/MC/CONJUR/KMM/Nº 1062-2.17/2008 e, invocando seus fundamentos como razão desta decisão, HOMOLOGO a adjudicação proposta, de acordo com o ANEXO ÚNICO, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO

CONC. Nº	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	PROponente Vencedora	Nº DO PROCESSO
001/2002	MG	PASSOS	TV	TV TOPÁZIO COMUNICAÇÕES LTDA.	53710.000287012

Tendo em vista os recursos interpostos pelas licitantes MORIÁ FM LTDA. e C & S COMUNICAÇÕES LTDA. contra decisão da Comissão Especial de Licitação que habilitou a proponente PHILADELFA COMUNICAÇÕES LTDA. nos autos do processo nº 53740.000255/02, na Concorrência nº 123/2001-SSR/MC, acolho as razões contidas no PARECER/MC/CONJUR/KMM/Nº 1018 - 2.21/2008, de sorte a conhecer dos recursos e negar-lhes provimento, conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

Nos termos do citado parecer, acolho o princípio da autotutela para inabilitar a proponente PHILADELFA COMUNICAÇÕES LTDA. nas localidades de Chapecó, Ilhota, Iomerê, Ipuçu, Itá, Joinville (Pirabeiraba), Lontas, Matos Costa e Nova Veneza, todos no Estado de Santa Catarina.

ANEXO

RECURSOS CONHECIDOS E NÃO PROVIDOS
APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA AUTOTUTELA PARA INABILITAR

CONC. Nº SSR/MC	UF	LOCALIDADES	SERVIÇO	RECORRENTES	RECORRIDA
123/2001	SC	CHAPECÓ, ILHOTA, IOMERÊ, IPUÇU, ITÁ, JOINVILLE (PIRABEIRABA), LONTAS, MATOS COSTA e NOVA VENEZA	FM	MORIÁ FM LTDA. e C & S COMUNICAÇÕES LTDA.	PHILADELFA COMUNICAÇÕES LTDA.

Acolho o PARECER/MC/CONJUR/KMM/Nº 1178 - 2.17/2008, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e HOMOLOGO o certame e adjudico seu objeto, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO

CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	LOCALIDADES	SERVIÇO	PROponentes Vencedoras	Nº PROCESSO
124/2001	SP	CARDOSO	FM	RÁDIO CIDADE AM DE VOIUPORANGA LTDA.	53830.000116002
124/2001	SP	CAJATI	FM	ÉXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA.	53830.000128002
124/2001	SP	CAJABI	FM	AMAZÔNIA COMUNICAÇÕES LTDA.	53830.000114002
124/2001	SP	CANANÉIA	FM	EDCOMUNICAÇÕES LTDA.	53830.000127002
124/2001	SP	CASTILHO	FM	SISTEMA REGIONAL DE COMUNICAÇÃO ANDRADINA LTDA.	53830.000118002

Acolho o PARECER/MC/CONJUR/TFC/Nº 0661-2.17/2006, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e determino a ANULAÇÃO do ato que habilitou a licitante vencedora e os dele decorrentes, na Concorrência nº 013/2001-SSR/MC para a localidade constante do Anexo Único, assegurando aos interessados o exercício do contraditório e ampla defesa, conforme dispõe o § 3º, do art. 49 da Lei nº 8.666/93.

ANEXO

CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	PROponente Vencedora	Nº DO PROCESSO
013/2001	AL	ATALAIA, PILAR E UNIÃO DOS PALMARES	FM	RÁDIO E TV CALDAS LTDA	53103.000247/2001

Acolho o PARECER/MC/CONJUR/TFC/Nº 2052-2.17/2007, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e HOMOLOGO as adjudicações propostas, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO

Nº DA CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	Localidade	SERVIÇO	PROponente Vencedora	Nº PROCESSO
013/2001	AL	MAJOR ISIDORO	FM	RÁDIO E TV SCHAPPO LTDA	53103.000252/2001

Acolho o PARECER/MC/CONJUR/TFC/Nº 2195-2.17/2007, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e HOMOLOGO as adjudicações propostas, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

Nesta data anexei aos autos do processo de
nº 54103 MM 292/06 a documentação
a seguir descrita de uma folhas,
que assim numerai: 194 195
Data: 29 06 2006
Nome: [assinatura]
Assinatura: [assinatura]



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

SECEM - M. das Comunicações
Fls. 191
Rubrica

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

BA [assinatura]

CERTIDÃO

A Comissão Especial de Licitação, por seu Presidente, certifica que transcorreu *in albis* o prazo conferido às fls. 190 sem que chegasse a sua Secretaria qualquer manifestação da(s) interessada(s).

Brasília (DF), 30/06/2008.

[assinatura]
ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão Especial de Licitação

Nota de
nº SN03000232 / 2001
a seguir
que em
Data 02 03 2009
Nome Edmundo
Assinatura [Signature]



CERTIDÃO

Conforme a Ordem de Serviço Conjunta SSCE/CONJUR n.º 1, de 03 de novembro de 2004 – art. 2º, inciso I, alínea “d” – certifico que não restaram no processo n.º **53103.000252/2001 – RÁDIO E TV SCHAPPO LTDA.** - pendência de recursos sem apreciação por esta comissão.

Brasília/DF, 02 de março de 2009.

Andréa Lima de Moraes
ANDRÉA LIMA DE MORAES
Estagiária

ARQUIVO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

De acordo. Encaminhe-se o processo à douta Consultoria Jurídica, para providências de sua alçada.
Em 2 de 03 de 2009.

Alvimar Bertrand D. G. de Macêdo
ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão Especial de Licitação

Nesta data anexei aos autos do processo da
nº 53103.000252/p1 documentação
a seguir constituída de 02 folhas,
que assim numerarei: 153 a 154
Data: 30 / 03 / 2010
Nome: Sergio
Assinatura: p



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

*Parecer juntado
os folhos 159
a 102.*

DESPACHO DO MINISTRO

Em 29 de março de 2010.

Acolho o **PARECER/AGU/CONJUR-MC/DLL/ N° 0167 - 2.17 / 2010**, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e **HOMOLOGO** as adjudicações propostas, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.


HÉLIO COSTA
Ministro das Comunicações

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL



ANEXO ÚNICO

CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	PROPONENTE VENCEDORA	Nº DO PROCESSO
013/2001	AL	PILAR	FM	RÁDIO E TV SCHAPPO LTDA.	53103.000252/01



PORTARIAS DE 25 DE MARÇO DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto n.º 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei n.º 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, resolve outorgar autorização às entidades abaixo relacionadas a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária. Os atos de outorga somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do artigo 223 da Constituição.

Nº da Portaria	Nº do Processo	Nome da Entidade	Localidade/UF
223	53000.076260/06	Associação Cultural e Beneficente de Xanxerê - SC	Xanxerê/SC
224	53000.055758/04	Rádio União Comunitária	Criciúma/SC
225	53000.033145/05	Associação Comunitária Assistencial e Beneficente Getzmann	Bom Despacho/MG
226	53000.067076/06	Associação Cultural de Difusão Comunitária Amigos da Terra de Paulo Frontin	Paulo Frontin/PR
227	53000.074893/06	Associação Comunitária Radiodifusora Dona Francisca	Dona Francisca/RS
228	53000.028109/03	Associação Rádio Comunitária Alternativa de Jordânia	Jordânia/MG
229	53000.037487/07	Associação Municipal das Águas Quentes	Caldas Novas/GO
230	53000.045167/07	Associação Comunitária a Voz de Grassi	São João da Barra/RJ
231	53000.013519/08	Associação Comunitária dos Moradores de Tartarugalzinho	Tartarugalzinho/AP
232	53000.001799/08	Associação Comunitária Cultural Bom Sucesso	Bom Sucesso de Sul/PR
233	53000.002338/09	Associação Cultural e Social de Novo Cruzeiro	Novo Cruzeiro/MG

HÉLIO COSTA

PORTARIAS DE 26 DE MARÇO DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto n.º 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei n.º 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, resolve outorgar autorização às entidades abaixo relacionadas a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária. Os atos de outorga somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do artigo 223 da Constituição.

Nº da Portaria	Nº do Processo	Nome da Entidade	Localidade/UF
240	53000.093725/06	Associação Liberdade de Cultura e Comunicação	Sécher/RS
241	53000.020802/07	Associação de Radiodifusão Comunitária do Arraio do Padre	Arraio do Padre/RS
242	53000.054539/06	Associação de Moradores Amigos da Radiodifusão e Cultura	São João Batista/SC
243	53000.059527/06	Associação Cultural Cabotense	Catanduba/SP
244	53000.063096/06	Associação Comunitária Nova Betel FM	Rio de Janeiro/RJ

HÉLIO COSTA

DESPACHOS DO MINISTRO

Em 26 de março de 2010

Processo n.º 53000.008094/2006-25. Associação Cultural Berço da Liberdade - ASCBEL. Recebo o recurso, para, no mérito negar-lhe provimento por amplo legal, conforme exposto no PARECER Nº 0107 - 1.10/2010/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU.

Em 29 de março de 2010

Acolho a NOTA/AGU/CONJUR-MC/FCB/Nº 0271 - 2.17 / 2010, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e HOMOLOGO a adjudicação proposta, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO ÚNICO

CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	PROponente VENCEDORA	Nº DO PROCESSO
009/2009	BA	BURITIRAMA	FM	SISTEMA DE COMUNICAÇÃO E PUBLICIDADE BURITILTA	53000.057968/09-11

Acolho a NOTA/AGU/CONJUR-MC/KMM/Nº 0061 - 2.17/2010, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e HOMOLOGO a adjudicação proposta, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO ÚNICO

CONC. Nº	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	PROponente VENCEDORA	PROCESSO Nº
148/2001	ES	NOVA VENÉCIA	OM	PORTAL COMUNICAÇÕES LTDA.	53770.004818/01

Acolho o PARECER Nº 0193/2010/TFC/CONJUR-MC/AGU, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e HOMOLOGO a presente licitação e adjudico seu objeto à vencedora, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO ÚNICO

Nº DA CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	Localidade	SERVIÇO	PROponente VENCEDORA	Nº PROCESSO
156/2001	MT	ALTA FLORESTA	TV	MAR E CÉU COMUNICAÇÕES LTDA	53670.001282/02
156/2001	MT	SINOP	TV	MAR E CÉU COMUNICAÇÕES LTDA	53670.001282/02

Acolho o PARECER/AGU/CONJUR-MC/DLL/ Nº 0167 - 2.17 / 2010, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e HOMOLOGO as adjudicações propostas, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012010033000123

ANEXO ÚNICO

CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	PROponente VENCEDORA	Nº DO PROCESSO
013/2001	AL	PILAR	FM	RÁDIO E TV SCHIAFFO LTDA.	53103.000252/01

Acolho o PARECER Nº 0173/2010/TFC/CONJUR-MC/AGU, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e determino a ANULAÇÃO do ato de habilitação da licitante mencionada no anexo único na Concorrência Nº 096/2000-SSR/MC, já tendo sido assegurado aos interessados o exercício do contraditório e ampla defesa, conforme dispõe o § 3º, do art. 49 da Lei Nº 8.666/93.

ANEXO ÚNICO

CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	PROponente VENCEDORA	Nº DO PROCESSO
096/2000	RS	BOQUEIRÃO DO LEÃO	FM	SISTEMA SEFACOM DE RADIODIFUSÃO LTDA	53790.000286/00

Acolho o PARECER/AGU/CONJUR-MC/DLL/ Nº 0167 - 2.17 / 2010, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e determino a ANULAÇÃO do ato de habilitação da licitante RÁDIO E TV CALDAS LTDA na Concorrência Nº 013/2001-SSR/MC para a localidade constante do Anexo Único, sendo assegurado aos interessados o exercício do contraditório e ampla defesa, conforme dispõe o § 3º, do art. 49 da Lei Nº 8.666/93.

ANEXO ÚNICO

CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	PROponente VENCEDORA	Nº DO PROCESSO
013/2001	AL	PILAR, ATALAIA E UNIÃO DOS PALMARES	FM	RÁDIO E TV CALDAS LTDA	53103.000247/01

Tendo em vista a representação e manifestações ofertadas pela licitante REDE NORTE DE COMUNICAÇÃO LTDA. para a localidade de Baião/PA na concorrência 110/2001, acolho a NOTA/AGU/CONJUR-MC/ACO/Nº 0243-2.18/2010, de sorte a conhecê-las e negar-lhes provimento, nos termos do anexo único.

ANEXO ÚNICO

CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	PROponente RECORRENTE	Nº DO PROCESSO
110/2001	PA	BAIÃO	FM	REDE NORTE DE COMUNICAÇÃO LTDA.	53720.000158/02

Acolho a NOTA/AGU/CONJUR-MC/ROS/Nº 0187-2.17/2010, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e HOMOLOGO a adjudicação proposta de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO ÚNICO

CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	LOCALIDADES	SERVIÇOS	PROponentes VENCEDORAS	Nº DO PROCESSO
015/2009	GO	FAZENDA NOVA	FM	CMR COMUNICAÇÕES LTDA.	53000.002879/10

Tendo em vista o recurso ofertado pela licitante RÁDIO NOVA PRINCESA FM DE PITANGA LTDA., para a localidade de Londrina/PR na concorrência 122/2002, acolho a NOTA/AGU/CONJUR-MC/ROS/Nº 0127-2.17/2010, de sorte a conhecer o recurso e negar-lhe provimento, nos termos do anexo único.

ANEXO ÚNICO

CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	PROponente VENCEDORA	Nº DO PROCESSO
122/2002	PR	LONDRINA	FM	RÁDIO NOVA PRINCESA FM DE PITANGA LTDA	53740.000245/02

Tendo em vista o recurso interposto pela licitante CATAIA FM LTDA contra decisão da Comissão de Licitação, que a inabilitou na Concorrência Nº 030/2009-SSR/MC, para a localidade de Canaã dos Carajás, no Estado do Pará, acolho a NOTA Nº 0417/2010/TFC/CGAA/CONJUR-MC/AGU, de sorte a conhecer o recurso e negar-lhe provimento, conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO ÚNICO

Nº DA CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	RECORRENTE	PROCESSO
030/2009	PA	CANAÃ DOS CARAJÁS	FM	CATAIA FM LTDA	53000.060515/2009-71

Acolho a NOTA/AGU/CONJUR-MC/ROS/Nº 0127-2.17/2010, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e HOMOLOGO as adjudicações propostas, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO ÚNICO

CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	LOCALIDADES	SERVIÇO	PROponentes VENCEDORAS	Nº DO PROCESSO
122/2001	PR	PLANALTO	FM	SAN MARINO RADIOFUSÃO LTDA.	53740.000227/002
122/2001	PR	CORONEL VIVIDA	FM	REDE VIVIDENSE DE COMUNICAÇÕES LTDA.	53740.000238/2012

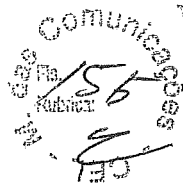
Acolho a NOTA/AGU/CONJUR-MC/ROS/Nº 0127-2.17/2010, invocando seus fundamentos como razão do meu decidir e determino a ANULAÇÃO DEFINITIVA dos atos que habilitaram as licitantes O. ROZA E CARDOZO LTDA e RÁDIO NOVA PRINCESA FM DE PITANGA LTDA., na Concorrência Nº 122/2001-SSR/MC para a localidade constante do Anexo Único, já tendo sido assegurado ao interessado o exercício do contraditório e ampla defesa, conforme dispõe o § 3º, do art. 49 da Lei Nº 8.666/93.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nesta data anexei aos autos do processo de
nº 93103.000 2ª 3/2001 a documentação
a seguir constituída de 21 folhas,
que estão numeradas 155 a 155
Data 09.04.10
Nome C. M. H. Core
Assinatura



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO




CERTIDÃO

Processo nº 53103-000252/2009

A Comissão Especial de Licitação, por seu Presidente, em face da publicação de fls. 154, certifica que até a presente data não chegou à sua Secretaria qualquer manifestação da concorrente interessada.

Brasília (DF), 09 04 2010


ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACEDO
Presidente da Comissão Especial de Licitação

PUBLICADO NO DIÁRIO	
OFICIAL DE	33 / 12 / 10
Página:	60 Seção: 2
ANOTADO POR:	lex



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1281 , DE 7 DE DEZEMBRO DE 2010.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53103.000252/2001, Concorrência nº 013/2001-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à RÁDIO E TV SCHAPPO LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Pilar, Estado de Alagoas.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE



Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.111, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.035043/2010, resolve:

Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, a SISTEMA CLUBE DO PARÁ DE COMUNICAÇÃO LTDA, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 13+ (treze, decalado para mais), no município de Belém, Estado do Pará, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter primário, no município de Salinópolis, Estado do Pará, por meio do canal 38 (trinta e oito), utilizando os sinais de televisão repetidos via satélite, visando a retransmissão dos seus próprios sinais.

JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

PORTARIA Nº 1.222, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.053569/2010, resolve:

Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, a SISTEMA CLUBE DO PARÁ DE COMUNICAÇÃO LTDA, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 13+ (treze decalado para mais), no município de Belém, Estado do Pará, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter primário, no município de Marapanim, Estado do Pará, por meio do canal 16 (dezesseis), utilizando os sinais de televisão repetidos via satélite, visando a retransmissão dos sinais gerados pela FUNDAÇÃO SARA NOSSA TERRA, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 30 (trinta), em Brasília, Distrito Federal.

JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

PORTARIA Nº 1.255, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.035013/2010, resolve:

Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, o SISTEMA CLUBE DO PARÁ DE COMUNICAÇÃO LTDA, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 13+ (treze decalado para mais), no município de Belém, Estado do Pará, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter primário, no município de Marapanim, Estado do Pará, por meio do canal 47 (quarenta e sete), utilizando os sinais de televisão repetidos via satélite, visando a retransmissão dos seus próprios sinais.

JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

PORTARIA Nº 1.280, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53710.000300/2002, Concorrência nº 104/2001-SSR/MC, resolve:

Outorgar permissão à Tipuana FM Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Leopoldina, Estado de Minas Gerais. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

PORTARIA Nº 1.281, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53103.000252/2001, Concorrência nº 013/2001-SSR/MC, resolve:

Outorgar permissão à Rádio e TV Schappo Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Pilar, Estado de Alagoas. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

PORTARIA Nº 1.298, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53710.000300/2002, Concorrência nº 104/2001-SSR/MC, resolve:

Outorgar permissão à Tipuana FM Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Manhuaçu, Estado de Minas Gerais. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

PORTARIA Nº 1.299, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53710.000300/2002, Concorrência nº 104/2001-SSR/MC, resolve:

Outorgar permissão à Magalhães e Cassimiro Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Paulo Cândido, Estado de Minas Gerais. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

PORTARIA Nº 1.300, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53710.000300/2002, Concorrência nº 104/2001-SSR/MC, resolve:

Outorgar permissão à Carmorela Indústria e Comércio Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Piracema, Estado de Minas Gerais. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

PORTARIA Nº 1.311, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.010505/2010, resolve:

Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, a BURITIS COMUNICAÇÕES LTDA, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter primário, no município de Bonfim, Estado de Roraima, por meio do canal 25 (vinte e cinco), visando a retransmissão dos sinais gerados pela RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES LTDA, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 13- (treze, decalado para menos), no município de São Paulo, Estado de São Paulo.

JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

PORTARIA Nº 1.258, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.096005/2006, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, §3º, da Lei nº 4.117, de 23 de junho de 2007, por dez anos, a partir de 23 de junho de 2007, a permissão outorgada à RÁDIO COLONIAL FM LTDA., pela Portaria nº 157, de 22 de junho de 1987, publicada no Diário Oficial da União do dia 23 de junho de 1987, renovada pela Portaria nº 80, de 12 de julho de 1999, publicada no Diário Oficial da União do dia 30 de julho de 1999, referendada pelo Decreto Legislativo nº 255, de 2001, publicado no Diário Oficial da União do dia 6 de agosto de 2001, para explorar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no Município de São João Del Rei, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 1.114, de 17 de novembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União nº 225, de 25 de novembro de 2010, Seção 1, pág. 52, onde se lê: PORTARIA Nº 1.114, DE 17 DE OUTUBRO DE 2010, leia-se: PORTARIA Nº 1.114, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2010.

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA
E FISCALIZAÇÃO

ATO Nº 8.043, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2010

Autorizar GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, no período de 10/12/2010 a 12/12/2010.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS
Superintendente

GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

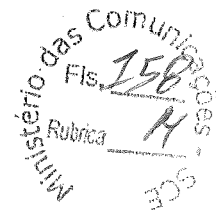
DESPACHO DO GERENTE

Aplica às entidades abaixo relacionadas sanção de ADVERTÊNCIA, nos termos do artigo 173, inciso I, da Lei nº 9.472/97, por estarem incursas nos preceitos abaixo relacionados:

N.º do Processo	Entidade	Cidade/UF	CPF/CNPJ	Dispositivo Infringido	Data do Despacho
53504.010384/2010	FLAVIO BUSCH DE OLIVEIRA	Limeira/SP	823.683.418-20	Art. 55, V, "b" da Res. 242/00.	06/07/2010
53504.011507/2010	MARCOS ANTONIO DE OLIVEIRA	Lorena/SP	261.431.818-44	Art. 4º c/c art. 55, V, "b" da Res. 242/00.	01/07/2010
53504.012488/2010	GABRIEL MENDES JUNIOR	Guarujá/SP	035.514.248-10	Art. 55, V, "b" da Res. 242/00.	07/07/2010
53504.010893/2010	ASSOCIAÇÃO DOS RADIOAMADORES DE LIMEIRA - ARL	Americana/SP	04.163.223/0001-20	Art. 55, V, "b" da Res. 242/00.	05/07/2010
53504.024898/2009	PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA	São Paulo/SP	17.428.731/0001-35	Item 9.4.3 da Norma 13/97.	02/06/2010
53504.007159/2010	RONALDO DE LIMA TORRES	São Paulo/SP	104.204.118-01	Art. 4º e 55, V, "b" da Res. 242/00 e art. 2º, 10, 11 e 14 da Res. 444/06.	18/06/2010
53504.026380/2009	ANTÔNIO CARLOS DE MELO	São Paulo/SP	118.424.498-77	Art. 34 da Res. 449/06 c/c art. 53 da Res. 259/01.	16/06/2010
53504.010388/2010	DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA - DIVISÃO DE COMUNICACÕES DA POLÍCIA CIVIL	São Carlos/SP	04.236.548/0009-43	Itens 9.4 e 10.1 da Norma 13/97 e art. 18 da Res. 393/02.	19/07/2010
53504.020928/2009	MARCOS GONÇALVES GUIMARÃES	Guarulhos/SP	103.906.968-11	Art. 55, V, "c" da Res. 242/00.	10/05/2010
53504.003722/2007	SISAM COMERCIO E SERVIÇOS ELETRÔNICOS LTDA	Pedreira/SP	05.612.860/0001-08	Item 13.5, II, "b" da Norma 13/97.	21/01/2010

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/atencao.html>, pelo código 00012010121300060

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BL. R, ANEXO B, SALA 300
CEP:: 70044-900 – BRASÍLIA-DF
TEL:: 3311-6000 – FAX: 3311-6617

Processo n.º 53103.000252/01

Tendo em vista a publicação da Portaria n.º 1281, de 07 de dezembro de 2010, no Diário Oficial da União de 13 subsequente, e consoante o disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, encaminhe-se o presente processo, em cópia autenticada, acompanhado do ato de outorga e exposição de motivos, ao Gabinete do Ministro, para enviar à Presidência da República.

Brasília, 14 de dezembro de 2010.

CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE

Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

bexio 03

Nesta data, anexei aos autos do processo de nº 53103.000252/02 a documentação a seguir constituída de quatro folhas, que assim numerei: 159 e 162

Data: 09 / 02 / 2011
Nome: Janaina
Assinatura: hm

Referente ao despacho de
folha 173.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

CONJUR
Fls. 159
Rubrica
M. das Comunicações

PARECER/AGU/CONJUR-MC/DLL/ Nº 0167 - 2.17 / 2010

PROCESSO PRINCIPAL Nº 53000.001481/2001

ASSUNTO : Concorrência 013/2001 – SSR/MC. Exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, nas localidades de Major Isidoro, Pilar, União dos Palmares e Atalaia, todas do Estado de Alagoas.

Análise do procedimento licitatório objeto do Edital de Concorrência nº 013/2001-SSR/MC. Pela Homologação do procedimento licitatório relativamente à localidade de Pilar-AL. Pelo sobrestamento do certame para a localidade de Atalaia, no Estado de Alagoas. Pela anulação do ato de habilitação de RÁDIO E TV SCHAPPO LTDA para a localidade de União dos Palmares-AL.

Senhor Consultor Jurídico Substituto,

1. A Comissão Especial de Licitação encaminha para exame e parecer desta Consultoria jurídica os processos em referência, contendo a documentação e as propostas das licitantes que participaram do procedimento licitatório, objeto do Edital da Concorrência n.º 013/2001 - SSR/MC, para as localidades de Major Isidoro, Pilar, União dos Palmares e Atalaia, todas do Estado de Alagoas.

2. O certame em epígrafe se encontra na fase de homologação, a qual corresponde à manifestação de concordância da autoridade competente para assinar o contrato com os atos até então praticados pela Comissão de Licitação. Essa concordância se refere a dois aspectos, a saber: legalidade dos atos praticados pela Comissão e conveniência de ser mantida a licitação.

3. No que tange à conveniência da manutenção da licitação, por ser aspecto afeto ao juízo da autoridade, ressaltamos que, caso se entenda pela inconveniência, deverá a licitação ser revogada, desde que preenchidos os requisitos estabelecidos pelo art. 49 da Lei n.º 8.666/93, "in verbis":

"Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

§ 1º A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.

§ 2º A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.

§ 3º No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§ 4º O disposto neste artigo e seus parágrafos aplica-se aos atos do procedimento de dispensa e de inexigibilidade de licitação."



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

4. Deste modo, é importante observar que a revogação, nos termos da própria lei, somente será possível se existir motivo superveniente suficiente a justificar tal conduta, nos termos do que preleciona MARÇAL JUSTEN FILHO:

"Ao determinar a instauração da licitação, a Administração realiza juízo de conveniência acerca do futuro contrato. Esse juízo é confirmado quando da elaboração e aprovação do ato convocatório. No momento final da licitação, após apurada a classificação, exercita-se novo juízo de conveniência. Não se trata, porém, do mesmo juízo. Exercita-se sobre suportes fáticos distintos. Vale dizer, a Lei reconhece um condicionamento à revogação. A Administração pode desfazer seus próprios atos, a qualquer tempo, tendo em vista avaliação de sua inconveniência. Tendo concluído que o ato é conveniente e determinado sua prática ou manutenção, a Administração se vincula a essa decisão. Poderá revê-la desde que existam circunstâncias novas, inexistentes ou desconhecidas à época anterior. Logo, não se admite que a Administração julgue, posteriormente, que era inconveniente precisamente a mesma situação que fora reputada conveniente em momento pretérito." (FILHO, Marçal Justen. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 8 ed. São Paulo, Dialética, 2001. p.481)

5. Entretanto, no que tange aos aspectos mencionados, interessa à análise desta Consultoria Jurídica o exame da legalidade dos atos praticados pela Comissão Especial de Licitação.

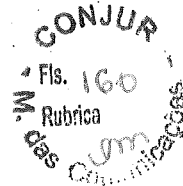
6. Verifica-se nos autos do processo principal, às fls. 170/173, que o PARECER/MC/CONJUR/TFC/Nº 0661 – 2.17/2006 opinou pela anulação do procedimento licitatório, a partir da fase de habilitação, em relação à execução dos serviços de radiodifusão sonora em frequência modulara nas localidades de Atalaia, Pilar e União dos Palmares, todas no Estado de Alagoas, em consonância com os princípios do contraditório e da ampla defesa, nos termos do art. 49, § 3º, da Lei nº 8.666/93, operando-se a cabível inabilitação da licitante RÁDIO E TV CALDAS LTDA.

7. Foi interposto recurso da empresa RÁDIO E TV CALDAS LTDA, o qual foi apreciado, conhecido e improvido pelo PARECER/MC/CONJUR/TFC/Nº 2472 – 2.17/2008, que também opinou pela homologação para as localidades de Atalaia-AL e Pilar-AL para a licitante RÁDIO E TV SCHAPPO LTDA, empatada com a empresa RÁDIO E TV CALDAS LTDA, cujo ato de habilitação restou anulado, todavia, devendo ser verificado se o Acórdão TCU nº 2264/2008-Plenário influencia no presente certame, antes de proceder tal homologação.

8. Desse modo, deve-se anular definitivamente a habilitação da empresa RÁDIO E TV CALDAS LTDA para as localidades de Atalaia, Pilar e União dos Palmares, todas no Estado de Alagoas, visto o indeferimento do recurso interposto pela mesma.

9. Às fls. 203/230, consta cópia do, supramencionado, Acórdão TCU nº 2264/2008-Plenário, onde determina ao este Ministério das Comunicações que, *no prazo de 15 (quinze) dias, promova a anulação do ato que habilitou a empresa RÁDIO E TV SCHAPPO LTDA, bem como de todas as fases posteriores a ela, do procedimento licitatório constante da Concorrência nº 029/2001-SSR/MC, para as localidades de Taubaté-SP e Guarujá-SP, devendo se entender pertinente, repeti-los considerando-se a não participação da referida empresa, ou promover nova licitação.*

10. Oportuno mencionar que, a anulação do ato que habilitou a licitante RÁDIO E TV SCHAPPO LTDA na Concorrência nº 029/2001, se deu uma vez que a empresa fora habilitada sem que atendessem ao subitem 5.3.3 do Edital, o qual exigia da proponente que seu patrimônio líquido possuíisse valor igual ou superior a 10% do valor do preço mínimo, o



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

que encontra respaldo no art. 31, parágrafos 2º e 3º, da Lei 8.666/93.

11. Ocorre que, para a Concorrência nº 013/2001, mais precisamente para as localidades de Pilar e Atalaia no Estado de Alagoas, a licitante RÁDIO E TV SCHAPPO LTDA cumpre o requisito do item 5.3.3, possuindo, inclusive, patrimônio líquido integralizado superior a 10% do valor do Preço Mínimo exigido para tais localidades.

12. Contudo, somente uma das localidades poderá ser homologada para a empresa RÁDIO E TV SCHAPPO LTDA, uma vez que a mesma já foi beneficiada como a adjudicação e outorga de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada em 5 (cinco) outras localidades, como se vê à fl. 236 do processo principal.

13. Dessa forma, deve-se obedecer ao que dispõe o art. 12, I, a do Decreto-Lei nº 236/67. Vejamos:

"Art 12. Cada entidade só poderá ter concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão, em todo o país, dentro dos seguintes limites:

1) Estações radiodifusoras de som:

a - Locais:

Ondas médias - 4

Frequência modulada - 6

b - Regionais:

Ondas médias - 3

Ondas tropicais - 3

sendo no máximo 2 por Estados

c - Nacionais:

Ondas médias - 2

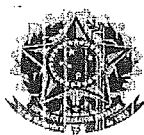
Ondas curtas - 2

2) Estações radiodifusoras de som e imagem - 10 em todo território nacional, sendo no máximo 5 em VHF e 2 por Estado.

[...] (Grifos nossos).

14. Sendo assim, na iminência de ser desrespeitado o limite estabelecido para Frequências Moduladas locais, resta a eleição de critérios para definir quais localidades devem contar com homologação e qual delas deve ser sobrestada.

15. Em outros termos, devem ser definidos os critérios para aferir o limite de outorgas disposto no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/67.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

16. Em verdade, a lei e o edital não trazem pormenorizadamente o critério para a homologação do certame em caso de pluralidade de localidades se para a proponente falta apenas 01 (uma) localidade para alcançar o limite fixado.
17. Primeiramente, invoca-se a ordem cronológica de homologação, alcançada conforme o regular trâmite das concorrências.
18. Porém, no presente caso, impossível que haja definição a partir do critério cronológico, visto que a declaração de vencedora para todas as localidades ocorreu em data simultânea, assim como a homologação.
19. A homologação por blocos aventada como *praxe* do Poder Público também não se demonstra o mecanismo ideal, eis que nem sempre isso é possível ante aos recursos interpostos pelas partes. Ademais, as inúmeras localidades envolvidas num único certame tornam a homologação por blocos difícil de ser concretizada.
20. Noutro giro, a Comissão Especial de Licitação destacou no Memorando nº 43/2009/CEL-MC, exarado na concorrência 10/2002, que pelo princípio da universalização dos serviços de radiodifusão, deveria ser priorizada a localidade que ainda não dispõe de rádios comerciais instaladas, vez que o interesse da União em arrecadar divisas com tais concorrências seria, ante esse princípio, secundário.
21. A consulta ao Sistema de Controle de Radiodifusão da Anatel (SRD), demonstraria qual localidade que, ao contrário das demais, não contaria com rádios comerciais instaladas.
22. O mencionado critério da Universalização visa evitar que o certame final reste frustrado, se acaso a homologação recaia sobre localidade distinta.
23. De fato, a ausência de critério deve ser evitada inclusive para que não ocorra casuísmo na fase de homologação. Porém, até o presente momento não se tem notícia de que a questão tenha sido objeto de enfrentamento de maneira clara e consistente.
24. Inicialmente é preciso destacar que radiodifusão¹ é espécie do gênero telecomunicação de modo que os princípios gerais desta são aplicáveis àquela. Dentre os princípios aplicáveis à telecomunicação temos o princípio da universalização, previsto no art. 79 da Lei nº 9.472/97, conhecida como LGT – Lei Geral das Telecomunicações.
25. Segundo o citado dispositivo, os entes envolvidos nos serviços de telecomunicação têm obrigação de observar a universalização, possibilitando a qualquer pessoa ou instituição de interesse público a serviço de telecomunicação, independentemente de sua localização e condição sócio-econômica.
26. Esse princípio também pode ser aplicado à radiodifusão, inclusive, como forma de contribuir para o alcance dos objetivos fundamentais da República Federativa previstos no art. 3º da Constituição Federal:

¹ Domingos Poty Chabalgóity no glossário de informática, radiodifusão e telecomunicação, pág. 107, conceitua radiodifusão como: "modalidade de telecomunicação que irradia programas com finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas (noticiosos, entrevistas, comentários, entretenimento, publicidade, avisos e assuntos de utilidade pública, entre outros) a serem, livremente, recebidas pelo público em geral. Pode ser sonora ou de sons e imagens".



CONJUR
Fls. 161
Rubrica
M. das Comunicações

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

"Art. 3º - Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação".

27. O acesso à informação tem por objetivo além de garantir o desenvolvimento nacional, possibilitar a redução de desigualdades sociais e regionais. De maneira que o princípio da universalização tem aplicação na radiodifusão.

28. Como o serviço de radiodifusão é meio de comunicação social utilizado para a disseminação de informação e deve estar presente em todas as localidades independentemente de ser mais ou menos populosa, ou mais ou menos interessante ao radiodifusor que concorre no certame, o licitante deve estar ciente que ao participar de inúmeras localidades, poderá vir a ser contemplada para uma que não seja tão populosa ou estimada, mas que precisa igualmente do serviço de radiodifusão comercial. Atende-se, primordialmente, ao interesse público.

29. Por outro lado, quanto ao modo de proceder para a fixação do limite fixado no art. 12 do Decreto-lei nº 236/67, compete ao Poder Público valer-se da razoabilidade, na colidência de interesses, para optar por critério que mais preserve o interesse coletivo.

30. No caso, a satisfação do interesse coletivo estará solidificada com a homologação e adjudicação do serviço de radiodifusão para a localidade que é carente nesse sentido, visto que não possui canal habilitado.

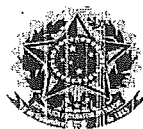
31. Eventual discussão acerca do valor ofertado pela outorga também deve ser suscitada. Note-se que a Lei 8.666/93, que versa sobre licitações em geral, é aplicada subsidiariamente às licitações de radiodifusão. Esta lei estabelece o princípio da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em seu artigo 3º:

"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos." (Grifamos).

32. Portanto, ultrapassado o critério cronológico, deve-se combinar os critérios da universalização do serviço e o critério da proposta mais vantajosa.

33. Procede-se, então, assim: primeiro se verifica a ordem cronológica de homologações, conforme o normal trâmite do certame. Homologações posteriores esbarram no limite, em face de homologações anteriores.

34. Quando o critério cronológico se mostrar inócuo, como no presente caso em que as homologações foram simultâneas, ou na iminência de homologações num mesmo certame cuja declaração de vencedora foi em data coincidente, passa-se ao critério da proposta mais vantajosa. Tal critério somente recua, se houver alguma localidade para qual o certame ficará frustrado, isto é, se a licitante for a única concorrente para certa localidade,



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

visto que, nesse caso, pesa mais o interesse público, para não eliminar a única interessada, sob pena do serviço demandar nova licitação dispendiosa e morosa.

35. Se alguma localidade licitada não contar com serviço de radiodifusão daquela espécie (OM, FM, TV), a localidade necessitará do serviço e, daí, invocar-se o princípio da universalização. A prestação do serviço ficaria prejudicada se a licitação fosse frustrada, isto é, se todas as proponentes fossem eliminadas do certame para aquela localidade. Caso haja mais de uma concorrente para aquela localidade, ainda que fosse excluída a primeira colocada, em nome da proposta mais vantajosa ofertada para outra localidade, a segunda colocada assumiria a primeira posição e, assim sucessivamente, podendo então prevalecer a proposta mais vantajosa, mesmo que se elimine a licitante primeira classificada em localidade carente do serviço, posto que outra licitante assumiria o objeto, com a preservação do princípio da universalização do serviço. Haveria combinação dos critérios da proposta mais vantajosa e da universalização do serviço. Quer-se, portanto, evitar que a licitação reste frustrada.

36. No presente caso, a consulta ao sistema SRD da Anatel (fls. 234/235 do processo 53000.001481/2001) revela que nem Pilar e nem Atalaia, localidades para a qual se sagrou vencedora a empresa RÁDIO E TV SCHAPPO LTDA, contam com serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, sendo esta concorrência nº 013/2001 – SSR/MC, a única e se encontra em aberto, estando carentes do serviço de Frequência Modulada tais localidades. Porém, dentre as duas localidades, a proposta mais vantajosa ofertada pela concorrente em questão é para Pilar-AL, no valor de R\$ 752.000,00 (setecentos e cinquenta e dois mil reais). Assim sendo, a eliminação da empresa RÁDIO E TV SCHAPPO LTDA para a localidade de Atalaia-AL, cuja proposta de preço foi no valor de R\$ 660.000,00 (seiscentos e sessenta mil reais), deve ser analisada, devendo haver sobrestamento para essa localidade, para, ao final, se não se ultimarem as outorgas para as demais localidades, a empresa RÁDIO E TV SCHAPPO LTDA possa reassumir a localidade para a qual foi temporariamente excluída. Ainda que a licitante RÁDIO E TV SCHAPPO LTDA fosse eliminada para Atalaia-AL, não se culminaria em licitação frustrada, já que esta localidade conta com diversas licitantes interessadas.

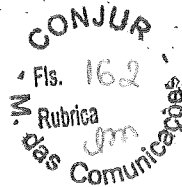
37. Ademais, como também mencionado no PARECER/MC/CONJUR/TFC/Nº 2472 – 2.17/2008, para a localidade de União dos Palmares, a empresa RÁDIO E TV SCHAPPO LTDA, da mesma concorrência, não possui patrimônio líquido igual ou superior a 10% do preço mínimo da outorga, afrontando, por conseguinte, ao subitem 5.3.3 do Edital. Tal fato impõe a anulação do ato de habilitação dessa licitante para a localidade de União dos Palmares, todavia, deve ser precedida da oportunidade de exercício do contraditório e ampla defesa.

38. Diante de todo o exposto, opina-se:

a) Pela anulação do ato da Comissão Especial de habilitação da empresa RÁDIO E TV CALDAS LTDA, para as localidades de Atalaia, Pilar e União dos Palmares, todas no Estado de Alagoas;

b) Seja homologado o certame e adjudicada a outorga de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada à empresa RÁDIO E TV SCHAPPO LTDA, declarada vencedora para a localidade de Pilar, no Estado de Alagoas;

c) Pela anulação do ato da Comissão Especial de Licitação que habilitou a empresa RÁDIO E TV SCHAPPO LTDA para a localidade de União dos Palmares-AL, precedida da oportunidade de exercício do contraditório e ampla defesa;



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

d) Ultimadas as providências, deve haver sobrestamento do certame para a localidade de Atalaia-AL. Cópias deste parecer devem ser remetidas para a Secretaria de Comunicação Eletrônica, Coordenação Geral de Regime Legal de Outorgas e Coordenação Geral de assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica (Conjur) para ciência acerca dos critérios adotados (itens 32, 33 e 34) para aferir os limites do artigo 12 do Decreto-Lei 236/67. O original deve seguir para o Gabinete do Ministro, em seguida à Comissão Especial de Licitação.

À consideração superior.

Brasília, 11 de março de 2010.

Daiane Lopes Lima
DAIANE LOPES LIMA
Estagiária de Direito

Tatiane Flores Cavalcante Razuk
TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK
Advogada da União
Coordenadora de Assuntos Administrativos Diversos

Aprovo o parecer por seus fundamentos. Restituam-se os autos à Comissão Especial de Licitação.

Em 25 / 03 / 2010.

Édio Henrique de A. J. e Azevedo
ÉDIO HENRIQUE DE A. J. E AZEVEDO
Consultor Jurídico Substituto

Ministério das Comunicações
Fls. 163
Rubrica 4
SCE

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
COORDENAÇÃO GERAL DE REGIME LEGAL DE OUTORGAS

DESPACHO Nº 554/2011 - COCAN/CGLO/DEOC/SCE

Ref. Processo nº : 53103.000252/2001
Concorrência nº: 013/2001-SSR/MC
Serviço : Frequência Modulada
Interessada : Rádio e TV Schappo Ltda.
Assunto : Submete o processo à apreciação da Comissão Especial de Licitação
Em anexo : Minuta de Exposição de Motivos


Verificamos, nesta data, que a cópia n.º 2 do processo em referência, do Município de Pilar, Estado de Alagoas, foi devolvida da Casa Civil da Presidência da República, para que seja feita nova instrução dos autos, se necessária.

Tendo em vista que os autos tratam de processo licitatório, opino no sentido do seu encaminhamento à Comissão Especial de Licitação, para que esta informe se há fato novo que possa impedir o seu prosseguimento e, em não havendo tal impedimento, seja a cópia do processo remetida à Consultoria Jurídica, para as providências cabíveis.

Brasília, 23 de fevereiro de 2011.

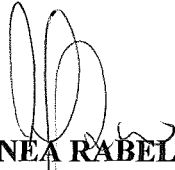
Conferido.


ALICIONETE DA S. LUZ
Agente Administrativo


ANA PATRICIA S. ALÊSCIO CAMPOS
Coordenadora de Outorgas e Consignação de Canais

De acordo. À apreciação do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Em 24 / 2 / 2011


VANEA RABELO
Coordenadora-Geral de Regime Legal de Outorgas
Substituta

De acordo. Encaminhe-se a cópia do processo à Comissão Especial de Licitação.

Em 01 / 03 / 2011


DERMEVAL DA SILVA JÚNIOR
Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Nesta data anexei aos autos do processo de
nº 531030000252/01 a documentação
a seguir constituída de 05 folhas
que assim numerarei: 164 1.168
Data: 18 1 03 1 011
Nome: Valmir
Assinatura: [assinatura]

Comunicado
Ass. 164
Rubrica:
CEL. 730

Ministério das Comunicações

Destaque do Governo

Agência Nacional
de TelecomunicaçõesBOA NOITE
MARIA MONICA FURTADO RODRIGUES DE LIMASistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD » Consultas » Geral | internet | tela | menu | ajuda

Tela Inicial | Resultado da Consulta

Consulta Geral

Canal/Freq	Entidade	UF	Localidade	Serviço	Fase	Situação	Car.
250	RADIO E TV SCHAPPO LTDA	AL	Major Isidoro	FM	1		
214	RADIO E TV SCHAPPO LTDA	AL	Pilar	FM	C		
267	RADIO E TV SCHAPPO LTDA	MA	Imperatriz	FM	1		
267	RADIO E TV SCHAPPO LTDA	SP	Guarujá	FM	C		
257	RADIO E TV SCHAPPO LTDA	SP	Miguelópolis	FM	1		
253	RADIO E TV SCHAPPO LTDA	SP	São Sebastião	FM	1		
5+	RADIO E TV SCHAPPO LTDA	PI	Parnaíba	TV	1		


Usuário: anatel\mariamonica - MARIA MONICA FURTADO RODRIGUES DE LIMA

Data: 10/03/2011

Hora: 18:08:07

Registro 1 até 7 de 7 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

Comunicações
Fls. 105
Rubrica
CEL 730 Ministério das Comunicações

Destaque do Governo

**ANATEL**Agência Nacional
de TelecomunicaçõesSistemas
Interativos Menu Principal ▾

SIACCO » » Consultas Gerais » » Perfil das Empresas

menu ajuda



Dados da consulta



Consulta

Perfil das Empresas - RADIO E TV SCHAPPO LTDA**CNPJ:** 04503353000165**Presidente:****Endereço:** RUA SAO GONCALO - CENTRO**E-mail:****Capital Social:** 250.000,00**Reserva de Capital:****Total:** 250.000,00**Quadro Societário**

CNPJ / CPF	NOME	Qtd. Cotas	Vir. Cotas
012.773.576-33	SIMONY OLIVEIRA MARTINS	25.000	25.000,00
526.401.089-72	EVANDRO JOSE SCHAPPO	225.000	225.000,00

Conselho**Diretoria**

CNPJ / CPF	NOME	Cargo	INDICAÇÃO
526.401.089-72	EVANDRO JOSE SCHAPPO	GERENTE	

Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]



Voltar



Imprimir



Exportar Excel

CEL.
730
Roberto
166
das
comunic
das

Ministério das Comunicações

Destaques do Governo

**ANATEL**Agência Nacional
de TelecomunicaçõesBOA NOITE
MARIA MONICA FURTADO RODRIGUES DE LIMASistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » **Consulta Participação do Sócio -
RADIODIFUSÃO**

internet | tela | menu | ajuda



Dados da consulta



Resultado

Consulta Participação do Sócio - EVANDRO JOSE SCHAPPO

Serviço	UF	Município	Nome Entidade
230	AL	Major Isidoro	RADIO E TV SCHAPPO LTDA
230	MA	Imperatriz	RADIO E TV SCHAPPO LTDA
248	PI	Parnaíba	RADIO E TV SCHAPPO LTDA
230	SP	Miguelópolis	RADIO E TV SCHAPPO LTDA
230	SP	São Sebastião	RADIO E TV SCHAPPO LTDA

Registro 1 até 5 de 5 registros

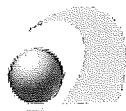
Página: [1] [Ir] [Reg]

Voltar



Ministério das Comunicações

Destaques do Governo

**ANATEL**Agência Nacional
de Telecomunicações

MARIA MONICA FURTADO RODRIGUES DE LIMA

BOA NOITE

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » **Consulta Participação do Sócio -
RADIODIFUSÃO**

internet | tela | menu | ajuda



Dados da consulta



Resultado

Consulta Participação do Sócio - SIMONY OLIVEIRA MARTINS

Serviço	UF	Município	Nome Entidade
230	AL	Major Isidoro	RADIO E TV SCHAPPO LTDA
230	MA	Imperatriz	RADIO E TV SCHAPPO LTDA
248	PI	Parnaíba	RADIO E TV SCHAPPO LTDA
230	SP	Miguelópolis	RADIO E TV SCHAPPO LTDA
230	SP	São Sebastião	RADIO E TV SCHAPPO LTDA

Registro 1 até 5 de 5 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

Voltar



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Min. das Comunicações
Ass. 16
Rubrica:
CEL.

CONCORRÊNCIA : 013/2001-SSR/MC
PROCESSO ESPECÍFICO : 53103.000252/2001 (Cópia nº 02)

DESPACHO MC/CEL/PRESI/N.º 088 /2011

A cópia nº 02 dos autos do processo em referência, que trata da Concorrência 013/2001-SSR/MC, na qual a RÁDIO E TV SCHAPPO LTDA. sagrou-se vencedora para executar o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no Município de Pilar, Estado de Alagoas, retornou da Casa Civil da Presidência da República para nova instrução do processo, caso haja necessidade.

Tendo em vista que as pesquisas realizadas no SRD – Sistema de Controle de Radiodifusão e do SIACCO – Sistema de Acompanhamento de Controle Societário da ANATEL, extratos às fls. 164/167, informam que a entidade em comento, bem como os participantes de seu quadro societário, não extrapolaram os limites previstos no Decreto-Lei nº 236/67 e que não há fato novo que obste o prosseguimento do feito, encaminhamos cópia dos autos à Consultoria Jurídica para manifestação.

Brasília (DF), 17 de março de 2011.


ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão Especial de Licitação



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DA CONSULTORIA JURÍDICA

CONJUR
Fls. 169
Rubrica
M. das
Comunicações

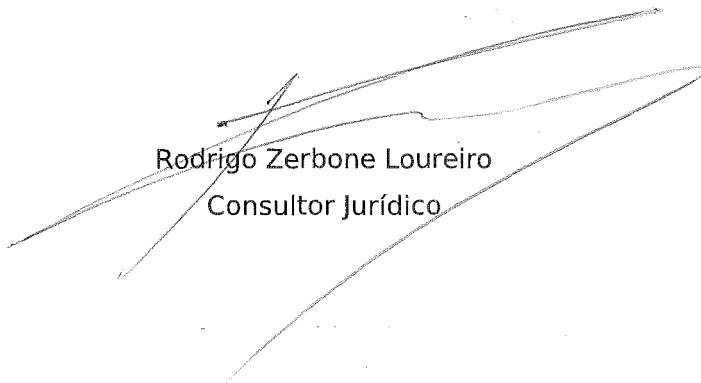
COTA nº 052/2011/RZL/ CONJUR-MC/AGU
Processo nº 53103.000252/2001 (cópia 2)
Interessado: RÁDIO E TV SCHAPPO LTDA.

Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica,

Após nova análise dos autos do processo em epígrafe solicitada por essa Secretaria, ratifico os termos do PARECER/AGU/CONJUR-MC/DLL/Nº 0167-2.17/2010 desta Consultoria Jurídica às fls. 159 a 162, bem como informo a regularidade da minuta de ato anexa aos autos, conforme a legislação aplicável.

Dessa forma, encaminho o processo a essa d. Secretaria para as providências necessárias.

Brasília, 31 de março de 2011.


Rodrigo Zerbone Loureiro
Consultor Jurídico



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES


EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 013/2001 – SSR/MC

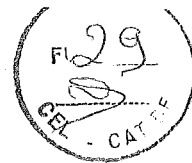
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

PERMISSÃO DE FM

Brasília-DF, Março de 2001

ÍNDICE

1. OBJETO
 2. DISPOSIÇÕES INICIAIS
 3. IMPUGNAÇÃO DO EDITAL
 4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
 5. REQUISITOS PARA HABILITAÇÃO DAS PROPONENTES
 6. CRITÉRIOS PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA
 7. CRITÉRIOS PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA
 8. APRESENTAÇÃO E RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, DA PROPOSTA TÉCNICA E DA PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA
 9. ABERTURA E APRECIAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
 10. ABERTURA, ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA
 11. ABERTURA, ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA
 12. ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO
 13. RECURSOS E IMPUGNAÇÕES
 14. PENALIDADES
 15. DISPOSIÇÕES FINAIS
 16. ANEXOS
- 



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

CONCORRÊNCIA N.º 013/2001- SSR/MC
EDITAL

O MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, neste ato representado por seu Titular, torna público que estará recebendo dos interessados em participar desta Licitação, simultaneamente, a Documentação de Habilitação, as Propostas Técnicas e as Propostas de Preço pela Outorga, doravante denominadas simplesmente Propostas, para a Exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada, nas localidades indicadas no ANEXO I, na data de 21/05/2001, às 9:00 horas, na Delegacia do Ministério das Comunicações, no Estado de Pernambuco, situada à Rua Quarenta e Oito, 149 - Bairro Espinheiro - Recife/PE.

A licitação, na modalidade Concorrência, será julgada pelo critério de maior valor da média ponderada da pontuação da Proposta Técnica e da Proposta de Preço pela Outorga.

A presente licitação reger-se-á pela Lei nº 4.117, de 27/08/62, pelo Decreto-lei nº 236, de 20/05/63, pela Lei nº 5.785, de 23/06/72, pelo Decreto nº 52.026, de 20/05/63, pelo Decreto nº 52.795, de 31/10/63 e suas alterações, pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, assim como pelos Regulamentos Técnicos específicas do serviço.

1. OBJETO

1.1 O objeto desta Concorrência é a outorga de Concessão para a exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada, em cada uma das localidades indicadas no ANEXO I, pelo prazo de 10 anos.

2. DISPOSIÇÕES INICIAIS

2.1 Quaisquer consultas sobre o conteúdo do Edital e de seus Anexos, deverão ser dirigidas ao Presidente da Comissão Especial de Licitação, mediante requerimento, a ser protocolizado diretamente ou através de objeto registrado, via postal, na Delegacia do Ministério das Comunicações, no Estado de Pernambuco, situado conforme a seguir indicado, até 20 (vinte) dias antes da data fixada para recebimento da Documentação de Habilitação, da Proposta Técnica e da Proposta de Preço pela Outorga, devendo conter, sob pena de não conhecimento:

Externamente:

Ao
Presidente da Comissão Especial de Licitação
Licitação de Radiodifusão - SSR/MC
Rua Quarenta e Oito, 149
Bairro : Espinheiro
CEP : 51020-060 - Recife/PE

- a) identificação e qualificação da requerente;
- b) objeto do requerimento, com a indicação clara dos itens dos documentos questionados;
- c) fundamentação do pedido;
- d) data, nome e assinatura.

2.2 A Comissão Especial de Licitação responderá às consultas até cinco dias antes da data fixada para recebimento da Documentação de Habilitação, da Proposta Técnica e da Proposta de Preço pela Outorga, fazendo publicar no Diário Oficial da União e em jornal de grande circulação no Estado, o local e as condições pelas quais os interessados poderão obter cópias dos esclarecimentos. As consultas e respostas formuladas estarão disponibilizadas ao público em geral na salas de vistas das Comissões e na página da Internet do Ministério das Comunicações (<http://www.mc.gov.br>).

2.2.1 Independentemente da solicitação dos interessados, a Comissão poderá expedir esclarecimentos sobre o instrumento convocatório, comunicando àqueles que o tiverem adquirido e disponibilizando-os nas Secretarias das Comissões e na página da Internet do Ministério das Comunicações (<http://www.mc.gov.br>).

2.3 Antes do recebimento da Documentação de Habilitação e das Propostas, este Edital poderá ser alterado por razões de interesse público ou por exigência legal. Em qualquer caso, se a modificação a ser realizada afetar a formulação dos Documentos de Habilitação e das Propostas, a autoridade signatária do Edital fará publicar no Diário Oficial da União, aviso de alteração do Edital, fixando nova data para apresentação dos referidos Documentos de Habilitação e Propostas, com prazo não inferior àquele inicialmente estabelecido para esse fim.

2.4 O Ministro das Comunicações se reserva o direito de revogar a licitação, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal decisão. Deverá anulá-la diante de ilegalidade, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

2.4.1 O recurso contra o ato de revogação ou anulação da licitação observará o disposto no artigo 109, inciso I, alínea "c" e § 4º da Lei n.º 8.666/93.

2.4.2 Não caberá qualquer indenização às proponentes em caso de revogação ou anulação do presente Edital.

2.5 Para efeito de contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento.

2.5.1 Se na data marcada não houver expediente normal na referida Delegacia do Ministério das Comunicações, considerar-se-á o evento transferido para o primeiro dia útil seguinte, salvo manifestações em contrário da autoridade competente previamente divulgada.

2.6 A proponente, executante ou não do serviço de radiodifusão, que participar de licitação em várias localidades e sendo a vencedora, terá a quantidade de outorgas computadas a partir da assinatura, pelo Ministro das Comunicações, dos atos de outorga referentes às

3

primeiras localidades, até atingir o limite de outorgas estabelecido no artigo 12 do Decreto-lei nº 236/67 e, será desclassificada nas demais localidades.

3. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

3.1 Eventuais impugnações ao Edital serão recebidas até o quinto dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de Documentação de Habilitação e Propostas.

3.2 O não oferecimento, no prazo legal, de impugnação ao Edital e a subsequente entrega da Documentação de Habilitação e das Propostas, pressupõe que a proponente tem dele pleno conhecimento e que aceita incondicionalmente os seus termos, vedadas alegações posteriores de desconhecimento ou discordância de suas cláusulas ou condições, bem como das normas regulamentares pertinentes.

3.3 Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital a proponente que, mesmo indicando falhas ou irregularidades que o viciaram, não o fizer no prazo estabelecido no subitem 3.1, hipótese em que a correspondente comunicação não terá efeito de recurso.

3.4 Acolhida a impugnação, e havendo alteração das disposições do Edital, substancial ou relevante para a preparação da Documentação de Habilitação e das Propostas a Comissão Especial de Licitação divulgará aviso no Diário Oficial da União, e reabrirá o prazo inicialmente estabelecido para a apresentação da Documentação de Habilitação e das Propostas.

4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 Em consonância com o art. 7º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, poderão participar desta licitação:

4.1.1 As sociedades nacionais por ações nominativas ou por cotas de responsabilidade limitada, desde que ambas, ações ou cotas, sejam subscritas exclusivamente por brasileiros natos, brasileiros naturalizados há mais de dez anos ou portugueses com igualdade de direitos civis reconhecida;

4.1.2 As Fundações.

4.2 É vedada a participação na licitação de pessoa jurídica que se enquadrar nas seguintes situações:

4.2.1 Que tenha sido declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, ou ainda, que esteja com o direito de licitar e contratar com o Ministério das Comunicações suspenso;

4.2.2. Cuja falência haja sido declarada ou que esteja em regime de concordata;

4.2.3 Que execute o mesmo tipo de serviço na localidade objeto de execução do serviço, ou que venha a exceder os limites previstos no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28/02/67.

4.3 Cada proponente deverá apresentar uma única Documentação de Habilitação por Edital. As Propostas Técnica e as Propostas de Preço pela Outorga deverão ser apresentadas individual e separadamente por localidade de execução do serviço.

4.4 Não será admitida a inclusão de documento adicional ou, ainda, a substituição ou alteração dos já entregues, qualquer que seja a justificativa apresentada pela proponente.

4.5 Para os efeitos da presente licitação e da contratação respectiva é vedada a subpermissão.

5. REQUISITOS PARA A HABILITAÇÃO DAS PROPONENTES

5.1 Para habilitar-se, a proponente estará obrigada a satisfazer as exigências relativas à Habilitação Jurídica, Qualificação Econômico-Financeira e Regularidade Fiscal, devendo apresentar, em 1 (uma) via, no Conjunto nº 1, os documentos, certidões, declarações e atestados a seguir especificados.

5.2 A proponente deverá provar sua Habilitação Jurídica com a apresentação de:

5.2.1 Ato constitutivo e suas alterações, ou a sua consolidação, devidamente registrados ou arquivados na repartição competente, constando dentre seus objetivos a execução de Serviço de Radiodifusão, bem assim, no caso de sociedade por ações, cópia da ata da Assembléia Geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas, em que conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio; no caso de Fundações, apresentar, também, cópia da ata da Assembléia Geral que elegeu a diretoria;

5.2.2 Cópia do ato de assentimento prévio emitido pelo órgão competente, se a localidade de execução do serviço, objeto do Edital, constar da relação dos municípios brasileiros da faixa de fronteira, publicados pela Diretoria de Geociências do IBGE, observado o art.9º do Decreto nº 85.064 de 26 de agosto de 1980;

5.2.3 Declaração, conforme ANEXO II, firmada pelos dirigentes.

5.2.4 Prova da condição de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, dos sócios e dirigentes da proponente, feita mediante a apresentação, somente, de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento, certidão de casamento, certificado de reservista, título de eleitor, carteira profissional, carteira de identidade, ou comprovante de naturalização ou, para os portugueses, comprovante de reconhecimento de igualdade de direitos civis;

5.2.5 Certidões dos Cartórios Distribuidores Cíveis e Criminais e do de Protestos de Títulos dos locais de residência dos dirigentes, nos últimos 5 (cinco) anos, bem assim das localidades onde exercem ou exerceram, no mesmo período, atividades econômicas; as certidões deverão ser firmadas, emitidas ou revalidadas em data não superior a noventa dias anteriores à data marcada para abertura do recebimento da documentação e propostas;

5.2.6 Prova de que os dirigentes estão QUITES com suas obrigações eleitorais, mediante certidão fornecida pela Justiça Eleitoral;

5.3 A proponente deverá comprovar sua qualificação econômico-financeira mediante:

5.3.1 Para as proponentes em atividade, apresentação do Balanço Patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

5.3.2 Para as proponentes que, de acordo com a legislação, na data de apresentação da Documentação de Habilitação e das Propostas, não tenham apurado as demonstrações financeiras referentes ao seu primeiro exercício social, e para as proponentes criadas exclusivamente para a execução do serviço de radiodifusão e inativas, apresentação do balanço de abertura, levantado em até 30 dias após a data da sua constituição e em conformidade com todos os requisitos da legislação societária e comercial;

5.3.3 A proponente será considerada em boa situação financeira, e portanto apta a assumir os compromissos decorrentes da execução do objeto da licitação, quando o exame de seu balanço patrimonial e de suas demonstrações contábeis ou do seu balanço de abertura, devidamente atualizado, apresentados na forma dos subitens 5.3.1 e 5.3.2, comprove que seu patrimônio líquido possui valor igual ou superior a 10% do valor do Preço Mínimo constante do Anexo I e que resulte na verificação do Índice de Solvência maior ou igual a 1,0 (um vírgula zero), segundo a fórmula abaixo:

$$IS = AT \div (PC + ELP) \geq 1,0$$

onde:

IS : Índice de Solvência

AT : Ativo Total

PC : Passivo Circulante

ELP : Exigível a Longo Prazo

5.3.4 Apresentação de certidão negativa de pedido de falência ou concordata, expedida pelos distribuidores da sede da proponente ou da comarca a que pertença, com data não anterior a 90 (noventa) dias daquela referida no preâmbulo deste Edital;

5.4 A proponente deverá comprovar sua regularidade fiscal mediante:

5.4.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica CNPJ/MF, no cadastro de contribuintes estadual e no cadastro de contribuintes municipal, relativos à sede da pessoa jurídica;

5.4.1.1 A proponente, cuja sede estiver localizada em Municípios e Estados onde haja isenção de inscrição, deverá apresentar Declaração de Isenção emitida pelo órgão competente;

5.4.2 Prova de regularidade relativa a:

a) Previdência Social;

b) Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.

5.4.3 Certidão de regularidade fiscal passada por órgão do lugar da sede da proponente, ou equivalente, na forma da lei:

6

- a) da Receita Federal ;
- b) da Procuradoria da Fazenda Nacional;
- c) da Fazenda Estadual ou do Distrito Federal e;
- d) da Fazenda Municipal

5.4.4 Os documentos exigidos nos subitens 5.4.1, 5.4.2 e 5.4.3 deverão ter validade na data de recebimento das propostas;

6. CRITÉRIOS PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

6.1 Para fins de pontuação, a proponente deverá elaborar e apresentar a Proposta Técnica conforme ANEXO III deste Edital, por localidade de execução do serviço, informando:

6.1.1 Tempo total diário de funcionamento da emissora, observadas as condições estabelecidas no subitem 10.7.1.1, preenchendo o item 1 (um) do modelo apresentado no ANEXO III;

6.1.2 O percentual do tempo total diário de funcionamento da emissora destinado a programas jornalísticos, educativos e informativos, observadas as condições estabelecidas no subitem 10.7.1.2 do Edital, preenchendo o item 2 (dois) do modelo apresentado no ANEXO III;

6.1.3 O percentual do tempo total diário de funcionamento da emissora destinado ao serviço noticioso, observadas as condições estabelecidas no subitem 10.7.1.3 do Edital, preenchendo o item 3 (três) do modelo apresentado no ANEXO III;

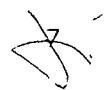
6.1.4 O percentual do tempo total diário de funcionamento da emissora destinado a programas culturais, artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, observadas as condições estabelecidas no subitem 10.7.1.4 do Edital e preenchendo o item 4 (quatro) do modelo apresentado no ANEXO III;

6.1.5 O percentual do tempo total diário de funcionamento da emissora destinado a serviço noticioso produzido e gerado na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, observadas as condições estabelecidas no subitem 10.7.1.5 do Edital e preenchendo o item 5 (cinco) do modelo apresentado no ANEXO III;

6.1.6 O prazo, em meses, para início da execução do serviço em caráter definitivo, a partir da vigência da outorga, observadas as condições estabelecidas no subitem 10.7.1.6 do Edital, preenchendo o item 6 (seis) do modelo apresentado no ANEXO III.

6.2 A Proposta Técnica deverá ser datada e assinada pelos dirigentes da proponente.

6.3 A proponente que estabelecer na sua Proposta Técnica o tempo mínimo para funcionamento da emissora de 2/3 (dois terços) das horas a que estão autorizadas a funcionar, conforme previsto no artigo 54 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963 e, a





qualquer momento aumentar o tempo de funcionamento da emissora, terá os percentuais propostos calculados com base nesse novo horário de funcionamento.

6.4 A Proposta Técnica apresentada pela proponente vencedora será anexada ao Contrato de Adesão de Permissão, constituindo-se parte integrante dele.

7. CRITÉRIOS PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA

7.1 A Proposta de Preço pela Outorga, por localidade de execução do serviço, deverá ser apresentada na forma do ANEXO IV.

7.2 A proponente deverá indicar o valor da importância que se propõe a pagar pela outorga, por extenso, em moeda corrente do País, que será pago em duas parcelas iguais, preenchendo o ANEXO IV.

7.3 O pagamento da primeira parcela deverá ser comprovado por ocasião da assinatura do Contrato de Adesão de Permissão, e a segunda parcela deverá ser paga no prazo de até doze meses a contar da data do referido contrato.

7.4 O valor proposto para pagamento da outorga não poderá ser inferior ao valor mínimo fixado para a outorga, estabelecido no ANEXO I.

7.5 A Proposta de Preço pela Outorga apresentada pela proponente vencedora será anexada ao Contrato de Adesão de Permissão, constituindo-se parte integrante deste.

8. APRESENTAÇÃO E RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, DA PROPOSTA TÉCNICA E DA PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA

8.1 A proponente deverá apresentar uma única Documentação de Habilitação, mesmo que deseje apresentar Propostas para mais de 1 (uma) localidade de execução do serviço objeto deste Edital.

8.1.1 As Propostas Técnicas e Propostas de Preço pela Outorga deverão ser apresentadas individualmente e separadas para cada uma das localidades de prestação do serviço objeto deste Edital, de interesse da proponente.

8.2 Os Documentos de Habilitação e as Propostas deverão ser entregues, pessoalmente, pelo(s) dirigente(s) ou procurador(es) da proponente, na forma indicada no preâmbulo deste Edital, sendo vedada sua remessa via postal ou por qualquer outra forma não prevista neste Edital.

8.2.1 O(s) dirigente(s) das proponentes ou seu(s) procurador(es), detentor(es) de poderes suficientes, deverão comprovar suas qualificações por meio da apresentação:

- a) da documentação prevista no subitem 5.2.1 deste Edital, no caso de dirigente(s);

b) de instrumento público ou particular de mandato, neste último caso com firma reconhecida, conforme Modelo do ANEXO VI, a ser entregue em separado, no ato de apresentação da Documentação de Habilitação e das Propostas respectivas, no caso de procurador(es).

8.2.1.1 Em qualquer caso, o(s) responsável(eis) pela entrega da Documentação de Habilitação e das Proposta deverá(ão) apresentar, no ato respectivo, sua carteira de identidade ou documento equivalente.

8.3 A Documentação de Habilitação e as Propostas deverão ser apresentadas separadamente, em invólucros distintos, indevassáveis, opacos, fechados e rubricados em todas as partes coladas, designados como Conjunto nº 1, Conjunto nº 2 e Conjunto nº 3, sendo os 2 (dois) últimos, por localidade de prestação de serviço de interesse da proponente, contendo na parte externa, obrigatoriamente, os seguintes dizeres:

<p align="center">CONJUNTO Nº 1 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO Edital da Concorrência nº ____/____ – SSR/MC SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO</p>	
Localidade(s) de Prestação do	(indicar a localidade de interesse)
Razão Social da Proponente:	(indicar a Razão Social)
<p align="center"><u>Conteúdo:</u> Conjunto nº 1 – Documentação de Habilitação: Habilitação Jurídica Qualificação Econômico-Financeira Regularidade Fiscal</p>	

<p align="center">CONJUNTO Nº 2 – PROPOSTA TÉCNICA Edital da Concorrência nº ____/____ – SSR/MC SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO</p>	
Localidade de Prestação do Serviço:	(indicar a localidade de interesse)
Razão Social da Proponente:	(indicar a Razão Social)
<p align="center"><u>Conteúdo:</u> Conjunto nº 2: Proposta Técnica</p>	

[Handwritten signature]

CONJUNTO N° 3 - PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA
Edital da Concorrência n° ____ / ____ - SSR/MC
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

Localidade de Prestação do Serviço: (indicar a localidade de interesse)

Razão Social da Proponente: (indicar a Razão Social)

Conteúdo:

Conjunto n° 3:

Proposta de Preço pela Outorga

8.3.1 A inclusão, pela proponente, entre os Documentos de Habilitação ou das Propostas, de qualquer elemento que implique violação do sigilo de uma delas, acarretará em desclassificação.

8.3.2 Será recusado o invólucro que não contiver a indicação externa de seu conteúdo, conforme estabelecido no item 8.3.

8.3.3 Recomenda-se que, na elaboração dos Documentos de Habilitação e das Propostas, os aspectos essenciais e os quesitos formulados nos itens e subitens do presente Edital, constem de um índice visando a facilitar sua localização.

8.4 Entregues os invólucros, não será admitida a inclusão de documento adicional ou, ainda, a substituição ou alteração dos já entregues, qualquer que seja a justificativa apresentada pela proponente.

8.5 Todos os documentos, incluindo as declarações e atestados, deverão conter a qualificação do(s) seu(s) signatário(s) e a descrição dos fatos ou identificação dos eventos que comprovem o atendimento das exigências formuladas.

8.6 A Proposta Técnica e a Proposta de Preço pela Outorga, não poderão conter rasuras, emendas ou entrelinhas, mesmo que ressalvadas e, deverão ser preferencialmente, datilografadas ou impressas em papel tamanho A4 (A quatro), com, até, 44 linhas por página e letras no tamanho 14 pontos.

8.7 O conteúdo dos Conjuntos dos Documentos de Habilitação, da Proposta Técnica e da Proposta de Preço pela Outorga, deverá ser apresentado em 1 (uma) via, rubricada pelo representante legal da proponente no rodapé de cada folha, devendo, preferencialmente, cada uma das folhas estar numerada seqüencial e continuamente, por Conjunto, no ângulo superior direito.

8.8 Os documentos deverão ser apresentados em via original ou cópia legível autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração ou, quando for o caso, na forma de publicação em órgão da imprensa oficial.

8.9 As procurações e as declarações apresentadas na forma prevista neste Edital deverão, sob pena de não aceitação, se fazer acompanhar de comprovação, na forma da lei, de que

10

seus signatários têm, no âmbito da sociedade outorgante ou declarante, poderes bastantes para a prática daquele ato.

9. ABERTURA E APRECIÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1 As atribuições da Comissão Especial de Licitação e das Comissões de Assessoramento Técnico, bem como os trabalhos a serem por elas desenvolvidos, estão estabelecidas na Portaria MC nº 811, de 29/12/97, DOU de 30/12/97, suas alterações, legislação específica, bem como o estabelecido neste Edital.

9.2 É facultada às Comissões, autorizadas pelo Presidente da Comissão Especial de Licitação, ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução da licitação, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no original da Documentação de Habilitação e das Propostas.

9.3 De todas as sessões das Comissões, públicas ou não, será lavrada ata que, lida e aprovada, será assinada obrigatoriamente por seus membros e, no caso de reunião pública, também, pelos representantes legais das proponentes presentes.

9.4 Nas sessões públicas das Comissões, o Presidente solicitará aos representantes legais das proponentes que assinem a lista de presença, na qual indicarão a pessoa jurídica que representam e a respectiva qualificação, confrontando com os documentos exibidos no ato.

9.4.1 Somente um representante legal de cada proponente poderá manifestar-se em seu nome e assinar a ata, exceto quando a ocorrência de fatos supervenientes, durante a sessão, obrigue a sua substituição.

9.4.1.1 Cada proponente poderá ter mais de 1 (um) representante legal para rubricar os invólucros fechados e os documentos, após a abertura dos invólucros, que agirão sempre isoladamente.

9.4.1.2 O representante legal poderá manifestar-se em nome da proponente, bem como rubricar os invólucros fechados, a Documentação de Habilitação e as Propostas das demais proponentes, referentes apenas a(s) localidade(s) de prestação do serviço de seu interesse.

9.4.2 Nas sessões públicas das Comissões, o Presidente determinará a inclusão em ata, quando necessário, de eventuais manifestações dos representantes das proponentes, reduzindo-as a termo, o qual ficará anexo à ata da sessão.

9.4.3 Os representantes das proponentes não poderão interromper a leitura de qualquer documento, devendo solicitar a palavra, pela ordem, ao Presidente da Comissão. Não será admitido aparte nem discussão paralela entre os representantes das proponentes. O Presidente, para boa ordem dos trabalhos, fará as advertências cabíveis, inclusive, se não atendido, solicitará a retirada daqueles que estiverem, de qualquer forma, dificultando o bom andamento da sessão.

9.4.4 No dia, hora e local designados para as sessões públicas, a Comissão receberá, simultaneamente, a Documentação de Habilitação, a Proposta Técnica e a Proposta de Preço pela Outorga por localidade de prestação de serviço, em invólucros distintos, de acordo com o

Capítulo 8 deste Edital, que serão rubricados em todas as partes coladas, pelos representantes legais das proponentes, verificando a identificação dos invólucros, bem como a de seus respectivos representantes.

9.4.5 O Presidente, anunciará o nome de cada proponente, estabelecendo o critério para a abertura do Conjunto nº 1 - Documentação de Habilitação.

9.4.6 Após a abertura do(s) Conjunto(s) nº 1, por localidade, e rubrica dos Documentos de Habilitação pelos membros da Comissão e por um representante de cada proponente, a sessão será mantida em aberto pelo Presidente, que disponibilizará a documentação das proponentes para verificação.

9.4.7 Encerrada a sessão, o Presidente determinará o recolhimento de toda a Documentação, para os fins de organização, autuação e remessa dos autos à Comissão Especial de Licitação.

9.5 A Comissão Especial de Licitação analisará, pela ordem, a conformidade dos Documentos de Habilitação com os termos do Edital e legislação específica, procedendo a publicação dos conceitos de **Habilitada** e **não Habilitada**, resultantes da análise, no Diário Oficial da União, intimando as proponentes para:

- a) interposição de recurso contra habilitação de terceiros;
- b) interposição de recurso contra a própria inabilitação.

9.5.1 Superada esta etapa da fase de habilitação, a Comissão Especial de Licitação publicará Aviso no Diário Oficial da União, intimando as proponentes para:

- a) apresentação de impugnação a recursos interpostos.

9.5.2 A publicação de que trata o subitem anterior, para os fins de cientificação das proponentes, deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

- a) a Unidade da Federação (UF);
- b) a localidade de execução do serviço;
- c) o número da Concorrência;
- d) o serviço ou serviços objeto de cada Concorrência;
- e) a indicação de existência ou não de recurso por localidade/concorrência/serviço.

9.6 A proponente julgada inabilitada fica impedida de participar das fases subseqüentes da licitação.

9.6.1 Após a fase de habilitação, serão devolvidos à proponente inabilitada, fechados, os invólucros relativos à sua Proposta Técnica (Conjunto nº 2) e Proposta de Preço pela Outorga (Conjunto nº 3), desde que não tenha havido recurso, ou após sua denegação.

9.7 Ultrapassada a fase de habilitação, as proponentes não serão mais desclassificadas por motivo relacionado à habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal, salvo em razão de fatos supervenientes, ou só conhecidos após a habilitação.

10. ABERTURA, ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA.

10.1 Transcorrido o prazo para interposição de recursos em relação à avaliação da Documentação de Habilitação ou após julgados os recursos interpostos, a Comissão convocará, com três dias úteis de antecedência, a Sessão Pública para abertura das Propostas Técnicas.

10.2. No local, dia e hora marcados para a sessão pública de abertura das Propostas Técnicas, a Comissão procederá à devolução das Propostas Técnicas e das Propostas de Preço pela Outorga, intactas, das proponentes inabilitadas na fase anterior, abrindo posteriormente, por localidade, as Propostas Técnicas (Conjuntos nº 2) das proponentes habilitadas.

10.2.1 Após a abertura dos Conjuntos nº 2 e rubrica dos documentos relativos às Propostas Técnicas pelos membros da Comissão e por um representante de cada proponente que tenha sido habilitada para aquela localidade, será informado pelo Presidente a data de início de vista aos processos.

10.2.2 O resumo dos atos praticados durante a sessão será lavrado em ata que deverá ser assinada pelos membros da Comissão e por um representante de cada proponente presente à sessão.

10.3 A Comissão Especial de Licitação analisará a conformidade da Proposta Técnica de cada uma das proponentes com os requisitos do Edital e atribuirá pontuação a cada proposta, por localidade de prestação do serviço, procedendo ao cálculo, conforme estabelecido no subitem 10.7 deste Edital.

10.4 Somente serão classificadas as Propostas Técnicas que obtiverem, pelo menos, a pontuação de 50 (cinquenta) pontos para os serviços enquadrados no grupo A, 60 (sessenta) pontos para os serviços enquadrados no grupo B e 70 (setenta) pontos para os serviços enquadrados no grupo C, conforme estabelecido no Decreto nº 52.795/63, alterado pelo Decreto nº 2.108/96, de 26/12/96 - Regulamento de Serviços de Radiodifusão.

10.5 A Comissão Especial de Licitação elaborará relatório circunstanciado da avaliação das Propostas Técnicas, lavrando a correspondente ata. O resultado da avaliação das Propostas Técnicas será publicado, por localidade de prestação do serviço, no Diário Oficial da União, abrindo-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação de recurso.

10.6 Será desclassificada a Proposta Técnica apresentada em desconformidade com o presente Edital e seus Anexos, ou manifestamente inexequível e incompatível com os objetivos da licitação.

10.7 CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA, POR LOCALIDADE DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO:

10.7.1 Para a pontuação das Propostas Técnicas das proponentes habilitadas, por localidade de prestação do serviço, será atribuída a seguinte pontuação:

10.7.1.1 A pontuação P1 relativa ao tempo total diário de programação da emissora (Tt), em horas, observado o tempo mínimo de funcionamento fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e suas alterações, será:

- a) $P1 = 0,75 \times (Tt - 16)$ pontos, para $16 < Tt \leq 24$
- b) Condição Mínima: $Tt = 16$ horas

10.7.1.2 A pontuação P2 relativa ao percentual do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, destinado a programas jornalísticos, educativos e informativos, de caráter geral (T), isto é, não incluindo o relativo ao subitem 10.7.1.4, será:

- a) $P2 = 65,0 \times [(\%T - 5) / (\%T + 5)]$, para $5\% \leq T \leq 8\%$
- b) Condição Mínima: $T = 5\%$

10.7.1.3 A pontuação P3 relativa ao tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, destinado a serviço noticioso, de caráter geral (T), isto é, não incluindo o relativo ao subitem 10.7.1.5., será:

- a) $P3 = 65,0 \times [(\%T - 5) / (\%T + 5)]$, para $5\% \leq T \leq 8\%$
- b) Condição Mínima: $T = 5\%$

10.7.1.4 A pontuação P4 relativa ao percentual do tempo total diário de funcionamento da emissora destinado a programas culturais, artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga (T), não incluindo o relativo ao subitem 10.7.1.2., será:

- a) $P4 = 78,0 \times [(\%T - 2) / (\%T + 2)]$, para $2\% \leq T \leq 4\%$
- b) Condição Mínima: $T = 2\%$

10.7.1.5 A pontuação P5 relativa ao percentual do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, destinado a serviço noticioso produzido e gerado na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da Outorga (T), não incluindo o relativo ao subitem 10.7.1.3., será:

- a) $P5 = 18,0 \times [(\%T - 2) / (\%T + 2)]$, para $2\% \leq T \leq 4\%$
- b) Condição Mínima: $T = 2\%$

10.7.1.6 A pontuação P6 relativa ao prazo em meses (Pz), para iniciar a execução do serviço em caráter definitivo, será:

a) $P6 = 8 + 40 \times [(36 - Pz) / (36 + Pz)]$, para $9 \leq Pz \leq 36$

B) Condição Mínima: Pz = 36 meses

10.7.2 A programação constante da Proposta Técnica não deverá conter os percentuais relativos aos limites de tempo fixados e exigidos para cada tipo de programação, conforme determinado pelo art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963.

10.7.3 A valoração da Proposta Técnica da proponente (PT), será obtida pela soma dos pontos resultantes da verificação do enquadramento da mesma no disposto em cada quesito constante do subitem 10.7.1., conforme a seguir:

$PT = (P1 + P2 + P3 + P4 + P5 + P6)$ pontos.

10.8 O prazo de validade das Propostas é de 60 (sessenta) dias, findo o qual, as mesmas estarão automaticamente revalidadas por iguais e sucessivos períodos. Caso a proponente não pretenda manter válidas suas propostas até o final do processo licitatório, deverá se manifestar por escrito à Comissão Especial de Licitação, até cinco dias antes do transcurso de cada período.

11. ABERTURA, ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA

11.1 Transcorrido o prazo para interposição de recursos em relação à avaliação das Propostas Técnicas ou, após julgados os recursos interpostos, a Comissão convocará, com três dias úteis de antecedência, a sessão pública para abertura das Propostas de Preço pela Outorga.

11.2 No local, dia e hora marcados para a sessão pública de abertura das Propostas de Preço pela Outorga, a Comissão procederá à devolução das Propostas Técnicas, intactas, das proponentes cuja Proposta Técnica tenha sido desclassificada, por localidade de prestação do serviço.

11.3 Proceder-se-á então à abertura dos Conjuntos nº 3 e rubrica dos documentos relativos às Propostas de Preço pela Outorga pelos membros da Comissão e por um representante de cada proponente que tenha sido classificada naquela localidade.

11.4 A análise da Proposta de Preço pela Outorga será iniciada pela verificação de sua conformidade com o Edital e seus Anexos.

11.4.1 Será desclassificada a Proposta de Preço pela Outorga em desconformidade com o Edital e seus Anexos, ou financeiramente incompatível com os objetivos da Licitação, em especial as de valor zero, as de valor simbólico ou irrisório e aquelas cujo valor seja incompatível com os custos envolvidos na execução.

11.5 Será atribuída a pontuação à Proposta de Preço pela Outorga, por localidade, das proponentes, cujas Propostas Técnicas tenham sido classificadas. O critério de pontuação utilizará a seguinte fórmula:

$PP = 50 + 50 \times [(Vof - Vmin) / Vof]$ (Grupo de enquadramento A)

$PP = 60 + 40 \times [(Vof - Vmin) / Vof]$ (Grupo de enquadramento B)

$PP = 70 + 30 \times [(Vof - Vmin) / Vof]$ (Grupo de enquadramento C)

PP = Pontuação da Proposta de Preço pela Outorga

Vof = Valor do Preço ofertado pela Outorga

Vmin = Valor Mínimo fixado para a Outorga

11.6 O prazo de validade das Propostas é de 60 (sessenta) dias, findo o qual, as mesmas estarão automaticamente revalidadas por iguais e sucessivos períodos. Caso a proponente não pretenda manter válidas suas propostas até o final do processo licitatório, deverá se manifestar por escrito à Comissão Especial de Licitação, até cinco dias antes do transcurso de cada período.

11.7 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, POR LOCALIDADE DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO:

11.7.1 Será considerada vencedora da Licitação, por localidade de prestação do serviço, a proponente habilitada e classificada na Proposta Técnica e na Proposta de Preço pela Outorga, que obtiver o maior valor expresso pela seguinte fórmula:

$VP = (0,90 PT + 0,10 PP)$ pontos (Grupo A)

$VP = (0,50 PT + 0,50 PP)$ pontos (Grupo B)

$VP = (0,10 PT + 0,90 PP)$ pontos (Grupo C)

onde,

VP : Valor ponderado das pontuações da Proposta Técnica e da Proposta de Preço pela Outorga da proponente;

PT : Valor da pontuação da Proposta Técnica da proponente;

PP : Valor da pontuação da Proposta de Preço pela Outorga da proponente.

11.8 Ocorrendo, em relação a uma mesma localidade de prestação do serviço, empate entre duas ou mais proponentes, a seleção far-se-á, obrigatoriamente, por sorteio.

11.9 Concluída a fase de julgamento, o resultado final, por localidade de prestação do serviço, constará de ata e será publicado no Diário Oficial da União.

11.10 Transcorrido o prazo legal de 5 (cinco) dias úteis para interpor recursos, a partir da divulgação do resultado final, sem que eles tenham sido apresentados, ou julgados os recursos interpostos, a Comissão tomará as providências relativas à adjudicação à proponente vencedora.

12. ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1 A permissão será adjudicada à proponente que tiver se habilitado e cujas Propostas Técnica e de Preço pela Outorga tiverem sido classificadas para a respectiva localidade de execução do serviço, e que tiver apresentado o maior resultado conforme o subitem 11.7.1.

12.2 A proponente deverá apresentar à Comissão Especial de Licitação, até 30 (trinta) dias após a publicação da homologação do resultado da licitação, cópia do ato de assentimento prévio emitido pelo órgão competente, se a localidade de execução do serviço, objeto do Edital, constar da relação dos municípios brasileiros da faixa de fronteira, publicados pela Diretoria de Geociências do IBGE, observado o art. 9º do Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980.

12.3 O Contrato de Adesão de Permissão a ser firmado entre o Ministério das Comunicações e a adjudicatária, por localidade de execução do serviço, terá como objeto o constante no Capítulo 1 deste Edital.

12.4 A assinatura do Contrato de Adesão de Permissão, por localidade de execução do serviço, dar-se-á após a ratificação do ato de outorga pelo Congresso Nacional.

12.5 A adjudicatária terá o prazo de até 60 (sessenta) dias para a assinatura do Contrato, a partir da data de publicação do decreto legislativo que ratificar o ato de outorga da permissionária.

12.5.1 O Ministério das Comunicações convocará a adjudicatária para a assinatura do contrato, no intervalo do prazo indicado no item 12.6, com 10 (dez) dias de antecedência;

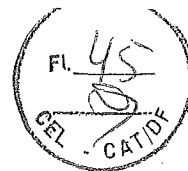
12.6 Se a empresa vencedora não efetuar o pagamento da primeira parcela no prazo estabelecido, decairá do direito de assinar o Contrato de Adesão de Permissão, devendo o Ministério das Comunicações convocar a segunda colocada, a qual deve aceitar as mesmas condições ofertadas pela primeira colocada, inclusive no que se refere aos termos de suas Propostas Técnica e Proposta de Preço pela Outorga, as quais se tornarão parte integrante do Contrato;

12.7 A empresa convocada para assumir o lugar da eliminada poderá se manifestar no ato, por escrito, ou no máximo em dois dias úteis, após a Comissão efetuar a convocação respectiva. A não manifestação no prazo estabelecido será entendida como não aceitação da convocação, sendo convocada a próxima proponente pela ordem de classificação e assim sucessivamente.

12.8 Se nenhuma das proponentes remanescentes concordar em assinar o Contrato, nas mesmas condições da Proposta vencedora, será comunicado, através do Diário Oficial da União, o cancelamento da Licitação em relação a essa localidade de execução do serviço e o prosseguimento dos trabalhos em relação às propostas relativas às localidades seguintes, se for o caso.

12.9 O não pagamento da segunda parcela na data fixada por este Edital, implicará o cancelamento da outorga, sujeitando a permissionária às sanções e penalidades previstas neste Edital e na legislação que regula esta Licitação.

12.10 O não cumprimento de qualquer compromisso assumido pela empresa vencedora em sua Proposta Técnica implicará o cancelamento da outorga.



12.11 O Ministério das Comunicações providenciará a publicação no Diário Oficial da União do extrato do contrato, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias subseqüentes àquela data.

12.12 A eventual recusa injustificada da adjudicatária em assinar o Contrato, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida e causará a decadência do direito de outorga, independentemente das ações legais que possam ser propostas.

13. RECURSOS E IMPUGNAÇÕES

13.1 Dos atos da Comissão Especial de Licitação caberá recurso, por localidade de prestação do serviço, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação ou da lavratura da ata, nos casos de:

- a) habilitação ou inabilitação de proponente;
- b) julgamento das propostas;
- c) anulação ou revogação da Licitação.

13.2 Da decisão relacionada com o objeto da Licitação contra a qual não caiba recurso, será admitida representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação.

13.2.1 A representação será dirigida à autoridade superior àquela que houver proferido a decisão.

13.3 Os recursos previstos nas letras "a" e "b" do subitem 13.1 terão efeito suspensivo, exclusivamente com relação à localidade de prestação de serviço.

13.3.1 Os recursos interpostos com relação a uma determinada localidade de prestação de serviço, não confere efeito suspensivo quanto à continuidade dos procedimentos licitatórios das demais localidades.

13.4 Interposto o recurso, a Comissão Especial de Licitação intimará as demais proponentes, nos moldes estabelecidos pelos subitens 9.5.1 e 9.5.2, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

13.5 O recurso será sempre dirigido ao Presidente da Comissão Especial de Licitação.

13.5.1 O recurso e sua impugnação serão interpostos mediante petição, protocolizada na Delegacia do Ministério das Comunicações no Estado cuja jurisdição abranja a localidade de execução do serviço ou no Protocolo Geral do Ministério das Comunicações em Brasília, devendo conter, sob pena de não conhecimento:

- a) identificação e qualificação da recorrente;
- b) o nome e a qualificação do(s) seu(s) signatário(s), que deverá ser representante legal da proponente, detentor(es) de poderes suficientes, comprovados, no caso de dirigente, pela

forma prevista no subitem 5.2.1 deste Edital e, no caso de procurador(es), por meio de procuração com poderes específicos, outorgada na forma da lei, a qual deverá vir acompanhando a petição;

c) objeto da petição, com a indicação clara dos atos e documentos questionados;

d) fundamentação do pedido.

13.5.2 Recebido o recurso e as impugnações, se houver, a Comissão, se não reconsiderar o ato recorrido, encaminhá-lo-á no prazo de 5 (cinco) dias úteis do seu recebimento, ao Ministro das Comunicações, com as informações que julgar necessárias;

13.5.3 O Ministro das Comunicações decidirá o recurso dentro de 5 (cinco) dias úteis, a contar de seu recebimento com as informações da Comissão.

13.6 Na fluência dos prazos para interposição do recurso ou impugnação, o processo ficará nas Secretarias das Comissões, onde as proponentes poderão ter vista dos autos.

13.6.1 As Secretarias das Comissões funcionarão nos dias úteis, no horário das 9 às 11 horas e das 15 às 17 horas;

13.6.2 Em nenhuma hipótese, será concedida vista ao processo fora das Secretarias das Comissões;

13.7 A anulação ou revogação da Licitação é ato privativo do Ministro das Comunicações.

14. PENALIDADES

14.1 A eventual desistência da adjudicatária em relação a uma determinada localidade, o não pagamento da primeira parcela na forma e no prazo previstos no Edital, injustificadamente, ou a eventual recusa injustificada em assinar o Contrato de Adesão de Permissão dentro do prazo estabelecido no Edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a seguinte penalidade:

14.1.1 multa de 10 (dez) vezes o valor ofertado pela outorga;

14.1.2 O disposto no subitem anterior não se aplica à proponente convocada para assumir o lugar da proponente vencedora que não aceitar a contratação nas mesmas condições da proposta vencedora.

14.2 Pelo não cumprimento total ou parcial do Contrato de Adesão de Permissão, o Ministério das Comunicações poderá, assegurada ampla defesa, aplicar à permissionária as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de 5 (cinco) vezes o valor ofertado pela outorga;

c) suspensão temporária de participação em Licitação e impedimento de contratar com o Ministério das Comunicações, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.2.1 As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", do item 14.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a da alínea "b", facultada a defesa do interessado no processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

14.3 Ocorrendo o cancelamento do ato de outorga da concessão pelo Ministério das Comunicações, a pedido da concessionária, ou o seu cancelamento, por decisão judicial, considerar-se-á o Contrato de Concessão automaticamente rescindido, sem prejuízo do cumprimento das obrigações pecuniárias decorrentes do mesmo contrato.

14.4 As penalidades por infração na execução do serviço estão previstas nas leis, regulamentos e disposições normativas aplicáveis à radiodifusão, independentemente das previstas nos subitens 14.1 e 14.2.

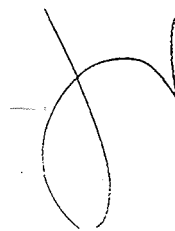
15. DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 Nos casos em que se identifique a necessidade de agilização de procedimentos, a Comissão Especial de Licitação poderá determinar a continuidade das fases subseqüentes à de habilitação de proponentes, na Sede do Ministério das Comunicações, em Brasília-DF.

15.2 A data de vigência da Outorga de Concessão é a data de publicação do Ato de Deliberação da Outorga pelo Congresso Nacional.

15.3 No resultado dos cálculos previstos neste Edital, considerar-se-ão três decimais à direita da vírgula, arredondando-se a terceira casa, para cima, quando a quarta for maior ou igual a 5 (cinco).

15.4 A Comissão Especial de Licitação decidirá os casos omissos, com base na legislação que rege a matéria.



16. ANEXOS

- 16.1 ANEXO I - Especificações técnicas do serviço, por localidade de execução do serviço;
- 16.2 ANEXO II - Modelo de Declaração referente aos sócios e dirigentes da entidade proponente;
- 16.3 ANEXO III - Modelo de Proposta Técnica, por localidade de execução do serviço;
- 16.4 ANEXO IV - Modelo de Proposta de Preço pela Outorga, por localidade de execução do serviço;
- 16.5 ANEXO V - Minuta do Contrato de Permissão;
- 16.6 ANEXO VI - Modelo de Procuração(particular).

Brasília - DF, 13 de março de 2001.

Pimenta da Veiga
Ministro de Estado das Comunicações



ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO SERVIÇO
POR LOCALIDADE DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO



ANEXO I
EDITAL DA CONCORRÊNCIA N.º 013/2001 – SSR/MC
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS POR LOCALIDADE DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

Estado : ALAGOAS

	Localidade de Execução do Serviço	Tipo de Serviço	Canal ou Frequência (kHz)	Classe	Grupo de Enquadramento	Preço Mínimo da Outorga (R\$)
1	MAJOR ISIDORO	FM	250	C	A	17.638,00
2	PILAR	FM	214	C	A	15.662,50
3	UNIÃO DOS PALMARES	FM	239	C	A	30.705,00
4	ATALAIA	FM	204	C	A	18.577,50

1.763,80
1.566,25
3070,00
1.857,73

2





ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO

REFERENTE AOS SÓCIOS E DIRIGENTES DA ENTIDADE PROPONENTE



ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO

O(s) abaixo assinado(s), dirigente(s) da _____, declara(m) que:

a) a entidade não possui autorização para explorar o mesmo tipo de serviço, na localidade _____, Estado _____, e que não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso venha a ser contemplada com a outorga;

b) a entidade não se encontra declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, do dos Municípios e do Distrito Federal, ou ainda, não está com o direito de licitar e contratar com o Ministério das Comunicações suspenso;

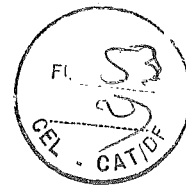
c) nenhum sócio integra o quadro societário de outra entidade exploradora do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade objeto deste Edital, nem de outras entidades exploradoras de serviços de radiodifusão em localidades diversas, além dos limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

d) nenhum dirigente está no exercício de mandato eletivo, que lhe assegure imunidade parlamentar, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;

e) nenhum dirigente participa da direção de outra entidade executante de serviço de radiodifusão, nem de outras empresas de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, mesmo que a proponente venha a ser contemplada com a outorga.

(local e data)

(nome(s) e assinatura(s) do(s) dirigente(s) e respectivo(s) CPF)



ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA TÉCNICA POR LOCALIDADE DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

A large, stylized handwritten signature or mark, possibly initials, located in the center-right area of the page.

ANEXO III

Modelo de Proposta Técnica

Razão Social da Proponente: _____ CNPJ/MF: _____ Data: ____/____/____

Edital da Concorrência nº ____/____-SSR/MC Localidade: _____ UF: _____

1. Tempo total diário de funcionamento da emissora (A): _____ (minutos)

2. Programas jornalísticos, educativos e informativos

programas jornalísticos, educativos e informativos	Tempo dos programas em minutos (B)	(%) (B/A)×100

3. Serviço noticioso

programas de serviço noticioso	Tempo dos programas em minutos (B)	(%) (B/A)×100

4. Programas culturais artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga

Programas culturais, artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na própria localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga	Tempo dos programas em minutos (B)	(%) (B/A)×100

2

5. Serviço noticioso produzido e gerado na própria localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga.

Programas de serviço noticioso produzidos e gerados na própria localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga.	Tempo dos programas em minutos (B)	(%) (B/A)×100

6. Prazo de execução do serviço em caráter definitivo

Prazo para iniciar execução do serviço em caráter definitivo	meses

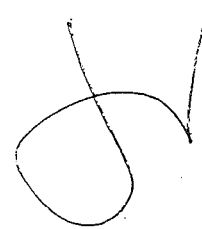
7. Local, data e assinatura do(s) dirigente(s)

[Handwritten signature]



ANEXO IV

MODELO DE
PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA
POR LOCALIDADE DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO





ANEXO IV
Modelo de Proposta de Preço pela Outorga

Proposta sintética do Preço pela Outorga, por localidade de execução do serviço .

1. Razão Social da Proponente:

2. CNPJ/MF: _____

3. Edital da Concorrência: nº _____-SSR/MC

4. Serviço _____

5. Localidade: _____ UF: _____

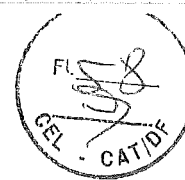
6. Valor Proposto: R\$ _____
algarismo e por extenso

1ª Parcela: R\$ _____
algarismo e por extenso:

2ª Parcela: R\$ _____
algarismo e por extenso:

Local e Data

Nome e assinatura do Representante Legal da Empresa Proponente



ANEXO V

MINUTA DE CONTRATO DE ADESÃO DE PERMISSÃO POR LOCALIDADE DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

ANEXO V

MINUTA DE CONTRATO DE ADESÃO DE PERMISSÃO

CONTRATO DE ADESÃO DE PERMISSÃO CELEBRADO
ENTRE A UNIÃO E A _____ PARA EXPLORAR O
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA DE
FREQUÊNCIA MODULADA, NA CIDADE D
_____ ESTADO D _____.

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de dois mil _____, o Ministro das Comunicações _____, representando a União, e _____, CNPJ nº _____, representada por seu _____, assinam o presente Contrato, decorrente da permissão outorgada à supramencionada entidade, pelo Decreto nº _____, de _____ de _____, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, aprovado pelo Decreto Legislativo nº _____, publicado no Diário Oficial da União de _____ de _____ de _____, para explorar o serviço de, na cidade d _____ Estado d _____, regendo-se referida permissão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª - Fica assegurado à _____ o direito de explorar, sem exclusividade, na cidade d _____, Estado d _____, o serviço de radiodifusão sonora de _____, com finalidades educativas e culturais, visando aos superiores interesses do País e subordinada às obrigações instituídas neste ato.

Parágrafo único - A execução do serviço é vinculado aos termos do edital de concorrência nº _____/_____-SSR/MC e propostas Técnica e de Preço pela Outorga apresentadas na Licitação pela permissionária, documentos que acompanham o presente Contrato de Adesão de Permissão como Anexos I e II, dele fazendo parte integrante.

Cláusula 2ª - A presente permissão é outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos e entrará em vigor a partir da data de publicação do Ato de Deliberação da Outorga pelo Congresso Nacional.

Cláusula 3ª - A permissionária é obrigada a:

- a) executar o serviço dentro das condições técnicas indicadas pelo Ministério das Comunicações;
- b) submeter à aprovação do Ministério das Comunicações os locais escolhidos para a montagem da emissora no prazo máximo de 06 (seis) meses, contado da data da publicação do extrato deste Contrato de Adesão de Permissão;

- c) iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de _____ meses, contado da data de vigência da outorga;
- d) admitir, como técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, devidamente registrados e inscritos na entidade profissional competente. Poderá ser permitida, em caráter excepcional e com autorização expressa do Ministério das Comunicações, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contratos, conforme estabelecido no item 6 do art. 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;
- e) obedecer, na organização dos quadros de pessoal da entidade, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme estabelecido no item 14 do art. 28 do mesmo Regulamento;
- f) observar a não participação de seus dirigentes e sócios na administração de mais de uma empresa executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade;
- g) ter o seu quadro societário constituído na forma da Constituição Federal;
- h) solicitar prévia aprovação do Ministério das Comunicações para constituir procurador com poderes para a prática de atos de gerência ou administração;
- i) ter a sua diretoria ou gerência constituída por brasileiros, na forma da Constituição Federal, os quais não poderão tomar posse nos cargos antes de estarem aprovados pelo Poder Concedente, nem exercer mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar, nem tampouco ocupar cargo de supervisão, direção ou assessoramento na administração pública, do qual decorra foro especial;
- j) solicitar prévia autorização do Ministério das Comunicações para modificar seus atos constitutivos, bem como para transferir, direta ou indiretamente, a permissão, ou ceder cotas ou ações representativas do capital social;
- l) manter, durante a vigência da permissão, as condições observadas por ocasião da habilitação e qualificação exigidas no Edital;
- m) observar as normas fixadas pelo Ministério das Comunicações para a execução do serviço;
- n) obedecer, na organização dos quadros de pessoal da entidade, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério das Comunicações;
- o) criar, através da seleção de pessoal e de normas de trabalho, na estação, condições eficazes para evitar a prática das infrações previstas na legislação específica de radiodifusão;
- p) submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos, aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos, portarias, instruções ou normas que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço;

q) facilitar a fiscalização, pelo Ministério das Comunicações, das obrigações contraídas, prestando todas as informações que lhe forem solicitadas;

r) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões imediatamente após o recebimento da notificação, sem que, por isso, lhe assista direito a qualquer indenização.

Cláusula 4ª - Na organização da programação, a permissionária deverá:

a) subordinar os programas de informação, divertimento, propaganda e publicidade às finalidades educativas e culturais da radiodifusão;

b) manter um elevado sentido moral e cívico, não permitindo a transmissão de espetáculos, trechos musicais cantados, quadros, anedotas ou palavras contrárias à moral familiar e aos bons costumes;

c) não transmitir programas que atentem contra o sentimento público, expondo pessoas a situações que, de alguma forma, redundem em constrangimento, ainda que seu objetivo seja jornalístico;

d) destinar, diariamente, o percentual de _____ % do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto 52.795, de 31 de outubro de 1963, a programas jornalísticos, educativos e informativos, de caráter geral, isto é, não incluindo o relativo à letra "f" desta cláusula;

e) destinar, diariamente, o percentual de _____ % do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto 52.795, de 31 de outubro de 1963, à transmissão de serviço noticioso; de caráter geral, isto é, não incluindo o relativo à letra "g" desta cláusula;

f) destinar, diariamente, o percentual de _____ % do tempo total diário de funcionamento da emissora a programas culturais, artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertença a localidade objeto da outorga, não incluindo o relativo à letra "d" desta cláusula;

g) destinar, diariamente, o percentual de _____ % do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto 52.795, de 31 de outubro de 1963, a serviço noticioso produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertença a localidade objeto da outorga, não incluindo o relativo à letra "e" desta cláusula;

h) limitar ao máximo de 25% do tempo diário de funcionamento da emissora à publicidade comercial;

i) transmitir os programas semanais educacionais obrigatórios, além dos previstos na letra "d" desta cláusula;

- j) destinar um mínimo de 5% (cinco por cento) do horário de sua programação diária, à transmissão de serviço noticioso, além do previsto nas letras "e" e "g" desta cláusula;
- l) retransmitir diariamente, das 19 (dezenove) às 20 (vinte) horas, exceto aos sábados, domingos e feriados, o programa oficial de informações dos Poderes da República; (Este item não se aplica ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens (TV);
- m) integrar gratuitamente as redes de radiodifusão, quando convocada pela autoridade competente;
- n) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral;
- o) não irradiar identificação da emissora utilizando denominação de fantasia, sem que esteja previamente autorizada pelo Ministério das Comunicações;
- p) irradiar o indicativo de chamada e a denominação autorizada de conformidade com as normas baixadas pelo Ministério das Comunicações;
- q) irradiar, com indispensável prioridade, e a título gratuito, os avisos expedidos pela autoridade competente, em casos de perturbações da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com acontecimentos imprevistos;
- r) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico;
- s) manter em dia os registros da programação;
- t) cumprir determinações estabelecidas na legislação referente a programas de radiodifusão, que não se encontram presentes nesta cláusula.

Cláusula 5ª - A Proponente que estabelecer na sua Proposta Técnica o tempo mínimo para funcionamento da emissora de 2/3 (dois terços) das horas a que estão autorizadas a funcionar, conforme previsto no artigo 64 do Decreto 52.795 de 31 de outubro de 1963 e, a qualquer momento aumentar o tempo de funcionamento da emissora, terá percentuais propostos calculados com base neste novo horário de funcionamento.

Cláusula 6ª - A permissionária recolheu o valor de R\$ _____ pelo pagamento da primeira parcela do valor total da Outorga.

Cláusula 7ª - A permissionária deverá recolher o valor de R\$ _____ em _____, referente à segunda parcela do valor da Outorga, conforme data prevista no Edital.

Cláusula 8ª - A frequência consignada à entidade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre esta frequência o direito de posse da União.

Cláusula 9ª - O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a permissionária de serviço de radiodifusão atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

Cláusula 10ª - O Ministério das Comunicações reserva-se, a qualquer tempo, a liberdade de restringir o emprego de nova frequência, tendo em vista evitar interferência e tirar o melhor proveito das que já tenham sido consignadas.

Cláusula 11ª - O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição das frequências consignadas, por motivo de ordem técnica, de defesa nacional ou de necessidade dos serviços federais.

Parágrafo Único: A substituição de frequência poderá se dar, ainda, a requerimento da sociedade, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras concessionárias ou permissionárias.

Cláusula 12ª - A permissionária deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo, dentro do prazo proposto, sob pena de cancelamento da outorga, ficando, em consequência, liberada a frequência no Plano Básico de Distribuição de Canais, relativo ao serviço outorgado, sem que a entidade tenha qualquer direito a indenização ou a restituição.

Cláusula 13ª - O não cumprimento das leis, regulamentos e disposições normativas aplicáveis à radiodifusão, sujeita a entidade às penalidades estabelecidas na legislação vigente.

Cláusula 14ª - Pela inexecução total ou parcial do Contrato de Adesão de Permissão, o Ministério das Comunicações poderá, garantida ampla defesa, aplicar a permissionária as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 5 (cinco) vezes o valor ofertado pela outorga;
- c) suspensão temporária de participação em Licitação e impedimento de contratar com o Ministério das Comunicações, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo Único: As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", nessa Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea "b", facultada a defesa do interessado no processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Cláusula 15ª O não pagamento da segunda parcela na data fixada pelo Edital, implicará o cancelamento da outorga, sujeitando a permissionária às sanções e penalidades previstas neste Edital e na legislação que regula esta Licitação.

Cláusula 16ª Ocorrendo o cancelamento do ato de outorga da permissão pelo Ministério das Comunicações, a pedido da permissionária, ou o seu cancelamento, por decisão judicial,

considerar-se-á o Contrato de Adesão de Permissão automaticamente rescindido, sem prejuízo do cumprimento das obrigações pecuniárias decorrentes do mesmo contrato.

Cláusula 17ª As penalidades por infração na execução do serviço estão previstas nas leis, regulamentos e disposições normativas aplicáveis à radiodifusão, independentemente das previstas na Cláusula 14ª.

Cláusula 18ª - Findo o prazo da outorga, se não houver renovação, será a permissão declarada perempta, sem que a entidade tenha direito a qualquer indenização.

Cláusula 19ª - As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste contrato.

Cláusula 20ª - Fazem parte integrante do presente contrato, como se nele estivessem transcritos, os seguintes anexos:

Anexo 1: Edital de Concorrência nº ____/____ - SSR/MC;

Anexo 2: Proposta Técnica;

Anexo 3: Proposta de Preço pela Outorga.

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Contrato de Adesão de Permissão em 3 (três) vias de igual teor e forma, que contém _____ folhas todas numeradas e rubricadas, com exceção da última, que vai assinada, perante duas testemunhas e 3 (três) - ANEXOS, composto de _____ folhas, todas também numeradas e rubricadas.

Ministro das Comunicações

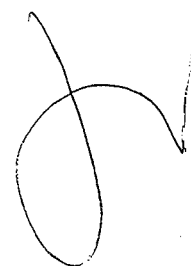
Permissionária

Testemunhas:



ANEXO VI

MODELO DE PROCURAÇÃO (PARTICULAR)

A handwritten signature in black ink, consisting of a large loop followed by a vertical stroke and a small hook.

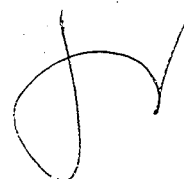
ANEXO VI

MODELO DE PROCURAÇÃO (Particular)

(Denominação ou razão social da pessoa jurídica, endereço da sede, nº de inscrição no CNPJ), nomeia e constitui seu bastante procurador (nome, qualificação, documento de identidade nº do CPF) a quem outorga poderes para representá-la em todos os atos da Concorrência nº ____/____-SSR/MC, promovida pelo Ministério das Comunicações, podendo apresentar Documentação de Habilitação, Proposta Técnica e Proposta de Preço pela Outorga, passar recibo, rubricar documentos, apresentar impugnações, assinar lista de presença e atas, desistir de prazo recursal, interpor recursos e impugná-los, ter vista dos autos, bem como praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato.

(local e data)

(identificação do(s) representante(s) legal(is) da Proponente que assinarem a procuração, com a indicação de sua(s) função(ões) na pessoa jurídica.)



OBS.: A procuração só será aceita se contiver firma reconhecida do signatário.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 722
70044-900 Brasília-DF
Tel.: (61) 311-6242 - 321-7484 - Fax: (61) 311-6583

Ofício nº 19 /2011/GM-MC

Brasília, 11 de julho de 2011.

Ao Senhor

LUÍS ALBERTO DOS SANTOS

Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais

Palácio do Planalto, 4º andar

70150-900 Brasília-DF

Assunto: **Encaminha anexo(s)**

Senhor Subchefe,

Atendendo à orientação dessa Subchefia e ao que dispõe o Decreto nº 3.714, de 3 de janeiro de 2001, referente à transmissão eletrônica de documentos, encaminho, em anexo, os seguintes processos:

MC 00148 2011

- 53720.000307/2001

MC 00149 2011

- 53103.000252/2001

MC 00151 2011

- 53000.063693/2009

MC 00152 2011

- 53000.022553/2010

MC 00153 2011

- 53710.000287/2002

MC 00154 2011

- 53000.008410/2002

MC 00155 2011

- 53000.006625/2007

MC 00156 2011

- 53000.014824/2005



MC 00157 2011
- 53000.019584/2007

MC 00158 2011
- 53710.000272/1999

MC 00159 2011
- 53000.008414/2008

MC 00160 2011
- 53000.002188/2008

MC 00161 2011
- 53000.047209/2007

MC 00162 2011
- 53770.000354/2002

MC 00163 2011
- 53710.000552/2002

MC 00164 2011
- 53000.066567/2007

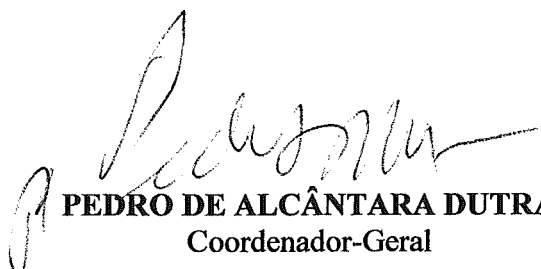
MC 00165 2011
- 53000.035110/2005

MC 00166 2011
- 53740.000421/2002

MC 00168 2011
- 53000.008002/2003

MC 00169 2011
- 53000.011723/2003

Atenciosamente,


PEDRO DE ALCÂNTARA DUTRA
Coordenador-Geral